



ESPÍRITO  
SANTO  
2030

*Atualização e Revisão dos Indicadores do  
Plano de Desenvolvimento ES 2025*

# Volume 2



Consultoria:



Realização:







*Atualização e Revisão dos Indicadores do  
Plano de Desenvolvimento ES 2025*

**Volume 2**



## **FICHA CATALOGRÁFICA**

Atualização e Revisão dos Indicadores do Plano de Desenvolvimento ES 2025  
DVF Consultoria, 2012.

1. Desenvolvimento Econômico – Espírito Santo (Estado).
  2. Desenvolvimento Social – Espírito Santo (Estado).
  3. Petróleo e Gás – Espírito Santo (Estado).
- I. DVF Consultoria. II. Título.

*VOLUME 1* Síntese do Plano

***VOLUME 2 Atualização e Revisão dos Plano de Desenvolvimento do ES 2025***

*VOLUME 3* Pesquisa Qualitativa Espírito Santo

*VOLUME 4* Condicionantes Exógenas e Endógenas

*VOLUME 5* Inventário dos Indicadores dos Eixos Estratégicos

*VOLUME 6* Análises Comparativas

*VOLUME 7* Avaliação Estratégica

*VOLUME 8* Cenários Prospectivos para o Estado do Espírito Santo 2030

*VOLUME 9* Visão de Futuro

*VOLUME 10* Coletânea de Propostas

*VOLUME 11* Governança, Comunicação e Monitoramento do Plano ES 2030

*VOLUME 12* Nota Técnica: Cadeia de Petróleo e seus Desafios

*VOLUME 13* Nota Técnica: Inserção Competitiva e as Cadeias Produtivas do Espírito Santo

*VOLUME 14* Nota Técnica: Grandes Questões Regionais

*VOLUME 15* Nota Técnica: Dinâmica Demográfica e Mobilidade Social no Espírito Santo



## **GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Renato Casagrande**  
Governador do Estado

**Robson Leite**  
Secretário de Estado de Economia e Planejamento

**Guilherme Pereira**  
Presidente do Bandes

**José Edil Benedito**  
Diretor-Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves

## **ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO**

**Luiz Wagner Chieppe**  
Presidente do Espírito Santo em Ação

**Alexandre Nunes Theodoro**  
Coordenador do Projeto ES2030 – Espírito Santo em Ação

## **PETROBRAS**

**José Luiz Marcusso**  
Gerente-Geral da Unidade de Negócios da Petrobras no Espírito Santo

**Guido Bassoli**  
Gerente de Planejamento da Petrobras no Espírito Santo

## **CONSULTORIA**

**Durval Vieira de Freitas**  
Sócio-Diretor da DVF Consultoria

**Orlando Caliman**  
Sócio-Diretor da Futura



# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
1.1 Aspectos Metodológicos	16
1.2 Estrutura do Trabalho	17
<b>2 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO</b>	<b>19</b>
2.1 Escopo do ES 2025	21
2.2 Análise crítica dos indicadores do ES 2025	22
<b>3 INCLUSÃO SOCIAL</b>	<b>29</b>
3.1 Escopo do ES 2025	31
3.2 Análise crítica dos indicadores do ES 2025	31
<b>4 REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE</b>	<b>47</b>
4.1 Escopo do ES 2025	49
4.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025	50
<b>5 INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO</b>	<b>61</b>
5.1 Escopo do ES 2025	63
5.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025	64
<b>6 DESENVOLVIMENTO DA REDE DE CIDADES</b>	<b>93</b>
6.1 Escopo do ES 2025	95
6.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025	96
<b>7 MEIO AMBIENTE</b>	<b>115</b>
7.1 Escopo do ES 2025	117
7.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025	118
<b>8 DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA</b>	<b>133</b>
8.1 Escopo do ES 2025	135
8.2 Análise Crítica dos Indicadores do Es 2025	136
<b>9 DESENVOLVIMENTO DA LOGÍSTICA E COMÉRCIO EXTERIOR</b>	<b>153</b>
9.1 Escopo do ES 2025	155
9.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025	156

# Sumário

<b>10 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL</b>	<b>173</b>
10.1 Escopo do ES 2025	175
10.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025	176
<b>11 FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE E DA IMAGEM DO ESTADO</b>	<b>181</b>
11.1 Escopo do ES 2025	183
11.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025	183
<b>12 ALIANÇAS ESTRATÉGICAS REGIONAIS</b>	<b>185</b>
12.1 Escopo do ES 2025	187
12.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025	188
<b>13 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>193</b>
<b>14 REFERÊNCIAS</b>	<b>197</b>





An aerial night view of a city, likely Rio de Janeiro, with lights reflecting on the water. The image is overlaid with a semi-transparent orange and yellow gradient.

# *1 INTRODUÇÃO*



O Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 (ES 2025) está completando cinco anos de lançamento e, nesse período, conseguiu firmar-se enquanto instrumento de gestão e governança pública, bem como tornar-se um “mapa de navegação” para a sociedade capixaba.

Um dos pontos fortes de sua construção é justamente sua flexibilidade, possibilitando atualizações, revisões e inclusões. Nesses cinco anos, fatos novos surgiram, como também novas demandas da sociedade e é necessário reafirmá-lo enquanto produto de uma construção social-coletiva.

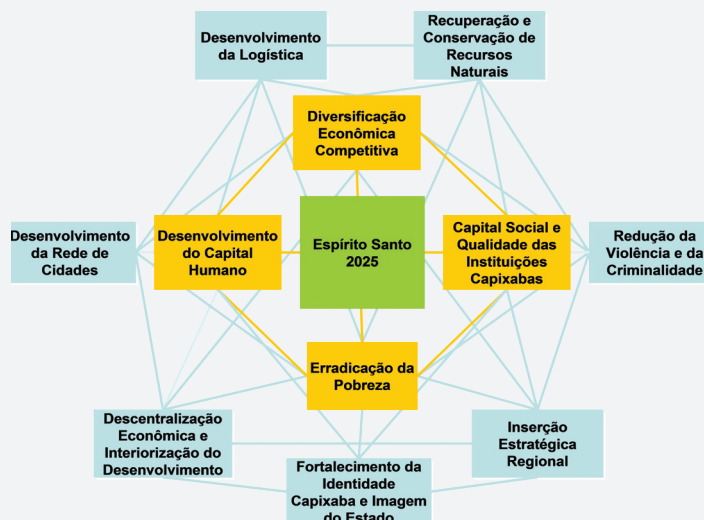
Certamente um longo caminho precisa ser percorrido para completar sua revisão, com a garantia da participação da sociedade civil organizada e ampliação da mobilização regional. As deficiências e os acertos que ocorreram nos cinco anos de existência do ES 2025 devem ser tomados como balizadores na estratégia de sua revisão, no sentido de aperfeiçoá-lo, tanto no que se refere a aspectos de conteúdo, quanto, principalmente, em termos de governança e instrumentos de sua gestão.

A estrutura do ES 2025 foi idealizada em consonância com onze eixos estratégicos, representados na Figura 1.1, com elevado grau de articulação e complementaridade entre si, com alcance da visão de futuro, constituindo o chamado “diamante” da Estratégia de Desenvolvimento do Espírito Santo, os quais se encontram inter-relacionados e articulados, respectivamente, a um grupo de projetos estruturantes, que permite transformar a estratégia em resultados concretos. Cada grupo de projetos concernente a cada um dos eixos estratégicos apresenta três grandes atributos: o alcance estratégico; os resultados finalísticos; e a governança e sustentabilidade.

Um primeiro passo na direção da revisão do ES 2025 consiste de um apurado trabalho técnico de análise crítica e de avaliação dos resultados finalísticos estabelecidos em cada eixo estratégico. O objetivo desses resultados finalísticos é justamente o de dimensionar os resultados efetivos das ações propostas nos grupos de projetos, compreendendo a situação almejada, seu indicador, meta e prazo de consecução, método de avaliação e respectivos prazos de medição.

A análise crítica, a atualização e a avaliação de cada indicador estabelecido no ES 2025 poderão resultar em sua reafirmação ou em sua exclusão, bem como na construção de novos indicadores de resultado.

**Figura 1.1 - Estratégia de desenvolvimento do Espírito Santo no horizonte 2006-2025**



Diante disso, o objetivo geral desse trabalho é elaborar uma análise crítica e uma avaliação nos indicadores propostos nos Resultados Finalísticos de cada eixo estratégico do ES 2025, como objetivos específicos, destacam-se:

- Atualizar os indicadores apresentados no ES 2025 em cada eixo estratégico;
- Avaliar se os indicadores socioeconômicos apresentados por eixo estratégico são suficientes para monitorar os resultados propostos em cada grupo de projetos;
- Justificar o uso do conjunto de indicadores resultantes da análise crítica dos atuais e dos novos indicadores propostos;
- Apontar para cada indicador a fonte disponível, sua periodicidade e disponibilidade espacial (município, região, estado) e setorial; e
- Desenvolver uma metodologia de acompanhamento dos indicadores de cada eixo estratégico do ES 2025.

## 1.1 Aspectos Metodológicos

### Base de conhecimento

A base de conhecimento utilizada para as análises, avaliações e sugestões de novos indicadores teve como fontes:

- Dados de instituições oficiais, tais como IBGE, IPEA, IJSN, Ministérios, Secretarias Estaduais, Prefeituras e autarquias de governo; e de instituições privadas e outras organizações;
- Propostas apresentadas pelos Comitês Temáticos do ES em Ação;
- Estudos e pesquisas já realizados, incluindo casos de benchmarking;
- Metodologias de construção de indicadores econômico-sociais.

## Desenvolvimento do projeto

O projeto se desenvolveu nas seguintes etapas:

- Análise do ES 2025;
- Avaliação dos eixos estratégicos;
- Análise crítica dos indicadores e atualização dos que foram mantidos do ES 2025;
- Relatório final.

## 1.2 Estrutura do Trabalho

O presente relatório encontra-se organizado conforme os onze eixos temáticos apresentados no ES 2025. Portanto, além desta introdução e das considerações finais, o relatório terá como conteúdo um capítulo pertinente a cada eixo temático, sendo a ordem de apresentação definida de acordo com a relação a seguir:

- Desenvolvimento do capital humano;
- Inclusão social;
- Redução da violência e da criminalidade;
- Interiorização do desenvolvimento;
- Desenvolvimento da rede de cidades;
- Meio ambiente;
- Diversificação econômica;
- Desenvolvimento da logística e comércio exterior;
- Desenvolvimento do capital social;
- Fortalecimento da identidade e da imagem do estado;
- Alianças estratégicas regionais.





## *2 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO*



Neste item, serão apresentados os indicadores relativos ao Desenvolvimento do Capital Humano do Espírito Santo. Cabe destacar que o capital humano, de uma forma geral, é definido como a habilidade e o conhecimento adquiridos e estocados pelos indivíduos, que lhes proporcionam aumento de renda e de produção. Por sua vez, os investimentos em capital humano seriam aqueles relacionados à acumulação do conhecimento, por via da escolaridade e/ou treinamento e capacitação (LINO, 2009).

Além disso, devem ser citadas outras questões que podem estar associadas ao aumento da produtividade dos indivíduos e, por isso, ao Capital Humano, como enumera Schultz (1973): (1) os gastos com a saúde e os diversos outros serviços que aumentam a expectativa de vida, o vigor e a capacidade de resistência dos indivíduos; (2) o treinamento no local de emprego; (3) a educação formalmente organizada nos níveis elementares; (4) os programas de estudos para os adultos que não se acham organizados em firmas; e (5) a migração de indivíduos e de famílias para se adaptarem às condições flutuantes das oportunidades de empregos.

Entretanto, as questões aqui apresentadas referem-se apenas ao tema educação, sendo os demais apresentados em outros eixos temáticos.

## 2.1 Escopo do ES 2025

O ES 2025 elegeu o desenvolvimento do capital humano como o primeiro de seus eixos estratégicos, dada sua fundamental importância para o alcance das demais metas estabelecidas em sua visão de futuro. Para isso, foram previstas duas décadas de maciços investimentos, públicos e privados, em educação para o alcance de uma profunda mudança de qualidade no perfil educacional da população capixaba, como resposta à crescente demanda por profissionais qualificados. Esse seria mais um estímulo ao adensamento das cadeias produtivas e ao desenvolvimento de um setor de serviços avançados.

Nos dias de hoje, e ainda mais no futuro, as oportunidades de desenvolvimento dos países ou regiões dependerão, progressivamente, do nível do seu capital humano, expresso pela quantidade de anos e pela qualidade da escolaridade de seus habitantes. Isso porque, no século XXI, o fator conhecimento será determinante da eficiência e capacidade de inovação do setor produtivo, do uso racional dos recursos naturais, da melhor qualidade de vida e do bom desempenho das instituições.

(ES 2025,2006, p. 88).

Após constatar o relativo atraso da educação no Espírito Santo em relação às perspectivas de seu desenvolvimento econômico, com um sistema escolar de baixa qualidade e elevadas taxas de abandono e repetência, o documento propõe um conjunto de projetos que objetivam atingir tanto um ensino de qualidade em todos os níveis, seguindo padrões internacionais; como ampliar a escolaridade média do capixaba, com universalização do ensino médio, atenção especial ao ensino infantil e ampliação do acesso ao ensino técnico e superior.

A Tabela 2.1 expõe os indicadores selecionados para esse eixo estratégico e as metas para o ano de 2025.

<b>Tabela 2.1 - Desenvolvimento do capital humano: resultados finalísticos</b>			
<b>Resultado</b>		<b>Situação atual</b>	<b>2025</b>
Elevar a escolaridade média da população de 25 anos a 34 anos		8,2 (2004)	12
Melhorar a avaliação no SAEB na quarta série	Leitura	175,1 (2003)	225
	Matemática	182,7 (2003)	250
Melhorar a avaliação no SAEB na oitava série	Leitura	231,3 (2003)	300
	Matemática	245,5 (2003)	350
Melhorar a avaliação no SAEB no Ensino Médio	Leitura	269,9 (2003)	350
	Matemática	282,7 (2003)	400
Universalização do acesso ao ensino infantil nas áreas urbanas até 2015			

Fonte: ES 2025.

## 2.2 Análise crítica dos indicadores do ES 2025

Dentre as cinco categorias apontadas anteriormente, conforme Schultz (1973), o ES 2025 priorizou a terceira, que é a educação formalmente organizada nos níveis elementares, destacando a escolaridade média e a avaliação dos estudantes em leitura e em matemática. As projeções para essas últimas praticamente se basearam na média mínima satisfatória indicada pelo MEC, que são:

- Proficiência em leitura
  - o 4ª série – 200
  - o 8ª série – 300
  - o 3ª série/EM - 350
- Proficiência em matemática
  - o 4ª série – 200
  - o 8ª série – 300
  - o 3ª série/EM – 400

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar. O primeiro é obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio) por meio da realização da Prova Brasil ou Saeb e o segundo é derivado dos índices de aprovação.

Estudos e análises sobre qualidade educacional raramente combinam as informações produzidas por esses dois tipos de indicadores, ainda que a complementaridade entre elas seja evidente. Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por outro lado, um sistema em que todos os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso os alunos aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem

(MEC. Nota Técnica N. 1: Concepção IDEB, p. 1).

No período recente, percebe-se uma positiva alteração nos indicadores educacionais no país e, ainda mais expressivamente, no Espírito Santo, conforme informações da Tabela 2.2 e do Gráfico 2.1. Observa-se que ocorreu uma maior evolução no IDEB das séries iniciais do Ensino Fundamental, sendo estes os que tiveram maiores diferenças com as projeções realizadas anteriormente à divulgação dos respectivos resultados.

Assim, o índice total do estado projetado de 4,6, para o ano de 2009, foi superado e, efetivamente, alcançou 5,1, maior até mesmo que o projetado para 2011. O índice obtido nas séries finais do Ensino Fundamental também foi superior ao projetado para 2009, embora o terceiro ano tenha uma diferença bem menor, de 4,1 para 4,0, respectivamente.

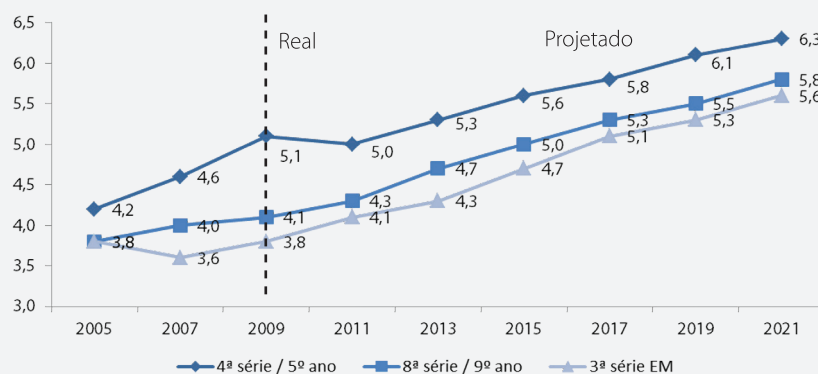
O terceiro ano, no entanto, não chegou a obter o índice projetado de 3,9, tendo registrado 3,8. Dessa forma, nota-se uma melhora progressiva dos alunos mais novos, o que é um bom sinal para as futuras avaliações, quando esses mesmos alunos estiverem sendo avaliados nas séries seguintes. Ou seja, a geração que hoje está evoluindo mais rapidamente de certo ajudará a dar um salto quando atingir os níveis superiores de ensino.

**Tabela 2.2 - IDEB, Espírito Santo, 2005/2025**

Discriminação	Real			Estimativas								
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	
4ª série 5º ano	Total	4,2	4,6	5,1	4,3	4,6	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3
	Estadual	3,7	4,1	5,0	3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7	5,9
	Privada	6,3	6,3	7,0	6,4	6,6	6,9	7,1	7,3	7,5	7,6	7,8
8ª série 9º ano	Total	3,8	4,0	4,1	3,8	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,5	5,8
	Estadual	3,5	3,6	3,8	3,6	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5
	Privada	5,9	6,1	6,2	6,0	6,1	6,3	6,6	6,9	7,1	7,2	7,4
3ª série EM	Total	3,8	3,6	3,8	3,8	3,9	4,1	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6
	Estadual	3,1	3,2	3,4	3,1	3,2	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9
	Privada	5,7	5,9	5,7	5,7	5,8	5,9	6,2	6,4	6,8	6,9	7,1

Fonte: MEC.

**Gráfico 2.1 - IDEB total para o Espírito Santo, 2005/2021**



Fonte: MEC.

Observam-se, na Tabela 2.3, os maiores e os menores resultados para o IDEB por escola do Ensino Fundamental no Espírito Santo, e o próprio resultado para o Estado. Cabe destacar que, para efeitos comparativos, o menor resultado apresentado pelas escolas brasileiras de 1ª a 4ª série no IDEB de 2009 foi de 0,2 e o maior foi igual a 9,0, enquanto no Espírito Santo esses índices foram de 2,8 e 7,9, respectivamente.

Para as escolas brasileiras de 5ª a 8ª série, no ano de 2009, os resultados oscilaram entre 0,7, como o menor, e 8,0, como o maior. As escolas capixabas situaram-se entre 1,6 e 6,0 nesse mesmo ano.

A apresentação dessas estatísticas visa a reforçar a ideia de que é importante acompanhar esses índices, apurados a cada dois anos, não só na média estadual, mas também nas particularidades de cada escola. Vale ressaltar que as diferenças entre as escolas não se manifestam entre os municípios ou entre escolas do interior e das áreas urbanas, mas muitas vezes entre escolas muito próximas geograficamente. Ou seja, deve-se buscar entender os motivos das notas inferiores, sejam eles ligados à gestão, ao envolvimento das famílias, às condições socioeconômico-culturais dos estudantes, dentre outros.

Anos	Séries iniciais (1ª a 4ª)			Séries finais (5ª a 8ª)		
	Menor	Espírito Santo	Maior	Menor	Espírito Santo	Maior
2005	0,5	4,2	5,8	1,3	3,8	6,2
2007	1,2	4,6	6,3	1,7	4,0	6,3
2009	2,8	5,1	7,9	1,6	4,1	6,0

Fonte: MEC.

Não há apuração do IDEB por escola para o Ensino Médio, mas seus resultados são divulgados para as unidades da federação. Em 2009, o Espírito Santo obteve uma média de 3,8, um pouco superior à média brasileira de 3,6. Entre os estados brasileiros essa avaliação teve uma variação entre 2,7, a menor nota registrada no Piauí, e 6,1, a maior nota registrada em Minas Gerais, no Paraná e em Santa Catarina.

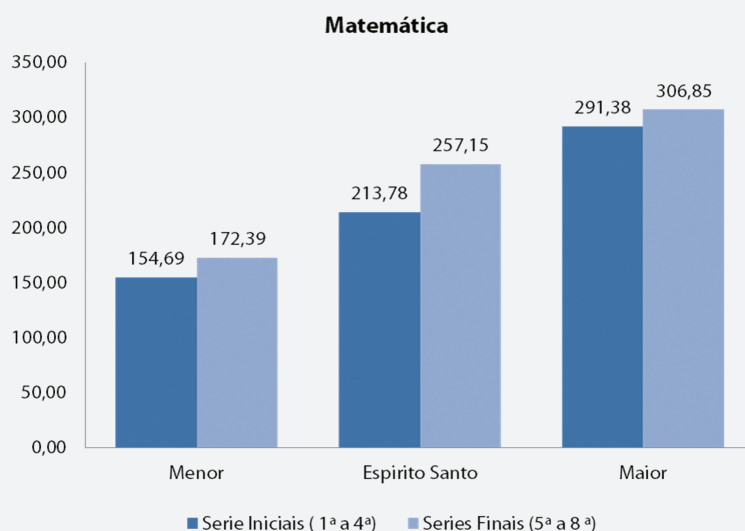
Um dos componentes do IDEB é o resultado obtido pelos estudantes na Prova Brasil, que avalia a proficiência em matemática e em língua portuguesa, conforme Gráfico 2.2 e Gráfico 2.3. Para efeitos comparativos, no ano de 2009, para as séries iniciais do Ensino Fundamental, a menor nota em matemática por escola no Brasil foi de 119,31 e a maior igual a 319,26, com uma média de 204,29.

O Espírito Santo apresentou uma média de 213,78, superior em 4,6% à média brasileira, registrando-se os extremos de 154,69 e 291,38. Para língua portuguesa, o Brasil apresentou uma média de 184,28, com nota mínima de 107,27 e máxima de 294,47, enquanto o Espírito Santo obteve uma média de 193,29, superior em 4,9%, e 135,04 e 262,62 como notas mínimas e máximas por escola.

Nas séries finais do Ensino Fundamental, em 2009, o Espírito Santo obteve uma média de 257,15 em matemática, variando de 172,39 a 306,85 por escola. No Brasil, a média foi de 248,72, com variações de 149,87 a 368,90. Para língua portuguesa, a média estadual foi de 250,2, com notas, por escola, variando entre 171,91 e 290,63.

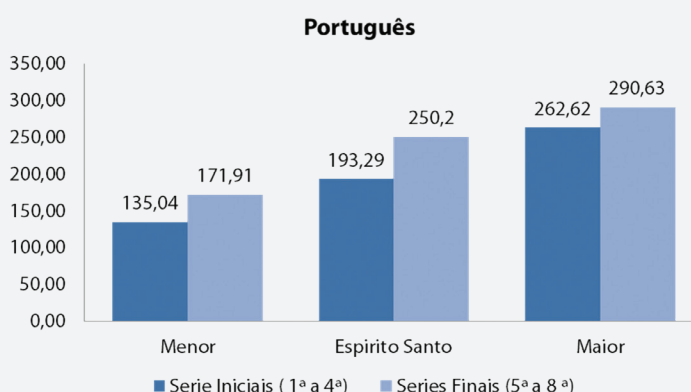
O resultado para o Brasil foi uma média de 243,99, com variações entre 139,03 e 336,46. Nesse caso, o Espírito Santo obteve um desempenho pior, se comparado com as séries iniciais, uma vez que as médias estaduais para matemática e língua portuguesa foram superiores em 3,4% e 2,5% as médias brasileiras, respectivamente.

**Gráfico 2.2 - Maiores e menores notas em matemática por escola na Prova Brasil, Espírito Santo, 2009**



Fonte: MEC.

**Gráfico 2.3 - Maiores e menores notas em língua portuguesa, por escola, na Prova Brasil, Espírito Santo, 2009**



Fonte: MEC.

Para o Ensino Médio, os resultados da Prova Brasil também são divulgados por unidade da federação e não por escola. Em 2009, a proficiência em matemática alcançou uma média de 274,71 no Brasil, ficando o pior estado da federação com uma média de 242,45 e o melhor com 351,56.

O Espírito Santo obteve a média de 286,96, maior 4,5% que a média brasileira. Em língua portuguesa, a média brasileira foi de 268,83, com os extremos de 241,14 e 323,79, enquanto o Espírito Santo ficou com 278,39, superior em 3,6% à média do Brasil.

É importante destacar alguns indicadores para o Ensino Superior no Espírito Santo, no período de 1991 a 2007, segundo o Censo da Educação Superior divulgado pelo MEC, Tabela 2.4 e Gráfico 2.4. Apesar da evidente evolução do Ensino Superior no Estado, é importante ressaltar algumas de suas características. Em primeiro lugar, ocorreu um aumento considerável do número de vagas oferecidas, passando de 5,8 mil, em 1991, para 52,3 mil, em 2007, o que equivale a um aumento de nove vezes nesse período.

No entanto, os ingressos efetivos não cresceram nessa proporção, crescendo de 4,5 mil a 27,1 mil, uma multiplicação por seis vezes. Com isso, houve uma queda expressiva nos inscritos por vaga, que chegou a 5,6 candidatos, nos anos de 1994 e 1995, e registrou apenas 1,8, em 2007. Assim, deve-se destacar a redução apresentada na relação entre o número de ingressantes nas instituições de Ensino Superior, com a quantidade de vagas oferecidas nestas unidades do Espírito Santo, o que indica que as vagas não foram ocupadas em sua totalidade

**Tabela 2.4: Evolução do Ensino Superior, Espírito Santo, 1991-2007**

Anos	Inscritos (A)	Vagas (B)	Ingressos (C)	Concluintes (D)	Nº de cursos (E)	A/B	D/C (%)	B/E	D/E	C/B (%)
1991	22.444	5.785	4.543	2.711	74	3,9	59,7	78,2	36,6	78,5
1992	26.200	5.969	5.664	2.785	79	4,4	49,2	75,6	35,3	94,9
1993	29.677	5.723	5.686	3.493	77	5,2	61,4	74,3	45,4	99,4
1994	34.007	6.100	5.981	3.664	76	5,6	61,3	80,3	48,2	98,0
1995	39.812	7.095	5.758	3.813	90	5,6	66,2	78,8	42,4	81,2
1996	37.979	7.150	6.759	3.946	94	5,3	58,4	76,1	42,0	94,5
1997	39.283	8.196	7.943	3.728	86	4,8	46,9	95,3	43,3	96,9
1998	46.080	9.738	9.490	4.285	99	4,7	45,2	98,4	43,3	97,5
1999	55.335	14.086	13.197	5.176	144	3,9	39,2	97,8	35,9	93,7
2000	64.472	21.742	17.168	6.104	205	3,0	35,6	106,1	29,8	79,0
2001	83.949	30.796	22.717	7.536	257	2,7	33,2	119,8	29,3	73,8
2002	109.484	40.529	27.553	8.242	325	2,7	29,9	124,7	25,4	68,0
2003	92.661	43.788	25.023	10.108	357	2,1	40,4	122,7	28,3	57,1
2004	99.846	48.329	25.189	12.614	393	2,1	50,1	123,0	32,1	52,1
2005	98.124	47.911	25.737	15.519	437	2,0	60,3	109,6	35,5	53,7
2006	105.485	52.263	27.154	15.906	466	2,0	58,6	112,2	34,1	52,0
2007	92.880	52.332	27.067	15.550	484	1,8	57,5	108,1	32,1	51,7

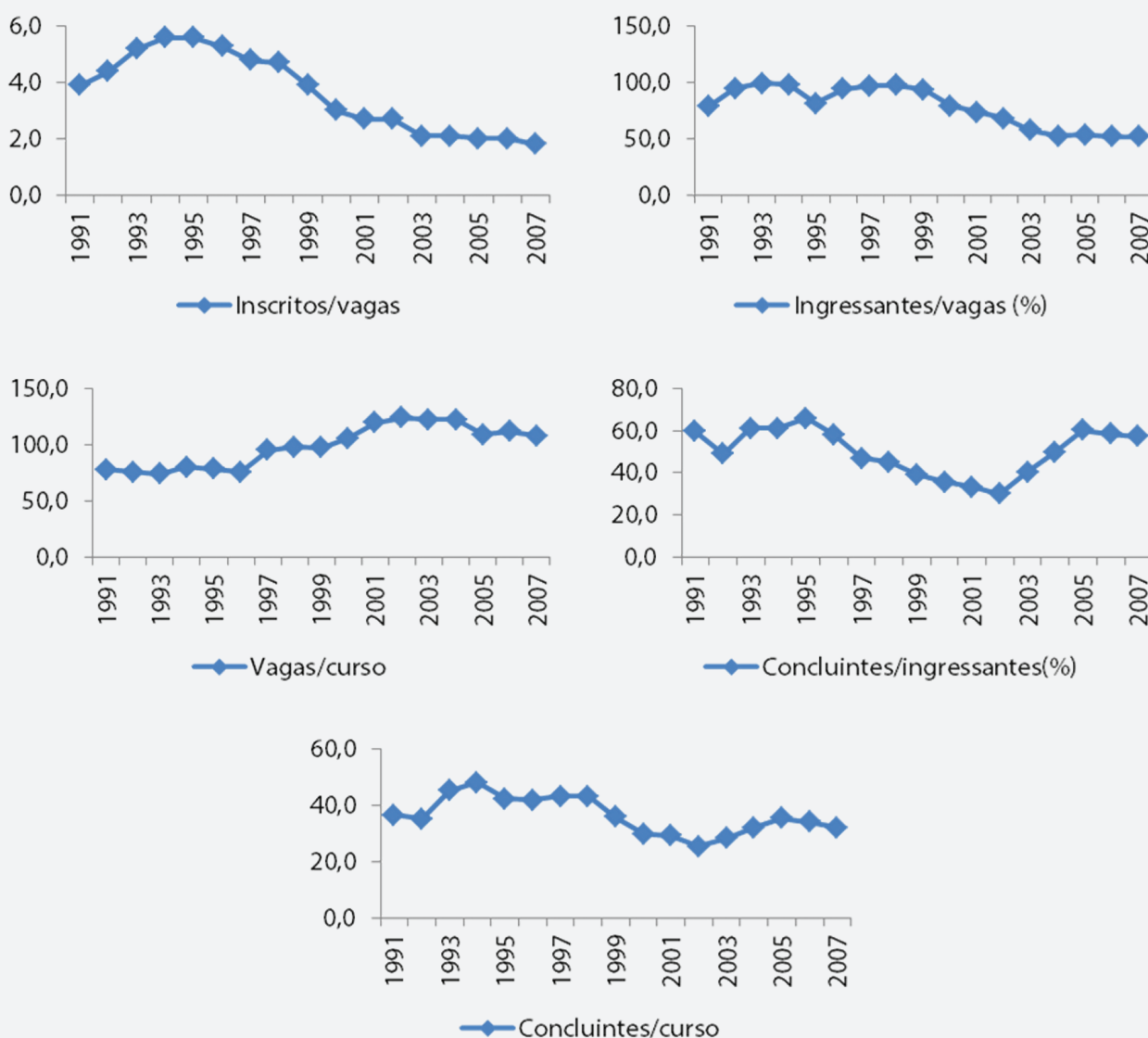
Fonte: MEC/INEP/DEED.

E, depois, o número de concluintes evoluiu ainda mais lentamente, o equivalente a 5,7 vezes, passando de 2,7 mil, em 1991, para 15,6 mil, em 2007. A relação de concluintes por ingressantes é relativamente baixa e apresentou certa instabilidade durante o período mencionado, registrando-se a maior relação de concluintes por vaga em 1995, igual a 66,2%, e a menor em 2002, com apenas 29,9%.

Em relação aos ingressantes, o censo mostra que muitos não chegam a concluir o curso superior, uma vez que a relação de concluintes por ingressantes, que chegou a 99,4%, em 1992, foi um pouco superior à metade, a partir de 2003.

Em terceiro lugar, o número de cursos ofertados cresceu de 74, em 1991, para 484, em 2007, mas não acompanhou na mesma velocidade a ampliação das vagas oferecidas, o que indica que as novas vagas se concentraram em cursos já existentes, ou seja, houve relativamente poucas aberturas de novos cursos de Ensino Superior no Espírito Santo, embora a média de concluintes por curso tenha sofrido pequenas oscilações, em torno de 30 a 40%.

**Gráfico 2.4 - Indicadores do Ensino Superior, Espírito Santo, 1991-2007**



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Deve-se destacar que as medidas voltadas para a melhoria na educação, no Espírito Santo e no Brasil, e as de estímulo dos capixabas e dos brasileiros aos estudos, têm proporcionado um resultado positivo, como pode ser observado pelos indicadores apresentados na Tabela 1.5 e Gráfico 1.5.

A escolaridade média da população capixaba acima de 25 anos seguiu paralela à média brasileira. No entanto, situou-se abaixo da escolaridade média brasileira, quando medida para a população de 25 a 34 anos de idade, embora tenha apresentado uma tendência mais veloz de crescimento.

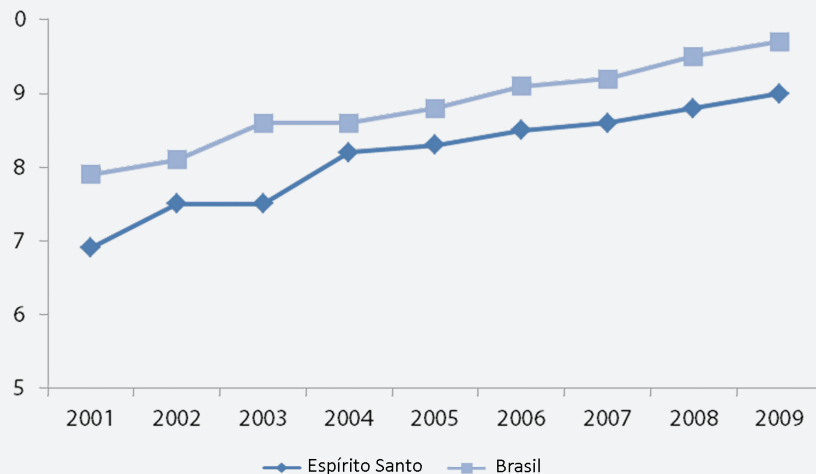
Cabe destacar que o nível de escolaridade para essa população é importante para avaliar o nível educacional da população no futuro, já que esta geração, além de ser a provedora de novas famílias, em um horizonte de 20 anos ou mais, os seus resultados tendem a se irradiar para as demais faixas etárias da população.

**Tabela 2.5 - Escolaridade média em anos de estudo e taxa de analfabetismo, Brasil e Espírito Santo, 2001-2009**

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
ES - Escolaridade média da população de 25 anos ou mais	6,0	6,0	6,2	6,5	6,8	6,8	7,0	7,0	7,2
BR - Escolaridade média da população de 25 anos ou mais	6,0	6,2	6,3	6,4	6,6	6,8	7,0	7,1	7,2
ES - Escolaridade média da população de 25 a 34 anos	6,9	7,5	7,5	8,2	8,3	8,5	8,6	8,8	9,0
BR - Escolaridade média da população de 25 a 34 anos	7,9	8,1	8,6	8,6	8,8	9,1	9,2	9,5	9,7
ES - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	11,5	10,7	10,3	9,5	8,7	9,5	8,5	8,8	8,5
BR - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	12,4	11,9	11,6	11,5	11,1	10,5	10,1	10,0	9,7

Fonte: IBGE/PNAD.

**Gráfico 2.5 - Escolaridade média da população de 25 a 34 anos, Brasil e Espírito Santo, 2001-2009 (em anos de estudo)**



Fonte: IBGE/PNAD.

An aerial night view of a city, likely Rio de Janeiro, showing a dense urban landscape with numerous lights reflecting on the water in the foreground. The image is overlaid with a semi-transparent orange and blue gradient.

## *3 INCLUSÃO SOCIAL*



O processo de inclusão social se caracteriza como uma forma de amenizar e combater as desigualdades existentes em uma determinada sociedade. Cabe destacar que estas desigualdades podem ser originadas por questões geográficas, de educação, de idade ou até mesmo de algum preconceito, seja racial seja de deficiência.

Com isso, as informações que serão aqui apresentadas se referem, principalmente, ao que é definido no Índice de Desenvolvimento Humano- IDH, construído por um leque de informações estatísticas referentes à saúde, à educação e à renda.

### 3.1 Escopo do ES 2025

O segundo eixo estratégico do ES 2025 foi denominado de “erradicação da pobreza e redução das desigualdades”, considerado agora como o eixo da inclusão social. Sua principal perspectiva foi a de erradicar a pobreza com distribuição de renda, provocando uma redução no índice de Gini de 26%, tomando como meta o índice de Portugal em 2005.

Além de programas de transferência de renda condicionada, o documento apontava outras iniciativas para o desenvolvimento social, como a ampliação do acesso dos mais pobres a serviços sociais e produtivos, o estímulo ao empreendedorismo local, a disseminação do microcrédito, o desenvolvimento de micro e pequenos negócios em âmbito local, além da universalização do acesso à tecnologia da informação e a ampliação educacional para jovens e adultos em condições de alta vulnerabilidade.

Quanto aos indicadores que iriam refletir o alcance das metas estabelecidas, o ES 2025 destacou quatro, conforme Tabela 3.1, tendo como questão central a renda pessoal e sua distribuição, além da redução da mortalidade infantil.

<b>Tabela 3.1 - Erradicação da pobreza e redução das desigualdades: resultados finalísticos</b>		
<b>Resultado</b>	<b>Situação atual</b>	<b>2025</b>
Erradicar a pobreza no Espírito Santo até 2025	21,0% (2004)	0,0%
Reduzir em 26% a desigualdade no Espírito Santo até 2025 (medida pelo índice Gini)	0,55 (2004)	0,412
Em 2025, nenhum morador do Estado do Espírito Santo deverá ter uma renda domiciliar per capita inferior à mediana registrada no Estado em 2004	-	R\$ 253,00
Reduzir a mortalidade infantil (óbitos de crianças menores de 1 ano por 1 mil nascidos vivos)	29,17 (2000)	Inferior a 5

Fonte: ES 2025.

### 3.2 Análise crítica dos indicadores do ES 2025

Um indicador de reconhecimento internacional para se avaliar o processo de inclusão social em determinadas regiões é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Este índice é amplamente utilizado para avaliar a qualidade de vida da população dos países e/ou regiões a partir de indicadores de educação, alfabetização e taxa de matrícula; de saúde, longevidade e esperança de vida ao nascer; e de renda, PIB per capita.

Este indicador apresenta resultados que variam entre 0 e 1, indicando nenhum e total desenvolvimento humano, respectivamente. Além disso, apresenta a seguinte caracterização para as regiões:

- Até 0,499 - desenvolvimento humano considerado baixo;
- Entre 0,500 e 0,799 - desenvolvimento humano considerado médio;
- Maior que 0,800 - desenvolvimento humano estimado alto.

Cabe destacar que a última publicação oficial, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do IDH-M, ocorreu em 2000. A Tabela 3.2 mostra o comportamento do IDH, geral e em suas subdivisões, entre 1991 e 2000, para o Espírito Santo, destacando os índices dos municípios que obtiveram os menores e os maiores valores.

De uma forma geral, houve uma evolução superior a 10% nesse período no IDH estadual, destacando-se a superioridade da evolução da educação em relação à renda e à longevidade.

Por outro lado, nota-se que os menores índices evoluíram mais rapidamente que os maiores, indicando uma desconcentração nesse período, o que denota uma tendência de aproximação entre os menores e maiores IDHs dos municípios do Espírito Santo.

Assim, o menor índice evoluiu de 0,555 para 0,659, entre 1991 e 2000, o equivalente ao crescimento de 18,7%, enquanto o maior evoluiu de 0,797 para 0,856, ou 7,4%, no mesmo período.

De novo, constatou-se a evolução mais rápida no IDH educação, com um aumento de 31,1% nos menores índices registrados entre 1991 e 2000, destacando-se que o maior atingiu 0,948, em 2000, e o menor ficou em 0,692.

**Tabela 3.2 - IDH entre os municípios capixabas e média estadual, 1991-2000**

IDH	Ano	Menor	Espírito Santo	Maior
IDH	1991	0,555	0,690	0,797
	2000	0,659	0,765	0,856
	Crescimento (%)	18,7	10,9	7,4
IDH renda	1991	0,469	0,653	0,793
	2000	0,570	0,719	0,858
	Crescimento (%)	21,5	10,1	8,2
IDH educação	1991	0,528	0,763	0,746
	2000	0,692	0,855	0,948
	Crescimento (%)	31,1	12,1	27,1
IDH longevidade	1991	0,539	0,653	0,746
	2000	0,626	0,721	0,831
	Crescimento (%)	16,1	10,4	11,4

Fonte: IPEA.

Os Gráficos 3.1 a 3.4 mostram a evolução da distribuição quantitativa dos municípios capixabas conforme as classificações de IDH e respectivos desmembramentos (renda, educação e longevidade).

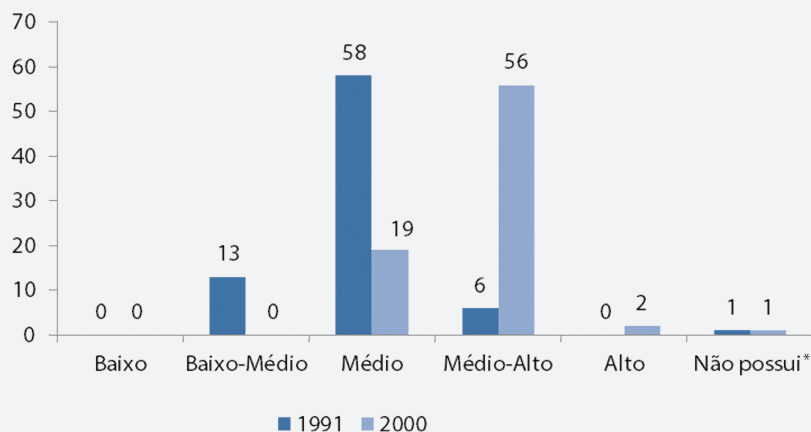
Cabe destacar que, pela elevada quantidade de municípios que apresentaram um nível de desenvolvimento humano considerado médio (variando entre 0,500 e 0,799), o presente estudo optou por elaborar uma reclassificação, adotando-se a seguinte distribuição:

- Até 0,499 - desenvolvimento humano considerado baixo;
- Entre 0,500 e 0,599 - baixo-médio desenvolvimento humano;
- Entre 0,600 e 0,699 - médio desenvolvimento humano;
- Entre 0,700 e 0,799 - médio-alto desenvolvimento humano;
- Maior que 0,800 - desenvolvimento humano considerado alto.

Entre 1991 e 2000, observou-se uma considerável evolução nos municípios capixabas, desaparecendo municípios com IDH considerado baixo e aparecendo dois com IDH considerado alto.

Na faixa intermediária, de uma posição com 58 municípios no índice médio e 6 no médio-alto, em 1991, passou-se, respectivamente, para 6 e 56 em 2000.

**Gráfico 3.1 - Número de municípios por faixa de IDH, Espírito Santo, 1991-2000**



Fonte: IPEA.

Nota: \*O município de Governador Lindenberg se emancipou após o ano de 2000.

Em relação aos seus desmembramentos, o IDH renda ainda é o que apresenta a pior distribuição entre os municípios, apesar de ter evoluído satisfatoriamente entre 1991 e 2000. Em 1991, havia 3 municípios na faixa considerada de baixo desenvolvimento e 49 na faixa baixo-médio. Em 2000, constatarem-se apenas 4 municípios na faixa baixo-médio, mas ainda com a presença de 62 municípios no intervalo médio e apenas 11 acima do médio-alto.

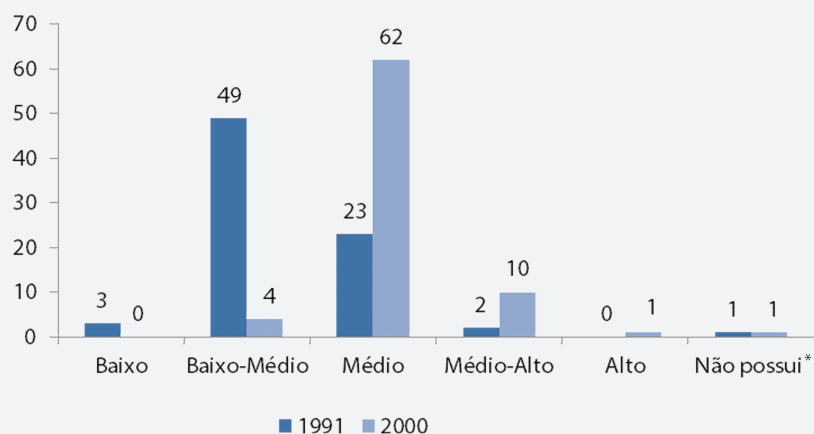
O índice referente à educação apresentou uma evolução considerável. Em 1991, havia 37 municípios

até o intervalo médio e 37 no médio-alto, chegando em 2000 com apenas um município no nível médio, 32 no médio-alto e 44 no nível mais elevado.

O índice representativo da condição de saúde, denominado longevidade, também apresentou uma evolução positiva no período de 1991 a 2000. De 14 municípios no intervalo baixo-médio, 49 no médio e 14 médio-alto, em 1991, passou-se para 23 no médio, 41 no médio-alto e 3 no alto, em 2000.

Apesar dos inúmeros aspectos positivos, como sua confiabilidade, sua abrangência social e do poder de comparabilidade entre as regiões, o IDH tem um aspecto negativo por ter sua apuração/divulgação realizada num intervalo temporal muito longo, o que dificulta sua utilização como índice de acompanhamento da evolução da inclusão social, tendo-se que mesclar seu uso com indicadores de menor periodicidade.

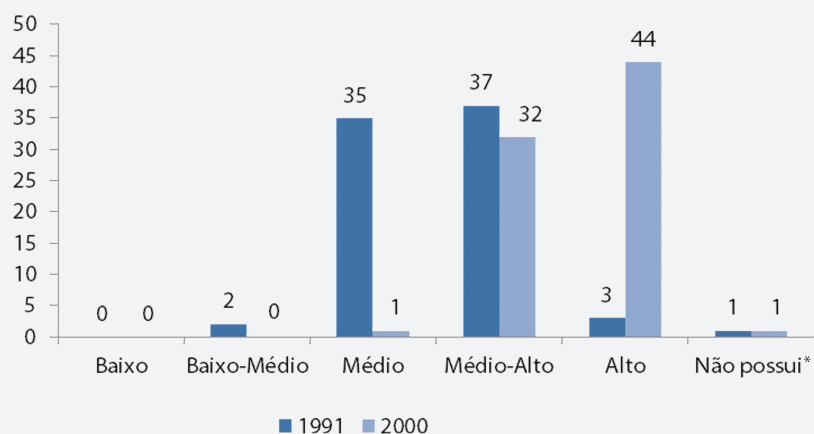
**Gráfico 3.2 - Número de municípios por faixa de IDH renda, Espírito Santo, 1991-2000**



Fonte: IPEA.

Nota: \*O município de Governador Lindenberg se emancipou após o ano de 2000.

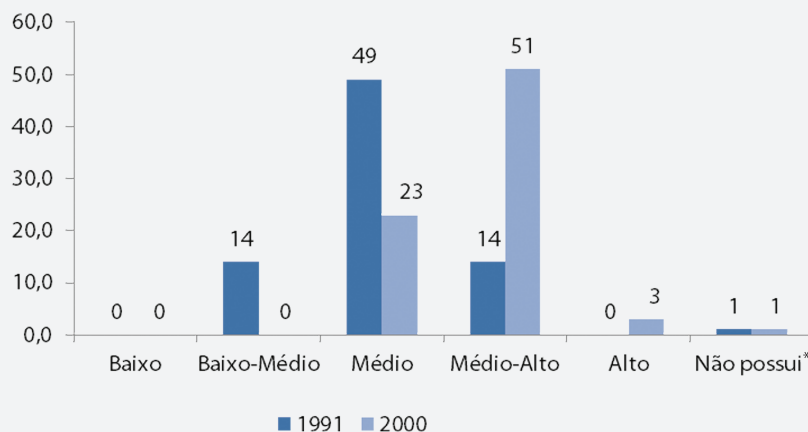
**Gráfico 3.3 - Número de municípios por faixa de IDH educação, Espírito Santo, 1991-2000**



Fonte: IPEA.

Nota: \*O município de Governador Lindenberg se emancipou após o ano de 2000.

**Gráfico 3.4 - Número de municípios por faixa de IDH longevidade, Espírito Santo, 1991-2000**



Fonte: IPEA.

Nota: \*O município de Governador Lindenberg se emancipou após o ano de 2000.

Um indicador que pode ser utilizado em concomitância com o IDH é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, que apresenta as mesmas avaliações que o IDH, porém com uma metodologia de cálculo diferente, permitindo que ele apresente uma frequência de mensuração anual, a partir do ano de 2005.

Assim, o IFDM é importante para avaliar o que ocorreu com os itens que compõem o IDH em um período mais recente, já que sua primeira mensuração corresponde exatamente à última mensuração do IDH, ou seja, o ano de 2000, e permite a obtenção de resultados mais recentes e, neste caso, para o ano de 2007.

A metodologia de cálculo do IFDM é uma média simples entre os itens de “emprego e renda”, “educação” e “saúde”, e seus resultados podem variar entre 0 e 1, do pior para o melhor, respectivamente. No IFDM “emprego e renda”, as variáveis que servem como base de cálculo são fornecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, oriundas da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Para o IFDM “educação”, consideram-se as informações do Censo Escolar e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Como o IDEB é bienal, utiliza-se sempre o último resultado disponível. O IFDM “saúde” tem como base de cálculo os indicadores apurados pelo Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Cabe destacar que, assim como o IDH, o IFDM também apresenta uma classificação para seus resultados, assim distribuída:

- Até 0,4 - considerado de baixo desenvolvimento;
- Entre 0,4 e 0,6 - considerado de desenvolvimento regular;

- Entre 0,6 e 0,8 - considerado de desenvolvimento moderado;
- Acima de 0,8 - considerado de alto desenvolvimento.

Embora o índice Firjan não possa ser comparado ao IDH em termos absolutos, sua evolução certamente expressa a tendência que pode assumir o IDH. Assim, para o período mais recente, entre 2000 e 2007, o Firjan para o Espírito Santo cresceu 20,5%, com significativa melhora no componente emprego e renda, apesar de ainda se apresentar como menor que o de educação e o de saúde, conforme Tabela 3.3.

Cabe destacar que, assim como ocorreu com o IDH para o período de 1991 a 2000, o IFDM entre os anos de 2000 e 2007 também obteve um maior crescimento entre os menores indicadores municipais, o que demonstra que a tendência de aproximação entre os menores e os maiores IFDMs permaneceu para o período mais recente.

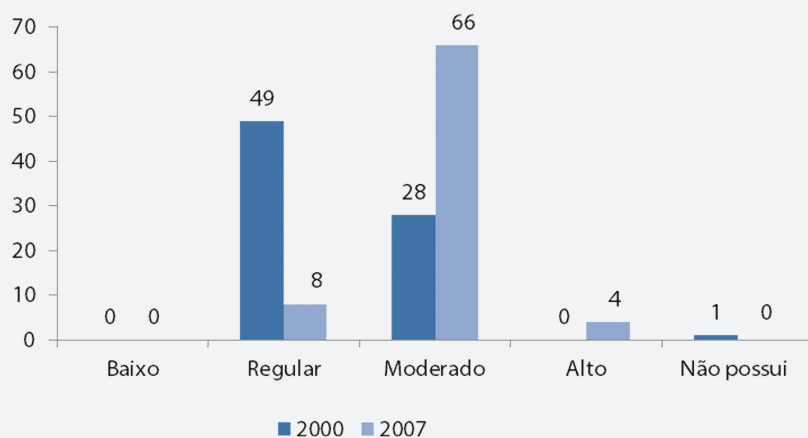
O menor indicador registrado para emprego e renda em 2000 foi de 0,1713 e, apesar do crescimento de 52,1% até 2007, foi ainda um indicador muito reduzido, atingindo 0,2605, considerado de baixo desenvolvimento.

<b>Tabela 3.3 - Maior e menor IFDM entre os municípios capixabas e média estadual, 2000-2007</b>					
IFDM		Ano	Menor	Espírito Santo	Maior
IFDM	2000	0,4303	0,6226	0,7589	250
	2007	0,5375	0,7499	0,8669	250
	Crescimento (%)	24,9	20,5	14,2	250
IFDM emprego e renda	2000	0,1713	0,4735	0,7552	350
	2007	0,2605	0,6664	0,9062	350
	Crescimento (%)	52,1	40,7	20,0	350
IFDM educação	2000	0,4817	0,6558	0,8018	400
	2007	0,6277	0,7552	0,9068	350
	Crescimento (%)	30,3	15,2	13,1	400
IFDM saúde	2000	0,5412	0,7385	0,8555	200
	2007	0,6229	0,8281	0,9207	200
	Crescimento (%)	15,1	12,1	7,6	200

Fonte: FIRJAN.

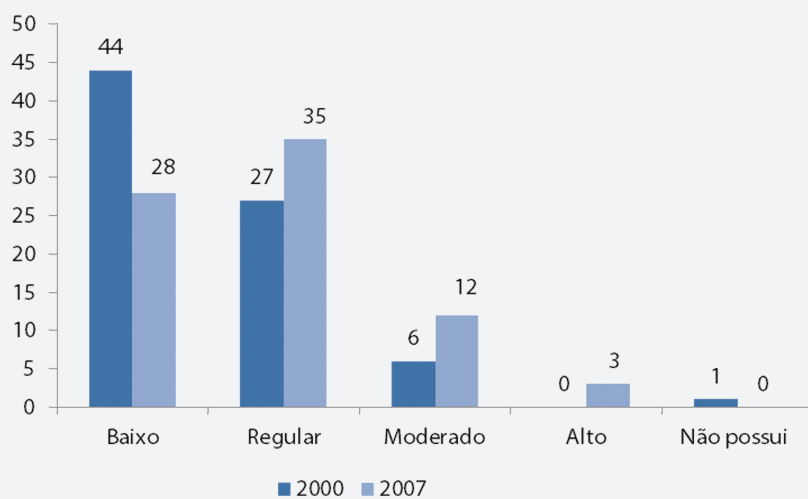
Analisando-se a totalidade dos municípios capixabas, distribuídos conforme a classificação do IFDM, pode-se, também, observar uma forte tendência à melhoria das posições, conforme os Gráficos de 3.5 a 3.8. Registre-se que o município de Governador Lindenberg se emancipou após o ano de 2000.

**Gráfico 3.5 - Municípios por faixa de IFDM, Espírito Santo, 2000-2007**



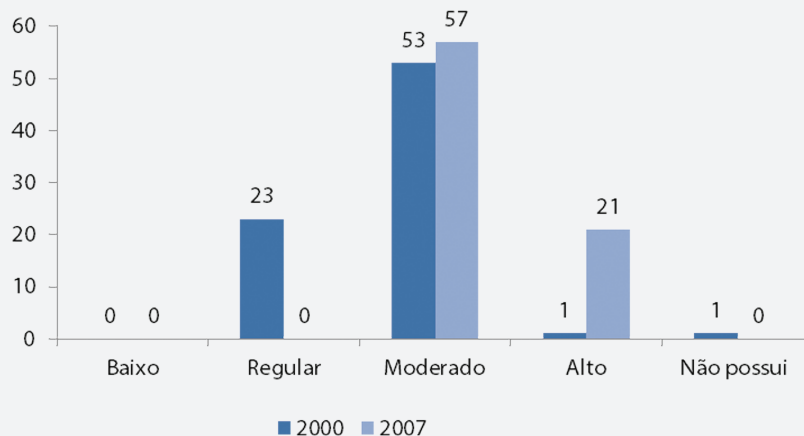
Fonte: FIRJAN.

**Gráfico 3.6 - Municípios por faixa de IFDM emprego e renda, Espírito Santo, 2000-2007**



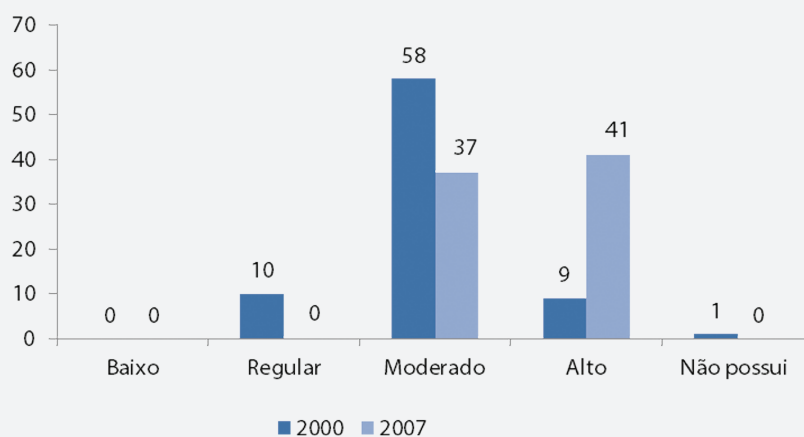
Fonte: FIRJAN.

**Gráfico 3.7 - Municípios por faixa de IFDM educação, Espírito Santo, 2000-2007**



Fonte: FIRJAN.

**Gráfico 3.8 - Municípios por faixa de IFDM saúde, Espírito Santo, 2000-2007**



Fonte: FIRJAN.

Como pode ser observado, os índices que evoluíram mais rapidamente foram os relacionados à educação e à saúde. Em ambos não se constata mais presença de municípios na faixa de desenvolvimento considerada regular no ano de 2007, chegando-se a 67 municípios com desenvolvimento moderado e 21 com alto desenvolvimento para a educação, e 27 e 41, para a saúde, respectivamente.

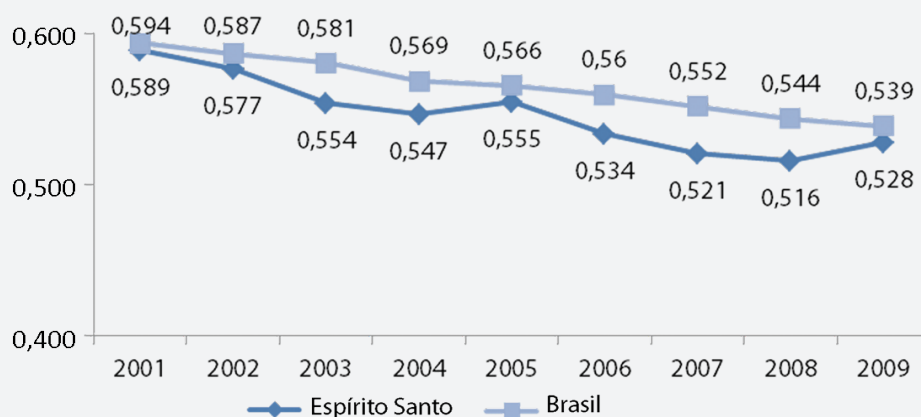
No entanto, o índice relacionado ao emprego e renda, apesar de ter evoluído, ainda apresentava 28 municípios com baixo desenvolvimento, 35 com regular, 15 com moderado e apenas 3 com alto desenvolvimento. Deve-se fazer a ressalva de que esses indicadores de renda familiar retratam as estatísticas provenientes dos empregos formais, o que pode mascarar um pouco o real universo de fontes de renda das famílias.

De qualquer forma, a questão da renda é fundamental quando se trata da inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade social. Contudo, uma renda maior nem sempre garante elevação de bem-estar das famílias.

Há de se considerar uma série de fatores de ordem não econômica, tais como, estar bem nutrido, ter boa saúde, ser livre para se prevenir de doenças e da morte prematura, ter força física e mental, ser livre para participar da vida em comunidade, além de alguns fatores de ordem subjetiva como ser feliz ou ter respeito por si próprio (IJSN, 2011, p. 6).

O crescimento das rendas total e per capita de uma região também não é um indicador apropriado, uma vez que encobre a forma em que se distribui a renda por toda a população. Assim, para se avaliar a distribuição de renda de uma determinada região, o indicador mais utilizado é o coeficiente de Gini, que varia entre 0 e 1, da completa igualdade de renda à completa desigualdade. A concentração de renda no Espírito Santo é um pouco menor que a média brasileira e acompanha sua tendência de desconcentração. Entre 2001 e 2009, o índice de Gini do Espírito Santo caiu de 0,589 para 0,528, ou seja, 10,4% em menos de uma década (Gráfico 3.9).

**Gráfico 3.9 - Coeficiente de Gini, Brasil e Espírito Santo, 2001-2009**

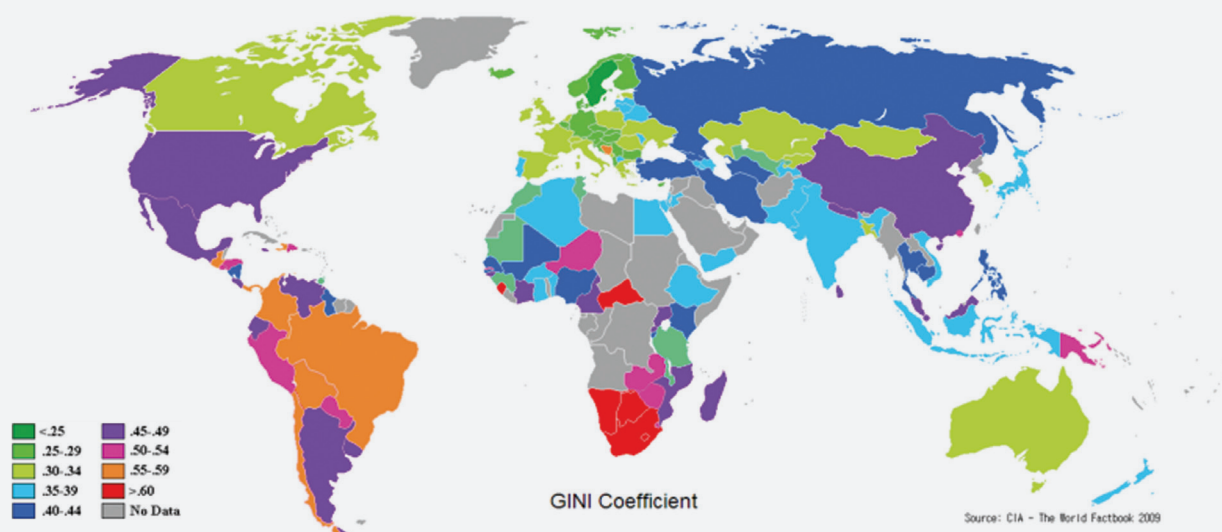


Fonte: IBGE/PNAD/IJSN.

Comparativamente a outros países, o Brasil apresenta um dos índices mais elevados, conforme pode ser observado na Figura 3.1.

Como exemplos, podem ser citados os seguintes países: Noruega, 0,250 (2008); Alemanha, 0,270 (2006); França: 0,327 (2008); Portugal, 0,385 (2008); Estados Unidos, 0,450 (2007); China, 0,470 (2007); México, 0,479 (2006); Argentina, 0,490 (2007); e Paraguai, 0,568 (2008).

**Figura 3.1 - Coeficiente de Gini no mundo**



Fonte: Central de Intelligence Agency.

Outra forma de mostrar a desigualdade na distribuição de renda é pela relação entre a renda apropriada das pessoas que estão no estrato de renda dos 10% mais ricos, com as que estão no estrato dos 40% mais pobres, conforme Gráfico 3.10. Por este indicador também se observa uma desconcentração de renda no Espírito Santo entre 2001 e 2009, sendo esta redução um pouco mais acentuada que a do Brasil.

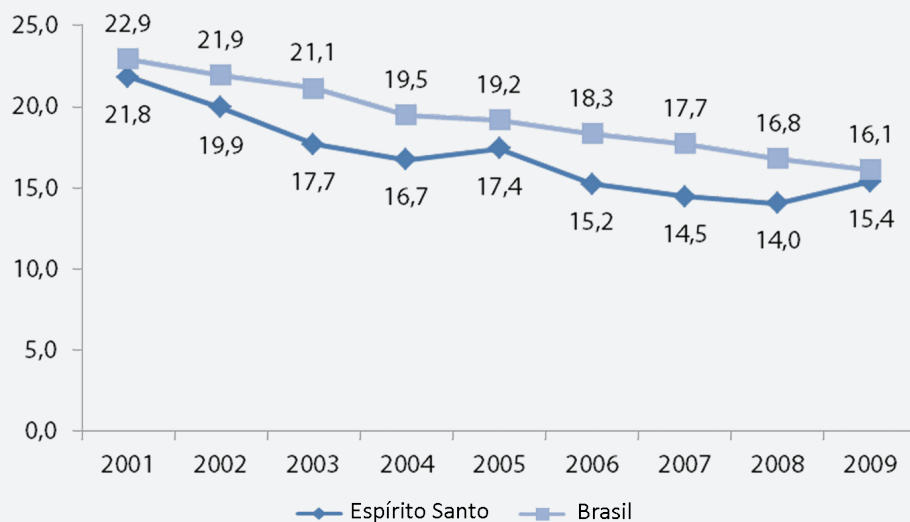
O Gráfico 3.10 mostra o percentual de pessoas por classe de renda no Espírito Santo, entre 2001 e 2009, de acordo com a seguinte classificação de renda:

- Elite: famílias com renda domiciliar per capita superior a R\$ 1.280,16;
- Classe média: renda domiciliar per capita entre R\$ 296,95 e R\$ 1.280,16;
- Remediados: renda domiciliar per capita de R\$ 157,56 a R\$ 296,95;
- Pobres: famílias com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 157,56.

Cabe destacar a migração de pessoas das classes inferiores para as de níveis mais elevados, com um aumento significativo daquelas que ingressaram na classe média, passando de 34,5%, em 2001, para 50,0%, em 2009, sendo que esta diferença representa um total de 820,4 mil pessoas.

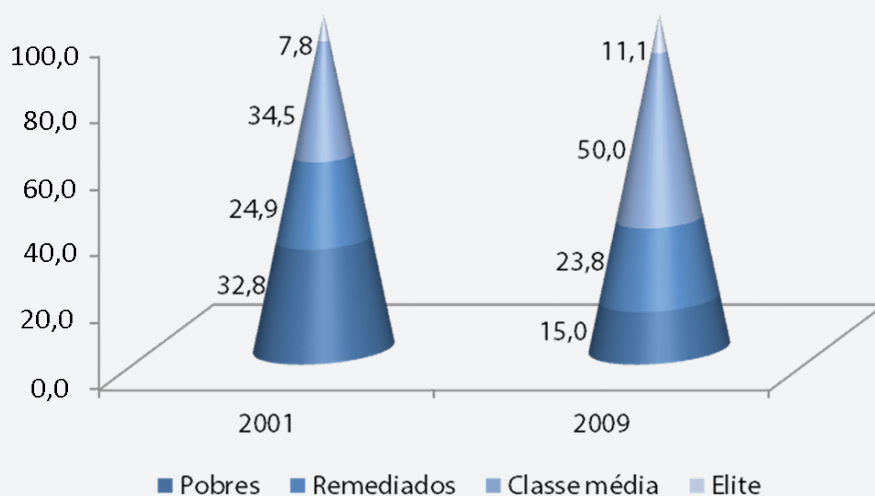
Por outro lado, é visível a ascensão dos pobres, cujo percentual foi reduzido de 32,8% para 15,0%, no mesmo período.

**Gráfico 3.10 - Razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres, Brasil e Espírito Santo, 2001-2009**



Fonte: IBGE/PNAD/IJSN.

**Gráfico 3.11 - Proporção de pessoas por classe de renda, Espírito Santo, 2001 e 2009 (%)**



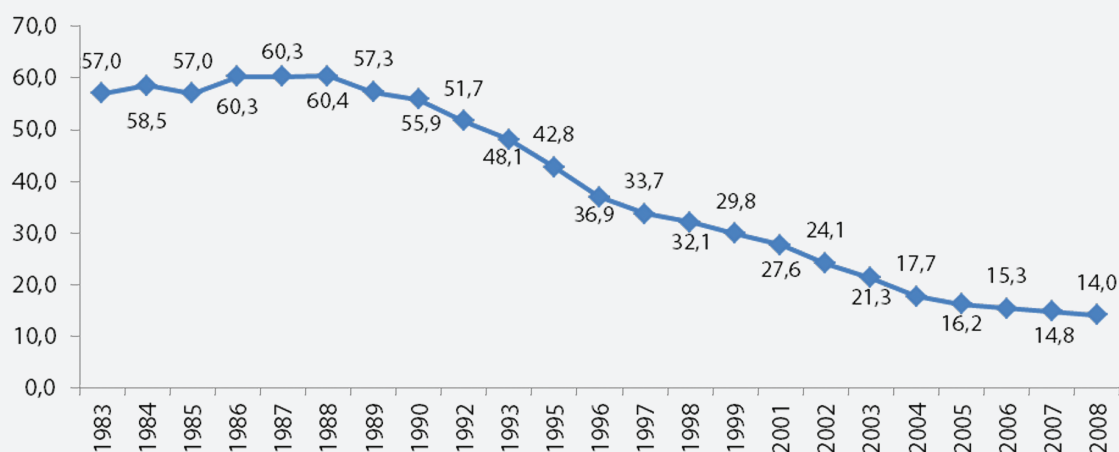
Fonte: IBGE/PNAD/IJSN.

Segundo o estudo do IJSN (2011, p. 7), “a pobreza se caracteriza pela privação severa de bem-estar decorrente de carências de planos distintos, associadas tanto a bens materiais (renda e patrimônio), quanto a bens intangíveis (informação, conhecimento, vínculos políticos e sociais, etc.)”.

Nesse sentido, não se pode desconsiderar os jovens que são, muitas vezes, impedidos de aproveitar as oportunidades de inclusão social justamente pela falta de acesso tanto a bens materiais quanto aos bens intangíveis.

Algumas estatísticas retratam um pouco da vida dos jovens capixabas. Uma delas está representada no Gráfico 3.12, que mostra o percentual de jovens de 17 anos no Espírito Santo que não frequentam escola e que não terminaram o Ensino Fundamental, no período de 1983 a 2008. Apesar de uma queda significativa nesse período, que atingiu o máximo de 60,4%, em 1988, o índice de 14,0%, em 2008, é ainda bastante preocupante e revela o grau de vulnerabilidade desses indivíduos, já que nesta idade deveriam estar concluindo o Ensino Médio.

**Gráfico 3.12 - Percentual de jovens de 17 anos que não frequentam escola e não terminaram o ensino fundamental, Espírito Santo, 1983-2008**



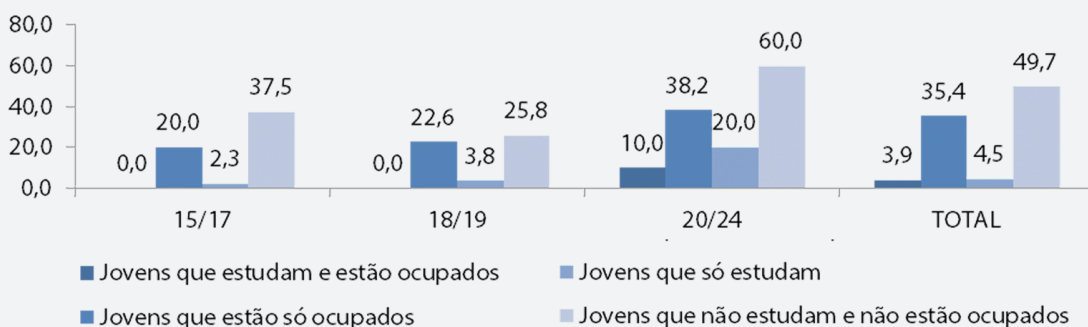
Fonte: IBGE/PNAD/IJSN.

Outra informação que pode ser considerada quando se analisa a vida dos jovens, está representada no Gráfico 3.13. Desta feita, trata-se especificamente das jovens em relação às suas atividades de estudo e/ou trabalho combinadas com a maternidade.

Observa-se o significativo percentual 49,7% de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, do sexo feminino, que tiveram filhos e que, por sua vez, não estudam e não estão ocupadas.

A gravidez precoce entre os 15 e 17 anos atinge 37,5% das jovens que não estudam e não trabalham, e 20,0% daquelas que apenas trabalham, sendo ínfimo para aquelas que estudam.

**Gráfico 3.13 - Percentual de mães, de 15 a 24 anos, conforme ocupação, Espírito Santo, 2009**

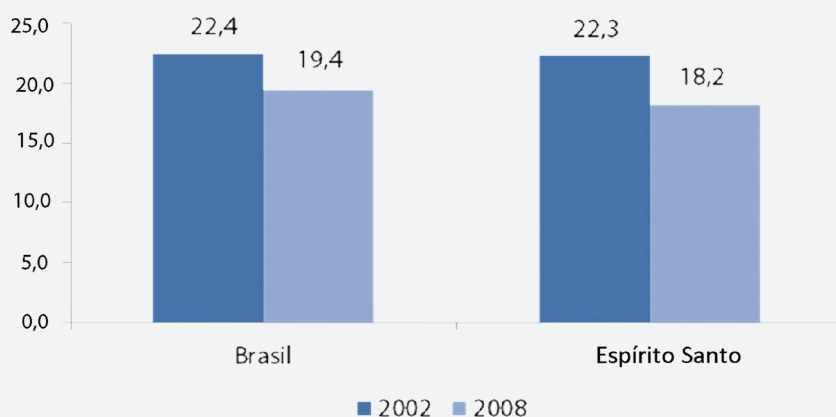


Fonte: IBGE/PNAD/IJSN.

Para corroborar a permanência da gravidez precoce nos últimos anos, pode-se observar o Gráfico 3.14, que, apesar de uma ligeira queda, apresenta percentual de mulheres de 15 a 19 anos de idade, que tiveram filhos, ainda é muito elevado. No Espírito Santo, entre os anos de 2002 e 2008 esse percentual caiu de 19,4% para 18,2%, enquanto no Brasil foi de 22,4% para 22,3%, respectivamente. Ou seja, no período analisado, se houve alguma política de combate à gravidez precoce, ela não surtiu efeito.

Cabe destacar a importância de políticas públicas voltadas para o problema da gravidez na adolescência, um momento de formação escolar e de preparação para o mundo do trabalho. A ocorrência de uma gravidez nessa fase, portanto, significa o atraso ou até mesmo a interrupção desses processos. O que pode comprometer o início da carreira ou o desenvolvimento profissional.

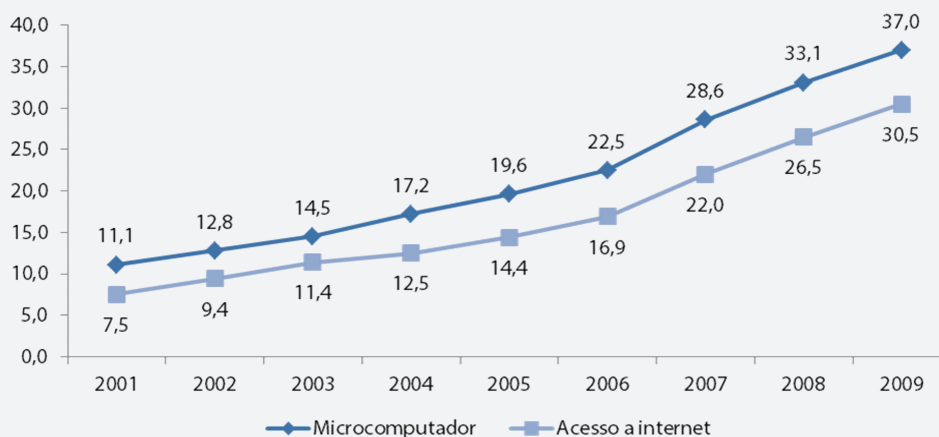
**Gráfico 3.14 - Percentual de mulheres de 15 a 19 anos de idade que tiveram filho, Brasil e Espírito Santo, 2002-2008**



Fonte: IBGE/PNAD/IJSN.

No mundo atual, o acesso à informação tem sido essencial para o ingresso na vida profissional de qualquer indivíduo. Por conta disso, o uso de microcomputador e o acesso à internet tornaram-se um item essencial e representam um dos parâmetros para medir a inclusão social. O Gráfico 3.15 mostra uma evolução relativamente rápida dos domicílios que dispõem de computadores e acesso à internet entre 2001 e 2009.

**Gráfico 3.15 - Percentual de domicílios com acesso a microcomputador e internet, Espírito Santo, 2001/2009**



Fonte: IBGE/PNAD/IJSN.

A Tabela 3.4 apresenta alguns indicadores de saúde e a estrutura física de atendimento, no Espírito Santo e no Brasil, para o ano de 2009. Cabe destacar que uma das medidas prioritárias adotadas pelo governo federal, na área da saúde, foi a descentralização dos serviços de saúde e das atividades relacionadas à saúde preventiva, executadas pelas equipes de Saúde da Família.

Comparativamente à média brasileira, o Espírito Santo foi superior na proporção de equipes por dez mil famílias e na proporção de médicos por mil habitantes. Porém, mostrou-se inferior nos índices relacionados à disponibilidade de leitos por mil habitantes, tanto no total, como nos leitos disponíveis para o SUS.

**Tabela 3.4 - Indicadores de saúde e estrutura física de atendimento, Espírito Santo e Brasil, 2009**

Discriminação	Espírito Santo	Brasil
Mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	12,0	14,8
Proporção de equipes de Saúde da Família por 10.000 famílias	6,5	6,2
Proporção de médicos por 1.000 habitantes	1,7	1,5
Proporção de leitos totais por 1.000 habitantes	2,2	2,5
Proporção de leitos SUS por 1.000 habitantes	1,6	1,8

Fonte: SIM/CNES/DATASUS, IJSN.

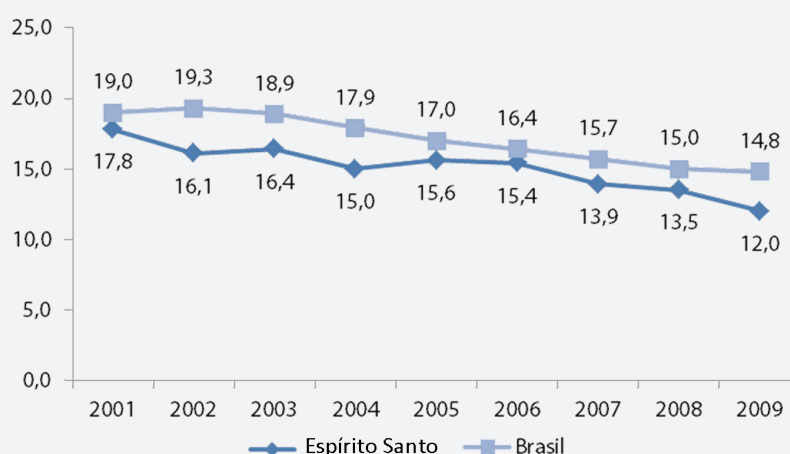
Conforme percebido na Tabela 3.4, a taxa de mortalidade infantil, por 1.000 nascidos vivos, de crianças menores de um ano de idade no Espírito Santo, no ano de 2009, foi inferior à média brasileira. Como se pode observar no Gráfico 3.16, esta taxa para o estado tem apresentado uma tendência de queda desde 2001 e mais acelerada que a redução apresentada pelo Brasil.

Entre 2001 e 2009, houve uma diminuição de 5,8 pontos percentuais para o Espírito Santo e de 4,2 para o Brasil. Em 2009, as respectivas taxas foram de 12,0% e de 14,8%.

Em contraposição à redução da mortalidade infantil, verifica-se uma tendência, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, à redução nas taxas de natalidade e ao aumento da expectativa de vida, com o conseqüente aumento do índice de envelhecimento da população.

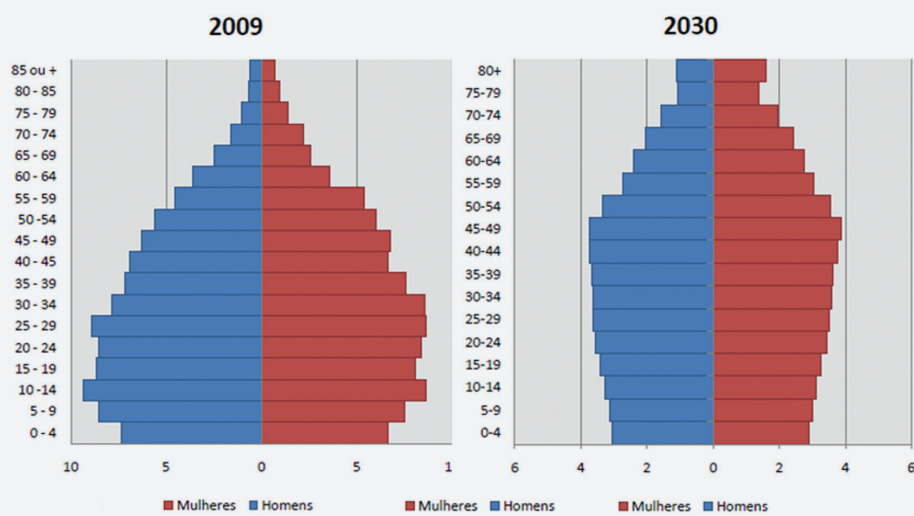
Cabe destacar que esta situação não é diferente no estado do Espírito Santo e, conforme projeções do IJSN para o ano de 2030, haverá um certo "achatamento" nas faixas etárias intermediárias, bem como uma distribuição mais uniforme da população entre as faixas etárias, conforme observado no Gráfico 3.17. Com isso não se pode deixar de elaborar políticas de bem-estar social voltadas exclusivamente para os idosos.

**Gráfico 3.16 -Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) de crianças menores de um ano, Brasil e Espírito Santo, 2001/2009**



Fonte: SIM/DATASUS/SESA/IJSN.

**Gráfico 3.17 - Pirâmide etária da população capixaba, 2009 e 2030**



Fonte: PNAD/IJSN.

as à gravidez precoce;

An aerial night view of a city with fireworks exploding in the sky. The city lights are visible in the background, and the fireworks are in the foreground, creating a vibrant and celebratory atmosphere. The text is overlaid on the image.

# *4 REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE*



O tema desse eixo estratégico – da violência e da criminalidade – vem ocupando, cada vez mais, os gestores de políticas públicas e recebido expressivas verbas orçamentárias por parte do governo estadual e, mesmo assim, seu enfrentamento continua sendo um grande desafio. Entender seus fatores geradores e aprimorar as estatísticas concernentes aos crimes, especialmente quanto às incidências mais frequentes, é um passo fundamental para a formulação de políticas de intervenção nessa área.

O contínuo incremento da violência cotidiana configura-se como aspecto representativo e problemático da atual organização da vida social, especialmente nos grandes centros urbanos, manifestando-se nas diversas esferas da vida societal. A questão da violência e sua contrapartida, a segurança cidadã, tem-se convertido em uma das principais preocupações não só no Brasil, mas também, nas Américas e no mundo todo, como evidenciam diversas pesquisas de opinião pública

(WAISELFISZ, 2011, p. 9).

Ademais, muitos estudos mostram os danos da violência na sociedade, seja para a qualidade de vida urbana seja para a segurança da realização dos negócios.

O impacto dos crimes sobre a qualidade de vida e economia é incalculável, pois se estima, em função do crime ou do temor do crime, o que é feito ou deixado de fazer, e o que envolve desde gastos individuais, saúde pública e no tratamento de traumas decorrentes da vitimização. Acrescente-se o deslocamento de investimentos para a segurança individual e privada, bem como o acréscimo de gastos do Estado na área de segurança pública. O exemplo mais claro dessas perdas incalculáveis, em termos de vidas humanas e pânico coletivo e seus impactos econômicos decorrente da criminalidade ocorreu em São Paulo em maio de 2006, em função das rebeliões comandadas pelo PCC (Primeiro Comando da Capital). Um exemplo, no caso do Espírito Santo, refere-se aos incêndios nos ônibus, ocorridos em 2003, e que tornaram necessária a atuação do Exército e da Força Nacional de Segurança, naquela ocasião

(CRUZ, 2010, p. 4).

Os relatos de experiências bem-sucedidas para a redução dos índices de criminalidade em outros estados e/ou países ajudam não só a entender melhor esse problema como, e principalmente, contribui para a percepção de que é possível construir uma sociedade justa, equânime e equilibrada, em prazos relativamente curtos.

## 4.1 Escopo do ES 2025

“A violência será parte do passado”. Assim o ES 2025 resume o principal objetivo de um eixo estratégico com um tema por demais presente no Espírito Santo, especialmente se comparado com os demais estados brasileiros, e em escala crescente. O controle da violência e da criminalidade deve ser efetivado por meio de uma crescente participação da sociedade no planejamento e na gestão da segurança pública. Além disso, o documento destaca as ações voltadas para a prevenção, em articulação permanente com as metas estabelecidas nos demais eixos estratégicos.

Os resultados alcançados também decorrerão de medidas efetivas tomadas no campo da prevenção, em especial como decorrência da articulação de políticas sociais, de desenvolvimento urbano e de segurança pública. Nesse sentido, a população jovem em condições de vulnerabilidade social receberá especial atenção, com a concessão de bolsas para permanência nas escolas e criação de núcleos de esporte, música, dança, teatro e cursos profissionalizantes em todo o Estado

(ESPÍRITO SANTO 2025, 2006, p. 53).

Tomando um período de mais de duas décadas, o ES 2025 constatou um crescimento contínuo da violência no Espírito Santo, evoluindo de um índice de 16,43 homicídios por 100 mil habitantes, em 1982, para 50,6, em 2005, situando-se como um dos estados mais violentos da federação. Os resultados apontados para 2025, conforme Tabela 4.1, consideraram uma expressiva redução nos índices de violência e de criminalidade, além de uma evolução considerável no índice de confiança na polícia, tomando por base experiências nacionais e internacionais bem-sucedidas, considerando a realidade e os desafios específicos ao Espírito Santo.

**Tabela 4.1 - Redução da violência e da criminalidade: resultados finalísticos**

Resultado	Situação atual	2030
Reduzir o número de homicídios por 100 mil habitantes	50,6 (2005)	Inferior a 10
Reduzir crimes violentos contra o patrimônio por 100 mil habitantes	206,4 (2004)	41,3
Aumentar o índice de confiança da Polícia	37,10 % (2006)	80%

Fonte: ESPÍRITO SANTO 2025.

## 4.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025

Os três indicadores do ES 2025 são bastante apropriados e comumente utilizados, para expressar o grau de violência de uma sociedade. No entanto, a evolução desses indicadores no Espírito Santo não ocorreu propriamente conforme o previsto. O índice de homicídios, projetado para ser inferior a 10 em cada 100 mil habitantes em 2025, alcançou uma trajetória ascendente desde 2005, elevando-se para 57,93, em 2009, um crescimento próximo de 15%. O índice total de mortes violentas atingiu 104,30 em cada 100 mil habitantes, conforme se vê, a seguir. Destaque-se que a segunda causa de mortes violentas refere-se a acidentes de trânsito, equivalente a 19,96 mortes por 100 mil habitantes.

**Tabela 4.2 - Mortes Violentas segundo causas, Espírito Santo, 2009**

Causas	Número de Óbitos	Taxa por 100.000 habitantes
Homicídio	2.020	57,9
Acidente de trânsito	696	19,9
Queda	315	9,0

**Continua...**

**...Continuação**

**Tabela 4.2 - Mortes Violentas segundo causas, Espírito Santo, 2009**

<b>Causas</b>	<b>Número de Óbitos</b>	<b>Taxa por 100.000 habitantes</b>
Atropelamento	232	6,6
Afogamento	204	5,8
Suicídio	170	4,8
Outros	561	16,0
<b>Total</b>	<b>4.198</b>	<b>120,3</b>

Fonte: PM-ES/IJSN.

Ao contrário de outros indicadores referidos nos demais eixos estratégicos, que apresentaram uma melhoria em suas performances ao longo dos últimos anos, os índices de violência e de criminalidade, que já eram elevados, nem sequer ficaram no mesmo patamar, apresentando um quadro muito mais agravante. Esse fato conduz à reflexão de que é necessário analisar o conjunto de determinantes e causas específicas em cada caso, compreensíveis a partir de seu contexto sociológico e de como se comporta sua regularidade e constância.

E são essas regularidades as que nos possibilitam inferir que, longe de ser resultado de decisões individuais tomadas por indivíduos isolados, estamos perante fenômenos de natureza social, produto de conjuntos de determinantes que se originam na convivência dos grupos e nas estruturas da sociedade (WASELFISZ, 2011, p. 11).

O segundo indicador evoluiu ainda mais rapidamente, passando de 206,4 crimes violentos contra o patrimônio em cada 100 mil habitantes, em 2004, para 351,17, em 2009, o que equivale a um crescimento de 70% nesse curto período, conforme Tabela 4.3.

A previsão para 2025 seria reverter drasticamente esse quadro, chegando-se a um índice de 41,3.

**Tabela 4.3 - Crimes violentos contra o patrimônio, Espírito Santo, 2009**

<b>Tipo de Ocorrência</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Taxa por 100.000 habitantes</b>
Roubo	6.224	178,4
Roubo em estabelecimento comercial	3.174	91,0
Roubo de veículo	1.786	51,2
Roubo em residência	499	14,3
Roubo em coletivo	381	10,9
Roubo em estabelecimento financeiro	72	2,0

**Continua...**

**...Continuação**

**Tabela 4.3 - Crimes violentos contra o patrimônio, Espírito Santo, 2009**

<b>Tipo de Ocorrência</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Taxa por 100.000 habitantes</b>
Extorsão	53	1,5
Roubo em estabelecimento de ensino	30	0,8
Roubo de auto carga	14	0,4
Extorsão mediante sequestro	13	0,3
<b>Total</b>	<b>12.246</b>	<b>351,1</b>

Fonte: PM-ES/IJSN.

De acordo com o Mapa da Violência 2011, o Brasil apresentou um crescimento moderado nas taxas de homicídio entre 1998 e 2008, passando de 25,9 homicídios, por 100 mil habitantes, para 26,4, nesse período, sendo o maior índice registrado em 2003, equivalente a 28,9. Segundo Waiselfisz (2011, p. 25),

O que realmente impressiona nesses números são suas magnitudes. No ano de 2008, com todas as quedas derivadas da Campanha do Desarmamento e de diversas iniciativas estaduais, aconteceram mais de 50 mil homicídios, nível semelhante ao pico de 51 mil homicídios de 2003. Isso representa 137 vítimas diárias, número maior que um massacre do Carandiru a cada dia do ano.

Observa-se uma inconstância muito grande dessas estatísticas entre as unidades federativas, cujas evoluções foram bastante diferenciadas. Dos 27 estados brasileiros, 11 apresentaram queda nos índices entre 1998 e 2008, incluindo o Espírito Santo, de 58,4 para 56,4, um decréscimo de 3,5%, e destacando-se o estado de São Paulo, que apresentou a maior queda entre todos os estados, de 39,7 para 14,9, equivalente a menos 62,4%.

Os demais mostraram taxas de crescimento positivas e, em alguns, muito elevadas, como o Maranhão, que cresceu 297,0%, a Bahia, 237,5%, e o Pará, com 193,8% (Tabela 4.4 e Gráfico 4.1). Essa mesma diversidade pode ser verificada nos índices.

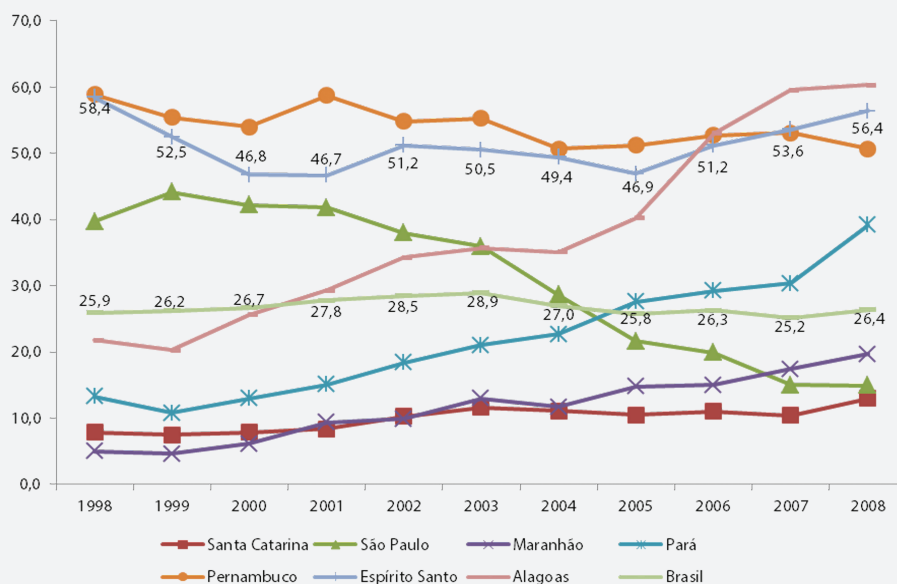
Os estados mais violentos, em 2008, foram Alagoas, com 60; Espírito Santo, com 56,4 e Pernambuco, com 50,7. Os menores índices, em 2008, foram registrados no Piauí, com 12,4, em Santa Catarina, com 13,0 e em São Paulo, com 14,9.

**Tabela 4.4 - Taxas de homicídios em 100 mil habitantes, estados brasileiros, 1998/2008**

<b>Estados</b>	<b>98</b>	<b>99</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>Δ%</b>
Acre	21,2	9,7	19,4	21,2	25,7	22,5	18,7	18,7	22,6	18,9	19,6	-7,8
Alagoas	21,8	20,3	25,6	29,3	34,3	35,7	35,1	40,2	53,0	59,6	60,3	177,2
Amapá	21,3	20,4	19,8	16,7	17,3	18,5	16,9	18,5	21,1	21,0	24,8	16,4
Amazonas	38,7	43,9	32,5	36,9	35,0	35,5	31,3	33,0	33,0	26,9	34,4	-11,2
Bahia	9,7	6,8	9,4	11,9	13,0	16,0	16,6	20,4	23,5	25,7	32,9	237,5
Ceará	13,4	15,6	16,5	17,2	18,9	20,1	20,0	20,9	21,8	23,2	24,0	79,1
Distrito Federal	37,4	36,7	37,5	36,9	34,7	39,1	36,5	31,9	32,3	33,5	34,1	-8,8
<b>Espírito Santo</b>	<b>58,4</b>	<b>52,5</b>	<b>46,8</b>	<b>46,7</b>	<b>51,2</b>	<b>50,5</b>	<b>49,4</b>	<b>46,9</b>	<b>51,2</b>	<b>53,6</b>	<b>56,4</b>	<b>-3,5</b>
Goias	13,4	16,5	20,2	21,5	24,5	23,7	26,4	24,9	24,6	24,4	30,0	123,8
Maranhão	5,0	4,6	6,1	9,4	9,9	13,0	11,7	14,8	15,0	17,4	19,7	297,0
Mato Grosso	33,5	28,2	31,0	29,3	32,4	32,7	29,6	27,7	29,5	30,0	29,5	-11,9
Mato Grosso do sul	36,3	34,7	39,8	38,5	37,0	35,0	32,1	32,4	31,5	30,7	31,8	-12,2
Minas Gerais	8,6	8,9	11,5	12,9	16,2	20,6	22,6	21,9	21,3	20,8	19,5	126,6
Pará	13,3	10,8	13,0	15,1	18,4	21,0	22,7	27,6	29,2	30,4	39,2	193,8
Paraíba	13,5	12,0	15,1	14,1	17,4	17,6	18,6	20,6	22,6	23,6	27,3	101,5
Paraná	17,6	18,1	18,5	21,0	22,7	25,5	28,1	29,0	29,8	29,6	32,6	84,9
Pernambuco	58,9	55,4	54,0	58,7	54,8	55,3	50,7	51,2	52,7	53,1	50,7	-13,8
Piauí	5,2	4,8	8,2	9,7	10,9	10,8	11,8	12,8	14,4	13,2	12,4	138,9
Rio de Janeiro	55,3	52,5	51,0	50,5	56,5	52,7	49,2	46,1	45,8	40,1	34,0	-38,6
Rio Grande do Norte	8,5	8,5	9,0	11,2	10,6	14,2	11,7	13,6	14,8	19,3	23,2	172,8
Rio Grande do sul	15,3	15,3	16,3	17,9	18,3	18,1	18,5	18,6	17,9	19,6	21,8	42,1
Rondônia	38,3	33,5	33,8	40,1	42,3	38,4	38,0	36,0	37,7	27,4	32,1	-16,1
Roraima	50,6	57,7	39,5	31,7	34,9	29,7	22,6	24,0	27,3	27,9	25,4	-49,8
Santa Catarina	7,9	7,5	7,9	8,4	10,3	11,6	11,1	10,5	11,0	10,4	13,0	64,3
São Paulo	39,7	44,1	42,2	41,8	38,0	35,9	28,6	21,6	19,9	15,0	14,9	-62,4
Sergipe	10,4	19,7	23,3	29,3	29,7	25,2	24,4	25,0	29,8	25,9	28,7	174,8
Tocantins	12,3	13,0	15,5	18,8	14,9	18,3	16,4	15,5	17,7	16,5	18,1	47,6
<b>Brasil</b>	<b>25,9</b>	<b>26,2</b>	<b>26,7</b>	<b>27,8</b>	<b>28,5</b>	<b>28,9</b>	<b>27,0</b>	<b>25,8</b>	<b>26,3</b>	<b>25,2</b>	<b>26,4</b>	<b>1,9</b>

Fonte: WAISELFISZ.

**Gráfico 4.1 - Taxas de homicídios em 100 mil habitantes, estados brasileiros, 1998-2008**



Fonte: WASELFISSZ.

As elevadas taxas de homicídios assumem uma proporção muito mais acentuada quando consideradas para a faixa etária dos jovens entre 15 e 24 anos.

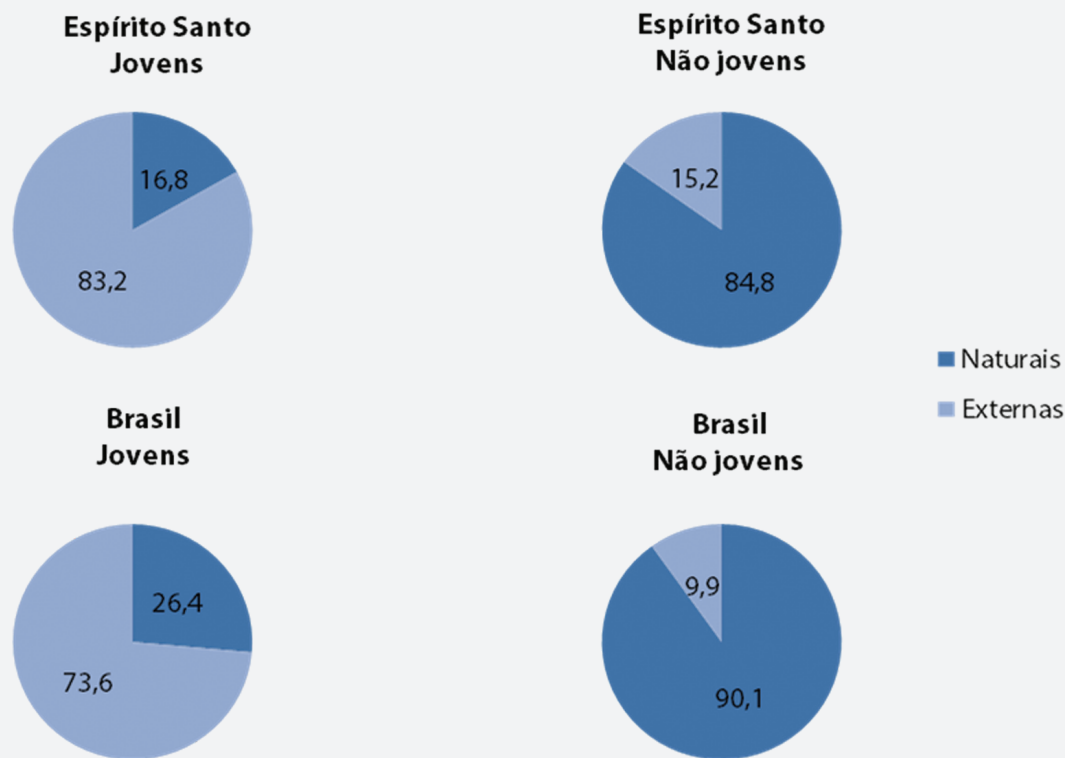
Se a magnitude de homicídios correspondentes ao conjunto da população já pode ser considerada muito elevada, a relativa ao grupo jovem adquire caráter de epidemia. Os 34,6 milhões de jovens que o IBGE estima que existiam no Brasil em 2008, representavam 18,3% do total da população. Mas os 18.321 homicídios que o DATASUS registra para esse ano duplicam exatamente essa proporção: 36,6%, indicando que a vitimização juvenil alcança proporções muito sérias (WASELFISSZ, 2011, p. 27).

Enquanto a taxa global de mortalidade da população brasileira vem apresentando uma tendência de queda, evidenciada pelo aumento da expectativa de vida da população, a taxa de mortalidade juvenil tem-se mantido praticamente inalterada. Isso se deve aos aumentos substanciais das causas externas da mortalidade, expressas por homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. As características da mortalidade juvenil não têm permanecido congeladas ao longo do tempo, mas mudado radicalmente sua configuração a partir do que poderíamos denominar “*novos padrões da mortalidade juvenil*” (WASELFISSZ, 2011, p.17).

No Brasil, em 2008, 73,6% das mortes dos jovens foram devidas a causas externas, sendo 39,7% devidas a homicídios e 19,3% aos acidentes. Para o restante da população (exceto os jovens) o fator devido a causas externas foi responsável por 9,9% dos óbitos, conforme Gráfico 4.2.

No Espírito Santo esse quadro é ainda mais expressivo, tornando o estado com o maior índice de mortalidade por causas externas entre os jovens do país, e bem acima da média brasileira, o que representou 83,2% das causas das mortes dos jovens capixabas, em 2008, enquanto entre os não jovens esse índice cai para 15,2%.

### Gráfico 4.2 - Participação das causas naturais externas da mortalidade, Brasil e Espírito Santo, 2008



Fonte: WAISELFISZ.

Com efeito, a evolução da taxa de homicídios entre os jovens é muito mais preocupante, não só porque cresce a taxas consideráveis, mas se situa em um patamar muito superior à taxa média de homicídios do país. Entre 1998 e 2008, a taxa de homicídios na população jovem no Brasil subiu de 47,7, por 100 mil habitantes, para 52,9, um acréscimo de 10,9%.

Apenas oito estados apresentaram queda entre 1998 e 2008, com destaque para São Paulo que teve sua taxa reduzida em 68,1%, passando de 79,2 para 25,3.

Alguns estados apresentaram índices de crescimento elevados, como Maranhão, 406,2%, e Bahia, 328,8% (Tabela 4.5 e Gráfico 4.3).

**Tabela 4.5 - Taxas de homicídios na população jovem\* em 100 mil habitantes, estados brasileiros, 1998/2008**

Estados	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	Δ%
Acre	45,3	12,1	40,5	39,2	52,5	42,7	37,0	29,6	42,6	25,6	31,7	-30,1
Alagoas	30,6	34,2	46,0	54,6	62,3	69,1	72,8	79,3	113,1	125,6	125,3	309,3
Amapá	46,4	42,7	39,8	31,2	33,4	38,5	30,9	35,0	42,4	40,9	46,0	-0,9

Continua...

**...Continuação**

**Tabela 4.5 - Taxas de homicídios na população jovem\* em 100 mil habitantes, estados brasileiros, 1998/2008**

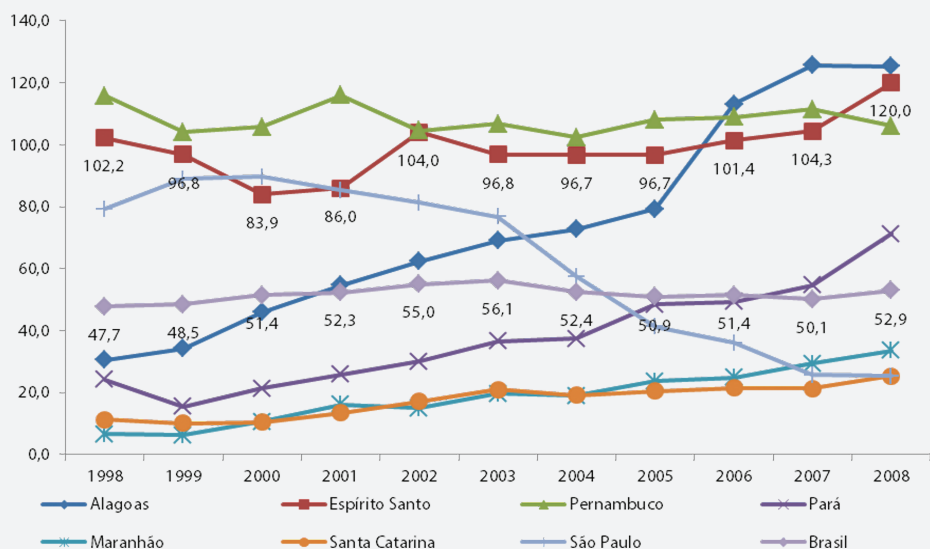
<b>Estados</b>	<b>98</b>	<b>99</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>Δ%</b>
Amazonas	75,5	91,6	75,8	80,3	82,2	89,2	73,5	73,8	68,6	64,3	72,5	-4,0
Bahia	16,5	11,9	16,0	20,0	23,0	29,2	28,6	37,9	45,1	50,1	70,7	328,8
Ceará	22,5	24,8	28,7	28,8	31,1	31,8	34,7	37,2	39,1	44,2	45,5	102,1
Distrito Federal	75,6	74,2	74,3	78,5	74,8	84,6	76,3	71,8	66,1	74,9	77,2	2,2
<b>Espírito Santo</b>	<b>102,2</b>	<b>96,8</b>	<b>83,9</b>	<b>86,0</b>	<b>104,0</b>	<b>96,8</b>	<b>96,7</b>	<b>96,7</b>	<b>101,4</b>	<b>104,3</b>	<b>120,0</b>	<b>17,4</b>
Goiás	19,6	25,3	34,6	37,9	41,5	41,3	48,8	50,5	50,7	49,4	57,7	194,0
Maranhão	6,6	6,2	10,6	16,2	14,9	19,7	18,9	23,6	24,9	29,3	33,6	406,2
Mato Grosso	50,8	42,8	51,6	42,2	49,8	57,6	51,8	47,9	47,6	53,4	55,9	10,0
Mato Grosso do sul	46,9	43,6	53,2	54,2	52,1	50,9	45,5	48,9	54,0	45,0	47,0	0,3
Minas Gerais	13,4	15,3	21,8	24,2	30,8	42,4	47,6	47,5	45,8	45,4	41,6	209,6
Pará	24,1	15,5	21,3	25,9	30,1	36,6	37,4	48,5	49,3	54,7	71,3	196,1
Paraíba	21,9	20,0	29,8	27,5	31,9	29,6	31,7	37,0	40,8	44,2	49,8	127,6
Paraná	28,5	30,1	33,8	37,6	46,1	51,3	61,7	64,4	64,6	67,7	73,3	157,3
Pernambuco	115,7	104,1	105,7	116,0	104,6	106,8	102,4	108,1	108,9	111,4	106,1	-8,3
Piauí	9,4	9,0	14,3	14,9	19,8	17,6	20,8	22,6	26,1	19,8	19,5	106,3
Rio de Janeiro	110,7	107,9	107,7	103,6	119,4	111,2	104,7	103,1	102,3	90,1	76,9	-30,5
Rio Grande do Norte	17,0	10,7	13,4	17,1	17,0	23,4	19,6	27,1	24,2	34,9	46,0	171,1
Rio Grande do sul	26,9	29,4	29,2	32,7	35,8	33,6	38,5	36,7	34,0	40,2	40,4	50,0
Rondônia	53,7	41,2	47,2	49,9	57,4	49,4	59,0	50,2	51,7	42,4	45,5	-15,2
Roraima	82,5	94,9	75,7	55,0	69,2	44,3	42,6	26,7	42,0	41,4	18,1	-78,0
Santa Catarina	11,3	10,1	10,4	13,5	17,1	21,0	19,2	20,4	21,4	21,3	25,4	124,6
São Paulo	79,2	89,0	89,6	85,3	81,3	76,8	57,5	41,3	36,0	25,6	25,3	-68,1
Sergipe	14,9	31,0	39,8	50,1	54,0	45,5	36,7	38,1	53,7	46,3	47,2	216,9
Tocantins	16,9	19,7	24,9	23,4	21,9	23,2	24,0	20,8	28,3	22,0	31,7	88,0
<b>Brasil</b>	<b>47,7</b>	<b>48,5</b>	<b>51,4</b>	<b>52,3</b>	<b>55,0</b>	<b>56,1</b>	<b>52,4</b>	<b>50,9</b>	<b>51,4</b>	<b>50,1</b>	<b>52,9</b>	<b>10,9</b>

Fonte: WAISELFISZ.

\*Pessoas com idade entre 15 e 24 anos

O Espírito Santo, mesmo com um crescimento menor no período de 1998 a 2008, com 17,4%, foi o segundo estado no ranking nacional em 2008, com as piores taxas de homicídios entre os jovens, chegando a 120,0, em 2008, superado apenas por Alagoas, com 125,3.

**Gráfico 4.3 - Taxas de homicídios na população jovem, de 15 a 24 anos, em 100 mil habitantes, 1998/2008**



Fonte: WAISELFSZ.

O aumento da criminalidade entre os jovens se expressa, ainda, nas taxas de encarceramento, conforme Tabela 4.6 e Gráfico 4.4. A maior evolução, no período de 2005 a 2010, foi registrada justamente na faixa etária de 18 a 24 anos, que cresceu 122,9%, passando de 664 encarceramentos, por 100 mil habitantes, para 1.480, elevando sua participação no total de 27,9% para 35,3%.

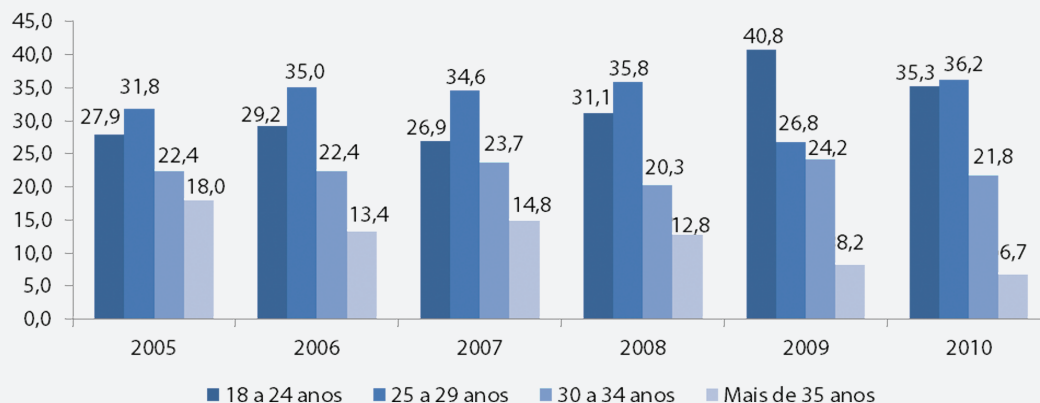
Por outro lado, nota-se uma considerável queda absoluta na taxa de encarceramento de pessoas com mais de 35 anos, de 429 por 100 mil habitantes, em 2005, para 283, em 2010, reduzindo sua participação no total de 18,0% para 8,7%.

**Tabela 4.6 - Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes, sexo masculino segundo a faixa etária, Espírito Santo, 2005-2010**

Faixa etária	2005	2006	2007	2008	2009	2010
18 a 24 anos	664	701	697	978	1.060	1.480
25 a 29 anos	758	842	897	1.126	697	1.518
30 a 34 anos	533	539	616	638	628	914
35 a 45 anos	279	200	270	262	174	48
45 a 60 anos	132	100	87	104	28	187
Mais de 60 anos	18	21	28	35	11	48

Fonte: GEAC-SESP/IJSN.

**Gráfico 4.4 - Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes, sexo masculino segundo a faixa etária, em %, Espírito Santo, 2005/2010**



Fonte: GEAC-SESP/IJSN.

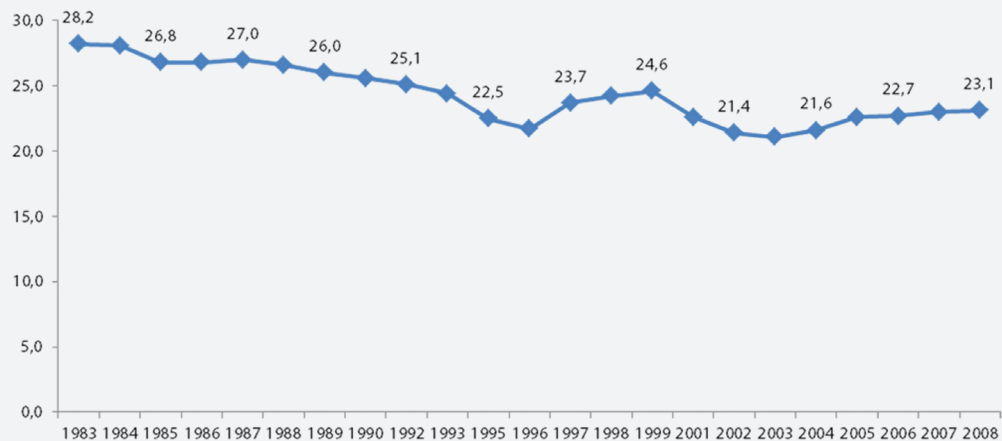
Como visto, o aumento da violência e da criminalidade no Espírito Santo nos últimos anos foi decorrente em grande medida do envolvimento dos jovens na ambiência dos crimes. Por outro lado, há uma perspectiva de que uma forte intervenção pode gerar resultados no curto prazo como atestam experiências em outros países e mesmo no estado de São Paulo.

O poder público, em conjunto com a sociedade, tem o dever de criar alternativas que possam tanto reprimir as práticas violentas, quanto atrair os jovens, especialmente, aqueles em condições de vulnerabilidade social, para atividades que aumentem a permanência nas escolas e que envolvam práticas de esporte, música, dança, teatro, além de cursos profissionalizantes que permitam um ingresso positivo no mercado de trabalho.

Uma estatística muito preocupante é apontada no Gráfico 4.5, que mostra a proporção dos jovens entre 18 e 24 anos que não frequentam escola e não trabalham, no período de 1983 a 2008. Embora apresente uma ligeira queda, é um percentual bastante elevado, atingindo quase um quarto da totalidade dos jovens nessa faixa etária, o que, certamente, supera uma possível taxa de desemprego.

Com essa idade, os jovens ou estariam já cursando uma universidade ou já teriam iniciado sua inserção no mercado de trabalho. No entanto, essa ociosidade contribui para agravar ainda mais as estatísticas sobre a criminalidade e a violência.

### Gráfico 4.5 - Proporção de jovens entre 18 e 24 anos que não frequenta escola e não trabalha, Espírito Santo, 1983/2008



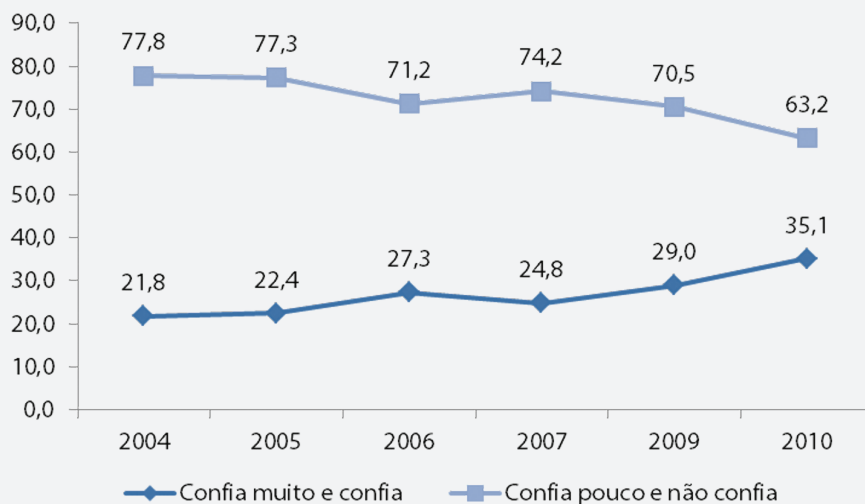
Fonte: IBGE/PNAD/IJSN.

Por último, o terceiro indicador apontado no ES 2025 trata de uma questão fundamental na política de combate à criminalidade que é a confiança que a população deposita na polícia. A Futura vem apurando anualmente esse índice desde 2004, à exceção de 2008, por meio de uma pesquisa realizada na Grande Vitória, abrangendo os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra.

Em 2010, foram realizadas 405 entrevistas, com cotas por faixa etária, sexo e município de moradia (com margem de erro de 4,9 pontos percentuais para mais ou para menos e intervalo de confiança de 95%).

O Gráfico 4.6 apresenta os resultados anuais das pesquisas, cujos índices de aprovação evoluíram de 21,8% de pessoas que confiam muito e confiam na polícia, em 2004, para 35,1%, em 2010. Apesar de uma evolução positiva de 13,3 pontos percentuais nesse período, ainda está longe de se constituir em um índice aceitável.

**Gráfico 4.6 - Índice de confiança na polícia, Espírito Santo, 2004-2010**



Fonte: FUTURA.

A confiança na polícia, além de permitir uma maior interação com a comunidade e maior colaboração nas denúncias, pode expressar um aumento das notificações de crimes contra roubo e tráfico ou mesmo um maior empenho das polícias na formação de um banco de dados, cujos registros são fundamentais para o monitoramento e diagnósticos mais precisos sobre esse problema, aprimorando os planos de intervenção do poder público no combate à criminalidade.

An aerial night view of a city with lights reflecting on water. The image is split into horizontal bands of different colors: blue at the top, orange in the middle, and blue at the bottom. The city lights are visible in the background, and the water in the foreground reflects the lights.

## *5 INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO*



Analisando-se o desenvolvimento da economia capixaba por um largo período, podem-se distinguir dois grandes ciclos, sequenciais no tempo e com características diametralmente opostas. O primeiro, o ciclo da economia cafeeira, foi o grande responsável pela ocupação quase completa do território estadual.

Com efeito, em praticamente um século, dos anos 1850 aos anos 1950, as terras agricultáveis foram gradativamente sendo ocupadas e instalando-se novos municípios, em função da expansão da cultura do café, o principal esteio da economia.

Assim, o Espírito Santo se desenvolvia aprofundando suas principais características: predominância da população rural em relação à urbana, uma grande rede de pequenas cidades no interior polarizadas pela capital, uma indústria incipiente e, em grande medida, dependente das atividades cafeeiras, finanças públicas atreladas às exportações de café e fraca integração com o mercado nacional.

O segundo ciclo, a partir dos anos 1960, representou uma reversão quase total do quadro anterior. Amparado no setor industrial, o Espírito Santo teve seu desenvolvimento atrelado ao contínuo processo de urbanização, sobretudo concentrada na região da capital; a uma progressiva dependência com o comércio exterior, especialmente pela exportação de bens industriais-intermediários, o que acentuou a vocação exportadora da economia capixaba; ao desenvolvimento de uma indústria local de bens tradicionais voltada para o mercado nacional; complementado com um setor agrícola mais diversificado, porém ainda com predominância da atividade cafeeira.

As diferenças entre os dois grandes ciclos – espacial e setorialmente – teve como resultado a constatação de uma extrema concentração do PIB nos setores industrial e de serviços, especialmente localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e nas duas litorâneas vizinhas, o que motivou a preocupação com o esvaziamento do interior do estado.

A questão central que se evidencia é como dinamizar o interior para evitar a tendência de extrema concentração nas regiões litorâneas, que se expressa não só na presença da população, mas na oferta de serviços especializados para a população ainda residente no interior, bem como lócus das principais atividades ligadas às cadeias produtivas que se iniciam no interior do estado.

## 5.1 Escopo do ES 2025

O primeiro eixo estratégico a tratar propriamente do âmbito econômico do Espírito Santo destaca exatamente o forte desequilíbrio do desenvolvimento regional no estado ocorrido no período pós-industrialização.

A reversão da tendência à concentração da riqueza e das oportunidades na RMGV e no litoral foi, então, uma das metas do ES 2025, que preconizava a necessidade de reforçar a dinâmica do interior do estado, respeitando suas vocações e especializações.

Para tanto, concentrou-se na atração de investimentos privados por via do aumento da competitividade sistêmica das principais cadeias produtivas, combinando “incentivos à exportação e maciços investimentos em inovação, qualidade, inteligência de mercado e infraestrutura” (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006, p. 54).

Para expressar o desenvolvimento do interior do estado, que inclui todas as microrregiões à exceção da RMGV, do Polo Linhares e da Metropolitana Expandida Sul, foi selecionado apenas um indicador, conforme Tabela 5.1, referente à participação da massa de renda familiar no total do estado.

<b>Tabela 5.1 - Interiorização do desenvolvimento: resultados finalísticos</b>		
<b>Resultado</b>	<b>Situação atual</b>	<b>2030</b>
Aumentar a participação da massa de renda familiar do interior no total do Estado	30% (2003)	35%

Fonte: ESPÍRITO SANTO 2025.

## 5.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025

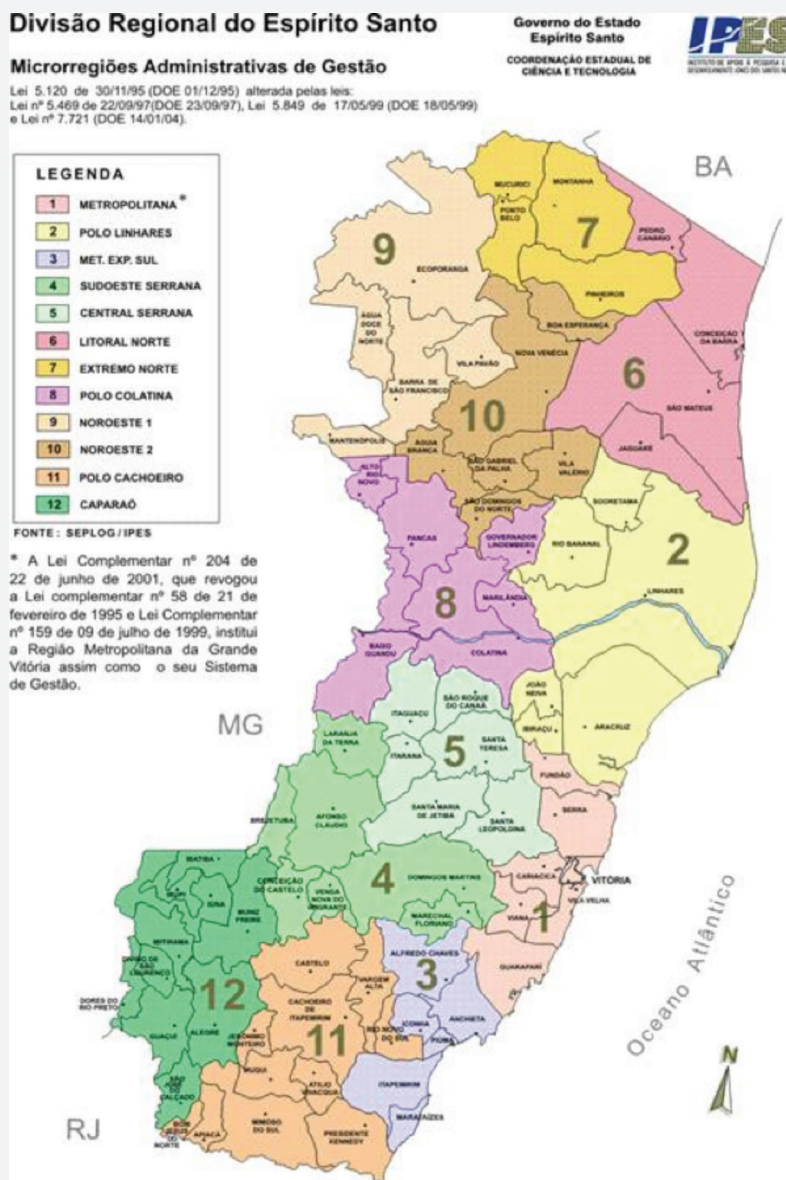
Antes de tudo, é importante delimitar o que comumente se traduz como interior do estado. Na verdade, não se trata de uma mera oposição capital x interior ou mesmo Região Metropolitana x restante do estado.

Quando o ES 2025 menciona a questão da interiorização do desenvolvimento no Espírito Santo, a oposição se refere às regiões litorâneas mais desenvolvidas versus as regiões interioranas, que também incluem alguns municípios do litoral capixaba.

Assim, a região litorânea foi considerada pelo agrupamento das Microrregiões Administrativas de Gestão Metropolitana, Polo Linhares e Metropolitana Expandida Sul (microrregiões 1 a 3), representadas por 19 municípios; enquanto a Região Interiorana foi definida pelas demais nove Microrregiões (4 a 12), compostas por 59 municípios, conforme pode ser observado na Figura 5.1.

É importante destacar que não há um consenso sobre esta divisão e existem outras propostas apoiadas em outras interpretações. No presente caso, adotou-se a metodologia do ES 2025.

**Figura 5.1 - Divisão regional em Microrregiões Administrativas de Gestão do Espírito Santo**

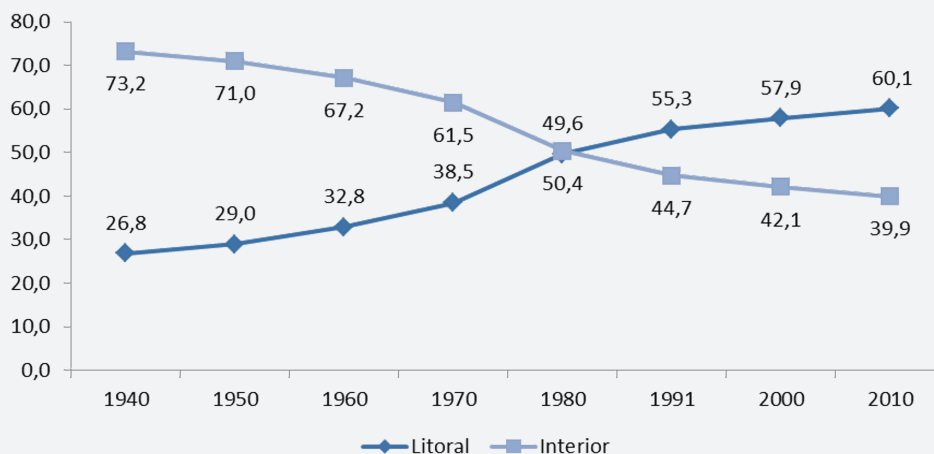


Fonte: IJSN.

Algumas evidências da concentração econômica nas regiões litorâneas do Espírito Santo já podem ser consideradas como estruturais e, portanto, com forte rigidez a modificações. A chamada região litorânea, que representa apenas 23,8% do território estadual, já abrigava 60,1% da população total do estado, em 2010.

Como se observa no Gráfico 5.1, o fenômeno da concentração populacional nas três regiões do litoral é bastante recente e, além disso, ocorreu de uma forma muito abrupta, uma vez que, em 1950, 71,0% da população estadual situavam-se na região interiorana. A reversão do litoral para o interior apareceu no censo de 1980 e intensificou-se a cada década.

**Gráfico 5.1 - Distribuição da população total do Espírito Santo por região, 1940/2010**

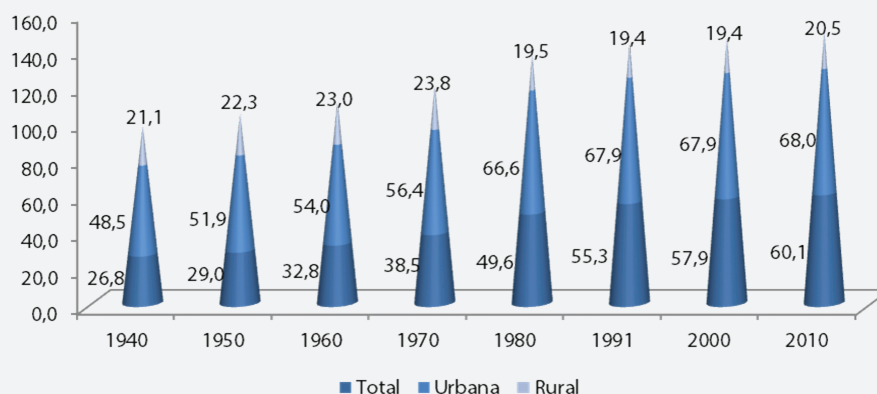


Fonte: IBGE.

A região litorânea é, também, caracterizada por uma elevada taxa de urbanização e muito superior à média estadual. Enquanto o Espírito Santo possuía 83,4% de sua população no meio urbano, em 2010, a região litorânea contava com 94,3% e os demais municípios, com uma média de 60,7%.

Na verdade, grande parte do processo de urbanização do Estado concentrou-se no litoral, como se observa no Gráfico 5.2. A região litorânea manteve uma média em torno de 20% do total da população rural do Espírito Santo no período de 1940 a 2010. No entanto, sua participação na população urbana evoluiu de 48,5%, em 1940, para 68,0%, em 2010.

**Gráfico 5.2 - Participação da população da região litorânea no total do Espírito Santo por situação de domicílio, 1940/2010**



Fonte: IBGE.

Evidentemente, além da população, a região litorânea concentra a maior parte das atividades econômicas estaduais e as mais significativas do ponto de vista da geração do emprego e da renda. A participação do PIB dessa região no PIB total do Espírito Santo evoluiu de 63,4%, em 1970, para 70,5%, em 1980, 74,4%, em 2000 e 75,4%, em 2008.

Setorialmente, a participação do PIB da região litorânea no total do PIB estadual também é muito elevada. Em 2008, participou com 20,6% no PIB da agricultura, com 83,9% no da indústria, com 59,3% na administração pública e com 82,1% nas demais atividades de serviços.

Outras evidências podem ser ressaltadas para o predomínio da região litorânea:

- 62,3% do número de estabelecimentos e 73,5% do total dos empregos formais do estado, em 2010;
- 93,0% do valor total das exportações capixabas, em 2008;
- Localização de 178 das 200 maiores empresas do Espírito Santo, em 2007, que representavam 96,6% da Receita Operacional Bruta e 92,0% dos empregos gerados pelo total dessas empresas no Espírito Santo.

Sob uma perspectiva de longo prazo, a reversão dessa tendência de concentração torna-se ainda mais difícil se forem considerados os investimentos previstos para ocorrer no Espírito Santo, no período 2010-2015, conforme levantamento realizado pelo IJSN (Tabela 5.2).

Dos R\$ 98,8 bilhões previstos, 81,4% serão localizados na região litorânea, superior ao que essa região representou em geração do PIB em 2008, equivalente a 78,7%.

A perspectiva de maior concentração se apoia na premissa de que novos investimentos para qualquer região tem a capacidade de gerar um multiplicador para outros setores, impulsionando a expansão ainda maior do PIB, do emprego, da renda pessoal e dos impostos gerados.

Microrregião	Investimentos(2010-2015)		PIB (2008)	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
3 - Metrópole Expandida sul	39.807,30	40,3	3.729,20	5,3
1 - Metropolitana	22.782,40	23,1	45.208,00	64,7
2 - Polo Linhares	17.775,60	18,0	6.077,40	8,7
11 - Polo Cachoeiro	12.587,60	12,7	4.467,00	6,4
6 - Litoral Norte	3.111,30	3,1	1.834,20	2,6
4 - Sudoeste Serrana	650,1	0,7	1.210,10	1,7
8 - Polo Colatina	577,8	0,6	2.168,50	3,1
7 - Extremo Norte	496,8	0,5	712,7	1,0
5 - Central Serrana	291,3	0,3	1.067,50	1,5
12 - Caparaó	270,5	0,3	1.257,60	1,8
9 - Noroeste I	256,9	0,3	855,5	1,2
10 - Noroeste II	204,5	0,2	1.282,40	1,8
<b>Espírito Santo</b>	<b>98.812,10</b>	<b>100,0</b>	<b>69.870,20</b>	<b>100,0</b>

Sendo assim, a interiorização do desenvolvimento no Espírito Santo não pode simplesmente se expressar por um processo de desconcentração ou por uma ampliação relativamente maior da massa de renda familiar dos municípios interioranos, como previsto no ES 2025. Em geral, as atividades que podem promover o desenvolvimento do interior não têm a mesma força de expansão e de multiplicação como aquelas desenvolvidas no núcleo central da economia.

O mais correto seria considerar como um processo de integração, e não de interiorização, da região interiorana com a região litorânea, no sentido de potencializar as vocações regionais e ampliar o leque de atividades econômicas que podem ser desenvolvidas com a melhoria da competitividade sistêmica no interior.

Assim, seria mais apropriado utilizar a expressão *desenvolvimento do interior* em vez de *interiorização do desenvolvimento*. Nesse sentido, um primeiro passo para tratar desse eixo estratégico é considerá-lo em conjunto com as proposições delineadas no eixo que aborda a rede de cidades estadual.

Isso significa que algumas cidades no interior do estado podem assumir a verdadeira função de polo de atração para os municípios de seu entorno, com capacidade de oferta de serviços essenciais nas áreas de educação, sobretudo na educação técnica e de nível superior; na saúde, com ampliação do leque de especialidades; e nas áreas de cultura, de lazer e de esporte.

De um lado, a existência desses centros regionais é uma importante fonte de emprego e de renda, além da geração de oportunidades para inúmeros pequenos negócios; por outro lado, ajudam a desafogar a região litorânea na prestação desses serviços especializados para uma população do interior que tem que se deslocar muito mais para ter acesso a esses serviços.

Um segundo aspecto diz respeito às vocações regionais e ao adensamento das cadeias produtivas in loco, ou seja, o estímulo ao aumento do valor adicionado na origem onde se encontra a produção. Para isso, ganha importância ainda maior o tratamento especial às atividades agropecuárias e, nesse caso, não só para abastecer os mercados urbanos com produtos in natura, mas para aumentar o valor adicionado aos produtos regionais, ampliando o nível de retenção de renda na própria região/município.

O terceiro aspecto do desenvolvimento do interior está ligado às atividades turísticas, ou seja, ao poder de atrair renda externa para efetuar gastos nas regiões do interior. É importante destacar que o turismo, assim como os investimentos industriais, carrega em si um elevado potencial de multiplicação de renda e de emprego. Além de ser fonte de inúmeras oportunidades para micro e pequenas empresas locais, abre janelas de oportunidades para a introdução de inovações, com a ampliação do intercâmbio com outras localidades e culturas e troca de conhecimentos.

Por último, e não menos importante, o desenvolvimento interiorano conta com uma fonte promissora de dinâmica econômica, constituída pelas atividades relacionadas aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), em geral centrados nas atividades tradicionais de cada região.

Das quatro grandes áreas que foram destacadas como fontes de estímulo ao desenvolvimento do interior, a primeira, relacionada à rede Cidades, será considerada no próximo capítulo, que tratará especificamente desse tema. É bom lembrar, ainda, que as proposições do eixo da logística são de fundamental importância para a questão da integração territorial do estado e para o alcance da competitividade das empresas nele operantes.

Em relação às atividades agropecuárias, deve-se mencionar que, apesar de possuir um território pequeno em relação aos demais estados da federação, o Espírito Santo conta com uma privilegiada diversidade geográfica (solos, climas, relevo, etc.) que possibilita o cultivo de uma grande variedade de produtos agrícolas.

A área dos estabelecimentos agropecuários atingiu o limite da fronteira agrícola por volta de meados da década de 1980. Entre 1985 e 2006, houve uma redução de cerca de mil hectares da área total dos estabelecimentos, segundo os censos agropecuários, provavelmente pela transformação da área rural em área urbana, conforme Tabela 5.3.

Além da constatação dessa redução, ocorreu uma reorganização no uso das terras, com aumento da intensidade da exploração do solo e melhor aproveitamento das áreas, haja vista que na categoria “outros” (exceto lavouras, pastagens e matas) houve uma contínua redução, passando de 14,4% da área total dos estabelecimentos, em 1970, para 5,1%, em 2006.

Isso representa praticamente a ocupação total da fronteira interna das propriedades agrícolas. A distribuição das terras agricultáveis também passou por uma mudança estrutural internamente, embora não muito visíveis quando considerados os três grandes grupos, como mostra o Gráfico 5.3.

Mesmo com a redução da área total dos estabelecimentos, a área reservada para lavouras teve um acréscimo de 8,4%, entre 1970 e 2006, o que se deveu, sobretudo, ao significativo crescimento da área das lavouras permanentes, equivalente a 90,5%. Nesse período, em detrimento das lavouras temporárias, que tiveram um decréscimo de 53,0%. No conjunto, as lavouras representaram 47,2% da área total dos estabelecimentos, em 2006.

O total da área com pastagens teve uma redução de 26,8% e, mesmo assim, as pastagens plantadas tiveram acréscimo de 12,0%. Houve uma verdadeira troca entre as pastagens plantadas e as naturais, uma vez que, em 1970, as pastagens naturais representavam 55,0% do total da área com pastagens e, em 2006, apenas 9,0%. O mesmo ocorreu entre as matas naturais e plantadas, embora com menor intensidade. Enquanto as primeiras tiveram uma redução na área de 36,8%, entre 1970 e 2006, as segundas cresceram o equivalente a 641,9%.

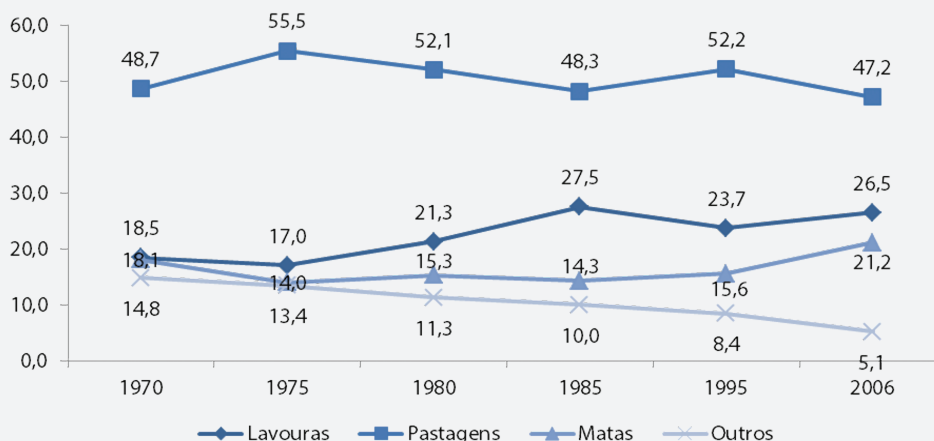
Como resultado, as matas naturais, que representavam 93,3% da área total de matas, em 1970, passaram a representar 69,0%, em 2006. É importante registrar que, entre 1995 e 2006, houve um crescimento na área de matas equivalente a 10,3%.

**Tabela 5.3 - Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras, Espírito Santo, 1970-2006**

Utilização das terras	Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares)					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Lavouras permanentes	297.008	334.063	522.716	716.642	635.077	565.685
Lavouras temporárias	396.531	319.935	285.545	355.308	193.445	186.309
Pastagens naturais	1.005.878	1.572.779	1.342.216	1.156.817	762.638	120.019
Pastagens plantadas	824.097	557.784	636.578	722.800	1.058.431	1.220.052
Matas naturais	654.929	439.628	438.174	399.274	371.862	414.233
Matas plantadas	25.119	98.388	143.148	156.785	172.735	186.354
Outros	555.797	516.264	429.849	387.800	294.537	145.526
<b>Total</b>	<b>3.759.359</b>	<b>3.838.841</b>	<b>3.798.226</b>	<b>3.895.426</b>	<b>3.488.725</b>	<b>2.838.178</b>

Fonte: IBGE.

**Gráfico 5.3 - Percentual da área dos estabelecimentos por utilização das terras, Espírito Santo, 1970/2006**



Fonte: IBGE.

Em relação às lavouras permanentes, a tendência de seu crescimento, em detrimento das temporárias, tem continuado nos anos mais recentes, como se observa na Tabela 5.4. Uma explicação razoável para isso foi o extraordinário desempenho do rendimento monetário das lavouras permanentes em relação às temporárias, especialmente a partir de 2003. Entre 1994 e 2009, a área das lavouras permanentes esteve praticamente estável, enquanto o valor da produção multiplicou cinco vezes. Com isso, o rendimento alcançou R\$ 4.273,50 por hectare, em 2009, contra R\$ 2.022,40 das lavouras temporárias.

**Tabela 5.4 - Área plantada, valor da produção e rendimento das lavouras permanentes e temporárias, Espírito Santo, 1994-2009**

Ano	Lavouras permanentes			Lavouras temporárias		
	Área plantada (há)	Valor da produção (Mil Reais)	Rendimento (R\$/ha)	Área plantada (ha)	Valor da produção (Mil Reais)	Rendimento (R\$/ha)
1994	518.898	462.631	891,6	278.172	174.058	625,7
1995	538.629	537.358	997,6	249.433	151.846	608,8
1996	517.667	606.881	1.172,3	185.382	209.231	1.128,6
1997	546.168	741.740	1.358,1	189.006	181.302	959,2
1998	563.620	879.733	1.560,9	172.583	163.817	949,2
1999	577.470	841.722	1.457,6	165.466	172.210	1.040,8
2000	595.192	1.125.654	1.891,2	151.195	182.440	1.206,7
2001	613.466	806.436	1.314,6	145.919	183.284	1.256,1
2002	629.359	1.070.744	1.701,3	155.221	271.731	1.750,6
2003	636.997	1.233.198	1.936,0	162.525	341.238	2.099,6
2004	629.270	1.767.692	2.809,1	166.136	368.485	2.218,0
2005	624.766	1.958.957	3.135,5	164.362	385.623	2.346,2
2006	615.779	2.411.651	3.916,4	154.094	350.566	2.275,0
2007	596.261	2.773.757	4.651,9	151.164	356.250	2.356,7
2008	573.607	2.802.811	4.886,3	159.690	394.619	2.471,2
2009	564.566	2.412.664	4.273,5	161.451	326.517	2.022,4

Fonte: IBGE/PAM.

Dentre as lavouras permanentes, destaca-se o café, cuja área plantada teve uma média de 500 mil hectares, no período de 1994 a 2009, com uma evolução de 8,9%. Nesse mesmo intervalo, o valor da produção cafeeira cresceu 407,4% e o rendimento por hectare se elevou em 365,8%, atingindo a cifra de R\$ 3.585,50 por hectare plantado, conforme Tabela 5.5.

Melhor desempenho ainda foi apresentado por um conjunto de frutas, com uma área média de 45 mil hectares e evolução de 2,2%, entre 1994 e 2009. No entanto, o valor da produção das frutas cresceu o equivalente a 452,7% e o rendimento por hectare evoluiu 441,0%, ambos superiores ao café. Com isso, o valor por hectare das frutas atingiu R\$ 13.086,40, em 2009, o que representou mais de três vezes do rendimento por hectare do café.

Assim, a composição café/frutas produz um ótimo resultado em direção à diversificação das atividades agrícolas, pois, além de resultar em maior estabilidade da renda das propriedades e de uma ocupação mais intensiva da mão-de-obra, o café representa um valor global significativo, enquanto as frutas resultam em ganhos substanciais em cada hectare plantado.

**Tabela 5.5 - Área plantada, valor da produção e rendimento do café e de frutas selecionadas, Espírito Santo, 1994-2009**

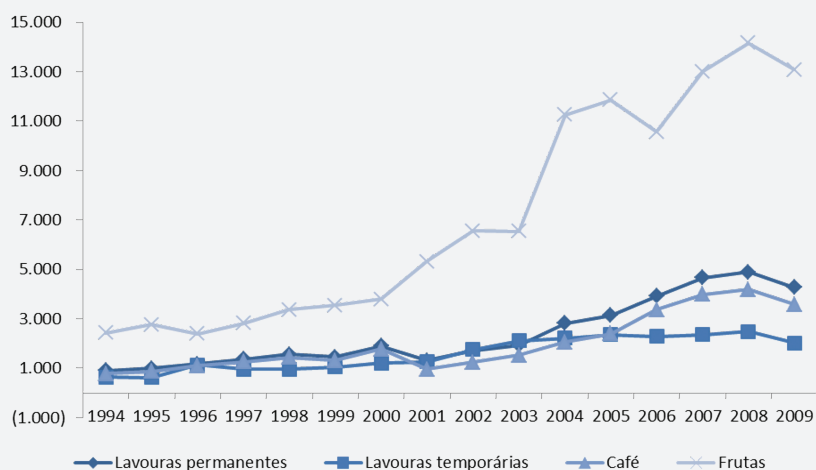
Ano	Café (em grão)			Frutas selecionadas <sup>1</sup>		
	Área plantada (ha)	Valor da produção (Mil Reais)	Rendimento (ha/R\$)	Área plantada (ha)	Valor da produção (Mil Reais)	Rendimento (R\$/ha)
1994	449.577	346.048	769,7	42.603	103.063	2.419,1
1995	467.064	404.452	865,9	43.794	120.722	2.756,6
1996	455.197	498.508	1.095,1	35.345	84.500	2.390,7
1997	482.522	602.713	1.249,1	36.605	103.060	2.815,5
1998	492.129	707.641	1.437,9	43.702	146.852	3.360,3
1994	449.577	346.048	769,7	42.603	103.063	2.419,1
1995	467.064	404.452	865,9	43.794	120.722	2.756,6
1996	455.197	498.508	1.095,1	35.345	84.500	2.390,7
1997	482.522	602.713	1.249,1	36.605	103.060	2.815,5
1998	492.129	707.641	1.437,9	43.702	146.852	3.360,3
1994	449.577	346.048	769,7	42.603	103.063	2.419,1
1995	467.064	404.452	865,9	43.794	120.722	2.756,6
1996	455.197	498.508	1.095,1	35.345	84.500	2.390,7
1997	482.522	602.713	1.249,1	36.605	103.060	2.815,5
1998	492.129	707.641	1.437,9	43.702	146.852	3.360,3
1997	482.522	602.713	1.249,1	36.605	103.060	2.815,5
1998	492.129	707.641	1.437,9	43.702	146.852	3.360,3

Fonte: IBGE/PAM.

<sup>1</sup>Abacate, banana, coco, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, tangerina e uva.

O Gráfico 5.4 mostra claramente a superioridade do rendimento monetário das frutas no Espírito Santo e seu crescimento, especialmente a partir de 2003, juntamente com a recuperação do rendimento do café.

**Gráfico 5.4 - Rendimento (R\$/ha) das lavouras permanentes e temporárias, café e frutas selecionadas, Espírito Santo, 1994-2009**



Fonte: IBGE/PAM.

Para uma melhor aproximação da condição de diversificação das lavouras em solo capixaba, é interessante observar a Tabela 5.6 e a Tabela 5.9, que permitem uma análise comparativa da situação das lavouras, permanentes e temporárias, do Espírito Santo com a média do Brasil e das cinco grandes regiões brasileiras, em termos de produtividade por hectare e de rendimento monetário por hectare.

Quanto às lavouras permanentes, o Espírito Santo teve uma produtividade média maior que a brasileira em nove produtos, com destaque para coco-da-baía, maracujá, pimenta-do-reino, mamão e café, cujas produtividades superaram não só a média brasileira, mas as médias de todas as regiões.

No entanto, quando observados os respectivos rendimentos monetários por hectare, a superioridade capixaba se reduz a sete produtos, destacando-se o mamão e a pimenta-do-reino, cuja rentabilidade supera a média nacional e a média das regiões.

Em relação ao café, deve-se fazer a ressalva de que o IBGE não diferencia o arábica do conilon e, dessa forma, a comparação fica comprometida uma vez que o estado se destaca como grande produtor de conilon, cuja produtividade é elevada, mas o valor de sua produção é relativamente menor.

**Tabela 5.6 - Produtividade (qt/ha) de lavouras permanentes, Espírito Santo, Brasil e Regiões, 2009**

Lavoura permanente	ES	BR	N	NE	SE	S	CO
Abacate (t)	11,7	16,3	6,9	9,2	19,0	13,6	20,0
Banana (cacho) (t)	10,0	14,0	10,5	12,9	16,5	18,3	11,1

Continua...

**...Continuação**

**Tabela 5.6 - Produtividade (qt/ha) de lavouras permanentes, Espírito Santo, Brasil e Regiões, 2009**

Lavoura permanente	ES	BR	N	NE	SE	S	CO
Borracha (látex coagulado) (t)	1,4	1,4	0,6	1,0	2,3	1,8	0,7
Cacau (em amêndoa) (t)	0,4	0,3	0,7	0,3	0,4	-	0,2
Café (em grão) (t)	1,3	1,1	0,6	1,1	1,2	1,0	0,8
Coco-da-baía (Mil frutos)	14,8	6,9	9,3	5,8	14,4	10,6	10,5
Goiaba (t)	23,3	19,8	13,5	19,8	20,8	11,7	33,1
Laranja (t)	10,1	22,0	13,5	15,0	24,0	18,2	17,7
Limão (t)	20,2	21,7	8,2	13,7	25,3	12,7	13,3
Mamão (t)	74,5	52,1	10,4	53,5	69,0	10,6	23,8
Manga (t)	14,5	15,9	6,3	16,5	14,7	13,9	13,2
Maracujá (t)	27,2	14,0	8,0	14,1	18,0	13,8	13,9
Pêssego (t)	5,1	11,3	0,0	0,0	23,0	9,6	-
Pimenta-do-reino (t)	3,6	2,4	2,3	2,1	3,6	-	0,5
Tangerina (t)	18,6	19,9	9,4	12,3	23,6	17,8	14,0
Uva (t)	22,0	16,7	8,1	25,6	16,3	15,3	17,4

Fonte: IBGE/PAM.

**Tabela 5.7 - Rendimento (R\$/ha) de lavouras permanentes, Espírito Santo, Brasil e Regiões, 2009**

Lavoura permanente	ES	BR	N	NE	SE	S	CO
Abacate (t)	6.449	7.775	3.348	5.521	8.245	7.560	19.014
Banana (cacho) (t)	3.003	6.536	4.996	6.280	7.557	6.523	8.038
Borracha (látex) (t)	1.982	2.483	1.036	1.407	4.315	3.354	1.199
Cacau (amêndoa) (t)	1.873	1.606	3.654	1.224	1.874	-	771
Café (em grão) (t)	3.586	4.014	1.747	3.796	4.310	3.782	2.515
Coco (Mil frutos)	4.057	2.653	2.634	2.319	5.469	6.910	6.598
Goiaba (t)	9.130	14.187	6.969	15.120	13.554	13.358	23.078
Laranja (t)	4.680	5.850	4.390	4.752	6.078	5.988	7.388
Limão (t)	9.594	9.116	3.326	6.720	9.859	11.383	8.564
Mamão (t)	55.232	39.219	5.160	40.847	51.056	14.859	20.738
Manga (t)	7.265	7.984	2.618	8.105	7.693	12.657	8.235
Maracujá (t)	18.662	13.150	5.505	13.295	17.758	14.412	13.192
Pêssego (t)	8.333	12.792	-	-	36.889	9.269	-

**Continua...**

**...Continuação**

**Tabela 5.7 - Rendimento (R\$/ha) de lavouras permanentes, Espírito Santo, Brasil e Regiões, 2009**

Lavoura permanente	ES	BR	N	NE	SE	S	CO
Pimenta-do-reino (t)	13.672	8.672	8.273	7.766	13.672	-	2.102
Tangerina (t)	7.819	9.560	4.265	5.006	10.061	9.984	7.827
Uva (t)	42.660	19.737	10.595	61.786	25.633	11.362	39.693
<b>Média</b>	<b>4.273</b>	<b>4.246</b>	<b>3.232</b>	<b>2.672</b>	<b>5.380</b>	<b>7.737</b>	<b>4.117</b>

Fonte: IBGE/PAM.

Quanto às lavouras temporárias, pode-se afirmar que não é uma produção forte para o Espírito Santo, tendo uma produtividade maior que a média brasileira em quatro produtos dos listados na tabela: batata-doce, cebola, mandioca e tomate. Em termos de rentabilidade, o estado se destaca com o cultivo de cebola e de batata-doce, que apresentaram a maior remuneração por hectare dentre as regiões.

**Tabela 5.8 - Produtividade (qt/ha) de lavouras temporárias, Espírito Santo, Brasil e Regiões, 2009**

Lavoura permanente	ES	BR	N	NE	SE	S	CO
Abacaxi (Mil frutos)	18,6	23,7	18,8	27,7	24,4	16,7	22,7
Alho (t)	7,6	8,5	-	7,6	9,3	6,7	12,6
Arroz (em casca) (t)	3,0	4,4	2,4	1,5	2,6	7,0	2,9
Batata-doce (t)	21,6	11,3	3,5	9,0	15,6	13,0	12,1
Batata-inglesa (t)	17,1	24,8	-	36,3	27,4	18,6	41,2
Cana-de-açúcar (t)	65,5	78,2	61,3	58,3	81,0	85,9	80,9
Cebola (t)	44,5	22,8	-	22,5	34,8	19,2	61,4
Feijão (em grão) (t)	0,8	0,8	0,7	0,4	1,5	1,2	1,7
Mandioca (t)	17,1	13,6	14,5	10,0	17,5	20,1	16,2
Milho (em grão) (t)	2,6	3,6	2,4	1,5	4,9	3,9	4,4
Tomate (t)	67,9	63,7	16,8	44,9	68,2	59,7	78,2

Fonte: IBGE/PAM.

**Tabela 5.9 - Rendimento (R\$/ha) de lavouras temporárias, Espírito Santo, Brasil e Regiões, 2009**

Lavoura temporária	ES	BR	N	NE	SE	S	CO
Abacaxi (Mil frutos)	2.762	17.363	13.924	21.071	15.786	13.382	19.806
Alho (t)	12.495	29.744	-	27.512	28.265	27.376	39.192
Arroz (em casca) (t)	1.827	2.434	1.524	918	1.699	3.855	1.584

**Continua...**

**...Continuação**

**Tabela 5.9 - Rendimento (R\$/ha) de lavouras temporárias, Espírito Santo, Brasil e Regiões, 2009**

Lavoura temporária	ES	BR	N	NE	SE	S	CO
Batata-doce (t)	12.978	6.399	1.272	4.130	9.134	8.569	7.233
Batata-inglesa (t)	14.045	19.251	-	25.937	22.883	13.462	25.795
Cana-de-açúcar (t)	1.529	2.785	6.038	3.068	2.664	2.988	2.914
Cebola (t)	40.016	16.096	-	21.037	28.993	10.449	36.578
Feijão (em grão) (t)	1.100	1.037	1.247	423	2.249	1.493	1.877
Mandioca (t)	2.130	3.103	2.820	1.773	5.348	5.554	6.356
Milho (em grão) (t)	1.050	1.063	1.024	527	1.670	1.167	1.038
Tomate (t)	45.089	40.759	19.243	34.578	56.557	53.335	21.714
<b>Média</b>	<b>2.022</b>	<b>1.931</b>	<b>1.975</b>	<b>1.384</b>	<b>2.657</b>	<b>1.931</b>	<b>1.805</b>

Fonte: IBGE/PAM.

O Espírito Santo tem-se destacado em alguns produtos da lavoura permanente, apesar do reduzido território na federação. Além do café, de que participa com cerca de ¼ da produção nacional, vale mencionar a produção de mamão, que representou de 30 a 40% da produção total, de pimenta-do-reino, com cerca de 12%, e do coco-da-baía, com uma média de 9%, dentre outros produtos, conforme Tabela 5.10.

**Tabela 5.10 - Percentual na quantidade produzida das lavouras permanentes do Espírito Santo no Brasil, 1990-2009**

Ano	Abacate	Banana	Borracha	Cacau	Café	Coco-da-baía	Goiaba	Mamão	Maracujá	Palmito	Pimenta-do-reino	Tangerina
1990	3,6	3,4	2,4	1,8	14,9	0,5		42,8			6,2	0,6
1991	3,8	4,1	6,8	2,3	18,1	0,5		44,5	0,3		6,6	0,6
1992	3,7	4,7	8,2	3,8	19,8	1,5		41,5	0,2		14,2	0,7
1993	5,1	4,9	3,6	1,9	18,0	1,7		37,1	0,4		10,7	0,8
1994	5,5	5,0	6,3	2,1	16,5	2,0		35,3	0,5	60,4	10,3	0,8
1995	5,8	4,6	7,1	1,3	19,9	2,2	0,1	28,8	0,6	24,3	8,4	0,8
1996	6,0	3,4	6,5	5,5	22,9	3,3	0,2	22,7	1,1	13,4	10,7	1,2
1997	6,4	3,2	6,7	5,1	20,9	4,8	0,3	30,8	1,6	4,3	13,2	1,1
1998	5,5	4,1	6,1	1,6	19,4	5,9	1,4	30,5	3,0	2,5	10,9	1,2

**Continua...**

...Continuação

**Tabela 5.10 - Percentual na quantidade produzida das lavouras permanentes do Espírito Santo no Brasil, 1990-2009**

Ano	Abacate	Banana	Borracha	Cacau	Café	Coco-da-baía	Goiaba	Mamão	Maracujá	Palmito	Pimenta-do-reino	Tangerina
1999	5,7	3,4	5,3	3,2	19,3	6,1	2,5	32,1	6,0	2,0	9,5	1,4
2000	5,4	3,1	5,1	5,7	27,0	10,2	1,7	29,5	6,7	1,5	8,5	1,4
2001	7,6	2,2	4,9	6,3	26,7	10,8	2,9	28,2	6,3	2,5	6,9	1,5
2002	5,1	2,1	4,9	6,7	21,5	8,1	2,6	36,6	13,2	2,0	6,3	1,5
2003	5,8	2,3	4,9	5,0	24,0	6,8	2,1	39,6	14,9	2,2	9,3	1,3
2004	5,0	2,6	4,9	3,5	20,9	8,0	1,6	40,4	16,5	1,5	8,4	1,4
2005	2,6	2,7	4,7	5,6	24,9	8,4	1,6	40,0	10,6	1,4	9,7	1,2
2006	2,2	2,6	4,8	4,5	21,4	9,1	2,3	39,7	11,7	0,9	10,3	1,3
2007	2,1	2,6	4,6	3,7	27,5	9,0	3,3	35,7	12,1	1,3	10,9	1,3
2008	1,9	2,7	4,4	2,2	22,1	7,7	3,2	33,3	9,7	1,0	12,2	1,5
2009	1,7	2,9	4,7	3,5	25,4	8,0	3,4	30,7	5,9	1,3	12,9	1,5

Fonte: IBGE/PAM.

Ainda assim, a análise ficou um pouco prejudicada no tocante ao café, que merece um estudo específico, haja vista que o IBGE não divulga as informações separadamente para o arábica e o conilon, que são duas culturas muito diferentes entre si, em relação à produtividade, aos mercados compradores, às tecnologias utilizadas, às regiões em que são cultivados, etc.

O Novo Pedeag, elaborado em 2007, faz algumas projeções para os cafés arábica e conilon, com previsão de recuo para a área plantada do primeiro em dez mil hectares e aumento do segundo em 12,2%, até o ano de 2025, conforme Tabela 5.11.

Levando em consideração variáveis como novas tecnologias, comportamento dos mercados e surgimento de outras oportunidades que podem ocorrer para se chegar aos ajustamentos de longo prazo, o Novo Pedeag projeta um aumento de produtividade média para os dois tipos de café: o arábica, cuja previsão passa de 10,9 sacas beneficiadas por hectare, em 2007, para 22,8, em 2025, e o conilon, com produtividade crescendo de 25,0 para 42,9, respectivamente.

Em consequência, a produção aumentaria para 3.936 hectares para o arábica e 13.630 para o conilon, com uma proporção de 19,8% e 13,0% de cafés superiores, respectivamente.

**Tabela 5.11 - Indicadores do café arábica e do conilon, Espírito Santo, 2007 e ajustamento 2025**

Indicadores	Café Arábica		Café Conilon	
	Situação (2007)	Ajustamento 2025	Situação (2007)	Ajustamento 2025
Área em produção (1.000 ha)	183,4	173,0	283,4	318,0
Produtividade (sacas beneficiadas/ha)	10,9	22,8	25,0	42,9
Produção (1.000 sacas beneficiadas)	2.000	3.936	7.400	13.630
Produção de café superior (1.000 sacas beneficiadas)	260	927	0	2.705
2009	564.566	2.412.664	326.517	2.022,4

Fonte: NOVO PEDEAG.

Em relação à pecuária, o Espírito Santo vem perdendo sua posição na produção nacional. De acordo com os dados censitários, em 1970, o Estado chegou a participar com 1,8% do total de bovinos do país, aumentando para 2,1%, em 1975, a partir de quando passou a perder sua participação, chegando a apenas 1,0%, em 2006.

Essa tendência também pode ser observada nos demais estados do sudeste, como, por exemplo, Minas Gerais, que reduziu sua participação de 19,3%, em 1970, para 11,6%, em 2006, e São Paulo, cuja queda foi de 11,6% para 6,1%, no mesmo período. Na verdade, a produção pecuária brasileira sofreu um deslocamento, nas últimas décadas, para estados do Norte e do Centro-Oeste do país, conforme Tabela 5.12.

**Tabela 5.12 - Percentual de bovinos por unidade da federação, 1970/2006**

Brasil e Estados	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Rondônia	0,0	0,1	0,2	0,6	2,6	4,9
Acre	0,1	0,1	0,2	0,3	0,6	1,0
Amazonas	0,3	0,2	0,3	0,3	0,5	0,7
Roraima	0,3	0,2	0,3	0,2	0,3	0,3
Pará	1,3	1,4	2,3	2,7	4,0	7,8
Amapá	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Tocantins	0,0	0,0	0,0	2,8	3,4	3,5
Maranhão	1,9	1,8	2,4	2,5	2,5	3,3
Piauí	1,5	1,3	1,3	1,2	1,1	0,9
Ceará	2,2	1,9	2,0	1,9	1,6	1,2
Rio Grande do Norte	0,8	0,7	0,8	0,7	0,6	0,5
Paraíba	1,1	1,1	1,1	1,1	0,9	0,8
Pernambuco	1,5	1,5	1,6	1,5	1,3	1,1
Alagoas	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6	0,5

Continua...

**...Continuação**

**Tabela 5.12 - Percentual de bovinos por unidade da federação, 1970/2006**

<b>Brasil e Estados</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1995</b>	<b>2006</b>
Sergipe	0,8	0,8	0,8	0,7	0,6	0,5
Bahia	7,2	8,0	7,6	7,3	5,7	6,0
Minas Gerais	19,3	19,7	16,6	15,6	13,1	11,6
<b>Espírito Santo</b>	<b>1,8</b>	<b>2,1</b>	<b>1,6</b>	<b>1,4</b>	<b>1,2</b>	<b>1,0</b>
Rio de Janeiro	1,5	1,6	1,5	1,4	1,2	1,1
São Paulo	11,6	11,3	9,9	9,5	8,0	6,1
Paraná	6,0	6,5	6,7	6,7	6,5	5,3
Santa Catarina	2,5	2,2	2,2	2,1	2,0	1,8
Rio Grande do sul	15,7	12,5	11,8	10,6	8,6	6,5
Mato Grosso do sul	0,0	8,7	10,0	11,7	12,9	11,9
Mato Grosso	12,0	3,1	4,4	5,1	9,4	11,5
Goiás	9,9	12,5	13,6	11,3	10,8	10,1
Distrito Federal	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE.

No entanto, ocorreu um gradativo adensamento da produção pecuária no Espírito Santo, passando de 0,76 bovino por hectare, em 1970, para 1,34, em 2006, ficando um pouco acima da média nacional, que evoluiu de 0,51 para 1,08, mas abaixo de Rondônia, o estado com o maior efetivo de bovinos por hectare, de 1,77 (Tabela 5.13).

Em relação à pecuária leiteira, o Espírito Santo vem também perdendo sua participação na produção nacional, de 2,3%, em 1994, para 1,4%, em 2009. Neste setor, o destaque nacional ficou para as regiões Sul e Sudeste que responderam por 66,6% da produção brasileira em 2009 (Tabela 5.14). A produtividade do estado, de 1.085,4 litros de leite por vaca ordenhada, em 2009, situou-se abaixo da média nacional, de 1.297,3, porém, bem maior que a das regiões Norte e Nordeste.

A região Sul liderou o ranking nacional, com 2.314,0, porém a produtividade na região Centro-Oeste vem crescendo mais velozmente, registrando 104,2%, entre 1994 e 2009, contra um crescimento de apenas 51,3% para o Espírito Santo (Tabela 5.15).

**Tabela 5.13 - Relação bovinos por hectare de pastagens por Estado, 1970/2006**

<b>Brasil e Estados</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1995</b>	<b>2006</b>
Brasil e Estados	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Rondônia	0,19	0,25	0,33	0,70	1,35	1,77

**Continua...**

**...Continuação**

**Tabela 5.13 - Relação bovinos por hectare de pastagens por Estado, 1970/2006**

<b>Brasil e Estados</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1995</b>	<b>2006</b>
Acre	1,14	0,97	1,11	1,03	1,38	1,66
Amazonas	1,09	1,06	0,90	0,89	1,39	1,43
Roraima	0,21	0,18	0,20	0,25	0,26	0,67
Pará	0,41	0,47	0,60	0,53	0,82	1,23
Amapá	0,21	0,18	0,24	0,10	0,24	0,22
Tocantins	-	-	-	0,34	0,47	0,75
Maranhão	0,44	0,47	0,58	0,60	0,73	0,98
Piauí	0,36	0,36	0,42	0,45	0,71	0,58
Ceará	0,42	0,54	0,58	0,71	0,91	0,81
Rio Grande do Norte	0,32	0,44	0,58	0,59	0,77	0,73
Paraíba	0,42	0,59	0,71	0,69	0,72	0,78
Pernambuco	0,50	0,55	0,82	0,91	0,91	0,94
Alagoas	0,69	0,83	1,02	0,94	1,12	1,02
Sergipe	0,61	0,68	0,82	0,68	0,82	0,95
Bahia	0,62	0,73	0,64	0,62	0,60	0,80
Minas Gerais	0,51	0,63	0,66	0,69	0,79	1,10
<b>Espírito Santo</b>	<b>0,76</b>	<b>0,99</b>	<b>0,93</b>	<b>0,94</b>	<b>0,98</b>	<b>1,34</b>
Rio de Janeiro	0,70	0,89	1,00	1,02	1,17	1,50
São Paulo	0,79	1,01	1,13	1,23	1,36	1,51
Paraná	1,04	1,32	1,43	1,43	1,48	1,93
Santa Catarina	0,79	0,93	1,05	1,11	1,32	1,84
Rio Grande do sul	0,84	0,92	1,05	1,04	1,13	1,21
Mato Grosso do sul	-	0,43	0,56	0,69	0,91	0,97
Mato Grosso	0,30	0,28	0,35	0,40	0,67	0,91
Goiás	0,33	0,44	0,51	0,69	0,85	1,10
Distrito Federal	0,28	0,37	0,51	0,53	0,89	1,00
<b>Brasil</b>	<b>0,51</b>	<b>0,61</b>	<b>0,68</b>	<b>0,71</b>	<b>0,86</b>	<b>1,08</b>

Fonte: IBGE.

**Tabela 5.14 - Participação na produção leiteira nacional, em %, 1994/2009**

Ano	ES	N	NE	SE	S	CO
1994	2,3	4,1	11,2	46,6	24,3	13,8
1999	1,9	5,0	10,7	44,8	24,2	15,3
2004	1,7	7,1	11,5	39,4	26,6	15,4
2009	1,4	5,7	13,1	35,8	30,8	14,5

Fonte: IBGE.

**Tabela 5.15 - Relação litros de leite por vaca ordenhada, Espírito Santo e regiões brasileiras, 1994/2009**

Ano	ES	BR	N	NE	SE	S	CO
1994	717,6	786,5	395,0	528,8	901,3	1.221,7	576,9
1999	1.150,9	1.096,3	579,0	620,9	1.238,9	1.658,8	1.050,9
2004	1.120,5	1.172,4	600,0	713,6	1.322,7	1.950,8	1.106,3
2009	1.085,4	1.297,3	628,5	795,4	1.386,3	2.314,0	1.178,2
Cresc. (%)	51,3	64,9	59,1	50,4	53,8	89,4	104,2

Fonte: IBGE.

O Novo Pedeag aponta no sentido de desenvolvimento da pecuária leiteira em detrimento da pecuária de corte, com previsão de uma redução substancial na área de pastagens, passando de 1.763,1 hectares, em 2005, para 1.000,0, em 2025, o que equivale a -43,3%. Desses, 347,8 hectares deverão ser utilizados para a pecuária leiteira que, por meio de novas tecnologias e outras oportunidades, poderá chegar a uma produtividade média de 4.526 litros/vaca/ano.

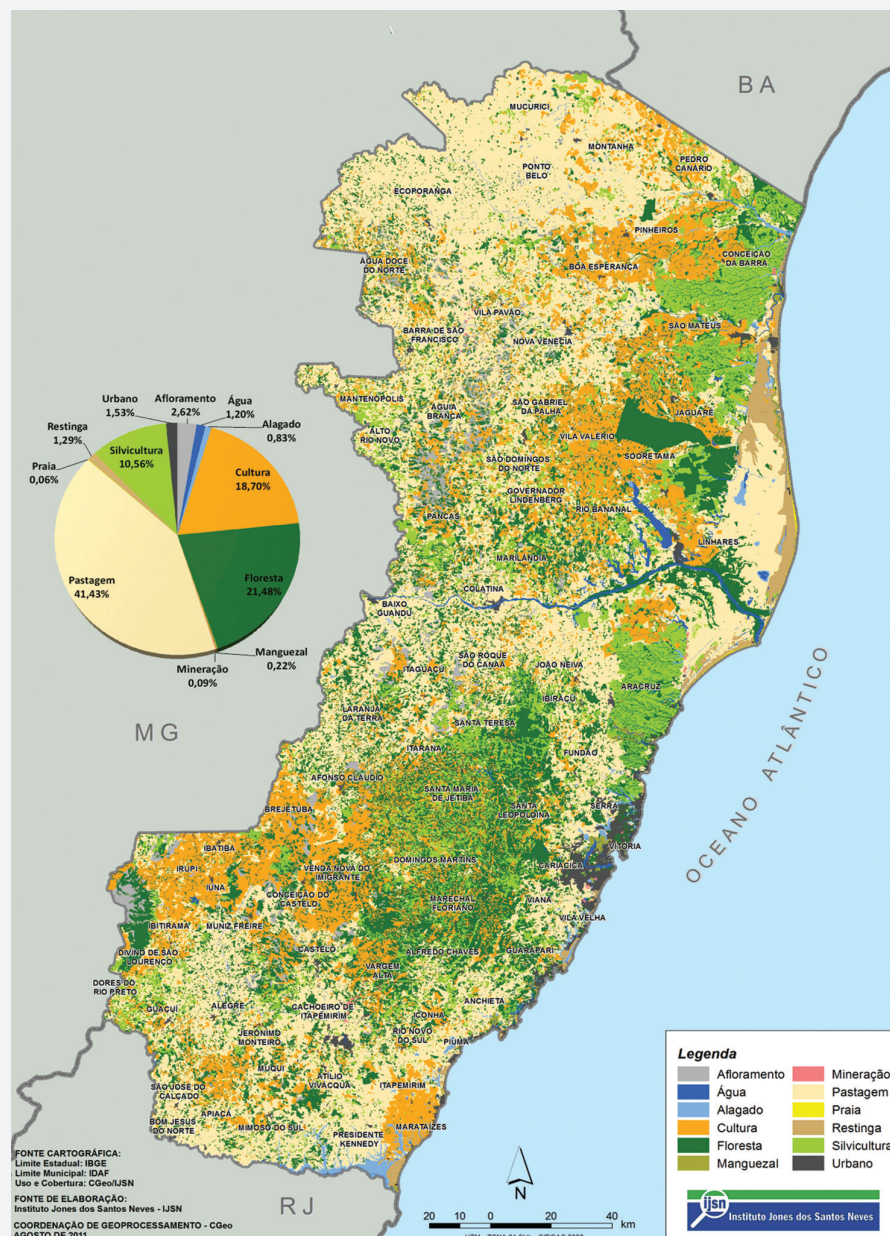
**Tabela 5.16 - Situação e previsão dos indicadores da pecuária leiteira, Espírito Santo, 2005 e ajustamento 2025**

Indicadores	Situação (2005)	Ajustamento 2025		
		Especializada	Tradicional	Total
Área (hectares)	397.471	63.343	284.440	347.783
Produção (1.000 litros)	373.609	403.340	469.310	872.650
Vacas ordenhadas	331.208	158.359	237.033	395.392

Fonte: Novo PEDEAG.

Apesar de a pecuária não constituir uma atividade de grande expressão econômica no Estado, a cobertura do solo do Espírito Santo com pastagens atinge 41,4% de todo seu território, conforme Figura 5.2. As culturas, que formam grande parte da renda agropecuária, ocupam apenas 18,7% da área total. A cobertura vegetal é significativa, atingindo o percentual de 21,5%, enquanto a silvicultura fica com 10,6%.

**Figura 5.2 - Uso e cobertura da terra, Espírito Santo, 2010**



Fonte: IJSN.

O terceiro aspecto da interiorização do desenvolvimento, apontado anteriormente, liga-se ao desenvolvimento das atividades turísticas regionais, composto por um amplo leque de agentes e insti-

tuições, públicos e privados, em torno de atividades que formam inúmeras cadeias produtivas, organizadas de forma a atrair população de outros locais, por questões naturais, por questões culturais e históricas, por lazer ou por qualquer atributo que possa servir de motivação para que pessoas se desloquem dos seus lugares de origem.

Segundo a OMT - Organização Mundial de Turismo, o turismo é definido como “um conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares distintos a seu entorno habitual por um período de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado”

(SETUR, 2010, p. 18).

O turismo deve ser encarado numa dimensão que supera a econômica, no sentido de geração de riqueza, emprego e renda, e visto também como um fenômeno social, que “inclui valores outros que não o fluxo monetário, como o intercâmbio de ideias, de visões de mundo e de culturas. Ou seja, valores tangíveis e intangíveis” (SETUR, 2010, p. 18). Constitui uma atividade que aproxima o local com o global, estabelece uma teia de relações entre pessoas, empresas e instituições de modo a agregar valores em todos os elos da cadeia e provoca uma série de repercussões, como destacadas em SETUR, 2010, p. 13 e 14:

- Facilita o encontro, o conhecimento e a aceitação entre povos, religiões, línguas, hábitos e ideologias diferentes;
- Promove a compreensão e tolerância entre os povos, o que reduz as tensões políticas e amplia as transações econômicas;
- Possibilita uma melhor organização, conservação e valorização do patrimônio histórico, cultural e natural e o utiliza na composição do produto;
- Resgata a identidade e fortalece a autoestima das comunidades;
- Aumenta e moderniza, durante seu período de expansão, a urbanização através do seu crescimento e renovação das instalações turísticas, o que implica a implantação ou ampliação das infra e superestruturas turísticas;
- Incrementa os serviços associados ao turismo e provoca a expansão dos serviços locais;
- Aumenta a demanda da produção agrícola através do maior consumo;
- Expande o mercado para produtos locais;
- Divulga a cultura do núcleo receptor;
- Aumenta o estoque de divisas, reduzindo o déficit da balança de pagamentos, fortalecendo a economia;

- Beneficia o nível de emprego, abrindo novas oportunidades de vagas de trabalho (sazonais ou não);
- Redistribui e incentiva as relações econômicas entre os núcleos preponderantemente emissores e os receptivos;
- Promove a inclusão econômica e social das comunidades locais;
- Gera mais impostos, com o aquecimento da economia, o que contribui para o aumento dos recursos administrativos locais.

O estado do Espírito Santo conta com um complexo e rico acervo para a exploração turística, desde as riquezas naturais e paisagísticas diversificadas, como as regiões montanhosas, as dunas, as belas praias, até uma grande diversidade de culturas, raças e costumes dentro de um mesmo solo, que colocam o estado cada vez mais como um importante receptor potencial de turistas nacionais e internacionais.

A diversidade de oferta do turismo no estado pode ser comprovada na Figura 5.3, que representa as dez regiões turísticas delimitadas, segundo suas localizações e principais atrativos. A breve descrição de cada uma das regiões baseou-se no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado do Espírito Santo 2025 (SETUR, 2010, p. 49-86).

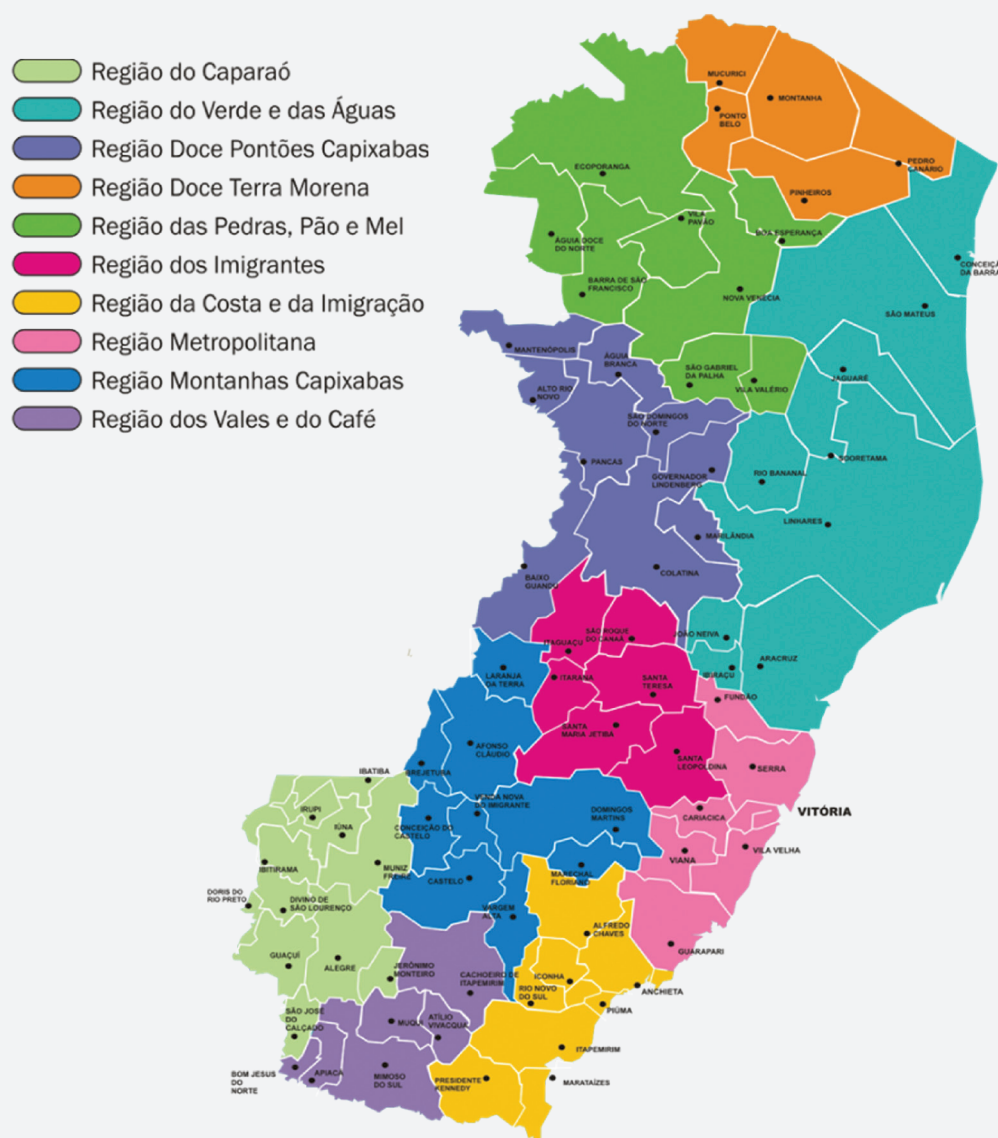
A Região do Caparaó, formada por 11 municípios, está localizada no entorno do Parque Nacional do Caparaó e do Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça na Serra do Mar e na Serra da Mantiqueira. A interação do homem com a natureza é um traço marcante da região, que conta com uma rede de educadores ambientais, e busca fortalecer os laços da população com o meio ambiente, a cultura e a história local.

As feiras de agroturismo, os encontros dos educadores ambientais e o projeto Mova Caparaó também são responsáveis pela busca do conhecimento local e sua preservação. Os principais atrativos são o Pico da Bandeira, a Cachoeira da Fumaça e o circuito dos Caminhos do Tropeiro.

A Região do Verde e das Águas abrange nove municípios do Norte estadual e conta com atrativos bem-diversificados, como reservas ecológicas, lagoas, litoral com praias desertas, tradições e belezas naturais.

Destacam-se o Parque Estadual de Itaúnas e as dunas, o sítio histórico de São Mateus, a Lagoa Juparanã, o artesanato e culturas indígenas, o manguezal de Aracruz, o mosteiro zen budista em Ibi-raçu, o polo moveleiro, a agroindústria, a Reserva de Sooretama e as diferentes praias locais, urbanizadas ou desertas, próprias para esportes radicais e a prática do nudismo.

**Figura 5.3 - Regiões Turísticas, Espírito Santo**



Fonte: SETUR.

Doces Pontões Capixabas é também formada por nove municípios, cujo principal atrativo geográfico é o Parque dos Pontões, além do turismo de aventura e do turismo de negócio.

O foco da atração são os produtos agroindustriais das propriedades rurais que estão se estruturando para o desenvolvimento do agroturismo, bem como o patrimônio histórico e cultural da região.

A Região Doce Terra Morena, com cinco municípios, destacam-se pelas belezas naturais, como a reserva ecológica Córrego do Veado e o balneário de Mucuri, pelas festas culturais, pela gastronomia e pela música (farró), além de eventos esportivos, como motocross, esportes de verão e caminhadas ecológicas.

A Região das Pedras, Pão e Mel é formada por oito municípios, cujas belezas naturais e tradições atraem turistas em busca de aventura, de história e de cultura. Como principais atrativos naturais, estão as cachoeiras e as formações rochosas, seguidas da diversidade cultural e étnica.

A Região dos Imigrantes é formada por sete municípios que, em sua maioria, possuem como principal característica a presença dos imigrantes europeus, dando origem à diversidade cultural do Espírito Santo. Como principais atrativos turísticos da região, estão as cachoeiras, o polo de uvas e vinhas, a infraestrutura para prática do voo livre e o rapel. Os eventos culturais, como o Caminho do Imigrante, a Festa Pomerana e as várias festas de emancipação política e sua gastronomia, baseada nas várias receitas tradicionais das famílias dos imigrantes europeus, compõem a força de atração local.

A Região da Costa e da Imigração, formada por oito municípios, tem como base turística a história, a natureza, o esporte de aventura e a cultura. Com muitas belezas naturais, esta região é propícia para a prática de esportes radicais nas cachoeiras e nas rampas de voo livre, além de gastronomia típica e diversificada. As praias são os maiores atrativos desta região e seu patrimônio histórico está ligado à vida e obra da Companhia de Jesus e do Beato Anchieta. A área rural começa a se estruturar para receber turistas e as indústrias existentes, e as que estão chegando na região, irão promover novos deslocamentos turísticos com base no segmento de negócios e eventos.

A Região Metropolitana, formada por sete municípios, incluindo a capital do estado, concentra um grande e diversificado número de atrativos. Os geográficos vão de praias e montanhas a parques ambientais, mangues, lagoas e cachoeiras. Dos culturais, destacam-se o artesanato da panela de barro, os grupos de congo e espaços de arte e cultura. O rico patrimônio histórico e os modernos espaços de convenções constituem-se em fortes atrativos, juntamente com os parques aquáticos e os espaços de lazer, entretenimento noturno e esportes náuticos.

A Região Montanhas Capixabas é formada por nove municípios que preservam a fauna e a flora, tão ricas nessa região, com montanhas, vales, cachoeiras, orquídeas e beija-flores. A história e a cultura locais são fortes atrativos desta região e estão ligadas à imigração de europeus, seus costumes e hábitos.

Esse aspecto influenciou a arquitetura, a gastronomia e as manifestações culturais, como grupos de dança, canto e eventos. Preservam áreas verdes, desenvolvem o projeto dos Corredores Ecológicos e contribuem para o desenvolvimento da atividade turística, em especial para o segmento do agroturismo.

Por último, a Região dos Vales e do Café é formada por seis municípios, que possuem, em comum, belezas naturais, construções históricas, tradições dos imigrantes e a forte influência da cafeicultura. A arquitetura eclética, certamente um dos principais atrativos da região, é acrescida por cachoeiras, trilhas, comunidades quilombolas, rico artesanato, manifestações folclóricas e sítio histórico tombado.

Do ponto de vista econômico, as atividades classificadas como de turismo constituem um conjunto diversificado de bens e serviços, como transportes, hospedagem, alimentação, entretenimento, dentre outras, conforme listadas na Tabela 5.17. Observa-se que essas atividades podem ser subdivididas em dois grupos. No primeiro grupo (G1), incluem-se as atividades de transportes (rodoviário, aéreo, marítimo), agências de viagem, operadores turísticos e serviços de reserva, que podem ser ofertadas por empresas localizadas em qualquer região do estado e mesmo do país. O segundo grupo (G2),

que inclui as atividades relacionadas à alimentação, aos hotéis e similares, às atividades de recreação e ao transporte rodoviário de táxi, são necessariamente ofertadas por empresas no local para onde se dirige o turista.

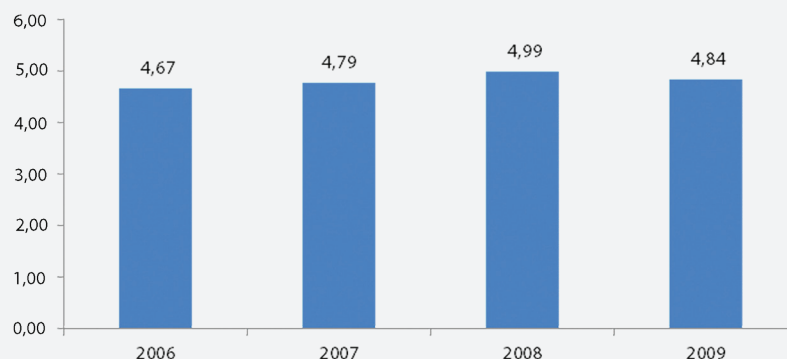
Segundo a Tabela 5.17, no Espírito Santo existiam 4.917 estabelecimentos vinculados à atividade turística, em 2009, que geravam 39.502 empregos diretos, sendo que o segundo grupo (G2) mencionado no parágrafo anterior representou 78,6% do emprego total e 90,4% dos estabelecimentos totais. Certamente, essas atividades, cujos segmentos são predominantemente compostos por pequenas empresas, garantem uma grande fonte de oportunidades de geração de ocupação e renda em cada região receptora de turistas.

**Tabela 5.17 - Número de estabelecimentos e empregados da atividade turística, Espírito Santo, 2009**

<b>Categorias</b>	<b>Estabelecimentos</b>	<b>Empregados</b>	<b>Empr./Est.</b>
Alimentação	3.413	23.572	6,9
Transporte rodoviário intermunicipal, interestadual e internacional	119	6.506	54,7
Hotéis e similares	553	5.135	9,3
Transporte rodoviário sob regime de fretamento e outros	153	736	4,8
Atividades de recreação	435	2.208	5,1
Agências de viagens	177	638	3,6
Transporte aéreo de passageiros regular	6	418	69,7
Transporte rodoviário de táxi	46	130	2,8
Transporte aéreo de passageiros não regular	3	46	15,3
Operadores turísticos	2	24	12,0
Transporte por navegação interior de passageiros regulares	1	22	22,0
Serviços de reservas e outros serviços de turismo	9	67	7,4
<b>Total/Média</b>	<b>4.917</b>	<b>39.502</b>	<b>8,0</b>

Fonte: RAIS, apud SETUR.

### Gráfico 5.5 - Participação relativa do turismo no total da mão de obra formal empregada, Espírito Santo, 2006-2009



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Apud SETUR, 2010, p. 13.

A vocação turística do Espírito Santo se expressa na importância relativa dos empregos gerados no setor, cuja representatividade passou de 4,7%, em 2006, para 4,8%, em 2009, do total da mão de obra empregada. Esse resultado coloca o Espírito Santo em 3º lugar entre os estados que mais empregam no segmento turístico em relação ao total de empregados do estado, em 2009, superado apenas pelo Rio de Janeiro com 6,5% e São Paulo, 5,2% (SETUR, 2010).

O Anuário Turístico do Espírito Santo é um importante documento para o conhecimento do setor no estado, uma vez que, além de consolidar estatísticas esparsas de várias fontes secundárias, traz os resultados de pesquisas primárias realizadas na Grande Vitória sobre o perfil dos turistas, levando em consideração o fluxo de pessoas, gasto médio, sexo, faixa etária, local de origem, além de outras informações relevantes. Permite, ainda, uma visão detalhada da oferta turística de hotéis, pousadas, bares e restaurantes, áreas verdes, infraestrutura turística disponível, eventos realizados no Espírito Santo, mostrando a periodicidade, número de participantes, número de turistas e abrangência dos eventos, entre outras informações.

Os hábitos turísticos foram medidos considerando as temporadas alta, média e baixa, cujas pesquisas foram realizadas nos meses de dezembro/janeiro, junho/julho e setembro/outubro, respectivamente. Das características abordadas, foram destacados dois itens: o gasto médio por tipo de consumo e o percentual de turistas que gastam em suas viagens no Espírito Santo.

**Tabela 5.18 - Gasto turístico médio individual por dia, Região Metropolitana, 2003-2008**

Ano	Transporte			Alimentação			Hospedagem		
	Alta	Média	Baixa	Alta	Média	Baixa	Alta	Média	Baixa
2003	-	-	12,4	-	-	9,6	-	-	12,6
2004	-	3,9	15,9	-	10,1	13,6	-	14,6	25,9
2005	3,6	4,7	9,5	8,2	8,4	16,9	14,2	9,9	19,8

**Continua...**

**...Continuação**

**Tabela 5.18 - Gasto turístico médio individual por dia, Região Metropolitana, 2003-2008**

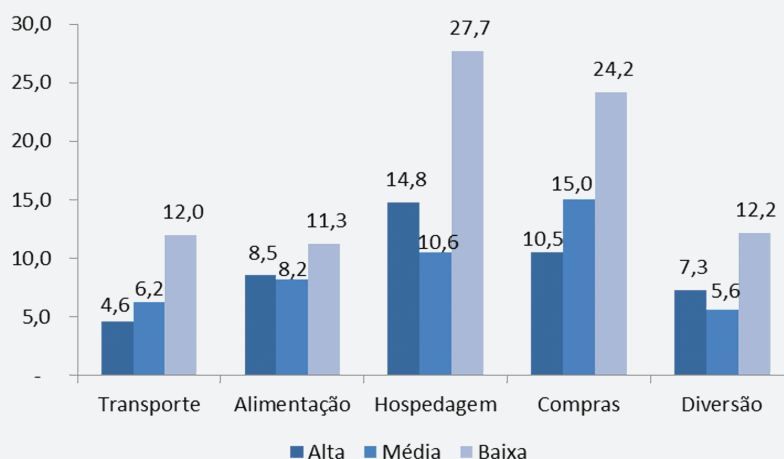
Ano	Transporte			Alimentação			Hospedagem		
	Alta	Média	Baixa	Alta	Média	Baixa	Alta	Média	Baixa
2006	3,5	8,9	10,0	6,9	6,7	14,3	9,9	12,2	31,5
2007	4,6	6,2	11,9	8,5	8,2	11,2	14,8	10,5	27,6
2008	8,6	-	-	11,5	-	-	30,3	-	-
2003	-	-	10,6	-	-	7,7	-	-	53,0
2004	-	9,2	78,9	-	5,5	29,3	-	43,5	163,8
2005	7,9	13,9	27,9	4,5	7,8	15,6	38,5	44,9	89,9
2006	6,3	11,8	20,7	4,2	5,1	19,4	31,0	42,6	96,0
2007	10,5	15,0	24,2	7,3	5,6	12,2	45,7	45,6	91,6
2008	16,8	-	-	11,4	-	-	78,7	-	-

Fonte: SETUR.

Em relação aos gastos individuais diários dos turistas, nota-se certa instabilidade, embora com uma evolução lenta, entre os anos de 2003 e 2007. Na baixa temporada, os gastos são maiores em relação a todos os itens, representando praticamente o dobro dos gastos nas altas e médias temporadas. No entanto, o ano de 2008, que teve apenas a alta temporada pesquisada, apresentou um crescimento bem mais significativo, mas a mudança de patamar dos gastos ainda precisa de comprovação com acompanhamentos posteriores (Tabela 5.18).

O Gráfico 5.6 mostra os gastos individuais por temporada, no ano de 2007, para cada item analisado. Na alta temporada, os gastos sobressaíram em todos os itens, especialmente em relação à hospedagem e às compras. Na média temporada, os maiores gastos foram com as compras, enquanto na baixa temporada foram com hospedagem.

**Gráfico 5.6 - Gasto turístico médio individual por dia, Região Metropolitana, 2007**



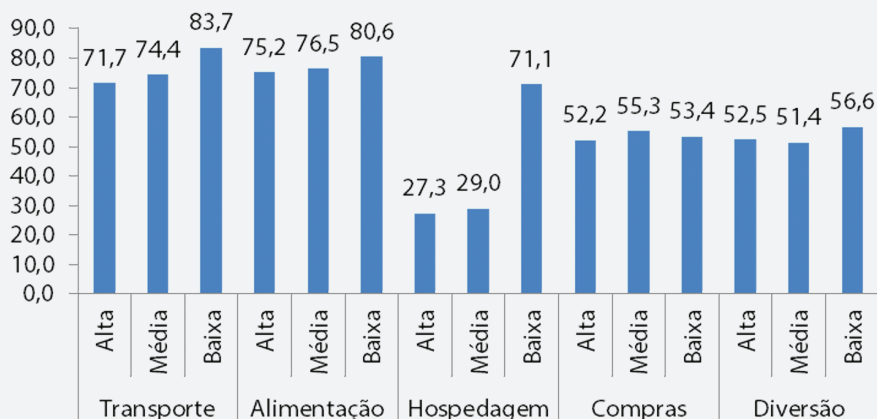
Fonte: SETUR.

Chama atenção o baixo percentual de turistas que gastam com hospedagem na alta e na média temporada, não chegando a atingir 30%, em 2007. Reduzidos, também, são os gastos em todas as temporadas relacionados às compras e ao divertimento, ficando na casa de 65%, em média, no ano de 2007. Os maiores percentuais de gastos estão relacionados aos transportes e à alimentação. Na alta temporada, em 2008, observou-se um aumento de turistas que gastam com hospedagem, passando de 27,3%, em 2007, para 60,0%, em 2008, porém ocorreu uma redução proporcional nos gastos em todos os demais itens analisados (Tabela 5.19 e Gráfico 5.7).

<b>Tabela 5.19 - Percentual de turistas que realizam gastos por item avaliado, Região Metropolitana, 2003-2008</b>							
<b>Discriminação</b>		<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Transporte	Alta	-	-	68,4	65,3	71,7	46,0
	Média	-	62,0	77,5	76,3	74,4	-
	Baixa	72,0	68,3	77,4	70,0	83,7	-
Alimentação	Alta	-	-	74,1	81,4	75,2	67,3
	Média	-	72,4	75,4	73,1	76,5	-
	Baixa	78,9	71,7	75,4	62,1	80,6	-
Hospedagem	Alta	-	-	34,5	33,3	27,3	60,0
	Média	-	28,2	33,1	31,3	29,0	-
	Baixa	43,7	42,0	34,2	27,0	71,1	-
Compras	Alta	-	-	66,7	58,1	52,2	36,9
	Média	-	49,5	47,7	50,9	55,3	-
	Baixa	39,8	44,0	48,5	44,4	53,4	-
Diversão	Alta	-	-	48,5	60,8	52,5	49,5
	Média	-	45,4	48,3	39,7	51,4	-
	Baixa	36,3	31,1	48,3	33,1	56,6	-

Fonte: SETUR.

**Gráfico 5.7 - Percentual de turistas que realizam gastos por item avaliado, Região Metropolitana, 2007**



Fonte: SETUR.

O turismo apresenta, ainda, outra vertente que vem se desenvolvendo rapidamente no Espírito Santo, ligada ao meio rural. Trata-se do agroturismo, uma atividade não-agrícola exercida nas propriedades rurais, que assume características daquelas tipicamente urbanas, como a prestação de serviços, comércio e indústria. O Novo Pedeag contempla alguns indicadores, projetados para 2025, para essas atividades que, além de uma nova fonte de geração de trabalho e renda, aproximam o meio rural do urbano, trazendo mais funções para os trabalhadores rurais (Tabela 5.20).

**Tabela 5.20 - Indicadores das atividades rurais não agrícolas, Espírito Santo, situação atual e ajustamento 2025**

Indicador	Situação atual*	Ajustamento 2025
Circuito/rota/roteiro implantado	16	54
Projeto de agroturismo implantado (propriedade)	334	620
Grupo de produção assistido	31	71
Agroindústria familiar cadastrada	232	1.020
Unidade didática de processamento de alimentos	11	31

Fonte: Novo PEDEAG.

Nota: \*Dados do período 2005 a 2007, variando conforme o indicador.

O desenvolvimento do interior pode ser visto, ainda, pela existência de Arranjos Produtivos Locais – APLs – formados por um grande número de empresas, concentradas espacialmente e inseridas num processo de divisão do trabalho em torno de uma atividade central.

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2003, p. 12).

A abordagem por meio de APLs possibilita a identificação de oportunidades de negócios e também a formulação de políticas de desenvolvimento local mais consistentes, pois são bem mais abrangentes que os limites de atuação da empresa. Pela ótica da competitividade, o compartilhamento de informações, de riscos, de instituições e de toda uma gama de serviços, socializa as vantagens competitivas de uma região, as chamadas economias externas. Assim, trata-se de uma eficaz metodologia para avaliação da competitividade das regiões, bem como auxilia os governos locais na identificação das áreas prioritárias para intervenções e ajuda a melhorar as condições sistêmicas da região em várias áreas: educação, saúde, capacitação, infraestrutura, ciência, tecnologia, etc.

Investir no desenvolvimento de iniciativas empresariais deve levar em conta outras dimensões, tais como capital humano: os conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida; capital social: os níveis de confiança, cooperação, reciprocidade, organização social; governança: diferentes modos de liderança, coordenação, intervenção, participação e negociação dos conflitos nos processos decisórios locais; e capital natural: seu uso sustentável.

O ES 2025 destacou nove APLs que seriam merecedores de políticas especiais, já que teriam uma base mínima de organização que configuraria um arranjo produtivo. Interessante notar que, à exceção do APL metalmeccânico, todos têm uma base geográfica no interior do estado. Assim, os APLs contemplados no documento, mármore e granito, confecções e vestuário, florestal-moveleiro, fruticultura, café, alimentos e bebidas, turismo e pecuária leiteira tiveram como prioridade a melhoria da sua capacidade competitiva, dando-se ênfase à agregação de valor na cadeia produtiva, à inovação, à qualificação de pessoal, à infraestrutura e logística, à melhoria da governança, dentre outros objetivos.

Em síntese, o processo de desenvolvimento do interior deve ser buscado sob várias vertentes que se complementam e se integram com a rede urbana do estado, destacando-se as atividades agropecuárias, cada vez mais diversificadas; as atividades ligadas ao turismo, com a incorporação do agroturismo, que cria oportunidades não agrícolas no meio rural; e as políticas relacionadas ao fortalecimento dos APLs, que tendem a agregar mais valor à produção e a adensar geograficamente as fontes de ocupação e de geração de renda.

An aerial night view of a city, likely Rio de Janeiro, with lights reflecting on the water. The image is overlaid with a semi-transparent orange and white grid pattern.

## *6 DESENVOLVIMENTO DA REDE DE CIDADES*



Em todas as partes do globo, há uma rede de cidades, desde os pequenos aglomerados até as grandes metrópoles, que acabam formando uma malha de conexões com variadas interligações entre si. Denomina-se rede de cidades quando existem fatores de natureza econômica, cultural, geográfica, dentre outras, que as tornam integradas, gerando uma hierarquia entre elas e polarizadas por uma delas. O grau de polarização de uma cidade torna-se mais intenso à medida que se ampliam os fatores que a justificam e a escala com a qual pode atender sua população e as populações do seu entorno.

Em um determinado espaço geográfico, o desenvolvimento de uma rede de cidades equilibrada, por meio do fortalecimento das cidades-polo regionais, deve ser visto como um importante vetor do desenvolvimento econômico e social do interior, não só pela facilidade de acesso aos serviços essenciais pela população interiorana, mas, também, para desafogar o excesso de demandas desses serviços nas maiores cidades.

No caso do Espírito Santo, o desenvolvimento de uma verdadeira rede de cidades constitui, sem dúvida, um importante instrumento capaz de atenuar a forte tendência de concentração na Região Metropolitana, com aumento relativo da importância das cidades regionais. O desenvolvimento da rede de cidades também é importante para a crescente melhoria na prestação de serviços nas cidades-polo, que possam atender sua própria demanda e aquela proveniente dos municípios de sua área de influência.

Entre os serviços em condições de proporcionar um efeito polarizador e difusor, podem ser citados a saúde (principalmente a de média e alta complexidade), a educação (especialmente a de nível superior e a formação profissional e tecnológica), o comércio, a logística e a cultura, entre outros. Desta forma, para desenvolver e fortalecer a rede de cidades do Espírito Santo deve-se, em um primeiro momento, fazer uma avaliação do nível de polarização das cidades capixabas, nos quesitos citados anteriormente. Com isso, o presente item tem como finalidade trazer reflexões e demonstrar formas para monitorar o processo de integração da rede de cidades do Espírito Santo.

## 6.1 Escopo do ES 2025

Em complementação ao eixo estratégico anterior, o ES 2025 voltou-se novamente para a sua integração regional, agora do ponto de vista da sua rede de cidades e da hierarquia dos principais centros urbanos estaduais, tendo como vetor o desenvolvimento de uma rede de serviços.

As principais cidades capixabas – Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus, Nova Venécia – e as cidades com alto crescimento esperado - Aracruz e Anchieta – e seus respectivos entornos regionais, bem como as principais municipalidades do Caparaó e da Região Serrana, formarão uma rede integrada de equipamentos e de serviços de elevada qualidade e complexidade nos campos da educação, saúde, formação profissional, finanças, logística e cultura. Propiciarão, assim, a ampliação do acesso a tais serviços em todas as porções do território

(ES 2025, 2006, p. 55).

O processo de industrialização no Espírito Santo também foi marcado por um rápido processo de urbanização de sua população, sobretudo concentrada na Região Metropolitana. Como consequência, esse exíguo espaço geográfico acabou gerando deseconomias de escala, perda da qualidade de vida de sua população e surgimento de complexos problemas urbanos, relacionados à mobilidade, à violência, à habitação, bem como sobrecarregando os orçamentos públicos e até mesmo reduzindo as vantagens competitivas dos investimentos privados. A reversão desse quadro torna-se possível à medida que os poderes públicos tomem iniciativas concretas no sentido de aumentar relativamente a importância das cidades regionais.

A indução da formação de um sistema urbano que resulte em uma rede equilibrada de cidade, em vez de uma concentração excessiva na metrópole, propicia um desenvolvimento territorial de melhor qualidade, com benefícios amplos

(ES 2025, 2006, p. 107).

Assim, o ES 2025 indicou ações que poderiam atenuar ou, se possível, reverter a tendência de concentração espacial, com aumento relativo da importância das cidades regionais que se tornariam polos de serviços especializados para as regiões de seu entorno. Como medidas desse resultado, foram escolhidos dois indicadores, conforme Tabela 6.1, que expressariam o reequilíbrio do desenvolvimento regional do estado.

**Tabela 6.1 -Desenvolvimento da rede de cidades: resultados finalísticos**

Resultado	Situação atual	2030
Aumentar o Índice de Desenvolvimento Urbano do Espírito Santo	0,3186 (2000)	0,8346
Reduzir o Índice de Primazia do Espírito Santo	0,77 (2000)	0,60

Fonte: ES 2025.

## 6.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025

Para traçar estratégias de desenvolvimento da rede de cidades do Espírito Santo, deve-se, em um primeiro momento, buscar entender a estrutura existente e a hierarquia das cidades capixabas. Desta forma, a primeira avaliação a ser feita é compreender como se encontra distribuída a população capixaba, em seu território.

Antes de traçar um perfil geral da população nos respectivos municípios, procurou-se compreender o nível das concentrações urbanas no Espírito Santo. Pela Tabela 6.2, é possível observar a estrutura dos distritos censitários do Espírito Santo, conforme o tamanho da população urbana de cada distrito dos municípios estaduais, de acordo com os dados censitários de 2010. Destaca-se que 149 dos 275 distritos capixabas apresentam uma população urbana de até mil habitantes. Observa-se, ainda, nestes distritos a presença de 292,9 mil habitantes, ou seja, 8,3% da população do estado, e desses, 231,8 mil residem na área rural, que correspondem a 39,8% da população rural do estado, e apenas 60,0 mil em áreas urbanas.

Agregando-se um pouco mais e tomando-se os distritos cujo tamanho seja de até 10 mil habitantes urbanos, que significam cidades bastante pequenas, encontram-se 228 distritos, ou 82,9% do total

de distritos, com uma população total de 803,2 mil habitantes, sendo 441,4 mil vivendo no meio rural e 361,8 no urbano. Ou seja, essa grande maioria dos distritos capixabas abriga 22,9% da população total do estado, 75,8% da população rural total e 12,4% de toda a população urbana.

Por outro lado, no estrato superior, encontram-se os onze maiores distritos, com concentrações urbanas com mais de 100 mil habitantes, constituídos, em ordem decrescente, por Carapina (Serra), Itaquiari (Cariacica), Vitória (sede), Vila Velha (sede), Cachoeiro de Itapemirim (sede), Ibes (Vila Velha), Goiabeiras (Vitória), Cariacica (sede), Serra (sede), Linhares (sede) e Guarapari (sede). Esses distritos abrigam 1.705,2 mil habitantes, que representam 48,5% da população total do estado, 57,6% da população urbana e apenas 2,7% da população rural. Note-se que apenas o distrito de Cachoeiro de Itapemirim (sede) encontra-se na região interiorana do estado e todos os demais na região litorânea.

No estrato de cidades entre 20 e 100 mil habitantes, contam-se apenas 13 distritos, que abrigam 17,3% da população total, sendo que representam 19,1% da população urbana do estado e apenas 8% da população rural.

Essas informações são suficientes para mostrar, de um lado, uma elevadíssima concentração da população capixaba em poucos distritos, localizados, em grande parte, na região litorânea e, de outro lado, o distanciamento da maioria da população rural dos centros urbanos um pouco maiores, já que o predomínio dessa população está justamente no entorno dos menores distritos do estado.

**Tabela 6.2 - Concentrações urbanas, Espírito Santo, 2010**

Estratos da população urbana	Nº de Distr.	Total		Urbana		Rural		Pop. Urb. %
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Mais de 100 mil	11	1.705.157	48,5	1.689.515	57,6	15.642	2,7	99,1
Mais de 50 mil a 100 mil	5	358.003	10,2	336.693	11,5	21.310	3,7	94,0
Mais de 20 mil a 50 mil	8	248.914	7,1	223.986	7,6	24.928	4,3	90,0
Mais de 10 mil a 20 mil	23	398.297	11,3	319.026	10,9	79.271	13,6	80,1
Mais de 5 mil a 10 mil	27	259.053	7,4	184.065	6,3	74.988	12,9	71,1
Mais de 2 mil a 5 mil	25	154.210	4,4	78.209	2,7	76.001	13,0	50,7
Mais de 1 mil a 2 mil	27	97.044	2,8	38.455	1,3	58.589	10,1	39,6
Mais de 500 a 1 mil	56	129.042	3,7	39.835	1,4	89.207	15,3	30,9
Mais de 400 a 500	17	38.360	1,1	7.331	0,3	31.029	5,3	19,1
Mais de 300 a 400	16	38.201	1,1	5.491	0,2	32.710	5,6	14,4
Mais de 200 a 300	17	21.536	0,6	4.258	0,1	17.278	3,0	19,8
Mais de 100 a 300	22	35.389	1,0	3.256	0,1	32.133	5,5	9,2
Até 100 hab. urbanos	21	30.324	0,9	852	0,0	29.472	5,1	2,8
<b>Total</b>	<b>275</b>	<b>3.513.530</b>	<b>100,0</b>	<b>2.930.972</b>	<b>100,0</b>	<b>582.558</b>	<b>100,0</b>	<b>83,4</b>

Fonte: IBGE.

Observando-se a população em seus municípios, conforme mostra a Tabela 6.3, os indícios da concentração continuam presentes. Nota-se que dos cinco municípios mais populosos do estado, quatro se localizam na chamada região litorânea (Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória), e apenas um no interior, Cachoeiro de Itapemirim. Esses cinco municípios abrigam 48,1% da população capixaba. Somando-se os dez maiores municípios, essa proporção atinge 63,7%, incluindo mais três da região litorânea, Linhares, Guarapari e Aracruz, e mais dois do interior, Colatina e São Mateus.

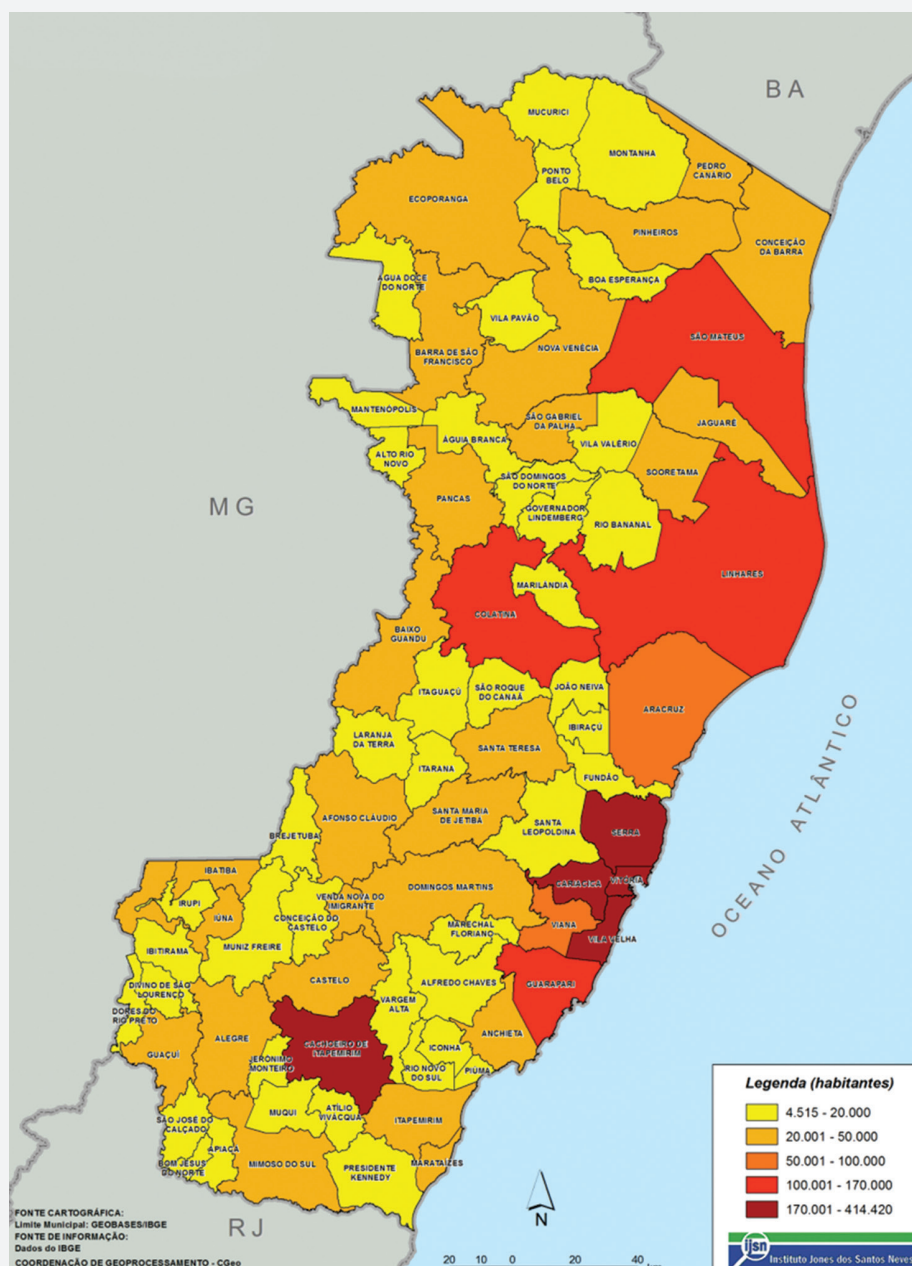
**Tabela 6.3 - Participação percentual da população dos municípios no Espírito Santo, 2010**

Município	%	Município	%	Município	%
Vila Velha	11,79	Jaguareé	0,70	Brejetuba	0,34
Serra	11,64	Anchieta	0,68	Água Doce do Norte	0,33
Cariacica	9,92	Pinheiros	0,68	Irupi	0,33
Vitória	9,33	Sooretama	0,68	Conceição do Castelo	0,33
Cachoeiro de Itapemirim	5,40	Pedro Canário	0,68	Rio Novo do sul	0,32
Linhares	4,02	Ecoporanga	0,66	São Roque do Canaã	0,32
Colatina	3,18	Ibatiba	0,64	Ibiraçu	0,32
São Mateus	3,10	Santa Teresa	0,62	Marilândia	0,32
Guarapari	3,00	Pancas	0,61	Itarana	0,31
Aracruz	2,33	Venda N. do Imigrante	0,58	Jerônimo Monteiro	0,31
Viana	1,85	Vargem Alta	0,54	Governador Lindenberg	0,31
Nova Venécia	1,31	Muniz Freire	0,52	Laranja da Terra	0,31
Barra de São Francisco	1,16	Piúma	0,52	São José do Calçado	0,30
Castelo	0,99	Montanha	0,51	Presidente Kennedy	0,29
Santa Maria de Jetibá	0,97	Rio Bananal	0,50	Atilio Vivacqua	0,28
Marataízes	0,97	Fundão	0,48	Águia Branca	0,27
São Gabriel da Palha	0,91	João Neiva	0,45	Bom Jesus do Norte	0,27
Domingos Martins	0,91	Muqui	0,41	Ibitirama	0,25
Afonso Cláudio	0,88	Marechal Floriano	0,41	Vila Pavão	0,25
Itapemirim	0,88	Boa Esperança	0,40	São Domingos do Norte	0,23
Alegre	0,88	Itaguaçu	0,40	Apiacá	0,21
Baixo Guandu	0,83	Alfredo Chaves	0,40	Alto Rio Novo	0,21
Conceição da Barra	0,81	Vila Valério	0,39	Ponto Belo	0,20
Guaçuí	0,79	Mantenópolis	0,39	Dores do Rio Preto	0,18
Iúna	0,78	Iconha	0,36	Mucurici	0,16
Mimoso do sul	0,74	Santa Leopoldina	0,35	Divino de São Lourenço	0,13

Fonte: IBGE.

Pelo mapa estadual, na Figura 6.1, é possível visualizar claramente a distribuição populacional no território capixaba. Observa-se que há uma grande concentração populacional nos municípios da região litorânea e certo vazio no interior, à exceção de Cachoeiro de Itapemirim e, em menor grau, do município de Colatina. No restante, vislumbra-se um enorme vazio, seja na região Noroeste, seja na região Oeste-Central, seja extremo Sul e no Sudoeste.

**Figura 6.1 - Distribuição da população nos municípios do Espírito Santo, 2010**



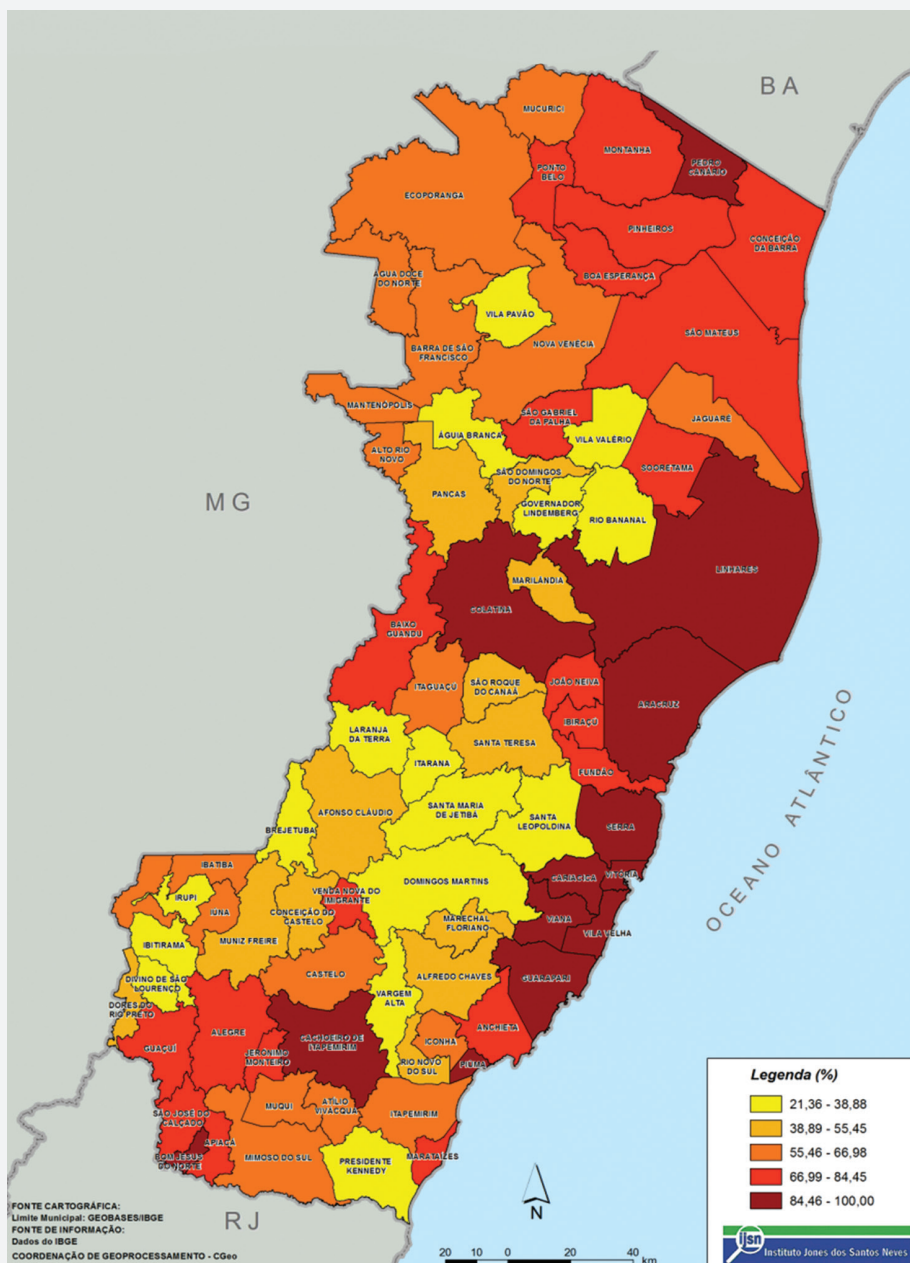
Fonte: IJSN.

Outro indicativo da concentração populacional pode ser visualizado pela Taxa Geométrica de Crescimento Anual observada para os municípios do Espírito Santo, entre os Censos de 2000 e 2010, conforme Figura 6.2.



de urbanização superior a 84,45%, sendo a sua taxa de urbanização igual a 77,54%. E, entre os menos populosos, apenas Pedro Canário, Piúma e Apiacá, apresentaram uma taxa de urbanização superior a 84,45%.

**Figura 6.3 - Taxa de urbanização nos municípios do Espírito Santo, 2010**



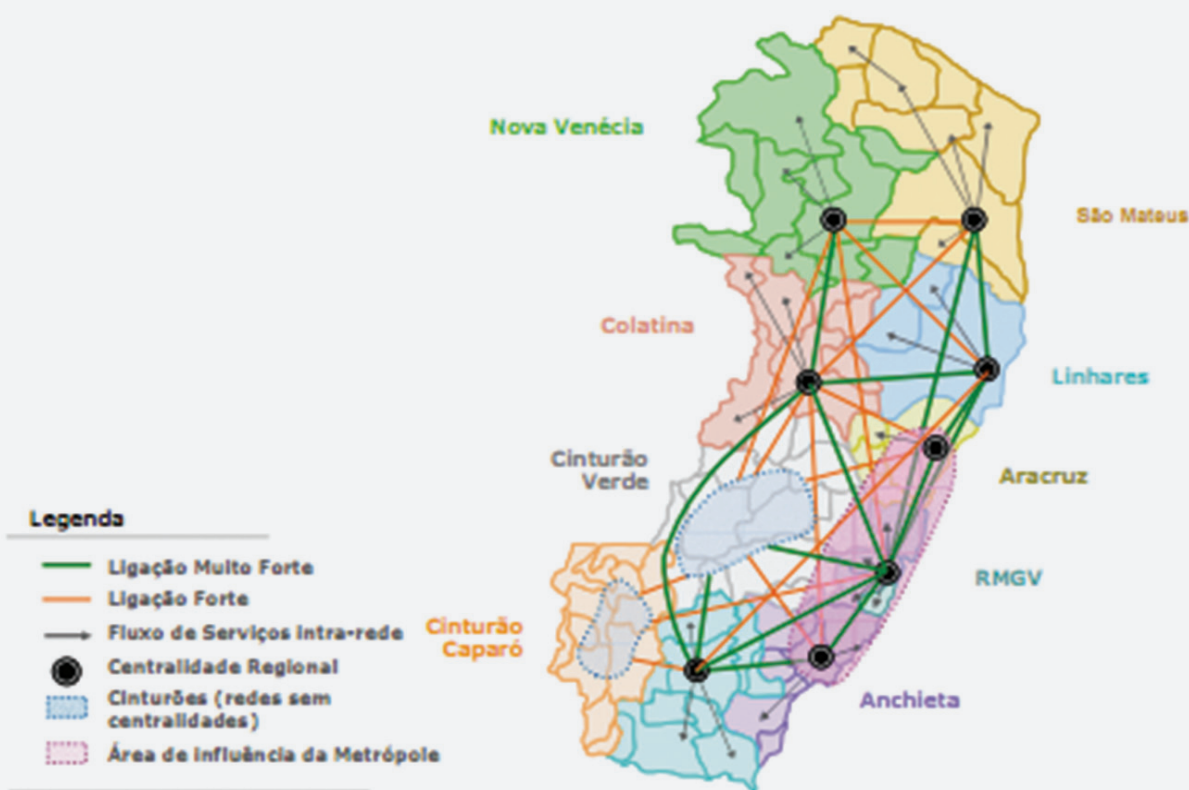
Fonte: IJSN.

Desta forma, pode-se constatar que grande parte da população rural do Espírito Santo encontra-se distante dos maiores centros urbanos, bem como que uma parte da população urbana reside em cidades com escalas muito reduzidas e, portanto, incapazes de ofertar minimamente os serviços necessários para a garantia do bem-estar dessa população.

Portanto, ao se pensar no horizonte de 2030, as reflexões sobre tais informações levam a buscar mecanismos de “inclusão urbana”, tornando mais acessíveis os serviços garantidos nos grandes núcleos urbanos. Daí a importância da formulação de políticas direcionadas ao fortalecimento de uma rede de cidades interligadas, hierarquizadas e com polos regionais distribuídos ao longo do território capixaba.

A proposta de uma rede de cidades para o estado, conforme desenhada no ES 2025, teve como objetivo atenuar ou mesmo reverter a forte tendência de polarização da Região Metropolitana, com aumento relativo da importância das cidades regionais, equilibradamente distribuídas, conforme a Figura 6.4. “Assim, o desenvolvimento da rede de cidades requer o fortalecimento de sua capacidade de polarização, organizada segundo uma hierarquia funcional, mediante a prestação de serviços que atendam à sua própria demanda e àquela proveniente dos municípios de sua área de influência” (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006, p. 107).

**Figura 6.4 - Rede de cidades do Espírito Santo**



Fonte: ES 2025.

Resta, então, procurar evidências empíricas que possam indicar alguma tendência no sentido da conformação daquela rede de cidades pretendida no ES 2025. Os indicadores capazes de atestar a importância relativa das cidades mencionadas como polos regionais devem constatar a presença ou não de serviços que podem exercer esse efeito polarizador e difusor.

Dentre esses serviços destacam-se, como já mencionado: saúde, educação e formação profissional e tecnológica, cultura, finanças, logística, energia, comunicações e demais serviços públicos, sem descuidar de outros elementos como a promoção de investimentos, a qualidade do meio ambiente e a disponibilidade de habitações, conforme destacado no ES 2025.

Em 2007, o IBGE publicou um vasto e criterioso estudo sobre as “Regiões de Influência das Cidades” dos municípios brasileiros, o Regic, baseado em inúmeras informações originárias tanto de dados secundários, quanto por meio de aplicação de questionários.

O objetivo foi estabelecer os níveis de hierarquia das cidades brasileiras, para o qual foram elementos importantes a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro. Com a utilização das informações, foi possível avaliar os níveis de centralidade da gestão federal (Poder Executivo e Poder Judiciário) e da gestão econômica.

Além disso, foram realizados estudos complementares, enfocando diferentes equipamentos e serviços – atividades de comércio e serviços, atividade financeira, Ensino Superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo. Ao final, foram identificados e hierarquizados os núcleos de gestão do território.

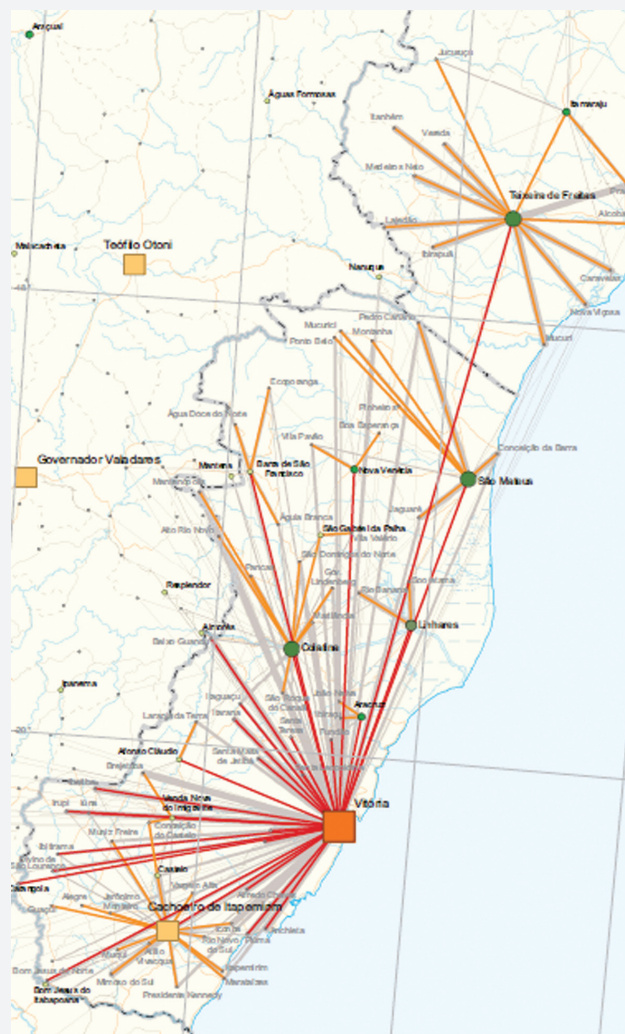
Na etapa seguinte, foram investigadas as ligações entre as cidades, de modo a delinear as áreas de influências dos centros e a esclarecer a articulação das redes no território, conforme um resumo da metodologia descrita pelo IBGE/Regic (IBGE/Regic, 2007, p. 137-9).

Como resultado, as cidades brasileiras foram classificadas em cinco grandes níveis, subdivididos em dois ou três subníveis: 1) Metrôpoles (grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole); 2) Capital regional (A, B e C); 3) Centro sub-regional (A e B); 4) Centro de zona (A e B); e 5) Centro local.

No território brasileiro relacionado ao Espírito Santo, o Regic identificou as regiões de influência conforme delineado no mapa da Figura 6.5. Vitória, classificada como Capital regional A, foi seguida por Cachoeiro de Itapemirim, como Capital regional C.

Além disso, foram identificados três Centros Sub-regionais A: Colatina e São Mateus (ES) e Teixeira de Freitas (BA); um Centro Sub-regional B: Linhares (ES); dois Centros de Zona A: Aracruz (ES) e Itamaraju (BA); e cinco Centros de Zona B: Afonso Cláudio, Barra de São Francisco, Castelo, São Gabriel da Palha e Venda Nova do Imigrante (ES).

**Figura 6.5 - Regiões de Influência das cidades, Vitória (ES) - Capital regional A, 2007**



Fonte: IBGE/REGIC.

Como visto, deve-se ressaltar que a integração de uma rede de cidades extrapola os limites territoriais de um estado. Para efeito de comparação entre a proposta do ES 2025 e as constatações dos estudos do Regic, percebe-se a diferença na integração das cidades, principalmente na interligação entre as cidades do interior.

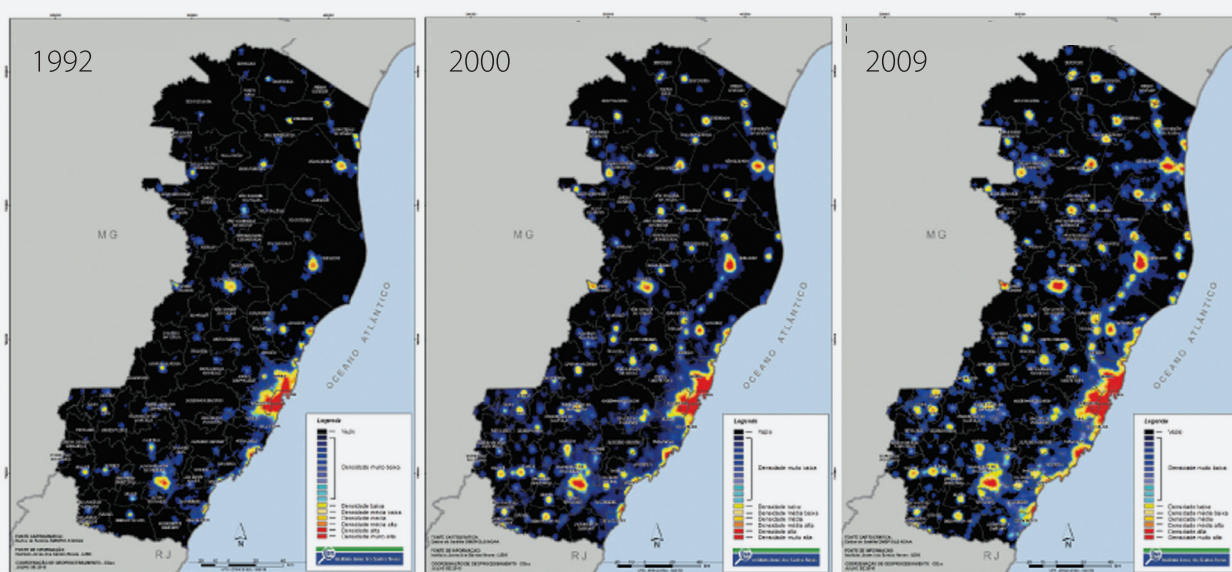
Para o ES 2025, as cidades do interior apresentavam fortes ligações entre si, diferentemente da apresentada pelo IBGE, cuja rede de cidades mostrou-se integrada principalmente à Região Metropolitana, com menor expressividade de integração entre as regiões interioranas, à exceção de Cachoeiro de Itapemirim, que aparece como polarizador da maioria dos municípios localizados no Sul capixaba.

Os outros municípios polarizadores, como São Mateus e Colatina, aparecem com menor intensidade de influência. Cabe destacar que a metodologia apresentada para elaboração do estudo do Regic foi exatamente a capacidade dos municípios em oferecer os mais diversos serviços em escala ampliada, como saúde, educação, rede bancária, entre outros.

Outra forma de demonstrar a integração e a distribuição da rede de cidades capixaba é a distribuição de energia elétrica. Observa-se, na Figura 6.6, a evolução da densidade de iluminação do Espírito Santo, a partir de dados de satélite. Destaca-se o significativo aumento de pontos luminosos no período de 1992 a 2009.

Além disso, deve-se destacar o aumento de pontos luminosos ocorridos entre 2000 e 2009, principalmente na região Norte do estado, com destaque para os pontos que margeiam o trajeto da rodovia BR 101, o que denota a importância que uma rodovia proporciona ao processo de integração e de desenvolvimento de uma rede de cidades.

**Figura 6.6 - Densidade de iluminação a partir de dados de satélite, Espírito Santo, 1992, 2000 e 2009**



Fonte: IJSN.

São muitos os meios que podem ser utilizados para a identificação de uma rede de cidades e seu grau de integração, a hierarquização e suas conexões. No entanto, esbarra-se no problema da precariedade dos dados estatísticos em nível municipal. Informações fundamentais, tais como os fluxos comerciais de bens e serviços, as redes de atendimento de serviços públicos e privados, com detalhamento de suas complexidades, os fluxos de pessoas e os correspondentes motivos dos deslocamentos, entre outros, não estão disponíveis e tornam essa tarefa muito árdua.

Uma das áreas centrais que devem ser tratadas é, sem dúvida, a disponibilidade da oferta de cursos de ensino técnico e superior, sendo a educação um dos eixos para aumentar a capacidade de polarização de uma determinada cidade. Nas Tabelas 6.4 e 6.5, é possível observar alguns indicadores para os cursos de Ensino Superior no Espírito Santo, em 2009, conforme as grandes áreas de ensino.

Percebe-se que as áreas de ensino que apresentam maior destaque no Espírito Santo são Educação; Ciências Sociais, Negócios e Direito; e Saúde e Bem-Estar Social, em que se destacam os cursos de Serviço Social. Nestas três áreas foram ofertados 66,7% do total de cursos superiores, 72,9% das vagas e encontraram-se 81,2% dos concluintes.

Enquanto isso, a área de Engenharia, Produção e Construção disponibilizou 12,0% do total de cursos foi procurada por 15,4% dos candidatos inscritos, mas contou com apenas 6,5% dos concluintes totais. Essas informações denotam o grau de concentração, ou a má distribuição, dos cursos de Ensino Superior no Espírito Santo.

**Tabela 6.4 - Cursos de Ensino Superior presenciais por área geral, Espírito Santo, 2009**

Área Geral	Nº de Cursos	Concluintes	Vagas Ofertas	Candidatos Inscritos	Ingressos
Educação	104	1.937	10.079	14.027	4.000
Humanidades e Artes	24	336	1.706	1.999	987
Ciências Sociais, Negócios e Direito	193	6.563	23.397	49.672	12.571
Ciências, Matemática e Computação	71	932	5.214	10.076	2.872
Engenharia, Produção e Construção	68	933	6.135	18.620	4.346
Agricultura e Veterinária	12	282	949	1.646	328
Saúde e Bem-Estar Social	82	3.154	8.022	24.082	3.981
Serviços	14	226	1.400	1.162	310
<b>Total</b>	<b>568</b>	<b>14.363</b>	<b>56.902</b>	<b>121.284</b>	<b>29.395</b>

Fonte: MEC/INEP.

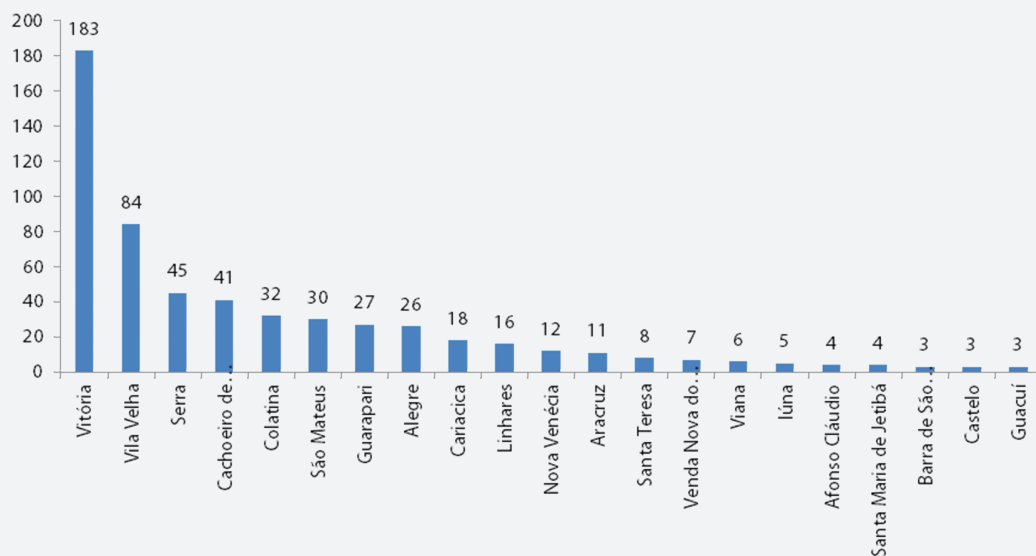
**Tabela 6.5 - Cursos de Ensino Superior presenciais por área geral, em %, Espírito Santo, 2009**

Área Geral	Nº de Cursos	Concluintes	Vagas Ofertas	Candidatos Inscritos	Ingressos
Educação	18,3	13,5	17,7	11,6	13,6
Humanidades e Artes	4,2	2,3	3,0	1,6	3,4
Ciências Sociais, Negócios e Direito	34,0	45,7	41,1	41,0	42,8
Ciências, Matemática e Computação	12,5	6,5	9,2	8,3	9,8
Engenharia, Produção e Construção	12,0	6,5	10,8	15,4	14,8
Agricultura e Veterinária	2,1	2,0	1,7	1,4	1,1
Saúde e Bem-Estar Social	14,4	22,0	14,1	19,9	13,5
Serviços	2,5	1,6	2,5	1,0	1,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MEC/INEP.

Além disso, estas informações estão disponíveis espacialmente, conforme Gráfico 6.1 e Tabela 6.6 e 6.7. Observa-se que esta concentração não se manifesta apenas nas grandes áreas de ensino, mas, também, entre as cidades do Espírito Santo, já que a capital oferece praticamente 1/3 dos cursos superiores do estado. Dos 78 municípios capixabas, apenas oito ofereceram 82,4% desses cursos: Vitória, Vila Velha, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus, Guarapari e Alegre.

**Gráfico 6.1 - Cursos de Ensino Superior por município, Espírito Santo, 2009**



Fonte: MEC/INEP.

Apesar da concentração geográfica do Ensino Superior, constatou-se a presença de instituições de Ensino Superior em um total de 21 municípios. No entanto, os cursos que predominaram no interior, em 2009, estavam concentrados nas áreas de Educação; Ciências Sociais, Negócios e Direito; e Ciências, Matemática e Computação, com predominância de cursos de Informática.

**Tabela 6.6 - Distribuição dos cursos de Ensino Superior por área geral e por município, Espírito Santo, 2009**

Municípios /Áreas Gerais	Educação	Humanidades e artes	Ciências, Negócios e Direito	Ciências, Matemática e Computação	Engenharia, produção e construção	Agricultura e Veterinária	Saúde e Bem-Estar Social	Serviços	Total
Vitória	24	16	66	26	20	0	30	1	183
Vila Velha	10	4	30	5	10	2	13	10	84
Serra	14	3	11	7	9	0	1	0	45
Cachoeiro de Itapemirim	9	0	13	7	5	0	6	1	41
Colatina	8	1	8	4	0	1	10	0	32
São Mateus	7	0	8	4	6	1	3	1	30
Guarapari	4	0	11	1	5	0	5	0	27
Alegre	8	0	1	5	3	5	4	0	26
Cariacica	1	0	11	2	3	1	0	0	18
Linhares	1	0	6	3	2	0	4	0	16

Continua...

...Continuação

**Tabela 6.6 - Distribuição dos cursos de Ensino Superior por área geral e por município, Espírito Santo, 2009**

Municípios /Áreas Gerais	Educação	Humanidades e artes	Ciências, Negócios e Direito	Ciências, Matemática e Computação	Engenharia, produção e construção	Agricultura e Veterinária	Saúde e Bem-Estar Social	Serviços	Total
Nova Venêcia	3	0	6	0	1	1	1	0	12
Aracruz	1	0	6	1	4	3	0	0	11
Santa Teresa	0	0	0	4	0	0	4	0	8
Venda Nova do Imigrante	3	0	3	0	0	0	1	0	7
Viana	4	0	2	0	0	0	0	0	6
Lúna	2	0	3	0	0	0	0	0	5
Afonso Cláudio	3	0	1	0	0	0	0	0	4
Santa Maria de Jetibá	2	0	2	0	0	0	0	0	4
Barra de São Francisco	0	0	1	1	1	0	0	0	3
Castelo	0	0	2	0	0	1	0	0	3
Guaçuí	0	0	2	1	1	0	0	0	3
<b>Espírito Santo</b>	<b>104</b>	<b>24</b>	<b>193</b>	<b>71</b>	<b>68</b>	<b>12</b>	<b>82</b>	<b>14</b>	<b>568</b>

Fonte: MEC/INEP.

A forte presença do número de cursos nos oito municípios mencionados anteriormente também é perceptível nos demais indicadores de Ensino Superior no Espírito Santo. Esses municípios receberam 6,8% das matrículas, foram responsáveis por 87,4% dos concluintes, 82,5% das vagas ofertadas, atraíram 90,0% dos candidatos inscritos e 84,4% dos ingressantes.

**Tabela 6.7 - Indicadores de Ensino Superior por município, Espírito Santo, 2009**

Municípios	Nº de Cursos	Matrículas	Concluintes	Vagas Ofertadas	Candidatos Inscritos	Ingressos
Vitória	183	41.287	5.711	18.710	56.826	12.073
Vila Velha	84	14.836	2.792	10.320	21.222	4.522
Serra	45	6.179	941	5.044	10.699	1.831
Cachoeiro de Itapemirim	41	5.536	1.232	3.262	2.872	1.419

Continua...

**...Continuação**

**Tabela 6.7 - Indicadores de Ensino Superior por município, Espírito Santo, 2009**

Colatina	32	4.395	839	2.990	3.552	1.500
São Mateus	30	2.576	239	2.330	5.921	976
Guarapari	27	2.072	413	3.020	3.552	1.599
Alegre	26	2.445	383	1.294	4.508	878
Cariacica	18	3.497	443	1.878	2.462	1.148
Linhares	16	2.192	359	1.810	3.606	598
Nova Venécia	12	1.718	299	1.350	1.852	424
Aracruz	11	1.670	182	1.094	1.258	1.401
Santa Teresa	8	564	157	1.000	480	140
Venda Nova do Imigrante	7	537	109	740	368	206
Viana	6	36	0	240	240	0
Lúna	5	293	49	370	584	183
Afonso Claudio	4	157	0	400	150	62
Santa Maria de Jetibá	4	456	77	200	240	192
Barra de São Francisco	3	118	60	150	197	59
Castelo	3	654	78	400	389	114
Guaçuí	3	171	0	300	306	70
<b>Espírito Santo</b>	<b>568</b>	<b>91.389</b>	<b>14.363</b>	<b>56.902</b>	<b>121.284</b>	<b>29.395</b>

Fonte: MEC/INEP.

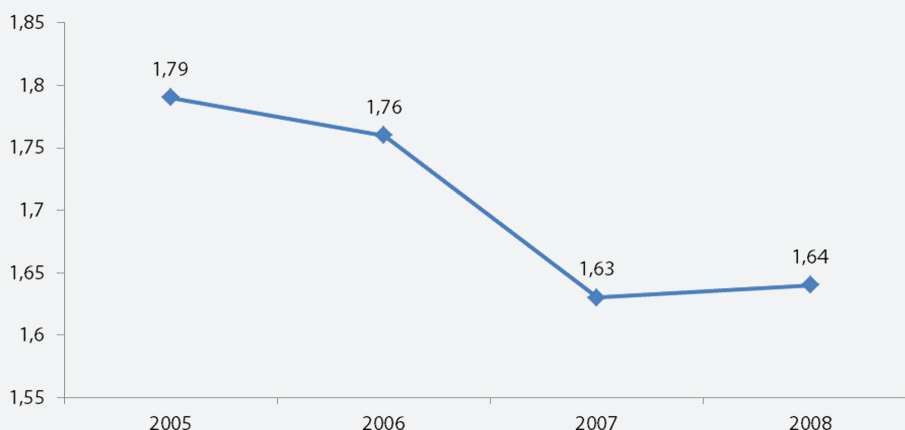
Outros serviços fundamentais para expressar a integração e o desenvolvimento de uma rede de cidades do Espírito Santo são os relacionados à área da saúde. À medida que amplia a escala de uma cidade, seja em termos de sua própria população seja na atração de populações vizinhas, torna-se mais factível a oferta de serviços mais complexos e mais especializados na área da saúde, bem como a aquisição de equipamentos mais sofisticados e hospitais mais bem aparelhados.

Algumas informações regionalizadas se encontram disponíveis, das quais foram selecionados o quantitativo de médicos e de profissionais de saúde, bem como a disponibilidade de alguns equipamentos de maior complexidade em nível municipal.

Para o Espírito Santo, foram selecionados dois indicadores, com série histórica, como o número de leitos hospitalares e o número de médicos por mil habitantes no Espírito Santo; e para os municípios foram tomados os dados referentes a dezembro de 2010.

Observa-se que houve uma redução no número de leitos hospitalares por mil habitantes no Espírito Santo, entre 2005 e 2008, de 1,79 para 1,64, correspondente a 8,4%, o que demonstra que os investimentos na área hospitalar não têm acompanhado, minimamente, o crescimento da população, conforme Gráfico 6.2.

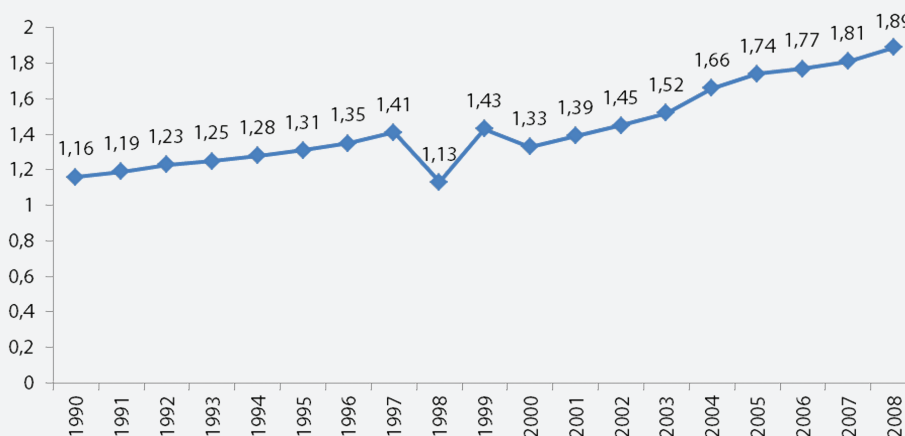
**Gráfico 6.2 - Número de leitos hospitalares por mil habitantes, Espírito Santo, 2005/2008**



Fonte: Ministério da Saúde.

Apesar da redução relativa do número de leitos hospitalares, percebe-se que a quantidade de médicos por mil habitantes apresentou um aumento entre os anos de 2005 e 2008, de 1,74 para 1,89. Tomando-se período de 1990 a 2008, houve uma trajetória ascendente, exceto para o ano de 1998, quando ocorreu uma queda acentuada, com uma evolução de 1,16 médicos por mil habitantes para 1,89, correspondente a 62,9%, conforme Gráfico 6.3.

**Gráfico 6.3 - Número de médicos por mil habitantes, Espírito Santo, 1990/2008**



Fonte: Ministério da Saúde.

Analisando-se os dados referentes a dezembro de 2010, constantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, e divulgados por município, a situação se altera um pouco, pois o Espírito Santo aparece com um índice de 2,75 médicos para mil habitantes.

No entanto, constatou-se uma forte concentração da atuação desses médicos em apenas 20 municípios, selecionados por apresentarem o maior índice de médicos por mil habitantes. Esses municípios, que abrigavam 68,4% dos habitantes estaduais, ficaram com 93,7% do total de médicos do estado.

Com isso, o indicador médico/mil habitantes subiu para 3,75 nesses 20 municípios, restando apenas 0,55 médicos por mil habitantes nos demais 58 municípios do estado, conforme Tabela 6.8. Deve-se destacar que apenas quatro municípios, Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica, ficaram com 6.492 médicos, ou 72,4% do total estadual.

**Tabela 6.8 - Quantitativo de médicos, Espírito Santo, dez./2010**

Discriminação	Médicos		Habitantes		Médicos/mil habitantes
	Número	%	Número	%	
20 municípios com mais médicos por mil habitantes	8.971	93,7	2.384.644	67,8	3,7
Demais municípios	600	6,3	1.130.308	32,2	0,5
<b>Espírito Santo</b>	<b>9.571</b>	<b>100,0</b>	<b>3.514.952</b>	<b>100,0</b>	<b>2,7</b>

Fonte: Ministério da Saúde.

O mesmo fenômeno verificou-se com os profissionais da saúde, embora com menor intensidade na concentração. Os 20 municípios com mais profissionais da saúde por mil habitantes representaram 44,1% da população estadual e abrigaram 68,2% desses profissionais, em dezembro de 2010.

O índice médio de profissionais da saúde por mil habitantes no estado foi de 11,73, sendo 18,14 para os 20 municípios mencionados e 6,68 para o restante do estado, conforme Tabela 6.9. Por sua vez, os municípios de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica ficaram com 23.174 profissionais da saúde, ou 56,0% do total estadual.

**Tabela 6.9 - Quantitativo de profissionais da saúde, Espírito Santo, dez./2010**

Discriminação	Profissionais da saúde		Habitantes		Profissionais da saúde/mil habitantes
	Número	%	Número	%	
20 municípios com mais profissionais da saúde por mil habitantes	28.106	68,2	1.549.184	44,1	18,14
Demais municípios	13.128	31,8	1.965.768	55,9	6,68
<b>Espírito Santo</b>	<b>41.234</b>	<b>100,0</b>	<b>3.514.952</b>	<b>100,0</b>	<b>11,73</b>

Fonte: Ministério da Saúde.

O Espírito Santo possuía 4.743 equipamentos de saúde em uso, em dezembro de 2010, distribuídos em Equipo Odontológico Completo, 2.434; Raios X, 1.673, Ultrassom, 479; Mamógrafo, 74; Tomógrafo Computadorizado, 53; e Ressonância Magnética, 30. Desse total, 80,6% estavam instalados nos 20 municípios com o maior número de equipamentos, destacando-se que Vitória, Vila Velha, Serra, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz e Linhares possuíam 3.010 dos equipamentos, representando 63,5% do total.

A Tabela 6.10 seleciona alguns desses equipamentos para mostrar a forte concentração, especialmente daqueles mais complexos e sofisticados, como o caso da Ressonância Magnética, existente em apenas oito municípios capixabas, com um total de 30 aparelhos; e o Tomógrafo Computadorizado, presente em 14 municípios, com um total de 53 aparelhos. Os aparelhos de Mamógrafo dos 20 municípios representaram 90,5% de um total de 67, enquanto os de Ultrassom representaram 81,2% num total de 389 aparelhos.

**Tabela 6.10 - Quantitativo de equipamentos\* de saúde em uso, Espírito Santo, dez./2010**

Município	Total	Ultrassom	Mamógrafo	Tomógrafo Computadorizado	Ressonância Magnética
Vitória	1.310	103	23	14	9
Vila Velha	658	51	11	9	8
Serra	299	28	4	6	1
Colatina	256	28	3	7	4
Cachoeiro de Itapemirim	219	25	7	4	4
Aracruz	141	21	1	1	1
Linhares	127	31	4	2	2
Cariacica	114	11	1	2	1
Guarapari	98	14	3	1	-
São Mateus	98	18	1	2	-
Barra de São Francisco	64	5	2	2	-
Nova Venécia	61	9	2	-	-
Castelo	54	2	1	-	-
Guaçuí	54	9	1	1	-
Santa Teresa	54	4	1	1	-
Venda Nova do Imigrante	53	6	-	-	-
Alegre	48	5	1	-	-
Anchieta	44	12	1	1	-
Baixo Guandu	36	5	-	-	-
João Neiva	36	2	-	-	-

Continua...

**...Continuação**

**Tabela 6.10 - Quantitativo de equipamentos\* de saúde em uso, Espírito Santo, dez./2010**

Município	Total	Ultrassom	Mamógrafo	Tomógrafo Computadorizado	Ressonância Magnética
<b>Subtotal</b>	<b>3.824</b>	<b>389</b>	<b>67</b>	<b>53</b>	<b>30</b>
Outros municípios	919	90	7	0	0
<b>Total</b>	<b>4.743</b>	<b>479</b>	<b>74</b>	<b>53</b>	<b>30</b>

Fonte: Ministério da Saúde.

Nota: (\*) Alguns equipamentos selecionados.





*7 MEIO AMBIENTE*



O Espírito Santo se localiza em uma região, cuja vegetação presente se relaciona a um dos biomas mais ricos do planeta, a Mata Atlântica. Entretanto, seu histórico de devastação fez com que o estado reduzisse de forma significativa a área com cobertura vegetal natural. Entre os motivos que levaram a essa devastação, podem ser citados o boom da extração madeireira ocorrido após a crise decorrente da erradicação dos cafezais, o próprio avanço da atividade agropecuária, bem como o processo de urbanização.

Com o conceito de desenvolvimento sustentável cada vez mais presente nas grandes economias mundiais, a preservação do meio ambiente tem-se tornado tema das mais diferentes formas de discussão, tendo em vista as preocupações com as gerações futuras. Assim, preservar o meio ambiente significa não só manter a biodiversidade existente, mas também garantir a sobrevivência das gerações futuras. Caso não haja preservação, as consequências podem ser catastróficas e imensuráveis. Todavia, o presente item não pretende entrar nos meandros desse assunto, mas rever o que foi considerado no ES 2025 e trazer novas reflexões sobre o meio ambiente para o horizonte 2030.

## 7.1 Escopo do ES 2025

A preocupação com o meio ambiente foi tratada no ES 2025 no eixo estratégico denominado “recuperação e conservação de recursos naturais”, visando conciliar a crescente geração de riqueza e a obtenção de bem-estar social com a preservação da qualidade ambiental e com a melhoria dos indicadores socioambientais. Nessa área, foram destacados cinco desafios:

1. Gerir os recursos hídricos de forma a garantir o suprimento de água de qualidade para consumo humano, atividades industriais e agricultura irrigada;
2. Conservar e recuperar a cobertura florestal nativa da Mata Atlântica no estado;
3. Mitigar os impactos do desenvolvimento industrial na qualidade ambiental;
4. Conciliar o desenvolvimento da agricultura com a conservação do solo; e
5. Destinar adequadamente os resíduos sólidos (ES 2025, 2006, p. 114).

O alcance desses objetivos seria efetivado por meio do acompanhamento de três indicadores, relacionados aos serviços de saneamento, à qualidade da água das bacias hidrográficas e à cobertura vegetal nativa, conforme Tabela 7.1.

<b>Tabela 7.1 - Recuperação e conservação de recursos naturais: resultados finalísticos</b>
<b>Resultados</b>
Universalização dos serviços de saneamento até 2025 (água, esgoto e lixo adequadamente disposto)
Enquadramento de todas as bacias a índices de qualidade da água IQA - BOM até 2025
Aumento do percentual de cobertura vegetal nativa do estado para 16% até 2025

Fonte: ES 2025.

## 7.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025

As três áreas contempladas no ES 2025, cobertura vegetal, água e serviços de saneamento, são bastante abrangentes e apropriadas para monitorar a preservação de boas condições ambientais. A discussão a seguir procura atualizar alguns dos dados estatísticos e acrescentar outros elementos de reflexão sobre esse eixo estratégico.

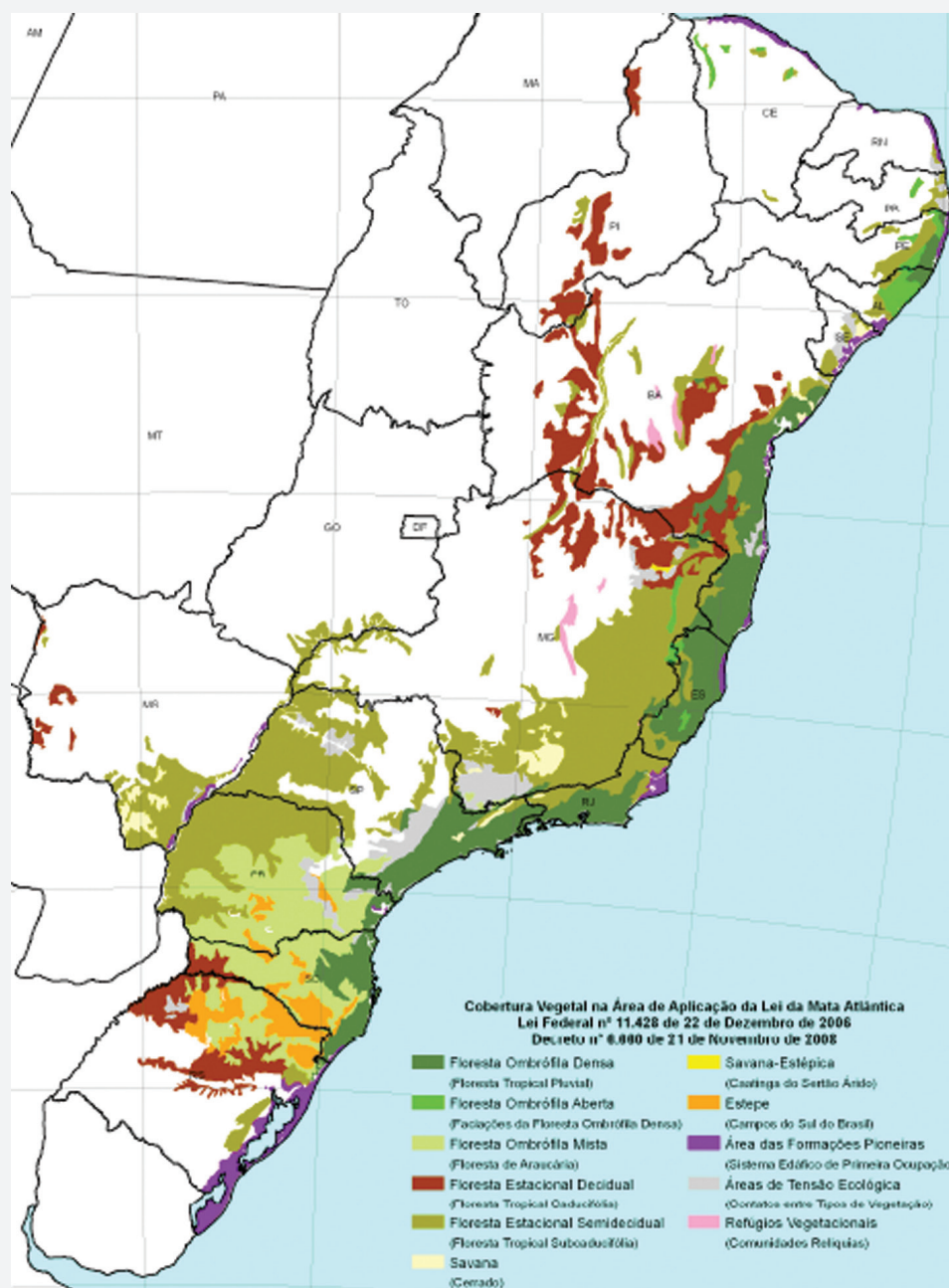
Como foi dito, apesar de o Espírito Santo situar-se na região da Mata Atlântica, detentora de um dos biomas mais ricos do planeta, sua situação ambiental, assim como outras regiões do país, encontra alguns sérios problemas especialmente relacionados à preservação das matas e, em consequência, de suas bacias mananciais. Originalmente, o estado possuía uma cobertura florestal superior a 90% de seu território, que foi sendo substituída em função do avanço dos centros urbanos, da exploração madeireira e, principalmente, da fronteira agrícola.

A Figura 7.1 mostra a área originalmente ocupada pela Mata Atlântica no Brasil, com a respectiva distribuição na cobertura vegetal. Observa-se que a cobertura predominante no Espírito Santo é a de Floresta Ombrófila Densa (Floresta Tropical Pluvial) e a Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifolia).

A primeira caracteriza-se por apresentar árvores de copas altas, que formam uma cobertura fechada, enquanto a segunda por possuir árvores de 25 a 30 metros, com a presença de espécies que perdem as folhas durante o inverno. Essas características evidenciam florestas compostas por grandes árvores de matas fechadas.

Além disso, percebe-se que também há pequenas áreas com a Floresta Ombrófila Aberta (Faciações da Floresta Ombrófila Densa), considerada uma mata do tipo de transição da "Floresta Ombrófila Densa", e a Área das Formações Pioneiras (Sistema Edáfico de Primeira Ocupação), cuja característica principal é a de ocorrer em terrenos instáveis e cobertos por uma vegetação em constante sucessão.

**Figura 7.1 - Extensão do Bioma Mata Atlântica, Lei Federal 11.428/2006, Decreto 6.660/2008**



Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica.

Apesar do histórico de desmatamento da Mata Atlântica, ainda há áreas preservadas, distribuídas entre dez estados brasileiros. Originalmente, os estados que apresentavam as maiores áreas de mata eram Minas Gerais, com 27,2 milhões de hectares, que representava 46,4% de seu território; Paraná, com 19,7 milhões, equivalentes a 98,1% da área total do estado; Bahia, com 18,9 milhões e 33,4%; e São Paulo, com 16,9 milhões e 68,0%, respectivamente.

Os estados de Santa Catarina, Espírito Santo e Rio de Janeiro tinham 100,0% de suas áreas com Mata Atlântica, equivalentes a 9,6, 4,6 e 4,4 milhões de hectares, respectivamente, conforme Tabela 7.2.

Em 2010, ainda restavam 11,1% da Mata Atlântica original, encontrando-se as maiores áreas nos Estados de Minas Gerais, com 2,7 milhões de hectares; e São Paulo, com 2,4 milhões de hectares. Proporcionalmente, os maiores índices de conservação estavam situados nos Estados de Santa Catarina, com 22,1% da área original; Rio de Janeiro, com 18,4%; e São Paulo, com 14,4%.

O Espírito Santo representou a oitava maior área da Mata Atlântica, em 2010, com 478,1 mil hectares, o que equivale a 10,4% de sua área original e o quarto estado na escala de preservação. Merece destaque, ainda, o fato de que Goiás e Mato Grosso do Sul apresentaram, no ano de 2010, apenas 5,7% e 4,7%, respectivamente, de suas áreas com Mata Atlântica original, conforme Gráfico 7.1.

**Tabela 7.2 - Quantitativos de Mata Atlântica por estado, 2008-2010**

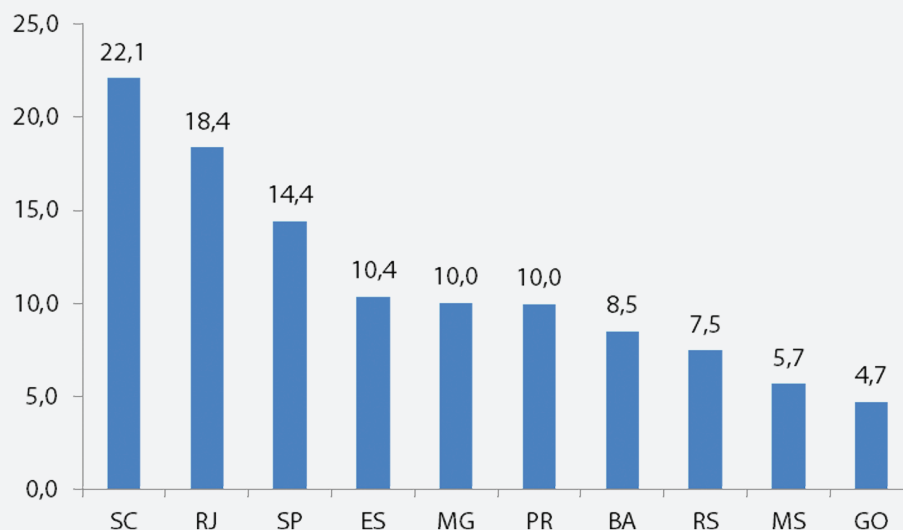
UF	Área UF (ha)	Mata Atlântica (ha)	%	Floresta remanescente (ha)			Desflorestamento	
				2008	2010	%	2008-2010	%
MG	58.697.565	27.235.854	46,4	2.746.393	2.733.926	10,0	12.467	0,45
BA	56.557.948	18.875.099	33,4	1.612.060	1.604.334	8,5	7.725	0,48
SC	9.591.012	9.591.012	100,0	2.123.145	2.119.519	22,1	3.626	0,17
PR	20.044.406	19.667.485	98,1	1.963.892	1.960.644	10,0	3.248	0,17
RS	28.403.078	13.759.380	48,4	1.028.347	1.026.483	7,5	1.864	0,18
SP	24.873.203	16.918.918	68,0	2.439.322	2.438.808	14,4	514	0,02
GO	34.127.082	1.051.422	3,1	49.702	49.381	4,7	320	0,64
RJ	4.394.507	4.394.507	100,0	808.080	807.833	18,4	247	0,03
ES	4.614.841	4.614.841	100,0	478.325	478.088	10,4	237	0,05
MS	36.193.583	6.366.586	17,6	360.238	360.121	5,7	117	0,03
<b>Total</b>	<b>277.497.225</b>	<b>122.475.104</b>	<b>44,1</b>	<b>13.609.504</b>	<b>13.579.137</b>	<b>11,1</b>	<b>30.365</b>	<b>0,22</b>

Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica.

Apesar de se encontrar em uma situação de grande devastação, o desmatamento da Mata Atlântica não cessou nos últimos anos, como observado na Tabela 7.2, que mostra as áreas de Mata Atlântica desmatadas entre 2008 e 2010. Destaca-se que, em termos de área, o estado que mais desmatou foi Minas Gerais, com 12.467 hectares, seguido por Bahia, com 7.725 hectares, e Santa Catarina, com 3.626 hectares.

O Espírito Santo ocupou o nono lugar, com uma área desmatada de 237 hectares. Entretanto, o desflorestamento, entre 2008 e 2010, em relação às áreas de florestas existentes em 2008, foi proporcionalmente maior em Goiás (0,64%), Bahia (0,48%) e Minas Gerais (0,45%).

### Gráfico 7.1 - Participação da área de Mata Atlântica em relação à área original, 2010



Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica.

O Espírito Santo, além de apresentar 478,1 mil hectares de floresta, ou seja, 10,4% de matas de sua área original, também detém 25,2 mil hectares de restinga (ou 0,55% de área original com esta vegetação), e 7,5 mil hectares de mangue (ou 0,16% de área original com esta vegetação).

Mas, ao se avaliar o desmatamento ocorrido no Espírito Santo, entre 2008 e 2010, este fato ocorreu apenas nas florestas, o que ainda representou 0,05% da área existente para esta vegetação no ano de 2008. Desta forma, ao se avaliar o Bioma da Mata Atlântica como um todo, observa-se, na Tabela 7.3, que o Espírito Santo ainda possui uma área de 510,8 mil hectares de remanescentes florestais atuais, ou 11,07% da área de mata original.

**Tabela 7.3 - Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, Espírito Santo, 2008/2010**

Classes de mapeamento	2008 <sup>1</sup>		2010 <sup>2</sup>		Desflorestamento	
	Hectares	%*	Hectares	%*	Hectares	%**
Floresta	478.325	10,3	478.088	10,3	237	0,0
Restinga	25.201	0,5	25.201	0,5	0	
Mangue	7.464	0,1	7.464	0,1	0	
<b>Total</b>	<b>510.990</b>	<b>11,0</b>	<b>510.753</b>	<b>11,0</b>	<b>237</b>	

Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica.

\* Em relação à área do bioma Mata Atlântica avaliada no estado.

\*\* Em relação aos remanescentes florestais de 2008.

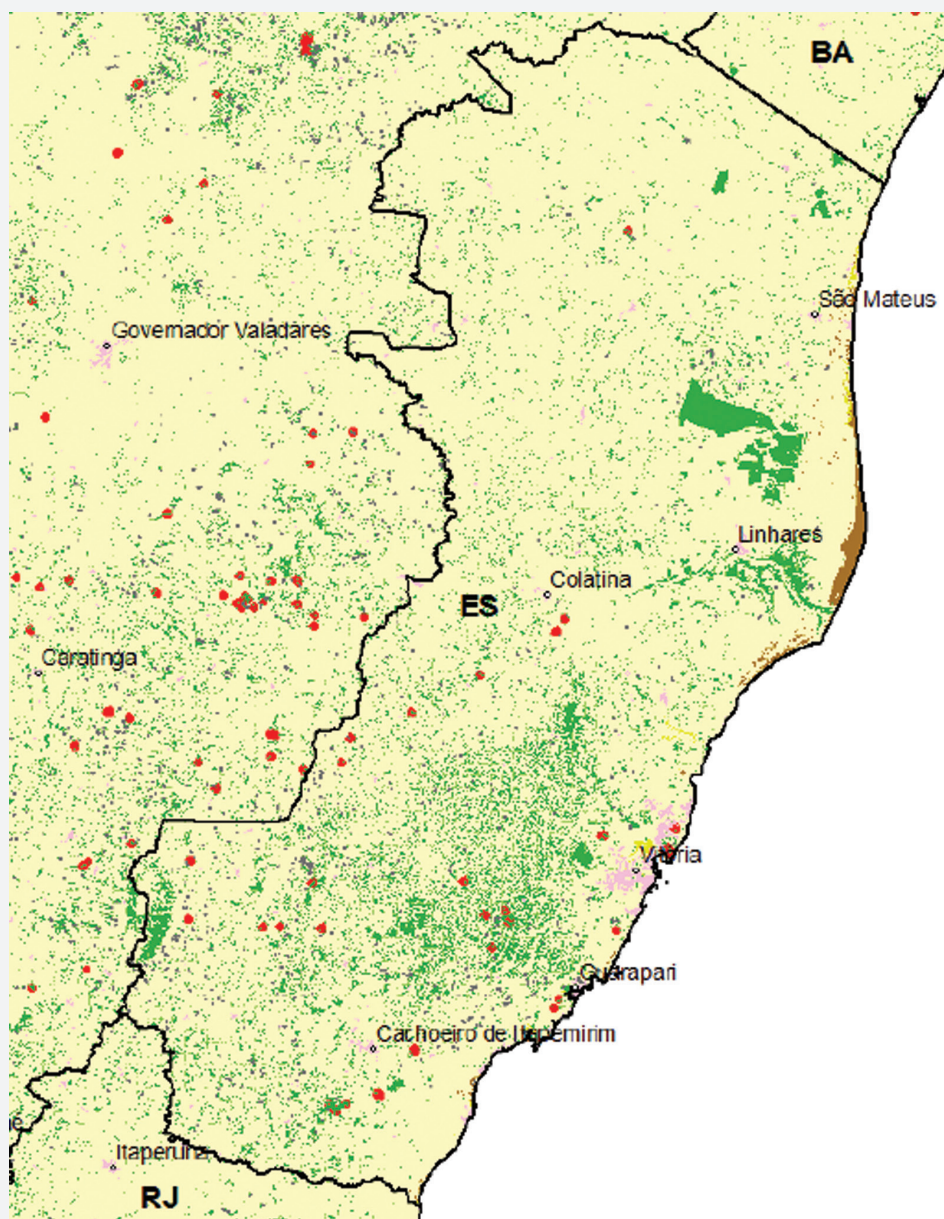
<sup>1</sup> Área avaliada no estado equivalente a 100%.

<sup>2</sup> Área avaliada no estado equivalente a 89% (11% com cobertura de nuvens).

Na Figura 7.2, é possível perceber a distribuição das áreas de florestas no Espírito Santo, destacadas em verde, e as áreas desmatadas recentemente (entre 2008 e 2010) em vermelho. Ressalta-se que a maior área verde contínua encontra-se na reserva existente nos municípios de Sooretama e Linhares, no Norte do estado.

Deve-se observar, ainda, a concentração de áreas em verde nas microrregiões Central Serrana, Sudoeste Serrana e Caparaó, além das proximidades da foz do rio Doce.

**Figura 7.2 - Áreas com florestas e áreas desmatadas no Espírito Santo, 2010**



Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica.

Tendo o Espírito Santo toda sua área original dentro do bioma Mata Atlântica, restando apenas 10,4% das florestas em todo seu território, em 2010, a distribuição dessas áreas é bastante desigual entre os municípios, conforme pode ser observado na Tabela 7.4. Em extensão, as maiores áreas encontram-se nos municípios de Linhares, com 75,8 mil hectares; Domingos Martins, 29,6 mil; Sooretama, 24,5 mil; Alfredo Chaves, 20,2 mil; e Santa Leopoldina, com 19,4 mil hectares.

Relativamente às suas áreas totais, destacaram-se os municípios, com os maiores percentuais de áreas remanescentes da Mata Atlântica, no ano de 2010, como Sooretama, com 40,2%; Marechal Floriano, com 34,0%; Alfredo Chaves, com 32,1%; e Vargem Alta, com 27,6%. No caso de Sooretama, destaca-se a existência da reserva natural em seu território. Já os municípios que apresentaram os menores percentuais de Mata Atlântica em seu território foram Anchieta, com 0,0%, Marataízes, com 0,8%, Ponto Belo, com 1,0%, e Mantenópolis, com 1,3%.

Cabe destacar, ainda, que os cinco maiores municípios em extensão territorial do Espírito Santo, ou seja, Linhares, São Mateus, Ecoporanga, Nova Venécia e Aracruz, que possuem juntos 23,9% da área total do Estado, apresentaram apenas 9,9% de área remanescente da Mata Atlântica, em 2010.

Já os cinco menores municípios do estado, ou seja, Piúma, Vitória, Bom Jesus do Norte, Marataízes e Dolores do Rio Preto, com 1,2% da área total do Espírito Santo, possuíram juntos 8,7% de área remanescente da Mata Atlântica, em 2010. Com isso, observa-se que, proporcionalmente, as áreas de maior preservação da Mata Atlântica encontram-se nos municípios de menor extensão territorial.

**Tabela 7.4 - Remanescentes de Mata Atlântica por município, Espírito Santo, 2008/2010**

Município	Hectares	Município	Hectares
Linhares	75.808	Barra de São Francisco	4.116
Domingos Martins	29.643	Divino de São Lourenço	4.115
Sooretama	24.538	Venda Nova do Imigrante	3.947
Alfredo Chaves	20.262	Iúna	3.931
Santa Leopoldina	19.433	Pinheiros	3.882
Santa Maria de Jetibá	18.726	Rio Bananal	3.668
Santa Teresa	14.332	Itapemirim	3.323
Guarapari	14.054	Marilândia	3.233
São Mateus	13.553	Itarana	3.044
Mimoso do sul	11.905	Brejetuba	3.020
Vargem Alta	11.731	Presidente Kennedy	2.945
Castelo	11.527	Montanha	2.740
Conceição da Barra	11.287	São José do Calçado	2.728
Aracruz	11.234	Dores do Rio Preto	2.628
Marechal Floriano	9.925	Átlio Vivacqua	2.547
Cachoeiro de Itapemirim	9.668	São Gabriel da Palha	2.505

**Continua...**

**...Continuação**

<b>Tabela 7.4 - Remanescentes de Mata Atlântica por município, Espírito Santo, 2008/2010</b>			
Colatina	9.056	Governador Lindenberg	2.407
Muniz Freire	8.961	Vila Valério	2.406
Afonso Cláudio	8.355	Ibiraçu	2.274
Jaguaré	7.447	Fundão	2.071
Conceição do Castelo	7.302	São Roque do Canaã	2.028
Alegre	6.681	Boa Esperança	1.754
Cariacica	6.383	Água Doce do Norte	1.708
Ecoporanga	6.059	Rio Novo do sul	1.656
Ibitirama	6.042	Águia Branca	1.603
Viana	6.021	Vila Pavão	1.468
Serra	5.705	João Neiva	1.438
Itaguaçu	5.542	Iconha	1.430
Nova Venécia	5.352	Apiacá	1.393
Baixo Guandu	5.172	Ibatiba	1.258
Muqui	4.757	Vitória	1.205
Laranja da Terra	4.405	Vila Velha	1.175
Guaçuí	4.384	Jerônimo Monteiro	1.135
Anchieta	4.306	Mucurici	1.036
Pancas	4.197	Outros	5.057

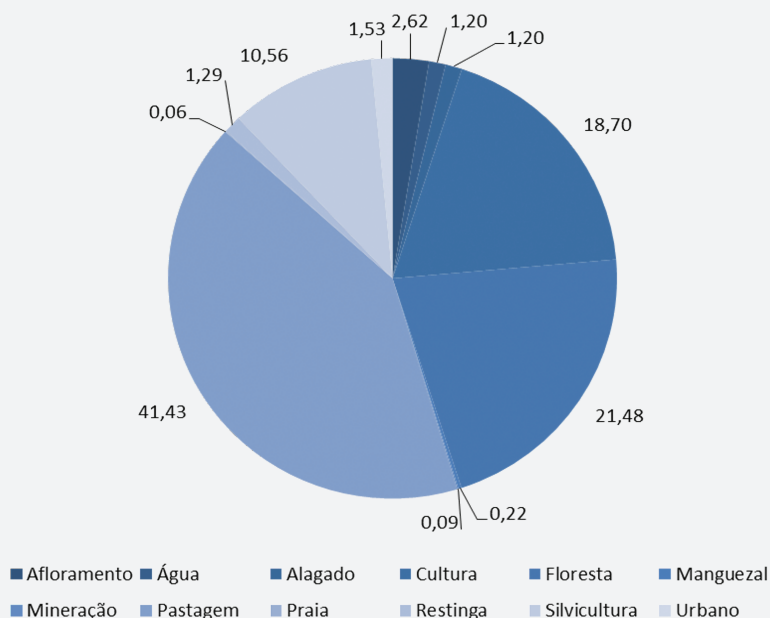
Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica.

Os desmatamentos, no período de 2008 a 2010, foram praticados em 23 municípios capixabas, sendo que as maiores áreas devastadas localizaram-se nos municípios de Vitória, com 38 hectares; Alfredo Chaves, com 28 hectares; Itapemirim, com 27 hectares; Colatina, com 14 hectares; e Afonso Cláudio, com 12 hectares. Juntos, esses municípios representaram 50,2% da área total desmatada de 237 hectares. Podem-se citar, ainda, Vargem Alta, Guarapari, Domingos Martins, Muniz Freire e Laranja da Terra (Fundação SOS Mata Atlântica, 2011).

Em síntese, as áreas especiais de preservação ambiental no Espírito Santo são bastante reduzidas se comparadas às dimensões do seu território. Com isso, uma das questões centrais que diz respeito ao meio ambiente, para o horizonte 2030, é o contínuo monitoramento destas áreas. Além disso, deve-se considerar e avaliar as possibilidades de expansão destas áreas, principalmente em relação à criação de corredores ecológicos entre elas, fazendo com que haja maior interação entre os respectivos biomas.

Um levantamento recente indica a utilização do solo em todo o estado do Espírito Santo, conforme Gráfico 7.2. Destaca-se a extensa área com pastagens, que atingiu 41,4% do território estadual, em 2010, bem como a área com florestas, 21,5%, e com silvicultura, 10,6%. É interessante notar que o espaço urbano, apesar da grande aglomeração de construções e de pessoas, ocupa tão somente 1,5% da área total.

**Gráfico 7.2 - Uso do solo, Espírito Santo, 2010**



Fonte: IJSN.

Dada a situação em que se encontram as florestas capixabas, a conscientização sobre a necessidade de preservá-las, de um lado, e a de fazer uso da madeira como matéria prima, de outro, deve encontrar um equilíbrio sobre as formas de extraí-las de forma sustentável, sem causar maiores danos ao meio ambiente.

O Novo Pedeag contempla a silvicultura como uma das atividades em expansão para o horizonte 2025, já que foi previsto um aumento de área para todas as atividades relacionadas, conforme Tabela 7.5.

<b>Tabela 7.5 - Indicadores da silvicultura, Espírito Santo, situação atual e ajustamento 2025</b>		
<b>Indicadores</b>	<b>Situação atual (2007)</b>	<b>Ajustamento<sup>1</sup> 2025</b>
Florestas econômicas de rápido crescimento (1.000 hectares)	199,1	512,7
Espécies florestais não tradicionais (1.000 hectares)	1,9	28,3
Seringueira (1.000 hectares)	8,0	75,0
Palmáceas (1.000 hectares)	1,9	5,1
Total (1.000 hectares)	210,9	621,1

Fonte: Novo PEDEAG.

Uma preocupação crescente, não só no Espírito Santo, mas em todo o mundo, é a possibilidade de preservar as fontes de águas e garantir seu abastecimento no futuro. Por conseguinte, o uso racional da água tem recebido destaque nas discussões atuais sobre meio ambiente.

Desta forma, deve-se destacar primeiramente o conceito de Bacia Hidrográfica, que se refere às áreas de drenagem de um curso d'água, de forma que a vazão do efluente seja através de uma única saída, na parte mais baixa de seu contorno, de acordo com a declividade das montanhas, dos montes e das colinas, que orientam o sentido e a direção das águas e determinam o limite de uma bacia hidrográfica.

Para facilitar a identificação das bacias hidrográficas do Brasil, o governo federal utilizou uma metodologia intitulada de "Ottobacias Hidrográficas", que faz a caracterização de uma bacia a partir de um rio principal, comparando confluência e avaliando qual seria a maior área drenada. As áreas são sempre divididas em nove partes, sendo quatro bacias e cinco interbacias. Assim, a numeração ocorre com algarismos pares para as bacias e ímpares para as interbacias. (ESPÍRITO SANTO, 2011).

Deve-se considerar que, em alguns casos, as regiões hidrográficas, formadas por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas, possuem características naturais, sociais e/ou econômicas iguais ou semelhantes. Assim, conforme o Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), do Espírito Santo, o estado encontra-se dividido oficialmente em 12 Unidades Administrativas de Recursos Hídricos (IEMA, 2011).

Já os Comitês de Bacias Hidrográficas, referem-se aos colegiados instituídos por Lei, no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dos Sistemas Estaduais. São considerados como a base da gestão participativa e integrada da água, tendo papel deliberativo e sendo composto por representantes do poder público, da sociedade civil e de usuários de água.

Os comitês, ainda, podem ser oficialmente instalados em águas de domínio da União e dos estados. No Espírito Santo, há 14 Comitês de Bacias Hidrográficas (IEMA, 2011), conforme Figura 7.3. As informações sobre cada uma dessas bacias, a seguir, fazem parte desse estudo do IEMA.

A região hidrográfica do rio Itaúnas compreende os municípios de Mucurici, Montanha, Pedro Canário e Pinheiros, e parte de Conceição da Barra, Ponto Belo, Boa Esperança e São Mateus. O rio Itaúnas é de domínio estadual, com afluentes na Bahia e em Minas Gerais. Sua área de drenagem total, considerando os três estados, é de 4.932 km<sup>2</sup>, sendo a maior parte desta área localizada no Espírito Santo, correspondente a 89,0% da área total.

Essa bacia é caracterizada por baixos índices de precipitação pluviométrica. Em suas cabeceiras, onde estão os afluentes, na margem esquerda, os totais pluviométricos variam em média entre 870 e 1.040 mm por ano e nas margens à direita, as precipitações pluviométricas variam entre 1.040 e 1.170 mm por ano. Tal situação dificulta o desenvolvimento de atividades agrícolas que necessitam de grande quantidade de água.

A região hidrográfica dos afluentes dos rios São Mateus, Braço Norte e Braço Sul compreende os municípios de Água Doce do Norte, Vila Pavão e Barra de São Francisco, e parte de Nova Venécia, Ponto Belo, Boa Esperança, Mantenedópolis, São Mateus, Ecoporanga, Jaguaré e Conceição da Barra. O rio São Mateus é de domínio da União.

Suas nascentes se localizam em Minas Gerais, sendo formado por dois braços, o rio Cotaxé, com 244 km de extensão, e o rio Cricaré, com 188 km de extensão. Em todo seu trajeto, o rio São Mateus atravessa dois tipos de climas distintos, o tropical subúmido, com estação seca durante o inverno, nas regiões próximas a suas cabeceiras, e o tropical úmido (chuvoso), nas proximidades com o litoral. Desta forma, seus índices pluviométricos anuais médios variam entre 1.300 mm, na faixa litorânea, e 800 mm, próximo a suas nascentes.

**Figura 7.3 - Comitês das Bacias Hidrográficas, Espírito Santo, 2011**



Fonte: IEMA.

A região hidrográfica do rio São José abrange totalmente os municípios de Alto Rio Novo, Águia Branca, São Domingos do Norte e Governador Lindenberg, e parcialmente os de São Gabriel da Palha, Vila Valério, Mantenópolis, Sooretama, Rio Bananal e Linhares. O rio São José nasce em Mantenópolis e percorre aproximadamente 154 km até desaguar na Lagoa Juparanã, em Linhares.

Em toda sua extensão há uma sazonalidade marcante entre o inverno, menos chuvoso, e o verão, mais chuvoso. Tal situação faz com que as maiores vazões médias ocorram a partir de novembro, atingindo um pico de 64,3 m<sup>3</sup>/s, em janeiro.

A região hidrográfica do rio Doce compreende os municípios de Alto Rio Novo, Águia Branca, São Gabriel da Palha, Vila Pavão, Jaguaré, Sooretama, Pancas, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg, Rio Bananal, Linhares, Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, Laranja da Terra, Itaguaçu, São Roque do Canaã, Brejetuba, Afonso Cláudio e Itarana, e parte de Mantenópolis, São Mateus, João Neiva, Santa Teresa, Ibatiba, Linhares e Iúna. Esta região apresenta uma área de drenagem de 86.715 km<sup>2</sup>, sendo 86% pertencentes a Minas Gerais e os demais, 17,4%, ao Espírito Santo (com uma área de 15.088 km<sup>2</sup>).

As nascentes do rio Doce se localizam em Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, e percorrem cerca de 850 km até sua foz, no oceano Atlântico, em Linhares. O regime pluviométrico apresenta duas características distintas, um período chuvoso, entre os meses de outubro e março, com os maiores índices em dezembro, e com precipitações variando entre 800 e 1.300 mm; e um período seco, entre os meses de abril e setembro, com estiagem mais crítica entre junho e agosto, e com precipitações variando entre 150 e 250 mm. A precipitação média anual na bacia varia entre 1.500 mm, nas regiões próximas às nascentes, e 900 mm, nas proximidades com a cidade de Aimorés, em Minas Gerais.

A região hidrográfica do Litoral Centro Norte, que compreende as bacias dos rios Riacho, Reis Magos, Piraquê-Açu e Jaracaraípe, abrange os municípios de Aracruz, Fundão e Ibirapu, e parte de Santa Leopoldina, Serra, Linhares, João Neiva e Santa Teresa. No caso da região do rio Riacho, as chuvas são relativamente bem distribuídas ao longo da bacia e os totais médios anuais alcançam níveis iguais a 1.600 mm. Na região do rio Reis Magos, os índices de precipitações médios variam em torno de 1.870 mm ao ano, em Santa Leopoldina, e 1.300 mm ao ano, nas proximidades do litoral e na região Oeste da Bacia. Na região do rio Jacaraípe, a pluviosidade é em torno de 1.100 mm ao ano.

A região do rio Santa Maria do Rio Doce abrange totalmente os municípios de Itarana e São Roque do Canaã, e parcialmente Afonso Cláudio, Linhares, Santa Teresa, Ibirapu, João Neiva, Colatina e Itaguaçu. O rio nasce em Santa Teresa, e percorre 93 km até sua desembocadura no rio Doce, em Colatina.

A região hidrográfica do rio Guandu compreende os municípios de Laranja da Terra e Brejetuba e parte de Baixo Guandu, Itarana e Afonso Cláudio. O rio possui 160 km de extensão, desde suas nascentes até sua desembocadura no rio Doce. Seus principais afluentes são os rios São Domingos, do Peixe, Boa Sorte e Taquaral.

A região hidrográfica de Santa Maria de Vitória compreende os municípios de Vitória e Santa Maria de Jetibá e parte de Serra, Cariacica e Santa Leopoldina. O rio Santa Maria da Vitória nasce em Santa Maria de Jetibá e percorre 143,4 km até sua foz em Vitória, sendo a vazão média na foz igual a 31.036,5 l/s.

A região hidrográfica do rio Jucu abrange os municípios de Domingos Martins, Marechal Floriano, Viana e Vila Velha e parte de Cariacica e Guarapari. As nascentes do rio Jucu se localizam na região serrana do estado e sua foz em Vila Velha.

Destaca-se que o rio possui dois braços, um ao Sul, com 67,43 km de extensão, e outro ao Norte, com 126,56 km. O rio ainda percorre 42,94 km da confluência de seus braços até a foz, totalizando 169,5 km de extensão, com a vazão média em sua foz igual a 35.684 l/s.

A região hidrográfica de Guarapari é composta em parte pelos municípios de Vila Velha e Guarapari. Ela é composta por um grupo de bacias hidrográficas adjacentes, sendo os principais cursos de água dessa região os rios Jabuti, Perocão e Una, além dos rios Aldeia Velha e o córrego Lameirão, que afluem direto para a baía de Guarapari. A bacia apresenta baixos níveis de precipitação pluviométrica, sendo que na parte mais interiorana da região, os totais pluviométricos variam, em média, entre 1.340 mm e 1.380 mm ao ano, enquanto nas áreas próximas ao litoral oscilam, em média, entre 1.170 mm e 1.200 mm ao ano.

A região hidrográfica do rio Benevente abrange totalmente os municípios de Alfredo Chaves e Anchieta e parte de Guarapari, Iconha e Piúma. O rio Benevente nasce em Alfredo Chaves e percorre 79 km até sua foz, em Anchieta. Sua vazão média é de 25.104,5 l/s.

A região hidrográfica do rio Novo compreende totalmente o município de Rio Novo do Sul e parte de Vargem Alta, Piúma, Itapemirim e Iconha. Não há grandes oscilações nos índices pluviométricos ao longo do ano. Entretanto, há maior concentração das chuvas nas cabeceiras dos rios Iconha e Novo, com índice médio igual a 1.700 mm ao ano, e menor no litoral, em torno de 1.000 mm ao ano. A sua vazão média é de cerca de 16.940 l/s.

A região hidrográfica do rio Itapemirim abrange totalmente os municípios de Alegre, Atilio Vivacqua, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Conceição do Castelo, Ibitirama, Jerônimo Monteiro, Marataízes, Muniz Freire e Venda Nova do Imigrante e parcialmente Ibatiba, Iúna, Irupi, Muqui, Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy e Vargem Alta. O rio Itapemirim tem 135,44 km de extensão, contados a partir da confluência de dois rios, o Braço Norte Esquerdo (que, por sua vez, possui 83,28 km de extensão), e o Braço Norte Direito (com 70,95 km de extensão), até sua foz, em Itapemirim. O rio Itapemirim apresenta uma vazão média de 94.709 l/s.

A região hidrográfica do rio Itabapoana compreende os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo e, por isso, o rio é de domínio da União. No Espírito Santo, abrange totalmente os municípios de Divino São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte, Apiacá e Mimoso do Sul e parcialmente Marataízes, Itapemirim, Muqui e Presidente Kennedy.

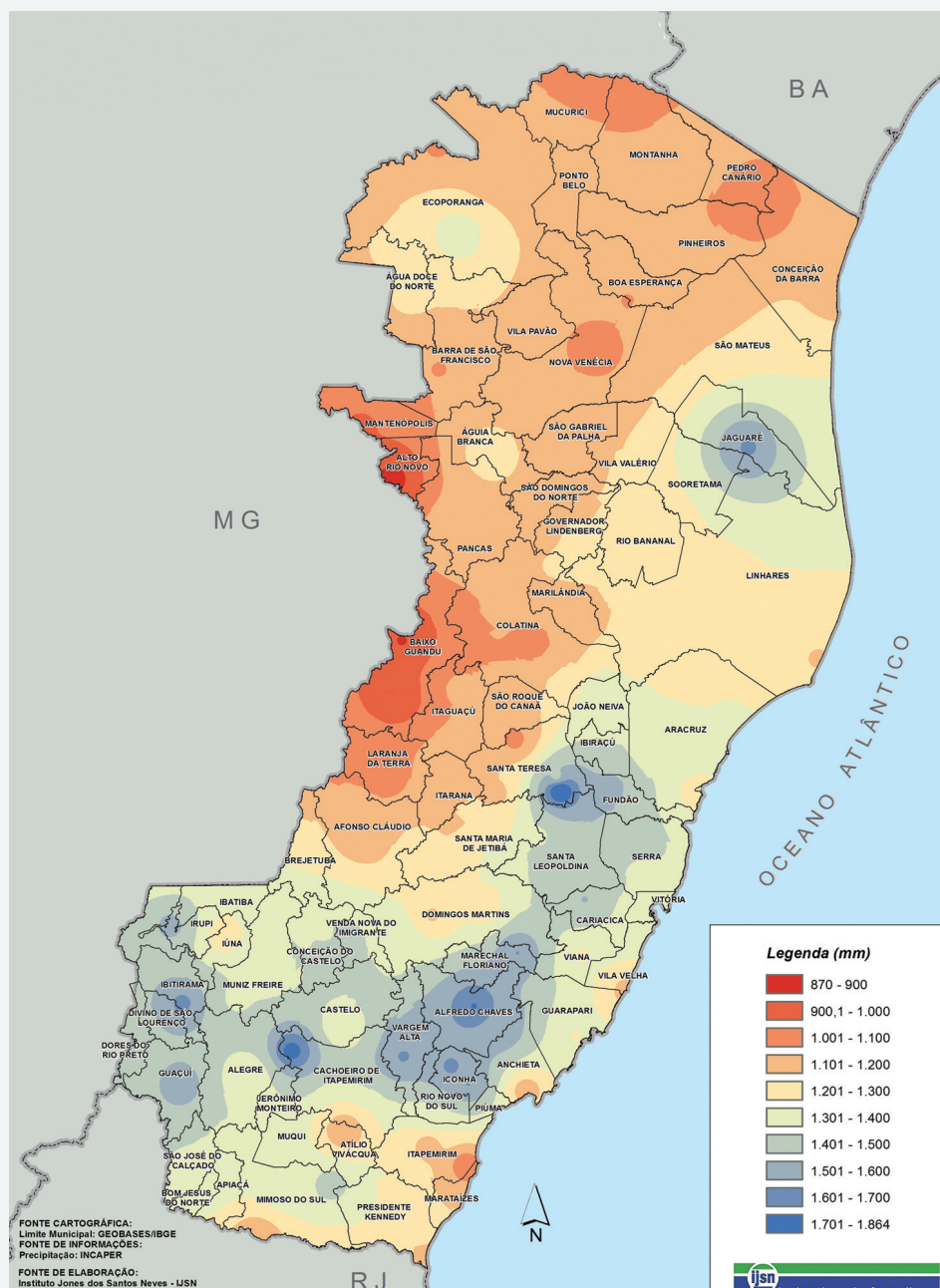
Ao sair do estado de Minas Gerais, percorre cerca de 213 km na divisa entre os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, até sua foz, localizada entre os municípios de Presidente Kennedy/ES e São Francisco de Itabapoana/RJ. A vazão média do rio Itabapoana é de 49.354 l/s.

Como um dos fatores de manutenção dos mais diversos ecossistemas, os índices de precipitação são os principais responsáveis pelo seu equilíbrio, já que são através das chuvas que se originam as fontes de água nas mais diversas regiões dos continentes.

Assim, encontra-se na Figura 7.4 a precipitação média anual acumulada para o Espírito Santo, entre os anos de 1997 e 2006. Observa-se que os menores índices de precipitação média encontram-se distribuídos ao longo dos municípios que se localizam ao Norte e ao Oeste do estado. Entre eles, podem ser citados, principalmente, Pedro Canário, Conceição da Barra, Pinheiros, Montanha, Mucuri, Alto Rio Novo, Mantenedópolis, Baixo Guandu e Laranja da Terra.

Por outro lado, os maiores índices de precipitação média localizam-se em áreas de municípios localizados ao Sul e ao Leste do Espírito Santo. Entre os principais, podem ser citados Jaguaré, Santa Teresa, Fundão, Santa Leopoldina, Serra, Cariacica, Marechal Floriano, Alfredo Chaves, Iconha, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Dores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Ibitirama e Irupi.

**Figura 7.4 - Precipitação média anual acumulada, Espírito Santo, 1997/2006**



Fonte: IJSN.

Outra questão importante para a temática do meio ambiente refere-se à disponibilidade de serviços de abastecimento de água e de coleta dos resíduos sólidos e líquidos para os domicílios.

Observa-se que a proporção de domicílios com abastecimento de água por meio da rede geral de distribuição variou pouco no Espírito Santo entre 2001 e 2009, chegando, em 2009, com o resultado igual a 83,9% (Tabela 7.6 e Gráfico 7.3).

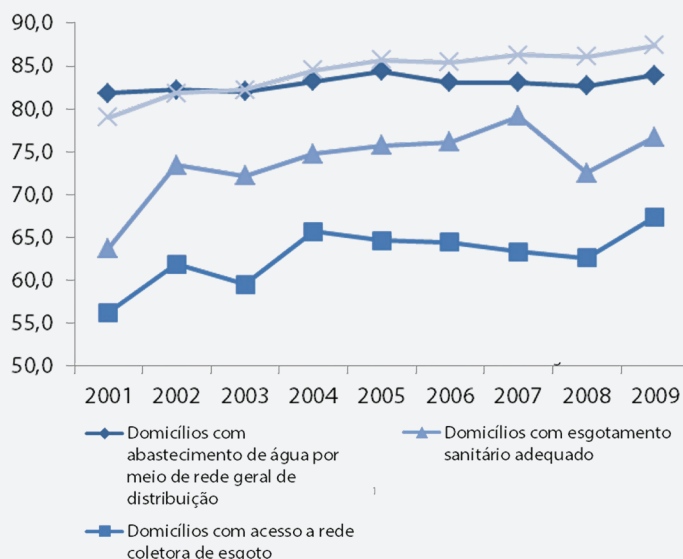
Já os percentuais de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto e com esgotamento sanitário adequado apresentaram um crescimento superior a dez pontos percentuais durante o período analisado. O primeiro variou de 56,2%, em 2001, para 67,4%, em 2009, enquanto o segundo cresceu de 63,7% a 76,7% dos domicílios, no mesmo período. Merece destaque, ainda, o aumento obtido pelos serviços com coleta de lixo nos domicílios, que passou de 79,0%, em 2001, para 87,4%, em 2009.

**Tabela 7.6 - Indicadores de saneamento básico, Espírito Santo, 2001-2009 (%)**

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Domicílios com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição	81,8	82,2	82,0	83,2	84,4	83,1	83,1	82,7	83,9
Domicílios com acesso a rede coletora de esgoto	56,2	61,9	59,5	65,7	64,6	64,4	63,3	62,6	67,4
Domicílios com esgotamento sanitário adequado	63,7	73,4	72,2	74,7	75,7	76,1	79,1	72,5	76,7
Coleta de lixo	79,0	81,8	82,2	84,5	85,7	85,4	86,3	86,1	87,4

Fonte: IBGE/PNAD/IJSN.

**Gráfico 7.3 - Indicadores de saneamento básico, Espírito Santo, 2001/2009 (%)**



Fonte: IBGE/PNAD/IJSN.

No entanto, esses índices relativamente elevados sofrem variações significativas quando discriminados em relação aos domicílios localizados nas áreas urbanas daqueles situados em áreas rurais. No meio urbano, o abastecimento de água por meio de rede de distribuição atingiu 99,1% do total dos domicílios, em 2009, e apenas 9,2% dos domicílios rurais.

A proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado foi de 84,6% no meio urbano e de 5,4% no rural, enquanto a coleta de lixo foi executada em 98,9% dos domicílios urbanos e em 30,7% dos rurais, conforme Tabela 7.7.

Outra discriminação pode ser auferida em relação aos grandes municípios, com mais de 100 mil habitantes, e aos pequenos municípios. Os grandes, formados por Vila Velha, Serra, Cariacica, Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Colatina, São Mateus e Guarapari, apresentaram percentuais superiores à média estadual e maiores do que os verificados nos pequenos municípios, como é o caso do abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição, com 93,1% e 71,3% dos domicílios, e da coleta de lixo, cujos índices foram de 95,2% e 76,5%, respectivamente, em 2009.

**Tabela 7.7 - Indicadores de saneamento básico por situação do domicílio e tamanho do município, Espírito Santo, 2009 (%)**

Discriminação	Total	Urbano	Rural	Grande	Pequeno
Domicílios com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição	83,9	99,1	9,2	93,1	71,3
Domicílios com acesso a rede coletora de esgoto	67,4	79,9	5,4	77,2	53,8
Domicílios com esgotamento sanitário adequado	76,7	84,6	5,4	85,7	64,3
Coleta de lixo	87,4	98,9	30,7	95,2	76,5

Fonte: IBGE/PNAD/IJSN.

Com isso, ao se pensar o meio ambiente para o Espírito Santo no horizonte 2030, deve-se considerar não só as reservas florestais, mas a disponibilidade de recursos hídricos, o racional uso das águas e, principalmente, as condições de saneamento.

Desta forma, as questões centrais referem-se ao monitoramento e à realização de estudos visando à preservação da vegetação nas margens das bacias hidrográficas, evitando o assoreamento dos rios, ao aumento da oferta de serviços de abastecimento de água, por meio da rede geral de distribuição, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo, nos domicílios urbanos e rurais.

An aerial night view of a city, likely Rio de Janeiro, with lights reflecting on the water. The image is overlaid with a semi-transparent orange and white gradient.

## *8 DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA*



O melhor cenário vislumbrado pelo ES 2025 para que o Espírito Santo tenha um efetivo ingresso no que seria seu terceiro ciclo de desenvolvimento foi resumido como a “integração competitiva de uma economia diversificada e de maior valor agregado sustentada pelo capital humano, social e institucional de alta qualidade” (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006, p. 47). Assim, a diversificação econômica encontra-se no topo das características que devem assumir seu desenvolvimento futuro para que os desafios do presente possam ser superados.

A estrutura produtiva de uma determinada localidade espelha, de certa forma, as relações econômicas de intercâmbio com outras economias e a forma de complementaridade, o grau de vulnerabilidade diante das crises econômicas, a dependência e/ou autonomia no âmbito das decisões de investimento, enfim é um dos determinantes para o seu desempenho econômico. Em economias em que a estrutura produtiva se concentra em poucas atividades econômicas, o desempenho econômico local fica bastante vulnerável diante das oscilações de mercado.

Este item foi apresentado como um dos eixos temáticos centrais do ES 2025, em função da forte concentração da economia capixaba em poucos produtos, principalmente daqueles voltados para o mercado externo, tornando o Espírito Santo uma das economias mais abertas do Brasil e, em consequência, bastante dependente das oscilações da economia mundial.

Constata-se que a economia capixaba continua crescendo a taxas superiores à média nacional e esse crescimento se direciona crescentemente para o atendimento aos mercados externos. O objetivo desse item é o de atualizar os dados que expressam as principais características desse crescimento e apontar as possibilidades de sua diversificação econômica.

Por ser o Espírito Santo uma economia globalizada, seu principal desafio é o de torná-la cada vez mais competitiva, o que requer a existência e operação de novos fatores que serão as bases de novas vantagens. Cabe destacar que, dentre os elementos estruturantes da competitividade, deve-se pensar em políticas integradas a outros eixos temáticos como, por exemplo, ao desenvolvimento do Capital Humano, tendo em vista que uma população com maior nível de escolaridade e de conhecimento tem maiores condições de criar e desenvolver novos produtos, que está diretamente relacionado ao desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação, sem esquecer a importância da logística e da infraestrutura.

Assim, a diversificação econômica no Espírito Santo apresenta duas grandes vertentes: de um lado, a maior integração dos negócios locais derivados das ações dos grandes projetos de exportação, destacando-se o APL metalmeccânico; de outro lado, por meio do desenvolvimento dos setores tradicionais, com destaque para os APLs e as atividades agropecuárias.

## 8.1 Escopo do ES 2025

Esse é o eixo estratégico que trata com bastante exclusividade do futuro das atividades econômicas desenvolvidas no solo capixaba. Denominado no ES 2025 de “agregação de valor à produção, adensamento das cadeias produtivas e diversificação econômica”, partiu da constatação de uma característica presente nos principais ciclos de desenvolvimento econômico do estado, qual seja, a extrema concentração em alguns setores produtivos que servem de esteio para a dinâmica dos demais setores. Foi assim no caso da economia cafeeira, quando o café chegou a contribuir, direta

ou indiretamente, com praticamente 2/3 do PIB estadual, e tem-se reproduzido no ciclo da industrialização, cujos setores predominantes são altamente especializados em commodities.

As atividades recentes na área de petróleo e gás podem reforçar ainda mais essa tendência se não houver uma estratégia deliberada no sentido da diversificação dos setores produtivos. O rompimento dessa trajetória é crucial para a inauguração de um novo ciclo de desenvolvimento econômico que traga benefícios compartilhados pela sociedade como um todo.

Além de expandir os setores minerossiderúrgico, petrolífero, de papel e celulose, rochas ornamentais e café, há agora a necessidade de canalizar esforços no sentido de aumentar o valor agregado da produção, adensar as cadeias produtivas e ampliar o grau de diversificação da estrutura produtiva local (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006, p. 117).

Assim, os desafios desse eixo estratégico estão ligados não só ao crescimento da economia e à atração de novos investimentos, mas a uma transformação radical na qualidade dos recursos humanos e, especialmente, na capacidade de inovação tecnológica com a evolução da economia do conhecimento que se processa em escala mundial. Foram selecionados três indicadores para medir os resultados das ações em relação a esses desafios, conforme expostos na Tabela 8.1.

**Tabela 8.1 - Agregação de valor à produção, adensamento das cadeias produtivas e diversificação econômica: resultados finalísticos**

Resultado	Situação atual	2025
Aumentar o número de setores da economia responsáveis por 90% do PIB capixaba.	19 (2003)	35
Melhorar a posição do Ranking Estadual de Intensidade de Valor das Exportações (US\$ FOB)	7° (2005)	5°
Melhorar a posição do Espírito Santo no Ranking de Competitividade Estadual	9° (2003)	5°

Fonte: ES 2025.

## 8.2 Análise Crítica dos Indicadores do Es 2025

Os indicadores apontados pelo ES 2025 parecem, à primeira vista, não satisfazer os resultados procurados pelo estímulo à diversificação econômica. O primeiro indicador, que pretende o aumento do número de setores da economia que responde por 90% do PIB capixaba de 19 para 35, além da dificuldade de sua mensuração, haja vista que o PIB não é calculado a esse nível de detalhamento setorial, apresenta, ainda, dois problemas conceituais.

De um lado, a diversificação econômica não significa, necessariamente, a necessidade de aumentar o número de setores na economia, mas sim, a de adensar as cadeias produtivas já existentes e agregar valor aos produtos delas derivados. Por outro lado, a relação dos 19 setores, conforme especificada no ES 2025, “Papel e Celulose, Siderurgia, Ferro-Gusa e Ferro-Ligas, Extração de Minério de Ferro, Produtos de Minerais não Metálicos, Petróleo e Gás Natural, Transporte e Armazenagem, Agropecuária, Construção Civil, Fabricação de Máquinas e Equipamentos, Abate e preparação de produtos de Carne e Pescado, Processamento, preservação e produção de Conservas de Frutas, Legumes

e outros vegetais, Administração Pública, Aluguéis e Comércio”, já é absolutamente ampla para que seja factível atingir o número de 35 setores como pretendido.

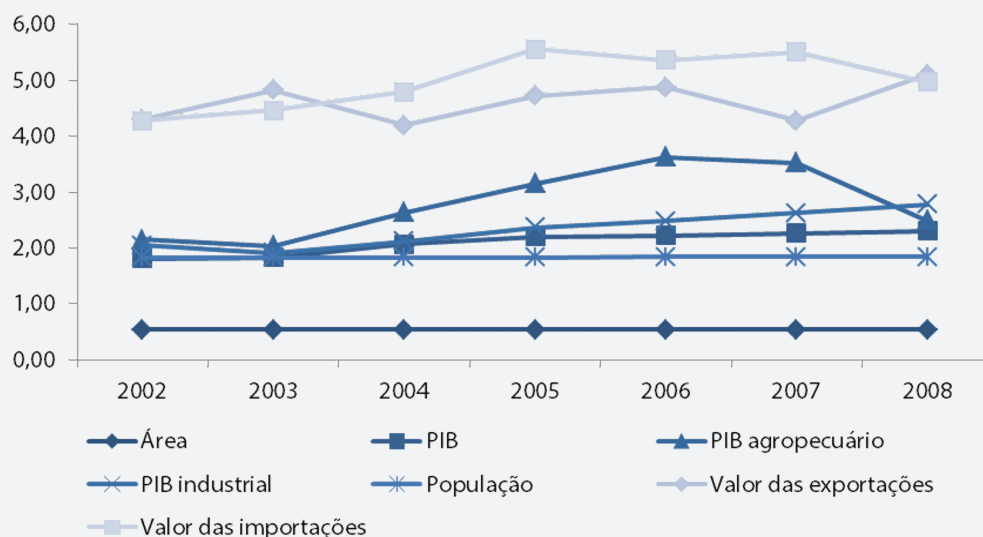
O segundo indicador pode também não conduzir à diversificação produtiva, pois dependerá da própria diversificação da pauta brasileira de exportações. O terceiro depende de uma apuração estatística que não é realizada periodicamente, ficando prejudicado o seu acompanhamento.

De qualquer forma, a construção de indicadores com o objetivo de acompanhar a diversificação econômica do estado não é uma tarefa muito fácil, especialmente pela inexistência de estatísticas setorialmente mais detalhadas.

Inicialmente, para se compreender a dinâmica da economia capixaba, é interessante fazer algumas comparações com a economia brasileira, conforme Gráfico 8.1. Apesar de representar apenas 0,54% do território nacional, o Espírito Santo abrigou 1,84% da população brasileira, em 2008. Além disso, entre 2002 e 2008, o PIB estadual vem apresentando uma participação crescente na formação do PIB nacional, passando de 1,8% para 2,3%, com destaques para os setores produtivos da agropecuária, cuja participação cresceu de 2,2% para 2,5%, e o industrial, com crescimento de 2,1% para 2,8%, nesse período.

Em patamar ainda mais elevado, se encontra sua participação no comércio exterior, chegando a representar, em 2008, 5,1% das exportações e 5,0% das importações brasileiras.

**Gráfico 8.1 - Participação de alguns indicadores do Espírito Santo no Brasil, 2002/2008**



Fonte: IPEADATA.

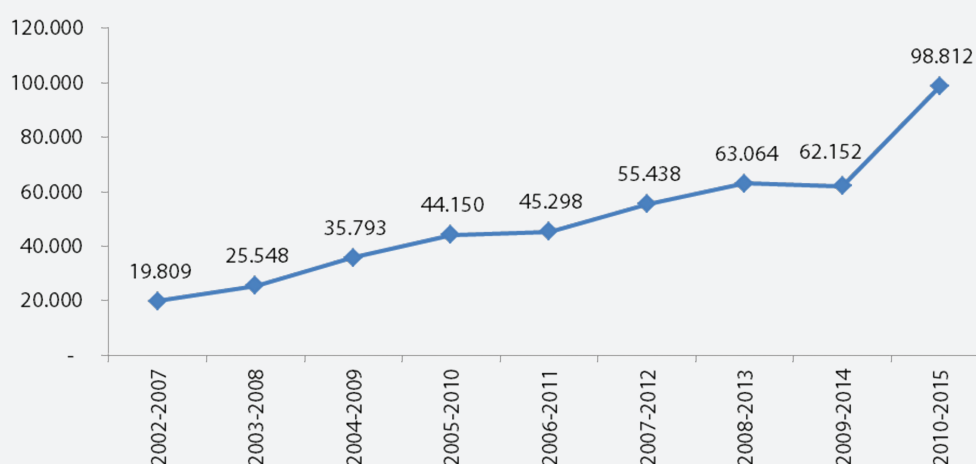
Uma das principais fontes da dinâmica econômica do Espírito Santo é o montante de novos investimentos incorporados a cada ano no planejamento das empresas e o ritmo acelerado de seu crescimento. O Gráfico 8.2 mostra os resultados de uma pesquisa realizada pelo IJSN sobre a evolução

dos investimentos previstos no estado, superiores individualmente a R\$ 1,0 milhão, desde o período 2002-2007 até o presente.

Nota-se que houve um arrefecimento em função da crise de 2008, mas imediatamente retomada em um patamar ainda mais elevado. Grande parte desses investimentos faz parte da carteira de projetos das grandes empresas industriais exportadoras, bem como da Petrobras, atingindo a expressiva cifra de R\$ 98,8 bilhões para o período 2010-2015.

A diversificação econômica que poderá advir desses novos investimentos está ligada à capacidade de aproveitamento dos efeitos multiplicadores desses investimentos, não só do ponto de vista da geração de emprego e renda gerados pelo efeito direto, mas da capacitação das empresas locais no atendimento das demandas decorrentes da implantação e posterior operação desses novos empreendimentos.

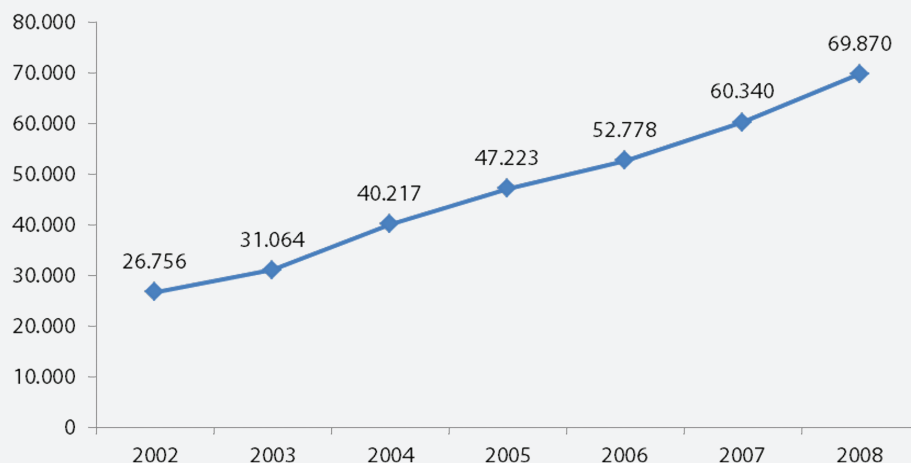
**Gráfico 8.2 - Investimentos previstos em R\$ milhões, Espírito Santo, 2002-2007 – 2010-2015**



Fonte: IJSN.

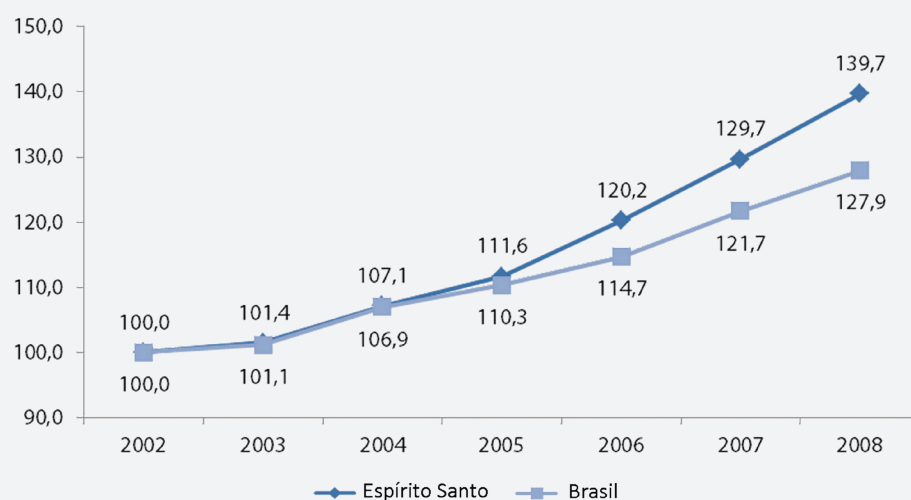
A evolução do PIB estadual, no período recente, comprova o efeito desses grandes investimentos na economia capixaba. O Gráfico 8.3 mostra o crescimento contínuo do PIB estadual, passando de R\$ 26,8 bilhões, em 2002, para R\$ 69,9 bilhões, em 2008, com crescimento acumulado de 39,7%, superior ao do PIB brasileiro que cresceu 27,9% nesse período, conforme Gráfico 8.4.

**Gráfico 8.3 - PIB a preços de mercado em R\$ milhões, Espírito Santo, 2002-2008**



Fonte: IBGE/IJSN.

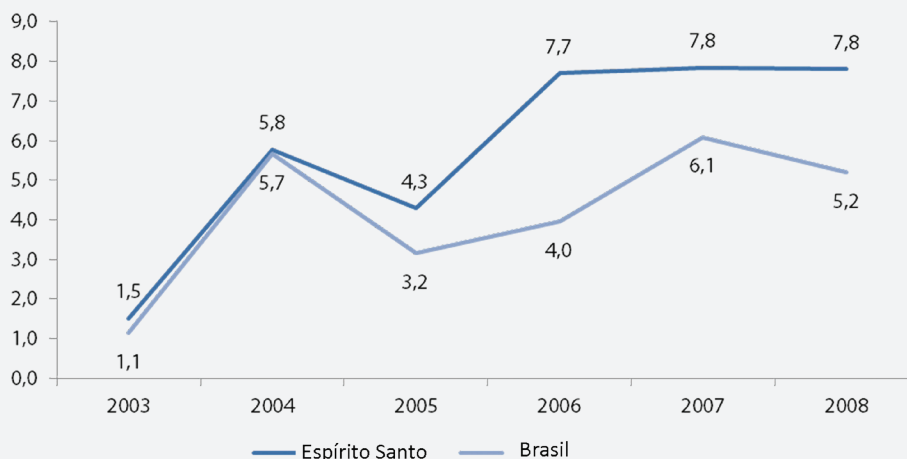
**Gráfico 8.4 - Índice de crescimento do PIB a preços de mercado, Espírito Santo e Brasil, 2002-2008, 2002 = 100**



Fonte: IBGE/IJSN.

Apesar de algumas oscilações durante o período, em todos os anos o crescimento do PIB capixaba foi superior ao nacional, destacando-se os anos de 2006, cujo crescimento foi de 7,7% em relação ao ano anterior, e de 2008, com uma taxa de 7,8%, contra 4,0% e 5,2%, para o PIB brasileiro, respectivamente (Gráfico 8.5).

**Gráfico 8.5 - Taxa anual de crescimento PIB a preços de mercado, Espírito Santo e Brasil, 2002/2008**

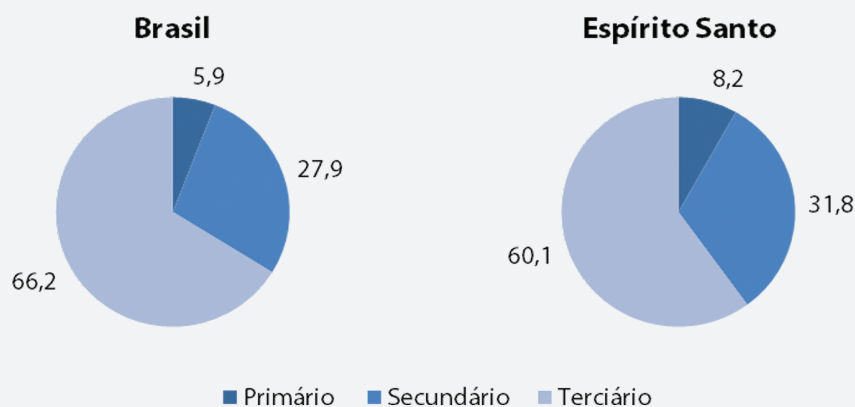


Fonte: IBGE/IJSN.

Setorialmente, o PIB capixaba apresenta uma densidade maior dos setores produtivos se comparado à estrutura do PIB nacional. Em 2008, as atividades primárias foram responsáveis pela geração de 8,2% do PIB estadual, enquanto as atividades secundárias geraram o equivalente a 31,8%. No Brasil, essas atividades foram responsáveis por 5,9% e 27,9%, respectivamente, conforme Gráfico 8.6.

Assim, as atividades terciárias foram relativamente menos significativas para a formação do PIB capixaba do que para o do Brasil, cujos percentuais foram de 60,1% e 66,2%, respectivamente. Ou seja, o Espírito Santo formou uma base econômica de grande potencial de adensamento no futuro, desde que desenvolva uma maior integração entre as empresas locais e que incorpore mais intensamente as atividades terciárias.

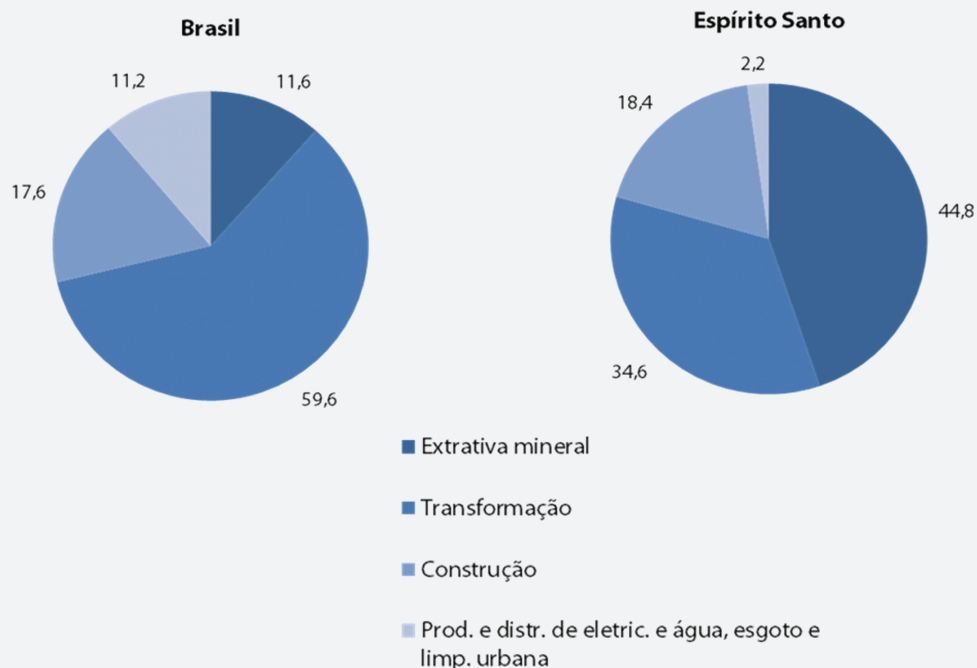
**Gráfico 8.6 - Composição setorial do PIB a preços de mercado, Espírito Santo e Brasil, 2008**



Fonte: IBGE/IJSN.

No entanto, ao se desmembrarem as atividades secundárias, constata-se uma distribuição bastante desigual do Espírito Santo comparativamente ao Brasil. Nota-se uma excessiva concentração da extrativa mineral no estado, haja vista que, em 2008, esse subsetor respondeu por 44,8% das atividades secundárias do Espírito Santo, contra uma média de 11,6% para a indústria brasileira, conforme Gráfico 8.7.

**Gráfico 8.7 - Composição do PIB das atividades secundárias a preços de mercado, Espírito Santo e Brasil, 2008**



Fonte: IBGE/IJSN.

A indústria de transformação, o carro-chefe das atividades secundárias no Brasil, com geração de 59,6% do seu PIB industrial, representou apenas 34,6% do PIB industrial do Espírito Santo. A construção civil também teve maior representatividade no PIB industrial capixaba, certamente como reflexo de uma década de grandes investimentos, tendo participado com 13,4% contra 11,2% no Brasil. Por fim, as atividades de produção e distribuição de eletricidade e água, esgoto e limpeza urbana ficaram com somente 2,2% do PIB industrial no Espírito Santo, contra 11,6% no Brasil.

Quanto às atividades terciárias, o Espírito Santo também apresenta diferenças estruturais em relação ao Brasil e sua composição sofreu algumas alterações no período recente. As atividades que ganharam maior expressividade, no período de 2002 a 2008, foram as de comércio e serviços de reparação e manutenção, que cresceram de 18,1% para 24,9% do PIB terciário; serviços prestados a empresas, de 5,1% para 6,7%; e serviços de alojamento e alimentação, de 2,8% para 3,8%.

As maiores quedas relativas ficaram para atividades imobiliárias e aluguel, que passaram de 15,5% para 10,0%; transporte, armazenagem e correio, de 13,8% para 12,8%; intermediação financeira, seguros e previdência complementar, de 6,7% para 6,0%; e serviços de informação, de 5,2 para 3,4%, conforme Tabela 8.2.

**Tabela 8.2 - Composição do PIB das atividades terciárias a preços de mercado, Espírito Santo e Brasil, 2008**

Atividades Terciárias	Espírito Santo		Brasil	
	2002	2008	2002	2008
Comércio e serviços de reparação e manutenção	18,1	24,9	17,1	20,5
Serviços de alojamento e alimentação	2,8	3,8	2,7	2,7
Transporte, armazenagem e correio	13,8	12,8	7,2	7,6
Serviços de informação	5,2	3,4	5,4	5,7
Interm. financeira, seguros e previdência complementar	6,7	6,0	11,3	10,3
Serviços prestados a famílias e associativos	2,9	2,6	3,8	3,4
Serviços prestados a empresas	5,1	6,7	6,6	7,4
Atividades imobiliárias e aluguel	15,5	10,0	15,4	12,3
Administração, saúde e educação públicas	23,6	24,0	23,4	23,8
Saúde e educação mercantis	4,2	4,0	5,2	4,5
Serviços domésticos	2,1	1,5	1,8	1,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE/IJSN.

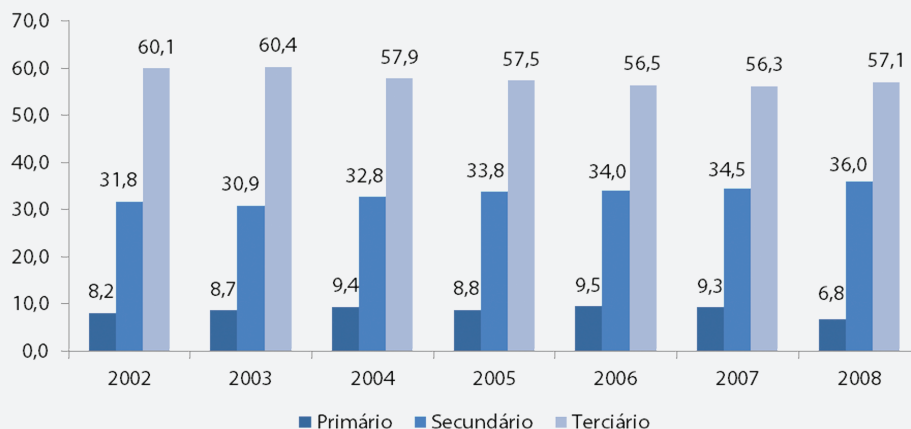
Comparativamente à estrutura do PIB terciário brasileiro, o Espírito Santo apresentou um peso relativo maior para as atividades de comércio e serviços de reparação e manutenção, com 24,9% contra 20,5% do Brasil; e transporte, armazenagem e correio, 12,8% contra 7,6%.

Por outro lado, outras importantes atividades apresentaram um peso estrutural menor no estado do que no país, como as de Intermediação financeira, seguros e previdência complementar, com 6,0% no Espírito Santo em frente a 10,3% no Brasil; e serviços de informação, 3,4% e 5,7%, respectivamente.

No Gráfico 8.8 encontram-se as distribuições do PIB capixaba entre os três grandes setores, para o período de 2002 a 2008. Observa-se que o PIB terciário, pautado nas atividades de comércio e serviços, teve participações variáveis no período, porém com uma leve tendência à queda, passando de 60,1%, em 2002, para um resultado de 57,1%, em 2008.

Já o PIB secundário apresentou oscilações no sentido do crescimento, resultando em 36,0%, em 2008; enquanto o PIB primário apresentou o menor resultado exatamente no último ano da série, 2008, com 6,8% do PIB total.

### Gráfico 8.8 - Evolução da composição setorial do PIB a preços de mercado, Espírito Santo, 2002/2008

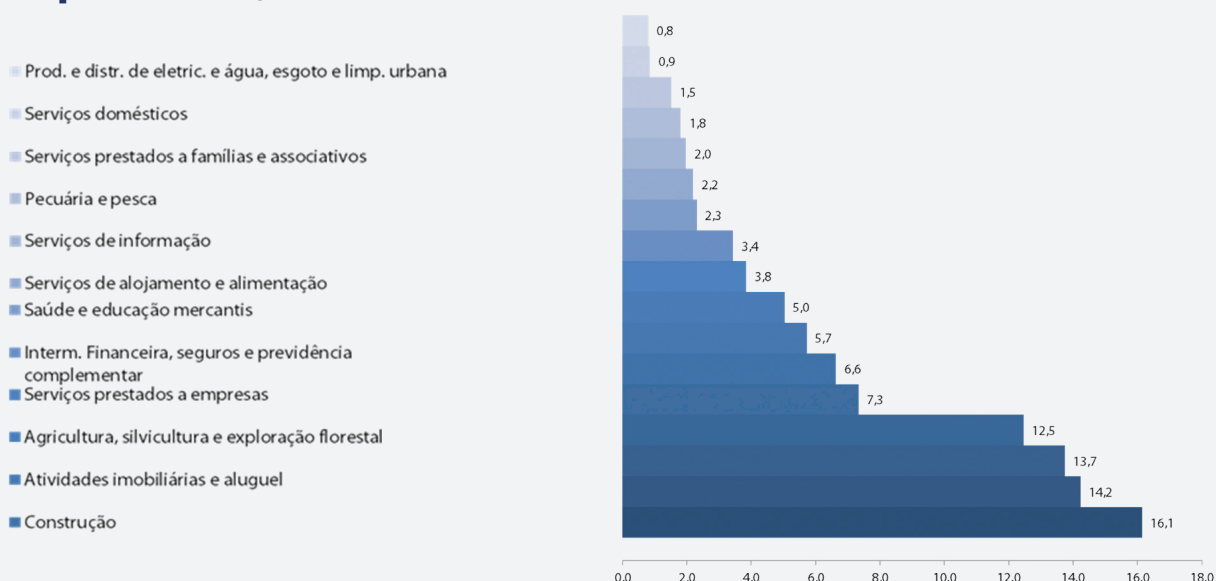


Fonte: IBGE/IJSN.

Um maior detalhamento pode ser visualizado no Gráfico 8.9, que apresenta a composição do PIB capixaba segundo os subsetores econômicos, para o ano de 2008. Observa-se que apenas quatro subsectores (extrativa mineral; comércio e serviços de reparação e manutenção; administração, saúde e educação públicas; e transformação) concentraram 56,5% do PIB estadual.

Ou seja, tal característica é um indicativo de como a economia capixaba é pautada em poucas atividades, o que acaba por demonstrar a vulnerabilidade do Espírito Santo diante de situações de instabilidades econômicas.

### Gráfico 8.9 - Composição do PIB por atividade a preços de mercado, Espírito Santo, 2008



Fonte: IBGE/IJSN.

Além disso, com os dados da Tabela 8.3, é possível avaliar o comportamento dos diversos setores da economia capixaba no período entre 2002 e 2008. Observa-se que a principal atividade econômica no ano de 2008, a extrativa mineral, foi a que teve a maior taxa anual média de crescimento no período analisado, 21,1%; enquanto a segunda atividade com maior participação no PIB setorial do Espírito Santo, o comércio e serviços de reparação e manutenção, teve um resultado mediano de 6,2%.

Cabe destacar que a economia capixaba, no período avaliado, apresentou uma taxa anual média de crescimento de 5,6%.

**Tabela 8.3 - Participação e Taxa Anual de Crescimento Real do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica, Espírito Santo, 2002-2008**

Atividades	Participação (%)		Taxa anual média 2002-2008	
	2002	2008		
<b>Atividades primárias</b>	<b>8,2</b>	<b>6,8</b>	<b>1,5</b>	<b>20,5</b>
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	6,4	5,0	0,6	2,7
Pecuária e pesca	1,7	1,8	3,9	7,6
<b>Atividades secundárias</b>	<b>31,8</b>	<b>36</b>	<b>12,3</b>	<b>5,7</b>
Indústria extrativa e de transformação	23,4	28,6	12,6	10,3
Extrativa mineral	6,0	16,1	21,1	3,4
Transformação	17,4	12,5	4,2	7,4
Construção	7,5	6,6	7,3	12,3
Prod. e distr. eletríc. e água, esgoto e limp. Urbana	0,8	0,8	2,0	23,8
<b>Atividades terciárias</b>	<b>60,1</b>	<b>57,1</b>	<b>5,6</b>	<b>4,5</b>
Comércio e serviços de reparação e manutenção	10,9	14,2	6,2	1,8
Serviços de alojamento e alimentação	1,7	2,2	6,5	20,5
Transporte, armazenagem e correio	8,3	7,3	6,8	2,7
Serviços de informação	3,1	2,0	8,7	7,6
Interm. Financeira, seguros e previdência complementar	4,0	3,4	11,5	5,7
Serviços prestados a famílias e associativos	1,7	1,5	8,3	10,3
Serviços prestados a empresas	3	3,8	9,3	3,4
Atividades imobiliárias e aluguel	9,3	5,7	3,8	7,4
Administração, saúde e educação públicas	14,2	13,7	2,5	12,3
Saúde e educação mercantis	2,5	2,3	2,7	23,8
Serviços domésticos	1,2	0,8	-1,0	4,5
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>5,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE/IJSN.

Na Tabela 8.4 é possível perceber como se encontra a distribuição do PIB de cada setor do Espírito Santo, em nível municipal. O PIB agrícola apresenta uma melhor distribuição entre os municípios capixabas do que os demais setores.

Enquanto Pinheiros, o município que produziu a maior parte do PIB agrícola capixaba, obteve apenas 6,7% deste PIB setorial do estado; Vitória, o município com as maiores participações nos demais setores, contribuiu com 23,3% para o secundário, 12,3% para a administração pública e com 37,8% para as demais atividades do terciário.

Além disso, ao se avaliarem os municípios com os dez maiores PIBs de cada setor estadual, observa-se que no PIB agrícola capixaba, os dez maiores municípios totalizaram 38,7%. Por outro lado, os municípios com as dez maiores participações no PIB referente às atividades secundárias do Espírito Santo totalizaram 87,6%.

Observa-se, ainda, que entre os municípios com os maiores percentuais no PIB agrícola capixaba não houve a presença de municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, diferentemente do que ocorreu nas demais atividades, nas quais Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória apareceram entre os dez maiores.

**Tabela 8.4 - Participação dos 10 maiores municípios em cada PIB setorial, Espírito Santo, 2008**

Agropecuária		Indústria, Construção, SIUP		Administração Pública		Demais Atividades	
Pinheiros	6,7	Vitória	23,3	Vitória	12,3	Vitória	37,8
S. M. de Jetibá	5,9	Serra	21,8	Serra	10,9	Serra	16,6
Linhares	5,3	Anchieta	8,8	Vila Velha	9,8	Vila Velha	10,0
S. Mateus	3,9	Linhares	7,1	Cariacica	8,3	Cariacica	6,2
Sooretama	3,1	Aracruz	6,8	C. de Itapemirim	5,4	C. de Itapemirim	3,8
Jaguaré	3,1	Vila Velha	5,7	Linhares	3,9	Colatina	3,1
Vila Valério	3,1	Pres. Kennedy	4,8	Colatina	3,1	Linhares	2,8
Nova Venécia	2,9	Cariacica	4,0	S. Mateus	3,0	Anchieta	1,8
Dom. Martins	2,5	C. de Itapemirim	2,8	Aracruz	2,9	Aracruz	1,7
Rio Bananal	2,2	Itapemirim	2,5	Guarapari	2,6	Guarapari	1,7
<b>Total</b>	<b>38,7</b>	<b>Total</b>	<b>87,6</b>	<b>Total</b>	<b>62,2</b>	<b>Total</b>	<b>85,3</b>

Fonte: IJSN.

A intensidade da utilização das terras agricultáveis de um determinado município, aliada à sua capacidade de agregar valor à economia, é um importante fator de desenvolvimento. O indicador da Tabela 8.5 pretende ser uma aproximação desse fator, ao estabelecer a relação entre os PIBs agrícolas municipais e as respectivas áreas.

Os municípios com melhores resultados foram Santa Maria de Jetibá, Pinheiros e Vila Valério, e os piores foram Ecoporanga, Serra e Cariacica.

**Tabela 8.5 - Relação do PIB agrícola por área do município, Espírito Santo, 2008**

Municípios	PIB Agrícola por área (R\$/km <sup>2</sup> )	Municípios	PIB Agrícola por área (R\$/km <sup>2</sup> )
Santa Maria de Jetibá	304.207,37	Anchieta	69.621,58
Pinheiros	261.473,88	Santa Leopoldina	69.562,56
Vila Valério	252.396,93	Divino de São Lourenço	68.674,82
Venda Nova do Imigrante	228.633,75	Ibiraçu	67.864,74
Brejetuba	218.184,54	Vitória	67.481,96
Sooretama	199.679,76	Alto Rio Novo	66.701,05
Jaguaré	179.087,23	Atílio Vivácqua	65.570,25
Irupi	173.032,83	Fundão	63.175,33
Boa Esperança	169.434,84	São Mateus	62.745,43
Marataízes	160.420,95	Guaçuí	62.579,42
Marechal Floriano	153.765,92	Alfredo Chaves	61.259,33
Ibatiba	149.833,40	Água Doce do Norte	60.645,02
Iconha	147.057,63	Mimoso do sul	59.218,50
Lúna	137.144,75	Viana	58.247,82
São Gabriel da Palha	130.790,83	Mantenópolis	57.549,05
Rio Bananal	129.246,68	Laranja da Terra	57.202,52
Marilândia	123.758,01	Linhares	56.925,81
Vargem Alta	122.085,04	Muqui	56.078,63
Itarana	107.715,36	Guarapari	54.558,01
Vila Pavão	104.944,16	Afonso Cláudio	53.583,01
Piúma	104.070,79	Apiacá	52.678,12
Santa Teresa	103.618,78	São Jose do Calcado	52.366,99
Itaguaçu	102.990,82	Pedro Canário	51.323,67
Governador Lindenberg	97.771,06	Cachoeiro de Itapemirim	51.030,78
Jerônimo Monteiro	95.389,09	Conceição da Barra	50.542,89
Águia Branca	93.510,33	Presidente Kennedy	49.518,06
São Domingos do Norte	91.711,45	Vila Velha	49.086,84
Dores do Rio Preto	89.980,53	Ponto Belo	48.690,46
Rio Novo do sul	79.987,81	Colatina	48.309,23
Ibitirama	79.441,36	Alegre	47.308,30
Domingos Martins	78.944,38	Pancas	46.651,47
Castelo	77.316,41	Aracruz	46.363,43
Muniz Freire	76.578,15	Mucurici	42.939,50
Nova Venécia	75.066,57	Barra de São Francisco	41.231,85

**...Continuação**

São Roque do Canaã	74.804,39	Baixo Guandu	37.765,16
Conceição do Castelo	74.258,74	Bom Jesus do Norte	35.872,37
Itapemirim	72.520,04	Cariacica	34.524,04
João Neiva	72.321,12	Serra	34.440,31
Montanha	69.986,46	Ecoporanga	28.609,02

Fonte: IBGE/IJSN.

Por fim, o Gráfico 8.10 mostra a evolução do PIB per capita capixaba, no período de 2002 a 2008, comparativamente ao brasileiro. Em 2002, ambos praticamente tinham a mesma magnitude e, até 2008, o PIB per capita estadual cresceu mais rapidamente que o nacional, alcançando um índice de 245,0, em 2008, com base em 100,0 para 2002, enquanto o mesmo índice para o crescimento do Brasil foi de 190,9.

Utilizando-se os valores corrigidos pelo deflator do PIB do Espírito Santo, conclui-se que o PIB per capita estadual passou de R\$ 15.191,00, em 2002, para R\$ 20.973,00, em 2008, com uma Taxa Geométrica de Crescimento Anual de 5,52%.

**Gráfico 8.10 - Produto Interno Bruto per capita em R\$, Espírito Santo e Brasil, 2002/2008**



Fonte: IBGE/IJSN.

Como visto, grande parte da dinâmica econômica estadual provém das atividades vinculadas ao comércio exterior, com uma representatividade significativa nas contas nacionais do Brasil. Com efeito, as exportações pelo Espírito Santo evoluíram de US\$ 1,70 bilhão, em 1989, para US\$ 11,95 bilhões, em 2010; enquanto as importações saltaram do patamar de US\$ 0,59 bilhão para US\$ 7,60 bilhões, no mesmo período, conforme Tabela 8.6.

Ao longo desse período, constatou-se uma evolução contínua para as exportações, à exceção do ano de 2009, quando a crise internacional atingiu fortemente essa trajetória ascendente, resultando numa redução de 35,5% em relação ao ano de 2008. Do lado das importações ocorreram oscilações mais frequentes, com expressivo aumento entre 1995 e 1998, quando as importações praticamente dobraram seu valor em relação aos anos anteriores, e também com uma queda acentuada em 2009, equivalente a 36,2% em relação ao ano anterior.

Com isso, o saldo da Balança Comercial capixaba apresentou oscilações no período avaliado, mas culminou com um resultado igual a US\$ 4,36 bilhões, em 2010. Além disso, deve-se destacar que o saldo positivo vem ocorrendo desde o ano de 2002.

**Tabela 8.6 - Indicadores do comércio externo, Espírito Santo, 1989-2010**

Ano	Exportação			Importação			Saldo US\$ FOB (milhão)
	US\$ FOB (milhão)	Peso Líquido (1.000 t)	US\$ FOB/tonelada	US\$ FOB	Peso Líquido	US\$ FOB/tonelada	
1989	1.697,90	21.063	80,61	591,89	7.641	77,47	1.106,01
1990	1.414,73	17.895	79,06	595,79	3.216	185,27	818,94
1991	1.694,22	19.784	85,64	763,99	3.722	205,25	930,23
1992	1.657,51	17.722	93,53	794,10	3.598	220,71	863,41
1993	1.748,11	20.408	85,66	1.205,19	6.972	172,85	542,92
1994	2.301,55	22.621	101,74	1.938,37	7.979	242,95	363,19
1995	2.748,71	22.372	122,86	3.718,67	8.701	427,39	(969,96)
1996	2.454,26	24.943	98,39	3.168,40	9.729	325,66	(714,14)
1997	2.547,07	26.929	94,59	4.286,61	8.124	527,62	(1.739,53)
1998	2.408,53	24.959	96,50	3.468,79	5.579	621,77	(1.060,26)
1999	2.447,10	27.775	88,11	2.620,56	4.869	538,19	(173,46)
2000	2.791,32	31.129	89,67	2.507,87	5.949	421,53	283,45
2001	2.429,26	28.561	85,06	2.448,12	5.766	424,59	(18,86)
2002	2.597,07	30.491	85,18	2.019,55	5.087	397,01	577,53
2003	3.535,43	45.569	77,58	2.156,73	6.218	346,82	1.378,70
2004	4.055,55	50.327	80,58	3.011,00	5.839	515,67	1.044,55
2005	5.593,06	50.309	111,17	4.088,64	6.281	651,00	1.504,42
2006	6.721,78	50.762	132,42	4.896,13	6.832	716,61	1.825,65
2007	6.871,95	50.367	136,44	6.638,51	8.249	804,79	233,45
2008	10.099,37	48.601	207,80	8.606,60	9.195	935,99	1.492,77
2009	6.510,24	37.439	173,89	5.484,25	6.474	847,07	1.025,99
2010	11.954,30	54.640	218,78	7.595,37	8.091	938,70	4.358,93

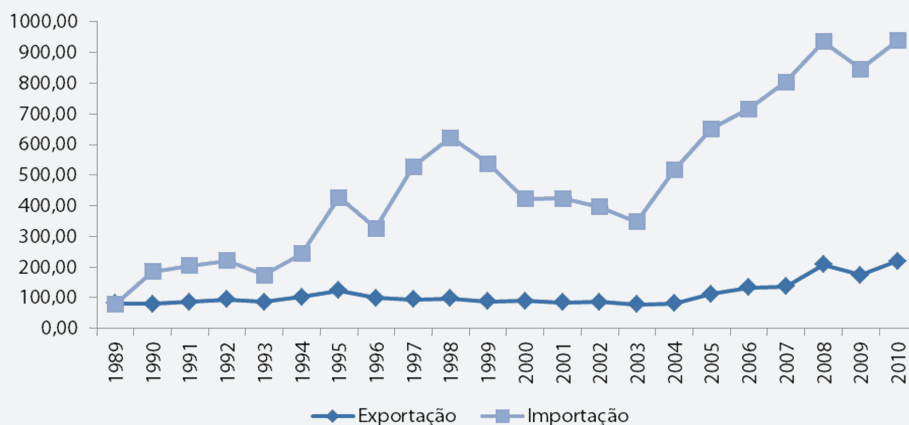
Fonte: MDIC.

No entanto, deve-se chamar atenção para o baixo valor unitário das exportações capixabas quando comparado com o valor unitário das importações. O Gráfico 8.11 mostra o comportamento do valor por tonelada das exportações e das importações do Espírito Santo, entre os anos de 1989 e 2010.

Observa-se que, apesar de o valor por tonelada das exportações capixabas ter apresentado um crescimento durante esse período, sua evolução foi equivalente a apenas 2,7 vezes, com um aumento mais acentuado somente a partir de 2005.

No tocante às importações, a trajetória do valor unitário foi acentuadamente ascendente, correspondendo a uma evolução equivalente a 12,1 vezes nesse período. Com isso, chegou-se, em 2010, a um valor unitário para as exportações igual a US\$ 218,78, contra US\$ 938,70 para o valor unitário das importações, o que equivale a uma diferença de 329,1%.

**Gráfico 8.11 - Valor (US\$ FOB) por tonelada das exportações e das importações, Espírito Santo, 1989/2010**



Fonte: MDIC.

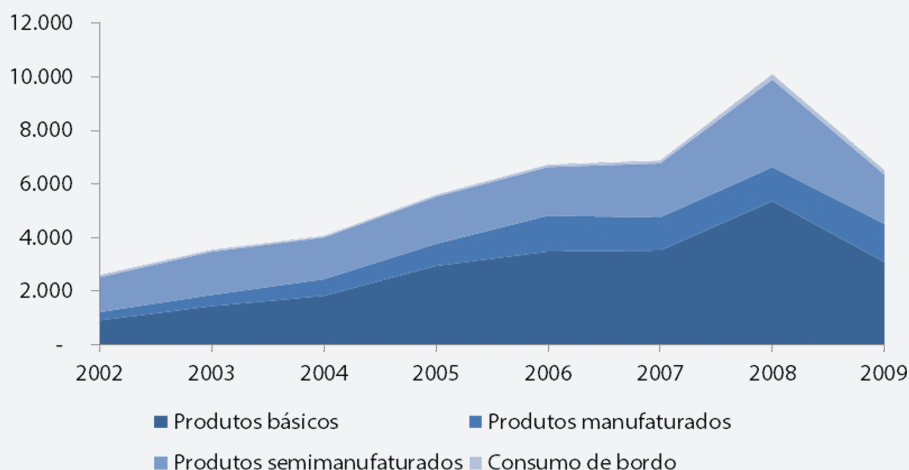
A explicação para essa disparidade de valores unitários entre as exportações e as importações capixabas encontra-se na composição das respectivas pautas, conforme mostramos no Gráfico 8.12 e Gráfico 8.13. Com efeito, os produtos básicos dominaram a pauta das exportações no período de 2002 a 2009, chegando a representar mais da metade do total das exportações, evoluindo de US\$ 903,9 milhões, em 2002, para US\$ 5.359,8 milhões, em 2008, com uma queda para US\$ 3.078,5, em 2009, em função da crise.

Assim, os produtos básicos somados aos produtos semifaturados, em geral, ultrapassaram 80% da pauta de exportações. Os produtos manufaturados, embora com uma participação bem inferior, apresentaram um crescimento contínuo no período de 2002 a 2009, e suas exportações não foram afetadas pela crise internacional. O crescimento desse item foi de US\$ 303,1 milhões para US\$ 1.428,4 milhões.

Por outro lado, os produtos manufaturados foram predominantes na pauta de importações do Espírito Santo, chegando a representar mais de 80% do total das importações, com um crescimento de

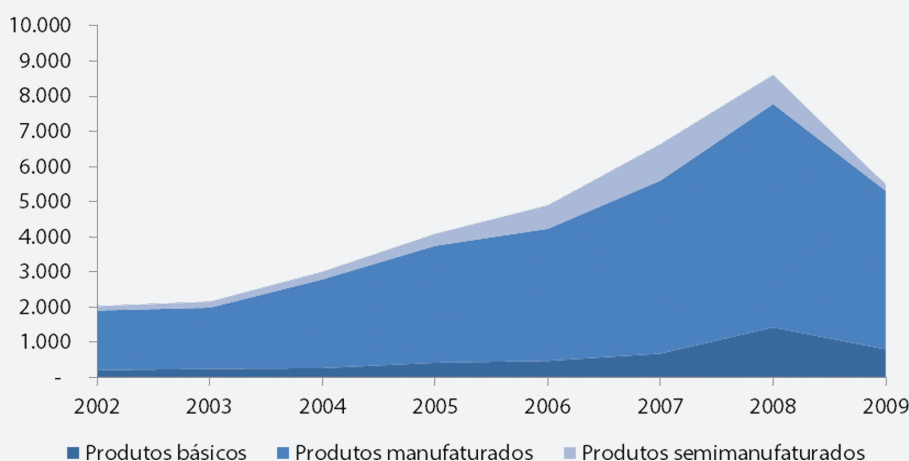
US\$ 1.696,3 milhões, em 2002, para US\$ 4.509,6 milhões, em 2009, atingindo o auge em 2008, com US\$ 6.352,4 milhões.

**Gráfico 8.12 - Perfil das exportações em US\$ FOB (milhão), Espírito Santo, 2002/2009**



Fonte: MDIC.

**Gráfico 8.13 - Perfil das importações em US\$ FOB (milhão), Espírito Santo, 2002/2009**



Fonte: MDIC.

Para reforçar a discussão anterior, a Tabela 8.7 destaca os 20 principais produtos exportados pelo Espírito Santo, que representaram, em 2010, 97,6% do valor total exportado. Apenas o primeiro item – minérios de ferro aglomerados e seus concentrados – respondeu por 52,95% do valor das exportações estaduais no ano de 2010, enquanto no ano anterior, este produto participou com 37,87%.

Note-se que seu valor foi de US\$ 144,0 por tonelada, superior apenas ao valor unitário de minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados.

**Tabela 8.7 - Principais produtos exportados, Espírito Santo, 2010**

Produtos	US\$ mil FOB	Part %	Tonelada líquida	US\$/t
Minérios de ferro aglomerados e seus concentr	6.329.452	52,9	43.925.956	144
Outros prods. semimanuf. ferro/aço, c<0.25%,	1.134.292	9,4	2.413.831	470
Pasta quím.madeira de n/conif.a soda/sulfato,	1.063.818	8,9	2.162.536	492
Óleos brutos de petróleo	899.215	7,5	1.906.446	472
Outros granitos trabalhados de outro modo e s	561.628	4,7	701.560	801
Café não torrado, não descafeinado,em grão	388.744	3,2	179.167	2.170
Outros tubos flexíveis de ferro ou aço	365.808	3,0	31.385	11.655
Outros lamin. ferro/aço,l>=6dm, quente, rolos,	181.418	1,5	349.552	519
Consumo de bordo - combustíveis e lubrif.p/em	148.521	1,2	318.869	466
Minérios de ferro não aglomerados e seus conc	123.412	1,0	1.319.517	94
Granito cortado em blocos ou placas	98.189	0,8	624.800	157
Outros acessórios p/tubos de ferro fundido,fe	65.715	0,5	415	158.391
Outs.lamin.ferro/aco,l>=6dm,quente,rolos,3mm<	51.206	0,4	96.067	533
Ferro fundido bruto nao ligado, c/peso <=0.5% d	45.873	0,3	93.620	490
Outros tubos de plásticos	44.930	0,3	4.026	11.160
Lamin.ferro/aço quente,l>=60cm,rolo,4.75mm<e<	39.719	0,3	66.473	598
Lamin.de outras ligas aços,quente, l>=600mm, ro	39.058	0,3	71.101	549
Café solúvel,mesmo descafeinado	29.707	0,2	5.722	5.192
Outras obras de plásticos	28.317	0,2	137	207.184
Produtos semimanufaturados, de outras ligas de	24.621	0,2	51.635	477
Outros produtos	290.650	2,4	317.243	916
<b>Total</b>	<b>11.954.295</b>	<b>100,0</b>	<b>54.640.059</b>	<b>219</b>

Fonte: MDIC.

Outro ponto a ser destacado é a concentração na quantidade de empresas, haja vista que, no ano de 2010, as 40 maiores empresas exportadoras do Espírito Santo foram responsáveis por 94,3% do valor total das exportações. Enquanto, no ano de 2009, estas empresas responderam por 89,8%.



The background of the page is a soft, light-colored aerial photograph of a city at night. The city lights are visible, particularly in the upper half, and their reflection is seen on a body of water in the lower half. The overall tone is warm and slightly hazy.

*9 DESENVOLVIMENTO DA  
LOGÍSTICA E COMÉRCIO  
EXTERIOR*



Comparado aos demais eixos estratégicos, este se apresenta como primordial para o desenvolvimento capixaba, haja vista que trata de resolver problemas relacionados à mobilidade, de cargas ou de pessoas, e acaba estabelecendo as bases para o bom funcionamento das atividades econômicas, garantindo um dos fatores fundamentais para a competitividade sistêmica do Espírito Santo.

Como a economia capixaba é uma das mais abertas do país, ou seja, uma das economias que estabelece proporcionalmente uma das maiores transações com o mercado externo, nacional e internacional, a existência de uma base logística integrada e diversificada favorece o fortalecimento do estado na atração de mercadorias de outras regiões do país. Assim, a logística e o comércio exterior devem ser trabalhados de forma a ampliar a competitividade do Espírito Santo no cenário nacional, fazendo com que o estado se torne um dos principais corredores do comércio exterior brasileiro, além de ampliar a sua capacidade de agregar valor aos produtos que serão exportados.

## 9.1 Escopo do ES 2025

Considerando-se a posição geográfica privilegiada e o elevado grau de abertura de sua economia, a competitividade do Espírito Santo está diretamente vinculada à sua capacidade de transacionar sua riqueza. No entanto, o ES 2025 constatou que, da mesma forma que ocorre uma especialização no âmbito da economia, a logística capixaba também é altamente especializada, com um sistema voltado quase que exclusivamente para as exportações de commodities.

A adequação da infraestrutura intermodal possibilitará a redução de custos e o surgimento de novas oportunidades para os arranjos produtivos, enquanto a implantação e modernização do sistema viário por meio de eixos e conexões de alta capacidade com os estados vizinhos potencializará a captação e distribuição de cargas em todo o estado (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006, p. 59).

Assim, o sistema logístico estadual deverá enfrentar os desafios que advirão das mudanças pretendidas na matriz produtiva do Espírito Santo no sentido de atender às demandas decorrentes dos novos investimentos, do aumento do valor agregado e da diversificação econômica, da integração regional e da inserção global das unidades produtivas sediadas no Espírito Santo, bem como dos esforços empreendidos no sentido da interiorização do desenvolvimento econômico estadual.

Em relação aos resultados, não foram propriamente propostos indicadores para seu acompanhamento, mas um conjunto de investimentos, contemplando os modais portuário, rodoviário e ferroviário, conforme Tabela 9.1.

**Tabela 9.1 - Desenvolvimento da logística: resultados finalísticos**

Resultados
Implantação do Porto de Barra do Riacho para carga geral até 2010.
Duplicação da BR 101 – trecho a divisa com a Bahia e Rio Bonito/RJ até 2015
Adequação e duplicação da BR 262 – trecho entre Vitória e Belo Horizonte até 2015
Implantação da Ferrovia Litorânea-sul até 2009
Ramal ferroviário Norte até 2025
Ampliação do corredor ferroviário Centro-Leste até 2015

Fonte: ES 2025, 2006.

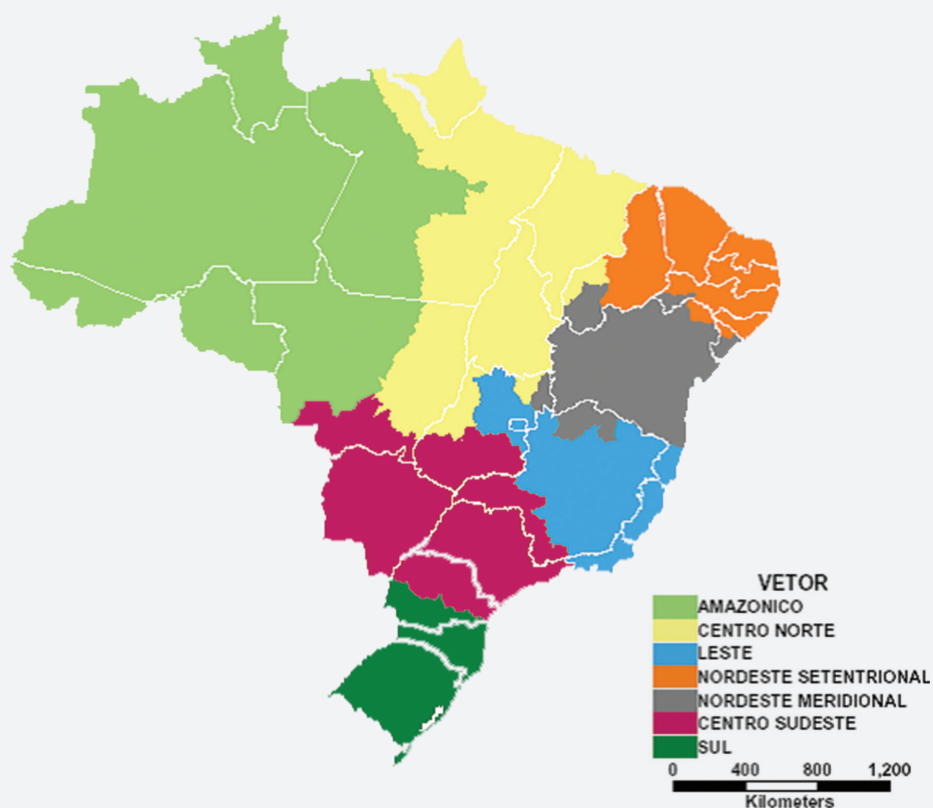
## 9.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025

Conforme visto, nos resultados finalísticos do ES 2025 para este eixo, foi proposta uma série de investimentos para o setor logístico no Espírito Santo, divididos por modal de transporte. Com isso, selecionaram-se algumas informações para refletir e atualizar os indicadores propostos para a logística no Espírito Santo, tendo como principal fonte de informação o Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT), 2009, bem como as informações obtidas junto ao Comitê Temático do Espírito Santo em Ação, sobre o tema Logística e Comércio Exterior.

De acordo com o PNL, o Espírito Santo se localiza no vetor logístico Leste, juntamente com o estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal, além de parte dos estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia, conforme se observa na Figura 9.1.

Já que o ES 2025 trata dos projetos previstos para o Espírito Santo no horizonte 2025, deve-se avaliar se eles condizem com o que está definido no PNL, ou seja, uma comparação com o planejado entre os governos federal e estadual.

**Figura 9.1 - Vetores logísticos da organização espacial brasileira**



Fonte: PNL.

A Tabela 9.2 relaciona os investimentos do PNLT previstos para o estado do Espírito Santo em todos os modais da logística, indicando, ainda, os respectivos períodos de suas realizações. Foram definidos três horizontes para os investimentos: o período 2008/2011, o de 2012/2015 e o período pós 2015.

No modal aeroportuário, os investimentos citados no PLNT para o Espírito Santo contemplam o aeroporto Eurico Sales, de Vitória, especificando a construção, melhorias e posterior ampliação, sendo os investimentos divididos igualmente entre os períodos de 2008/2011 e 2012/2015. Ou seja, praticamente metade dos investimentos, orçados em R\$ 939,5 milhões, já deveria ter sido concluída.

O modal ferroviário considerou a construção da Ferrovia Litorânea-Sul, cujos investimentos de R\$ 730,0 milhões já deveriam ter ocorrido no período de 2008 a 2011, acrescido da construção da Ferrovia Litorânea-Norte, com previsão para o período pós 2015, num total de R\$ 1.040,0 milhão. Ressalte-se que o PNLT não faz qualquer menção ao corredor ferroviário Centro-Leste.

**Tabela 9.2 - Investimentos previstos no PNLT, Espírito Santo, 2009**

Modo de Transporte/Descrição	Período	Investimento (mil)
<b>Aeroportuário</b>		
Aeroporto Vitória: construção e melhorias	2008/2011	439.495
Aeroporto Vitória: ampliação e construção de mais um módulo do terminal de passageiros, incluindo pátio de aeronaves de estacionamento de veículos e novo terminal de cargas	2012/2015	500.000
<b>Ferrovário</b>		
Ubu - Ferrovia Litorânea-sul (FCA): Construção ramal para o Porto de Ubu	2008/2011	730.000
Teixeira de Freitas/BA - Porto da Barra do Riacho, (Portocel), 315 km (Ferrovia Litorânea-Norte) FCA - Construção da Ligação Ferroviária	Pós 2015	1.040.000
<b>Portuário</b>		
Porto Arcelor/Mittal: Implantação Região de Tubarão ou Itaguaí/RJ - atender as necessidades do Grupo Arcelor/Mittal	2008/2011	750.000
Porto Praia Mole: Ampliação do Terminal de Produtos Siderúrgicos (TPS)	2008/2011	500.000
Porto Praia Mole: Ampliação do Terminal de Carvão	Pós 2015	100.000
Porto de Barra do Riacho: Construção Terminal de Gás da Petrobras	2008/2011	500.000
Porto de Barra do Riacho: Dragagem de aprofundamento para 12,5 m	2008/2011	150.000
Porto de Barra do Riacho: Construção Projeto Portocel II - Fase I - Porto Privativo da Aracruz e da Cenibra	2008/2011	230.000
Porto de Barra do Riacho - Construção Porto Público	2012/2015	297.960
Porto de Barra do Riacho: Construção do Terminal de Contêineres e Carga Geral	2012/2015	270.000

**Continua...**

**...Continuação**

**Tabela 9.2 - Investimentos previstos no PNLT, Espírito Santo, 2009**

<b>Modo de Transporte/Descrição</b>	<b>Período</b>	<b>Investimento (mil)</b>
<b>Portuário</b>		
Porto de Barra do Riacho: Construção 4º Berço	2012/2015	80.000
Porto de Barra do Riacho: Dragagem de aprofundamento para 16 m (codesa) - realização de estudo	2012/2015	200.000
Porto de Barra do Riacho: Implantação de Acessos Rodoferroviários	Pós 2015	100.000
Porto de Barra do Riacho: Construção complexo portuário Terminal Norte Capixaba	Pós 2015	100.000
Porto de Barra do Riacho: Construção Projeto Portocel II - Fase II	Pós 2015	80.000
Porto de Barra do Riacho: Construção Projeto Portocel II - Fase III	Pós 2015	175.000
Porto de Praia do Além (Anchieta): Construção do Terminal de Supply-Boats.	2008/2011	150.000
Porto de São Mateus: Obras no Terminal Norte Capixaba	2012/2015	752.850
Porto de Tubarão: Modernização do Terminal de Tubarão	2008/2011	400.000
Porto de Tubarão: Ampliação	Pós 2015	100.000
Porto de Tubarão: Ampliação Terminal de Barcaças da CST	Pós 2015	58.000
Porto de Ubu (Porto Anchieta-Cacau) - Construção do Novo Porto de Ubu	2008/2011	600.000
Porto de Ubu (Porto Anchieta-Cacau) - Construção do Novo Porto de Ubu	2012/2015	1.200.000
Porto de Ubu (Porto Anchieta-Cacau) - Construção do Novo Porto de Ubu	Pós 2015	792.000
Porto de Vitória: Ampliação do Terminal da Flexibrás	2008/2011	22.000
Porto de Vitória: Terminal de Vila Velha - Especializado em Contêineres - ampliação da capacidade	2008/2011	64.500
Porto de Vitória: Construção Terminal de águas profundas - Contêineres	2008/2011	300.000
Porto de Vitória: Contenção do cais e reforço estrutural do cais comercial	2008/2011	5.000
Porto de Vitória: Dragagem, derrocagem e melhorias do canal de acesso e bacia de evolução	2008/2011	130.000
Porto de Vitória: Implantação da nova sinalização náutica	2008/2011	2.000
Porto de Vitória: Construção Novo Terminal	2012/2015	418.250
Porto de Vitória: Reforço Estrutural de Berços	2012/2015	15.000
Porto de Vitória: Construção Terminal de Contêineres	2012/2015	41.060
Porto de Vitória: Ampliação das instalações de acostagem no Berço 101 do Cais Comercial	Pós 2015	100.000
Porto de Vitória: Ampliação das instalações de acostagem do Berço 905 do Cais de Capuaba	Pós 2015	100.000
Porto de Vitória: Construção de Novo Terminal de Contêineres	Pós 2015	100.000

**Continua...**

**...Continuação**

<b>Tabela 9.2 - Investimentos previstos no PNLT, Espírito Santo, 2009</b>		
<b>Modo de Transporte/Descrição</b>	<b>Período</b>	<b>Investimento (mil)</b>
<b>Portuário</b>		
Porto de Vitória: Implantação de berço de atracação nos dolphins do Cais do Paul	Pós 2015	60.000
Porto de Vitória: Implantação de retroárea nos dolphins dos Cais do Paul	Pós 2015	18.000
<b>Rodoviário</b>		
BR-101: Vitória - Divisa ES/RJ, 182 km, incluindo o Contorno de Vitória/ES, 25 km - Adequação Capacidade	2008/2011	470.000
BR-101: Contorno da Grande Vitória - Serra - Cariacica- Viana - Adequação Capacidade	2012/2015	105.000
BR-101: Carapina - Divisa ES/RJ - Adequação Capacidade	2012/2015	260.000
BR-101: Rio de Janeiro - Vitória - Entroncamento BR-101/BR-324, com 1.621 km, - Adequação Capacidade	2008/2011	350.000
BR-262: Entre a divisa MG/ES e Vitória - Adequação Capacidade	2008/2011	270.000
BR-342: Sooretama (na BR-101) - Ataleia/MG – implantação	2008/2011	200.000
BR-393: Cachoeiro do Itapemirim – Bom Jesus do Norte – implantação	2008/2011	80.000
BR-410: Pedro Canário - Nanuque/MG – Implantação	2008/2011	105.000
BR-447: Entroncamento BR-262/BR-101 - Porto de Vitória (Terminal Capuaba) – Implantação	2008/2011	80.000
BR-482: Contorno de Cachoeiro do Itapemirim, 12 km – Implantação	2008/2011	15.000
BR-482: Divisa MG/ES – Entroncamento com BR-482/BR-101 - Adequação Capacidade	Pós 2015	176.000
BR-484: Colatina - Bom Jesus do Norte- Implantação	2008/2011	620.000
BR-484: Itarana- Serra Pelada – Implantação	2008/2011	80.000

Fonte: PNLT.

O modal portuário apresentou investimentos para, praticamente, todos os portos capixabas, variando da implantação de novos terminais, passando por ampliação da capacidade de portos existentes, até a modernização de equipamentos, melhorias das instalações e dragagens.

A construção do Porto de Barra do Riacho, definido como um dos investimentos previstos no ES 2025 encontra-se relacionada nos investimentos do PNLT, além de obras de dragagem e de expansão. Além desse, está prevista a construção do Porto de Ubu, contemplado para os três períodos. Outros portos capixabas também receberão investimentos, como o da Arcelor/Mittal, da Praia do Além, de Praia Mole, de São Mateus, de Tubarão, de Ubu e de Vitória.

Finalmente, para o modal rodoviário em relação aos investimentos a serem realizados na BR 101, percebem-se apenas alguns investimentos isolados, não informando se ocorrerão em toda sua extensão. O PNLT prevê apenas que haverá uma adequação de capacidade na BR 101 e não que a rodovia será duplicada. Isso ocorre para a BR 262, pois o PNLT menciona que haverá adequação da capacidade, não se referindo à duplicação da rodovia.

Além disso, o prazo para execução da maioria das obras estava previsto para o período de 2008 a 2011, ou seja, os investimentos que supostamente seriam realizados já deveriam ter sido concluídos.

Os investimentos no setor logístico no Vetor Leste totalizaram R\$ 67,1 bilhões, enquanto os previstos para o Espírito Santo foram de R\$ 11,7 bilhões, o que representa 17,4% do total, conforme a Tabela 9.3.

**Tabela 9.3 - Investimentos previstos no PNLT (em R\$ milhão), Vetor Leste e Espírito Santo, 2009**

Descrição	2008/2011	2012/2015	Pós 2015	Investimento
Aeroportuário Vetor Leste	1.070,1	1.639,8	-	2.709,9
Aeroportuário ES	439,5	500,0	-	939,5
ES/Vetor Leste (%)	41,1	30,5	0,0	34,7
Ferrovário Vetor Leste	9.562,2	8.073,0	18.672,9	36.308,1
Ferrovário ES	730,0	-	1.040,0	1.770,0
ES/Vetor Leste (%)	7,6	0,0	5,6	4,9
Hidroviário Vetor Leste	81,3	108,0	1.322,0	1.511,3
Hidroviário ES	-	-	-	-
ES/Vetor Leste (%)	0,0	0,0	0,0	0,0
Portuário Vetor Leste	8.733,0	3.880,0	3.546,0	16.159,0
Portuário ES	3.804,0	3.275,0	1.883,0	8.962,0
ES/Vetor Leste (%)	43,6	84,4	53,1	55,5
Rodoviário Vetor Leste	6.421,7	1.632,7	2.088,2	10.142,7
Rodoviário ES	2,3	0,4	0,2	2,8
ES/Vetor Leste (%)	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Vetor Leste	20,0	210,0	-	230,0
Outros ES	-	-	-	-
ES/Vetor Leste (%)	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Totais do Vetor Leste</b>	<b>25.888,2</b>	<b>15.543,6</b>	<b>25.629,1</b>	<b>67.060,9</b>
<b>Totais ES</b>	<b>4.975,8</b>	<b>3.775,4</b>	<b>2.923,2</b>	<b>11.674,3</b>
<b>ES/Vetor Leste (%)</b>	<b>19,2</b>	<b>24,3</b>	<b>11,4</b>	<b>17,4</b>

Fonte: PNLT.

O modal aeroportuário representou, no total, 34,7% dos recursos alocados para o vetor Leste e já deveria ter concluído metade das obras. No modal ferroviário, o Espírito Santo foi contemplado com apenas 4,9% do total de recursos, com um valor de R\$ 1,8 bilhão.

No modal hidroviário não haverá investimentos no Espírito Santo pelo PNLT. Os investimentos no modal portuário capixaba estão previstos para o montante de R\$ 9,0 bilhões, o que corresponde a 55,5% do total no vetor Leste brasileiro, sendo 42,4% do total dos investimentos do estado com

previsão de realização no período 2008/2011, que já deveriam estar concluídos, e 36,5% no período 2012/2015, ficando apenas 21,1% para o período pós 2015.

Por outro lado, o modal rodoviário teve apenas R\$ 2,8 milhões contemplados no PNLT, o que representa 0,03% do total dos investimentos do vetor Leste.

Além disso, observa-se no PNLT uma série de investimentos no setor portuário dos estados da Bahia e do Rio de Janeiro, que podem constituir uma ameaça para a logística capixaba na competição por cargas. Neste sentido, pode-se citar o investimento do Porto de Açú, localizado no Norte do estado do Rio de Janeiro, cujos detalhes do empreendimento serão apresentados a seguir.

No setor Ferroviário, deve-se destacar a EF 040 que, por não passar pelo Espírito Santo, deve de alguma forma impactar a economia capixaba, já que cargas oriundas do estado de Goiás, que inicialmente poderiam se destinar aos portos capixabas, podem ser destinadas para os portos fluminenses.

Nas Figuras 9.2 a 9.5, é possível observar os carregamentos multimodais no Brasil para os anos de 2007 a 2023, levando-se em consideração os investimentos previstos no PNLT. Além disso, os mapas também separam o minério e os serviços das demais cargas.

Nas Figuras 9.2 a 9.3, é possível observar o fluxo de carga de minério, considerando todos os modais de transporte. Percebe-se que há um acentuado fluxo de minério originado de Minas Gerais para o Espírito Santo, no ano de 2007, e que ele deve aumentar até o ano de 2023.

Além disso, ressalta-se que o minério originado de Minas Gerais apresenta duas vertentes, uma se destina ao Espírito Santo e outra aos portos do Rio de Janeiro, sendo que ambas apresentam um equilíbrio no ano de 2007. E, no horizonte 2023, espera-se que o fluxo de minério originado de Minas Gerais se mantenha equilibrado para os dois estados, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

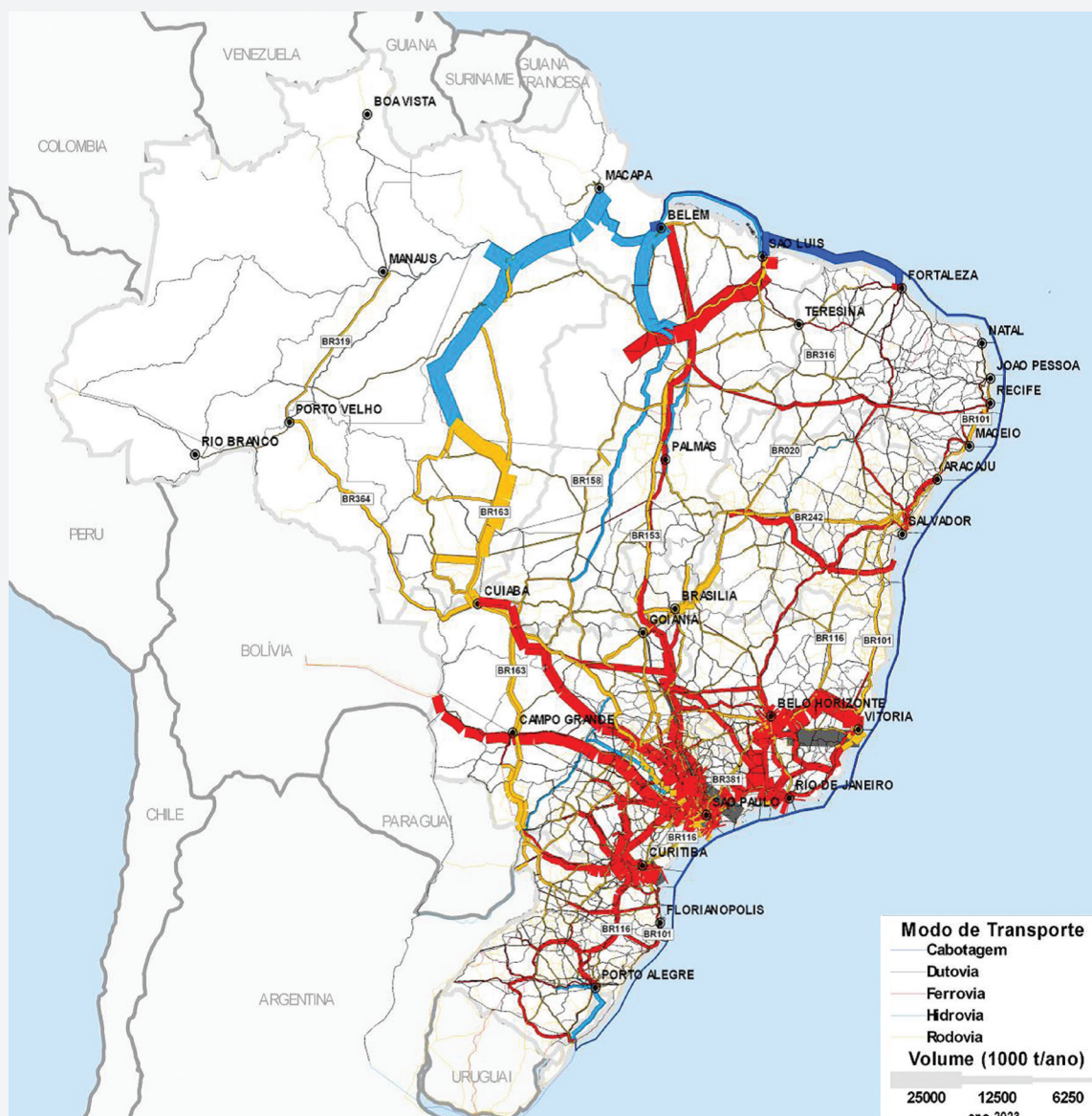
Entretanto, para o minério oriundo das regiões mais centrais do país, como Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, conforme o PNLT, para o ano de 2023, deve-se intensificar o escoamento para os portos fluminenses e paulistas.

**Figura 9.2 - Carregamentos Multimodais (com minério, sem carga geral), 2007**



Fonte: PNLT.

**Figura 9.2 - Carregamentos Multimodais (com minério, sem carga geral), 2007**



Fonte: PNLT.

Já o fluxo para as cargas gerais no Brasil pode ser observado nas Figuras 9.4 e 9.5. Percebe-se que o principal modal de transporte utilizado no Brasil, por estas cargas é o rodoviário. Sobre o Espírito Santo, destaca-se que apesar de o estado se situar em uma posição privilegiada, entre os estados nordestinos e as três maiores economias do país, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, o fluxo de cargas gerais entre estas duas regiões distintas, pelo modal rodoviário, ocorre principalmente pelo interior de Minas Gerais, ou seja, sem passar pelo território capixaba.

Apesar disso, tem que se considerar que há um fluxo de carga significativo que atravessa o Espírito Santo no sentido de Norte a Sul. Já no sentido Leste-Oeste, observa-se que, proporcionalmente, o Espírito Santo apresenta um fluxo muito pequeno, ou seja, há pouca carga transportada pelo sistema rodoviário originada de Minas Gerais e demais regiões do interior do Brasil, para o Espírito Santo.

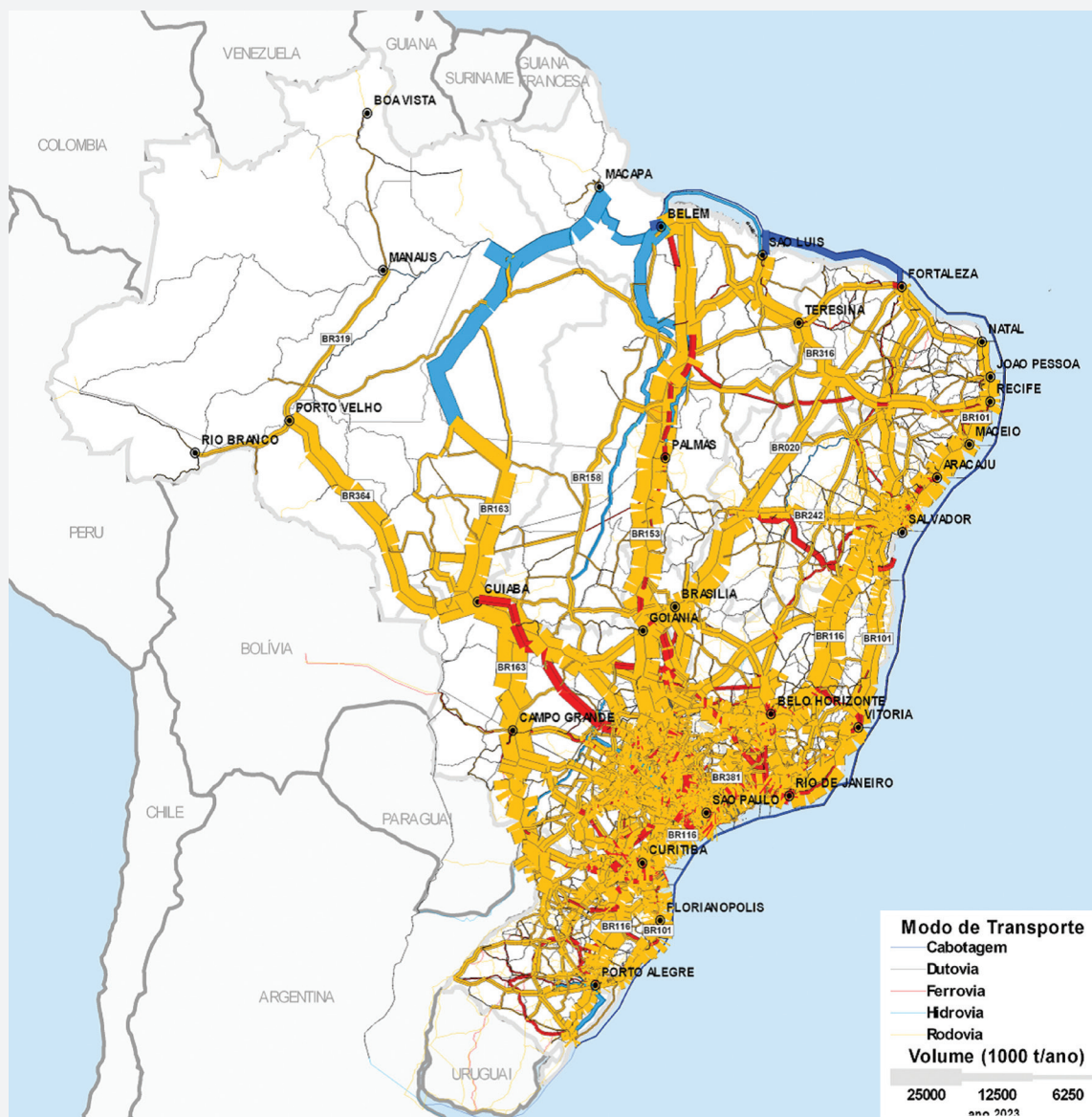
**Figura 9.4 - Carregamentos Multimodais (com carga geral, sem minérios), 2007**



Fonte: PNLT.

Além disso, destaca-se que pelas previsões do PNLT, apesar de o fluxo de carga transportada pelo sistema rodoviário, no sentido Norte-Sul, do Espírito Santo, se intensificar no horizonte 2023, o que transita pelo interior de Minas Gerais, por este sentido (Norte-Sul), deve aumentar ainda mais. Enquanto as cargas transportadas pelo sistema rodoviário no sentido Leste-Oeste do Espírito Santo, não devem sofrer grandes alterações.

**Figura 9.5 - Carregamentos Multimodais (com carga geral, sem minérios), 2013**



Fonte: PNLT.

Como o sistema rodoviário é o principal meio de transporte para as cargas gerais, que não sejam o minério, observa-se nas Figuras 9.6 e Figura 9.7, para cada ano considerado, o nível de serviço, a partir da relação volume/capacidade de cada trecho, conforme a classificação realizada pelo Highway Capacity Manual (PNLT, 2009, p. 72).

Ainda sobre estes dados, o próprio PNLT (2009, p. 72) menciona as incoerências que podem ocorrer nas avaliações do resultado de 2023, já que apesar dessas projeções considerarem a ampliação da atividade econômica nos setores urbanos do país, elas não levam em consideração as possibilidades destas cargas migrarem para outros modais de transporte. Ou seja, tais projeções partem do princípio de que haverá uma sobrecarga apenas no modal rodoviário.

Com isso, os índices de volume por capacidade que forem considerados inadequados podem indicar gargalos no sistema rodoviário, que podem ser superados com mudanças de parte dos fluxos de carga para os demais modais de transporte, proporcionando melhor alocação do sistema de transporte (PNLT, 2009, p. 72).

No ano de 2007, os níveis de serviço de transporte rodoviário no Espírito Santo, considerando volume de carga por capacidade de transporte, obtiveram melhores índices nas regiões ao Norte do estado, sendo classificados como B ou C.

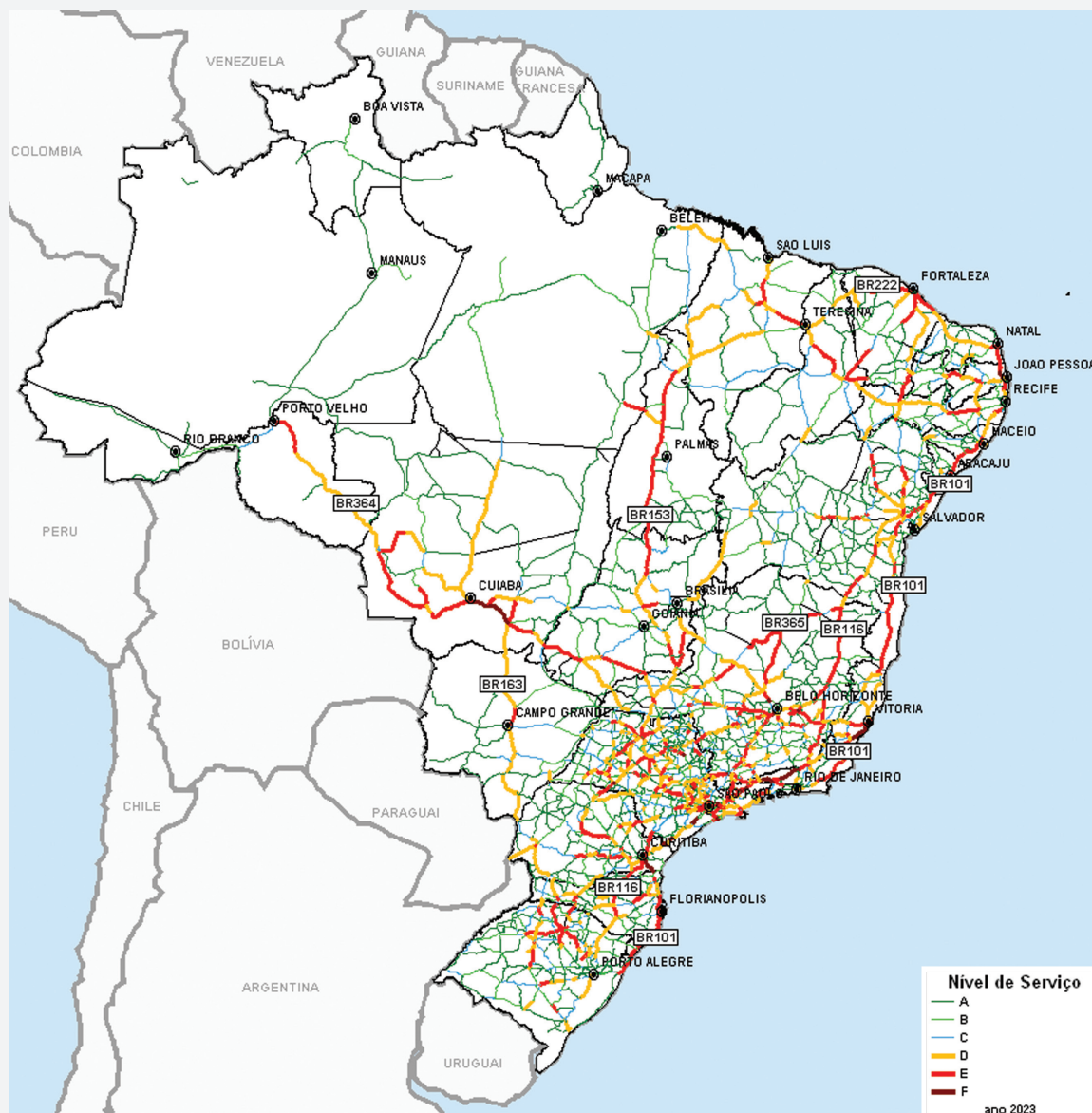
Entretanto, as principais rodovias do Espírito Santo, as BRs 101 e 262, tiveram sua classificação reduzida para o nível D, nos trechos mais próximos à Região Metropolitana da Grande Vitória. Entretanto, para o horizonte 2023, observa-se uma piora no sistema de transporte rodoviário capixaba, já que os níveis de serviço das regiões ao Norte tendem a se reduzir para o nível C e os trechos próximos da Região Metropolitana, da BR 262 e ao Sul da BR 101 tendem a diminuir sua classificação para o nível D.

Além disso, o crescimento econômico, a previsão de poucos investimentos em outros modais de transporte no estado e os baixos investimentos no sistema rodoviário devem tornar a malha rodoviária capixaba deficiente para atender à demanda futura.

**Figura 9.6 - Rodovias por níveis de serviço, Brasil, 2007**



**Figura 9.7 - Rodovias por níveis de serviço, Brasil, 2023**



Fonte: PNLT.

Em relação às atividades logísticas do Espírito Santo, foi elaborado um Plano Estratégico de Logística e Transportes, o Peltes, que dispõe de informações detalhadas sobre o setor e menciona diversos projetos para elevar a competitividade da economia capixaba, baseados no setor logístico.

Entretanto, o próprio Peltes aponta uma série de problemas que tendem a afetar a economia capixaba, conforme pode ser observado na Figura 9.8. Entre eles está o fato de o estado não estar inserido nas políticas de expansão das malhas ferroviárias do Brasil.

Além disso, pelo projeto apresentado, o Espírito Santo tende a possuir como única ligação com as principais ferrovias do país, uma bitola métrica que ligará o Porto de Tubarão à Transcontinental, no

estado de Minas Gerais. Ainda, deve-se destacar que a Transcontinental, que cortará o país de leste a oeste, terá como ponto final o Superporto de Açú, que será implantado em Campos dos Goytacazes, na região Norte do estado do Rio de Janeiro, e próximo à divisa com o Espírito Santo.

Ainda sobre o Superporto de Açú, conforme a LLX, empresa responsável pela execução do projeto, ele será acoplado a um Complexo Industrial que, por sua vez, tende a ser o maior empreendimento porto-indústria da América Latina, movimentando pelo menos 350 milhões de toneladas por ano, entre exportações e importações, podendo se posicionar como um dos três maiores complexos portuários do mundo.

O projeto possui cerca de 130 km<sup>2</sup> e receberá uma série de investimentos, como usinas siderúrgicas, polo metalmeccânico, unidade de armazenamento e tratamento de petróleo, estaleiro, indústrias off-shore, plantas de pelotização, cimenteiras, usina termoelétrica e indústrias de tecnologia da informação.

Outro empreendimento que deve afetar a economia capixaba é a Ferrovia Oeste-Leste, que deve integrar as principais ferrovias do país ao Porto de Ilhéus, localizado na região Sul da Bahia, próximo ao Espírito Santo. Ou seja, tal empreendimento, assim como a Transcontinental, deve isolar a economia capixaba dos eixos de desenvolvimento do transporte ferroviário brasileiro.

**Figura 9.8 - Novos investimentos em logística no Brasil**



Porém, assim como no Brasil, deve-se destacar que o principal modal de transporte no Espírito Santo é o rodoviário, conforme pode ser observado na Figura 9.9. Observa-se que as rodovias são responsáveis por interligar não só o território capixaba, mas também todos os demais modais de transporte do Espírito Santo.

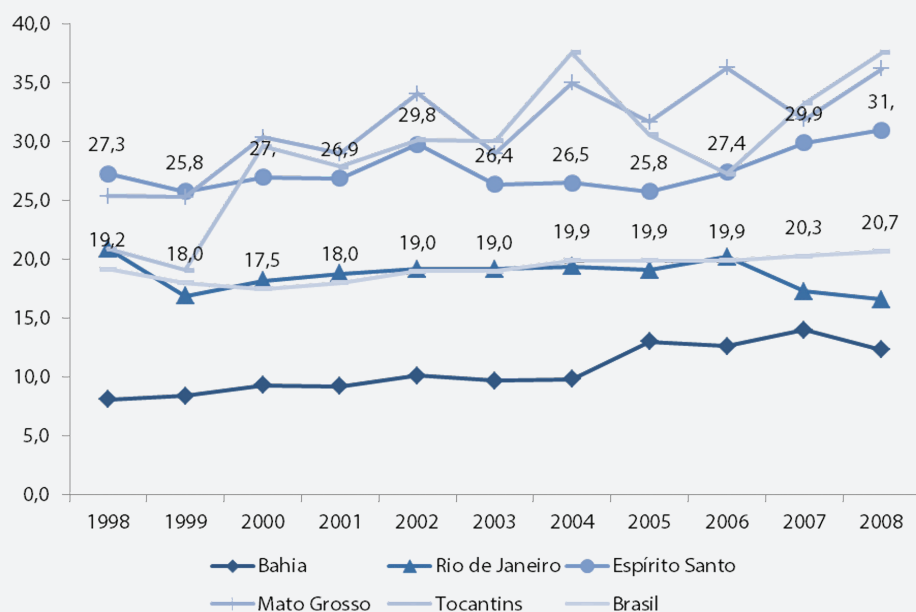
**Figura 9.9 - Mapa multimodal do Espírito Santo**



Fonte: PELTES.

Como o transporte rodoviário é o principal modal de transporte no cenário nacional, avaliar as taxas de acidente de trânsito acaba se tornando um indicativo das condições das rodovias e vias públicas de uma determinada região do país. Por conta disso, observa-se no Gráfico 9.1 que o Espírito Santo possui um dos maiores índices de acidentes de trânsito do país, perdendo apenas para Mato Grosso, Tocantins e Rondônia.

**Gráfico 9.1 - Taxas de acidentes de trânsito em 100 mil habitantes, 1998/2008**



Fonte: WAISELFISZ.

O ES 2025 discriminou 14 projetos ligados à logística, sendo três para o modal marítimo, cinco para o rodoviário, quatro para o ferroviário, um para o aeroviário e outro para o modal dutoviário. Em relação a esses projetos, que receberam os números de 68 a 80 no documento final do ES 2025, foi consultado o Comitê Estratégico do ES em Ação de Logística e Comércio Exterior que atualizou as informações com base em consultas aos órgãos oficiais responsáveis pela programação e execução de cada projeto.

O projeto 68, o âncora desse eixo estratégico, tratava do desenvolvimento do Porto Barra do Riacho, com o objetivo de ampliar a capacidade de operação de carga geral, frigorificada e de granéis líquidos do Complexo Portuário Capixaba. Enfim, seria uma alternativa para a diversificação das cargas portuárias com a consequente ampliação da capacidade de atendimento a uma gama muito maior de empresas e de setores econômicos.

Conforme observado pelo ES em Ação, é pouco provável que esse projeto siga adiante, em virtude da ampliação das operações da Petrobras, do Portocel e da instalação do terminal da Nutripetrona Barra do Riacho.

A adequação dos cais comerciais do Porto de Vitória, projeto 69, visava a atingir a sua plena capacidade operacional, dentro da limitação de seu espaço físico, com a previsão de várias obras. Nesse caso, segundo o ES em Ação, a Codesa e a Carioca Engenharia, vencedora da licitação, prestaram todos os esclarecimentos solicitados pelo TCU e espera-se a manifestação daquele Tribunal para o início das obras.

Sobre o Projeto 70, desenvolvimento do Porto de Ubu, com o objetivo de implantar terminais para atendimento da demanda advinda dos setores minerossiderúrgicos e de rochas ornamentais, de acordo com o ES em Ação deverá ser retirado de pauta porque há diversos empreendimentos portuários previstos para a região de Anchieta, como as expansões da Samarco, o novo porto da Petrobras e o novo porto da CSU. Ou seja, não há mais disponibilidade de retroáreas para dar suporte a outras atividades portuárias na região.

O projeto 71 trata inteiramente da BR 101, com objetivos de duplicação no trecho entre Rio Bonito (RJ) e Linhares, adequação de capacidade no trecho entre Linhares e a divisa com a Bahia, bem como implantação de contorno em todas as cidades que se configuram como travessias urbanas. O andamento desse projeto encontra-se em processo, tendo o Tribunal de Contas da União aprovado, em sessão realizada no dia 22 de junho de 2011, o relatório que entrega à iniciativa privada, a administração e a manutenção do trecho da BR 101 que corta o Espírito Santo.

Da mesma forma, foi incluída a duplicação da BR 262, no trecho entre Venda Nova do Imigrante e Vitória e adequação de capacidade até Belo Horizonte (MG), como o projeto 74. Segundo o ES em Ação, devido ao alto custo do primeiro projeto, está sendo elaborado um segundo estudo para reduzir o custo da obra.

A implantação da Ferrovia Litorânea-Sul consta do projeto 76 e trata da implantação de trecho ferroviário ligando Flexal, em Cariacica, a Cachoeiro de Itapemirim, com alça para o porto de Ubu, em Anchieta. Esse projeto será concretizado com a implantação da Companhia Siderúrgica Ubu – CSU.

O projeto 77 trata da adequação do Corredor Centro-Leste, com a Implantação da variante da FCA, entre Patrocínio/MG e Sete Lagoas/MG, e a duplicação da EFVM, em toda a sua extensão, de Sabará/MG até Vitória. Sobre este projeto, segundo o ES em Ação, seria mais correto afirmar sobre a complementação da duplicação da EFVM, haja vista que 87% das obras já se encontram concluídas.

No modal aeroviário consta o Terminal de carga aérea, projeto 78, cujo escopo previa a ampliação da capacidade instalada do aeroporto de Vitória, com a construção de nova pista de pouso com 2.416 m e ampliação da pista atual, de 1.750 para 2.050 m, bem como a construção de novo terminal de carga aérea. Conforme observado pelo ES em Ação, o projeto está previsto para ser concluído em 2014. As contas foram devidamente apresentadas ao TCU e acabaram os entraves burocráticos para o início da obra. A Infraero está livre para fazer novas licitações e dar início ao projeto. Além disso, o governo do Estado manifestou interesse em assumir essas obras.

O transporte e distribuição de gás natural foram contemplados no projeto 80, com objetivo de atender ao consumo no Espírito Santo e demais estados do sudeste. Em março de 2010, foi inaugurado o Gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste (Gasene), sendo considerado o maior gasoduto em extensão construído no Brasil nos últimos dez anos.

O projeto 79, que trata da implantação de ramal ferroviário no Norte do estado, apesar de não ter recebido comentários por parte do Comitê Temático do ES em Ação, encontra-se relacionado no PNL 2009, e sua execução, se ocorrer, será após o ano de 2015.

Por outro lado, em relação aos projetos 72, 73 e 75, do modal rodoviário, não foi possível nenhum tipo de atualização. Ressalte-se que são rodovias previstas para aumentar a integração do interior do Espírito Santo com o litoral e com as regiões limítrofes com os estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro.





*10 DESENVOLVIMENTO DO  
CAPITAL SOCIAL*



O Capital Social refere-se à confiança que há entre todos os elos de uma sociedade, sejam públicos ou privados. Portanto, desenvolver o Capital Social no Espírito Santo implica ter agentes com maior confiança e credibilidade perante a sociedade capixaba.

Por isso, este eixo estratégico, se trabalhado com os demais, proporcionará à população do estado condições de desenvolvimento. Tal característica se deve ao fato de o Capital Social ser, de certa forma, um bem intangível e de definição totalmente subjetiva.

## 10.1 Escopo do ES 2025

Confiança, cooperação e corresponsabilidade entre os atores públicos, privados e do terceiro setor, bem como melhoria substancial da qualidade de suas instituições fazem parte do arcabouço inicial do eixo estratégico denominado “capital social e qualidade das instituições capixabas” no ES 2025.

Nas sociedades democráticas contemporâneas, eficiência, transparência, controle social e responsabilização são demandados de todas as esferas da administração pública. A consolidação da democracia pressupõe o empoderamento do cidadão (na perspectiva dos “clientes-cidadãos-usuários”) e da sociedade civil, que assumem papel cada vez mais relevante na cobrança de resultados das instituições públicas

(ES 2025, 2006, p. 127).

Grande parte das condições criadas para a ampliação da competitividade sistêmica dos espaços regionais depende da atuação das instituições públicas, cujo modelo de administração burocrática deve ser progressivamente substituído por uma administração mais gerencial e orientada para resultados.

Dessa forma, o ES 2025 selecionou, dentre outros, a profissionalização dos serviços públicos, o fortalecimento da confiança nas instituições públicas, a melhoria da qualidade dos serviços públicos e a formação de um capital humano de qualidade no setor público, como objetivos a serem alcançados com as ações dos projetos desse eixo estratégico. Foram escolhidos três indicadores para o acompanhamento dos resultados, conforme Tabela 10.1.

<b>Tabela 10.1 - Capital social e qualidade das instituições capixabas: resultados finalísticos</b>		
<b>Resultado</b>	<b>Situação atual (%)</b>	<b>2025 (%)</b>
Aumentar o grau de profissionalização no serviço público, mediante o provimento de funções de direção e assessoramento, com servidores concursados e capacitados.	-	80,0
Aumentar o grau de confiança da sociedade nas instituições públicas capixabas.	40,0	70,0
Aumentar o grau de satisfação da sociedade com relação aos serviços prestados pelas instituições públicas capixabas.		(1)

Fonte: ES 2025.

(1) A ser definido em função da medição atual.

## 10.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025

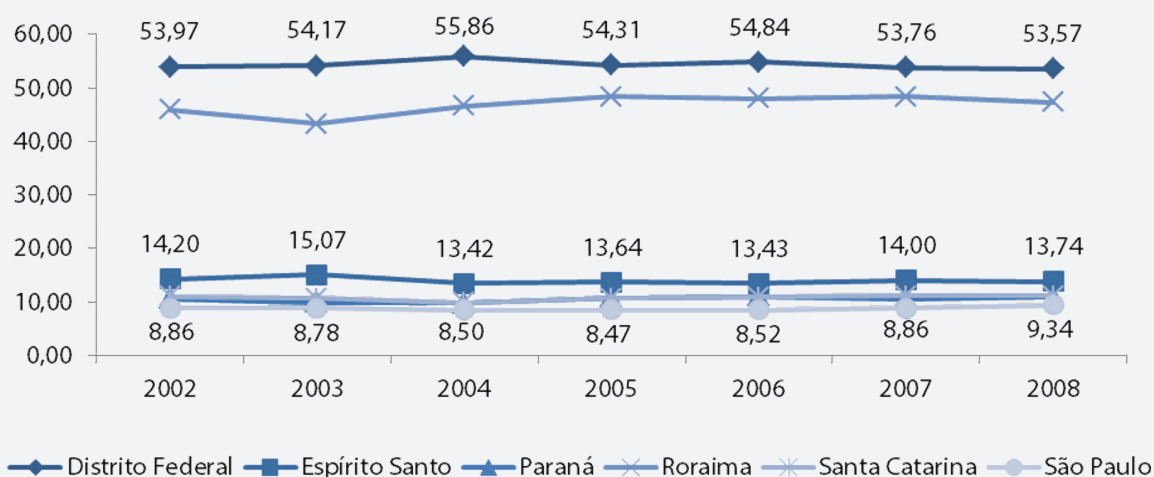
Como visto, para desenvolver o Capital Social no Espírito Santo, o ES 2025 indicou total atenção aos trabalhos voltados ao fortalecimento das instituições públicas, já que este se caracterizaria como um dos maiores gargalos perante a população capixaba. Assim, os indicadores que serão aqui apresentados terão como finalidade, não só de trazer sugestões de melhorias nos indicadores das instituições públicas, mas de trazer reflexões sobre a importância de se ter serviços públicos eficientes e de qualidade.

Observa-se no Gráfico 10.1 que, apesar de pequenas oscilações, a administração pública no Espírito Santo teve reduzida a sua participação no PIB estadual no período de 2002 e 2008, culminando com um resultado igual a 13,7%, em 2008. Além disso, deve-se destacar que esta participação colocou o estado como o quarto menor entre os demais estados da federação, ficando atrás apenas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. O Distrito Federal, por razões óbvias, apresentou a maior participação da administração pública em seu PIB. No entanto, há estados ainda que apresentam elevados índices, como o caso de Roraima.

Entretanto, deve-se frisar que tais informações relativas à administração pública contemplam, não só a administração em si, mas também a saúde e a educação públicas, e a seguridade social. Ou seja, a redução de sua participação em uma economia não necessariamente implicaria uma melhoria de uma região, já que esta diminuição na participação do PIB pode ser originada de setores como a saúde e a educação públicas que, por sua vez, são essenciais para o desenvolvimento local.

Desta forma, ao se refletir sobre esta informação para o Espírito Santo no horizonte 2030, deve-se buscar meios de avaliar esta parcela do PIB de forma mais minuciosa, separando a parte que realmente trará benefícios à população como um todo, das demais. Hoje, tal avaliação é inexecuível.

**Gráfico 10.1 - Participação da administração pública no PIB, 2002/2008**



Fonte: IBGE.

Observa-se, ainda, na Tabela 10.2 a participação do PIB setorial, no ano de 2008, dos estados que apresentaram menores e maiores participações na administração pública. Percebe-se que os estados que possuem as menores participações da administração pública, têm a maior parte de seu PIB nas demais atividades de serviço.

Estados	PIB agropecuário	PIB industrial	PIB administração pública	PIB demais atividades de serviços	PIB
Distrito Federal	0,4	6,3	53,5	39,6	100,0
Roraima	6,4	12,7	47,3	33,4	100,0
<b>Espírito Santo</b>	<b>6,8</b>	<b>36,0</b>	<b>13,7</b>	<b>43,3</b>	<b>100,0</b>
Santa Catarina	8,0	34,4	11,1	46,4	100,0
Paraná	9,4	26,6	10,8	53,0	100,0
São Paulo	1,4	29,5	9,3	59,6	100,0

Fonte: IBGE.

A seguir há o detalhamento sobre as finanças públicas do total dos municípios capixabas. A receita tributária se refere à capacidade dos municípios de geração de receita própria, ou seja, de recursos tributários originados no próprio local, bem como os Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e Quota Parte Municipal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS), que dizem respeito aos repasses dos governos federal e estadual aos municípios, respectivamente.

Com isso, observa-se a elevada dependência dos municípios capixabas por repasses das outras esferas de governo, principalmente do estadual, já que este representou 24,5% das receitas totais dos municípios, enquanto os repassados pelo governo federal, através do FPM, foram iguais a 14,8%. Por outro lado, destaca-se que a receita tributária dos municípios representou 17,0% da receita total, conforme Tabela 10.3 e Gráfico 10.2.

Receita	Valor (R\$ mil)	%
Receita tributária	982.669,4	14,5
ISS	643.144,0	9,5
IPTU	106.636,6	1,6
IRRF	87.722,8	1,3
ITBI	65.107,6	0,9
Taxas	76.259,5	1,1
FPM <sup>2</sup>	859.754,4	12,7
QPM-ICMS <sup>3</sup>	1.656.750,3	24,5
Outros <sup>4</sup>	2.293.396,4	33,9
<b>Receita total<sup>1</sup></b>	<b>6.771.441</b>	<b>100,0</b>

Fonte: AEQUUS Consultoria.

<sup>1</sup> Receita total ajustada dos efeitos do Fundeb.

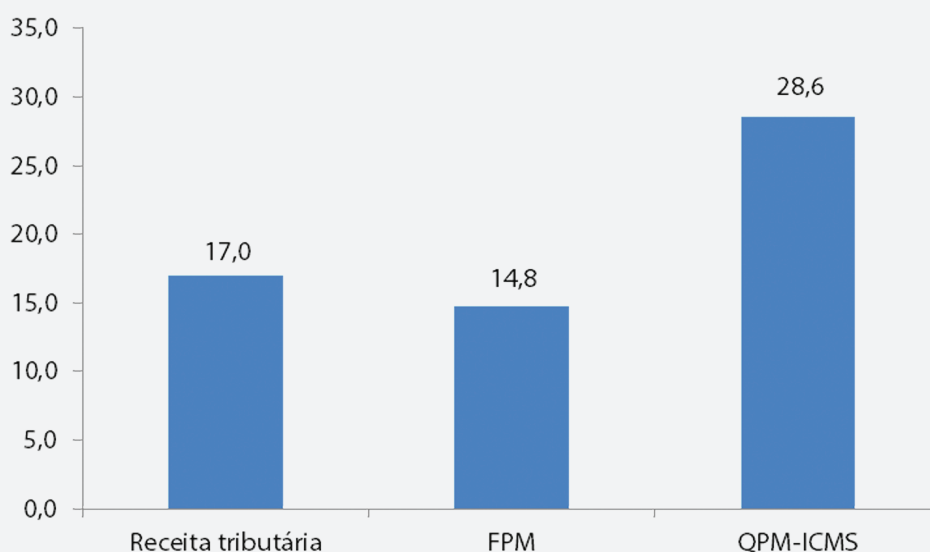
<sup>2</sup> Repasse do governo federal de parcela da arrecadação do IPI e do IR.

<sup>3</sup> Repasse do governo estadual aos municípios, de parte do arrecadado em ICMS.

<sup>4</sup> Inclui royalties, entre outras fontes de receita municipal.

Ainda sobre a receita tributária, destaca-se que, como uma das principais fontes de receita direta dos municípios brasileiros é o Imposto Sobre Serviços (ISS), o seu aumento nos municípios capixabas proporcionaria certa autonomia nas fontes de arrecadação e diminuiria a dependência por repasses dos governos federal e estadual. Por isso, um indicador que poderia apontar para um aumento em sua arrecadação, seria o ISS per capita, já que mostra a capacidade das empresas locais em contribuir com este imposto e não causaria desproporções entre municípios mais e menos populosos.

**Gráfico 10.2 - Participação da receita tributária, do FPM e do QPM-ICMS na receita total dos municípios, Espírito Santo, 2009**



Fonte: AEQUUS Consultoria.

Observa-se na Tabela 10.4 que há grandes oscilações no ISS per capita entre as macrorregiões capixabas, sendo o menor valor obtido na Noroeste e o maior na Metropolitana. As oscilações no ISS per capita também podem ser percebidas entre os municípios capixabas, onde se tem o menor resultado, para o ano de 2009, igual a R\$ 9,7, e o maior, a R\$ 1.719,3, enquanto a média estadual ficou em R\$ 184,4.

**Tabela 10.4 - ISS per capita, macrorregiões do Espírito Santo, 2009**

Macrorregiões	ISS per capita (R\$)
MS Noroeste	39,1
MS Litoral Norte	212,2
MS Central	160,0
MS Região Metropolitana	261,2
MS sul	52,1
<b>Média</b>	<b>184,4</b>

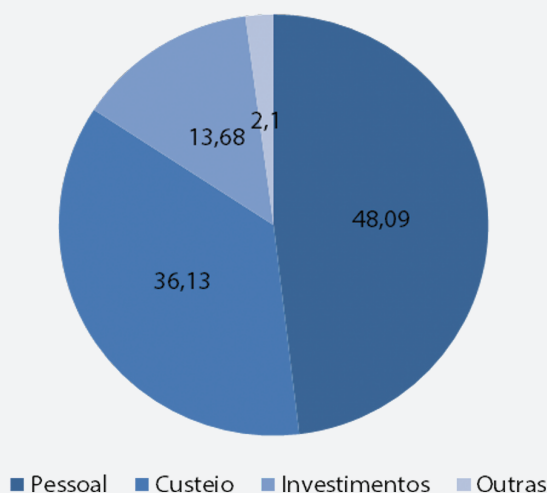
Fonte: AEQUUS Consultoria.

O Gráfico 10.3 mostra a distribuição das despesas tributárias do total dos municípios capixabas, para o ano de 2009. Cabe destacar que, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas com pessoal nos Estados da Federação não podem exceder o limite de 60% da receita corrente líquida.

Além disso, a Lei trata de uma série de outras regulamentações voltadas para as despesas com pessoal, como o veto à concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título; a criação de cargos, empregos ou função; a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; entre outros.

Por isso, para que a administração pública do Espírito Santo adquira eficiência, transparência e confiabilidade da população capixaba, deve cumprir com o previsto na Lei, e buscar formas de se aproximar da população e divulgar as informações inerentes ao fornecimento de serviços públicos de forma mais detalhada (BRASIL, 2000).

**Gráfico 10.3 - Distribuição das despesas tributárias dos municípios do Espírito Santo, 2009**



Fonte: AEQUUS Consultoria.

Outra questão acerca do Capital Social no Espírito Santo refere-se ao grau de confiança da população em algumas profissões diretamente ligadas ao poder público. Observam-se, na Tabela 10.5, os dados de uma pesquisa, com moradores da Grande Vitória, e o nível de confiabilidade dos servidores públicos, dos juízes e dos políticos. Destaca-se que os políticos apresentaram o pior nível de confiança, já que apenas 5,9% disseram que confiam muito ou confiam.

<b>Tabela 10.5 - Grau de confiança nas profissões públicas</b>			
<b>Opções</b>	<b>Confia muito e Confia</b>	<b>Confia pouco e Não confia</b>	<b>NS/NR</b>
Servidores Públicos	49,1	45,9	5,0
Juízes (as)	43,7	51,6	4,7
Políticos	5,9	92,1	2,0

Fonte: Futura.



The background of the page is a soft, semi-transparent aerial photograph of a city at night. The city lights are visible, particularly in the upper half, and their reflection is seen on a body of water in the lower half. The overall color palette is muted, with a light beige or cream tone overlaid on the image.

*11 FORTALECIMENTO DA  
IDENTIDADE E DA IMAGEM  
DO ESTADO*



Este eixo temático tem como tema principal a identidade e a imagem do Espírito Santo, já que uma determinada região, com uma boa reputação, é responsável não só por transmitir confiança à sua população, mas também aos consumidores de seus produtos. Deve-se não só desenvolver políticas voltadas para a credibilidade, transmitindo confiança aos demais, mas também para sua população.

## 11.1 Escopo do ES 2025

Por razões diversas, relacionadas à história, ao povoamento, à cultura e à geografia, o Espírito Santo manteve certo isolamento em relação ao mundo exterior, especialmente no cenário nacional. Esta constatação, segundo o ES 2025, contribuiu para a construção de uma frágil identidade capixaba em frente aos vizinhos de “personalidade” mais forte, como os demais estados da região sudeste e os estados do nordeste.

A diversidade cultural (italianos, negros, pomeranos, índios, poloneses, árabes, alemães e mestiços) e ambiental (praia, floresta, serra, várzea) são marcas do Espírito Santo, que se constitui, assim, em um mosaico sem hegemonia de qualquer parte sobre as demais (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006, p. 132).

A proposição desse eixo estratégico é justamente provocar ações que possam fortalecer a imagem do Espírito Santo tanto para os capixabas quanto fora de suas fronteiras, inserindo temas da história e da cultura no processo de ensino formal, valorizando as expressões culturais tradicionais e contemporâneas e promovendo, enfim, uma ampla divulgação das realizações e da imagem do Espírito Santo.

O acompanhamento da evolução desses resultados deverá ser apurado com a realização de pesquisas, conforme explicitado na Tabela 11.1.

<b>Tabela 11.1 - Fortalecimento da identidade capixaba e imagem do estado: resultados finalísticos</b>		
<b>Resultado</b>	<b>Situação atual</b>	<b>2025</b>
Grau de compatibilidade entre a imagem desejada e a imagem percebida do Espírito Santo por pessoas de outros estados. (em % de menções positivas espontâneas)	Em pesquisa	A ser definido após pesquisa

Fonte: ES 2025.

## 11.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025

Apesar de ter sido um indicador apresentado nos resultados finalísticos, as pesquisas de opinião com as pessoas de outros estados não foram ainda realizadas. No entanto, é importante frisar que continuam sendo importantes para avaliar não só a potencialidade consumidora deste público por produtos capixabas, mas também por transmitir confiança à população do próprio Espírito Santo sobre a sua imagem em outras regiões do país.

Além disso, o governo estadual também deve atentar para as políticas voltadas para o fortalecimento da imagem capixaba, junto à própria população, já que a autoconfiança de um povo é determinante para o desenvolvimento de uma região. Por isso, além de pesquisas com a população de

outros estados, também deve haver pesquisas com a própria população capixaba, com o objetivo de identificar eventuais questões a serem trabalhadas e intensificar a identidade e a imagem do estado.

Fica mais evidente o fortalecimento da identidade e da imagem capixabas, quando se constata que, dentre os estados brasileiros, o Espírito Santo é um dos estados que vêm recebendo um fluxo positivo de migrantes de outras regiões do país e mesmo do exterior, atraídos pelas novas oportunidades de emprego e de estabelecimento de negócios.

Outra questão refere-se à identificação de mais ícones da cultura capixaba, já que estes servem para aproximar a população das políticas voltadas para a identidade e a imagem do estado, pois permitem uma maior interação e identificação do povo com a realidade local. Com isso, é importante desenvolver pesquisas de avaliação de imagem com a própria população do Espírito Santo, para que se possam identificar os pontos fortes e os fracos do estado perante a sua população.

An aerial night view of a city, likely Rio de Janeiro, with lights reflecting on the water. The image is overlaid with a semi-transparent orange and white gradient.

*12 ALIANÇAS ESTRATÉGICAS  
REGIONAIS*



O presente eixo estratégico tem como objetivo entender as relações que há entre o Espírito Santo e seu entorno, bem como monitorar a situação em que se encontram estas regiões, que se localizam nos estados limítrofes ao estado, como Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Entender o que ocorrem nas regiões limítrofes do Espírito Santo é importante para o próprio processo de desenvolvimento do estado, tendo em vista que crescimentos econômicos desproporcionais fazem com que as pessoas que residem nas regiões mais pobres migrem para as que estão se desenvolvendo, em busca de novas oportunidades profissionais, ou mesmo de qualidade de vida.

Além disso, este item também pode ter como objetivo propor formas de o Espírito Santo buscar firmar acordos e parcerias com outros estados da federação e, até mesmo, outros países. Tal fato proporcionaria ao estado uma melhoria em sua imagem perante as demais regiões.

## 12.1 Escopo do ES 2025

Em complemento ao eixo estratégico anterior, esse também reflete a atuação para fora das fronteiras estaduais, especialmente nas regiões circunvizinhas localizadas nos estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O ES 2025 constatou que, em geral, trata-se de regiões deprimidas, com serios problemas econômicos e sociais e que apresentam gargalos em logística comuns ao Espírito Santo.

No processo de construção do Plano de Desenvolvimento 2025, observou-se que o desenvolvimento futuro do Espírito Santo está condicionado à superação de desafios comuns a outros estados. Em vários setores há questões que requerem alianças estratégicas entre estados para seu equacionamento: transporte rodoviário e ferroviário, gestão de recursos hídricos, erradicação de pobreza de áreas deprimidas, articulação de cadeias produtivas, além da conjugação de demandas por infraestrutura de interesse comum para acesso a mercados

(ESPÍRITO SANTO 2025, 2006, p. 135).

Nesse sentido, não há propriamente uma indicação de projetos *stricto sensu*, mas a indicação de uma agenda política de atuação coordenada com os estados vizinhos, no Congresso Nacional e junto ao governo federal, para alocação de recursos que visem à superação dos gargalos identificados e que fortaleçam as vocações produtivas dessas regiões.

A Tabela 12.1 apresenta os indicadores que deveriam Nortear as ações relacionadas à inserção estratégica do Espírito Santo no seu âmbito regional.

<b>Tabela 12.1 - Inserção estratégica regional: resultados finalísticos</b>		
<b>Resultado</b>	<b>Situação atual</b>	<b>2025</b>
Aumentar o IDH da região 1 (Norte ES; sul BA e Nordeste MG)	0,674	Maior que 0,804
Aumentar o IDH da região 2 (Oeste ES; Leste MG e Vale do Rio Doce)	0,692	Maior que 0,826
Aumentar o IDH da região 3 (sul ES; Norte RJ; Leste MG e Zona da Mata)	0,724	Maior que 0,864

**Continua...**

...Continuação

**Tabela 12.1 - Inserção estratégica regional: resultados finalísticos**

Duplicar a BR 101 no Estado do Rio de Janeiro
Adequar a capacidade da BR 262 no Estado de Minas Gerais
Adequar a capacidade da BR 393 nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro
Ampliar o Corredor Ferroviário Centro-Leste no Estado de Minas Gerais
Implantar o Porto de Barra do Riacho para carga geral regional

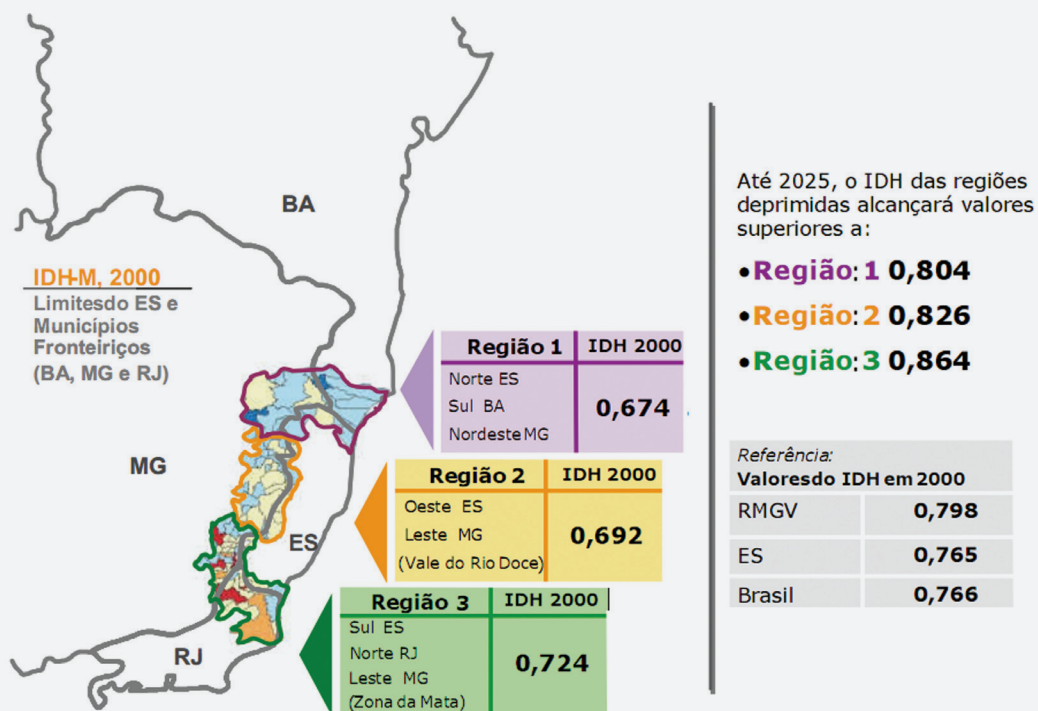
Fonte: ESPÍRITO SANTO 2025.

## 12.2 Análise Crítica dos Indicadores do ES 2025

Conforme visto no item relacionado à inclusão social, diversos indicadores para a economia do Espírito Santo apontam para uma redução nas desigualdades de renda. Cabe investigar se as regiões fronteiriças do estado sofrem influências dos municípios limítrofes, no sentido de impedir que os resultados alcançados pelas médias estaduais, em relação à pobreza, atinjam essas regiões.

O ES 2025 constatou, conforme o mapa da Figura 12.1, que o IDH das três regiões dos estados da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro que fazem fronteira com o Espírito Santo apresentou, em 2000, níveis bastantes inferiores aos valores médios do Espírito Santo e mesmo da média nacional. Desta forma, os municípios localizados no Norte, no Oeste e no Sul do estado, também apresentaram níveis bem inferiores no IDH, à semelhança de seus vizinhos.

**Figura 12.1 - Desenvolvimento humano nas regiões deprimidas fronteiriças comuns ao Espírito Santo e seus estados vizinhos**

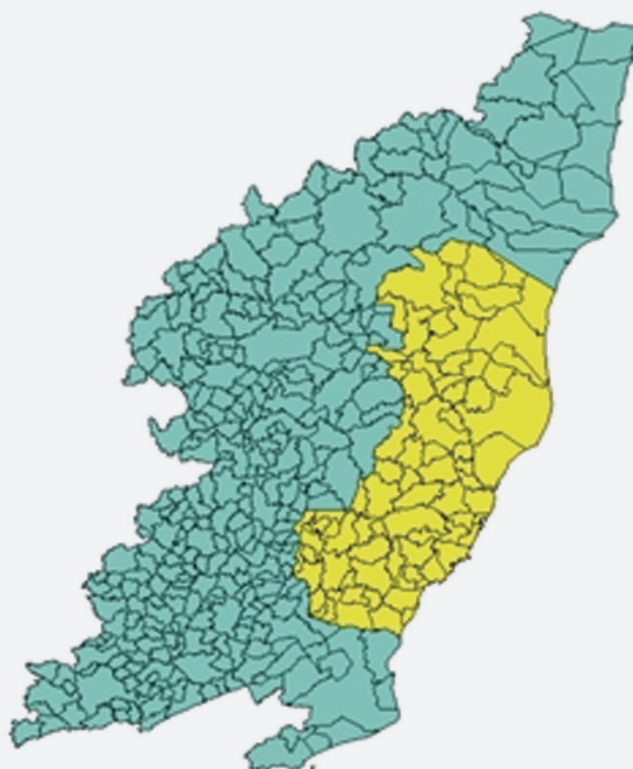


Fonte: ES 2025.

Com base no que fora proposto no ES 2025, o IJSN (2011) elaborou um estudo em que se analisaram todos os municípios do estado e alguns que se localizam nas regiões limítrofes, ou seja, nos estados da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Nesse estudo, foram selecionados, no estado do Rio de Janeiro, os municípios das mesorregiões Noroeste Fluminense e Norte Fluminense; em Minas Gerais, os das mesorregiões da Zona da Mata, do Vale do Rio Doce e do Vale do Mucuri; e, na Bahia, os da microrregião de Porto Seguro, conforme Figura 12.2.

Cabe destacar que o estudo (IJSN, 2011) contemplou uma amostra de 386 municípios, sendo todos os 78 do Espírito Santo e mais 19 municípios da Bahia, 267 de Minas Gerais e 22 do Rio de Janeiro, cabendo destacar que a área de abrangência considerada foi superior à apresentada no ES 2025.

**Figura 12.2 - Mapa do Espírito Santo e adjacências**



Fonte: IJSN.

Na Tabela 12.2, encontram-se algumas variáveis para o Espírito Santo e suas regiões vizinhas. Cabe destacar que os dados foram obtidos no IBGE e se referem à população, em 2000; à incidência de pobreza, em 2003; à incidência de pobreza subjetiva, em 2003; ao Índice de Gini, em 2003; e ao PIB per capita, em 2007.

Sendo a incidência de pobreza uma variável utilizada para medir a proporção de pessoas que têm acesso a uma cesta de bens até o mínimo necessário para sobreviver, ou seja, é um indicador objetivo. Enquanto a incidência de pobreza subjetiva está relacionada à proporção de pessoas em deter-

minadas regiões que se consideram pobres, ou seja, sua mensuração é realizada a partir da própria análise da pessoa em relação à sua situação de vida (IJSN, 2011).

Além disso, ao se avaliar uma série histórica dos indicadores socioeconômicos dessas regiões que se encontram em uma situação de extrema pobreza, tem-se que ambas se apresentam em situações distintas de crescimento econômico.

Por um lado, a região Noroeste do estado apresenta um processo de crescimento com maior vigor, entre 1999 e 2007, por outro, o Sudoeste encontra-se em um quadro de estagnação (LEITE; MAGALHÃES, 2010 apud IJSN, 2011).

**Tabela 12.2 - Média de variáveis selecionadas para regiões do Espírito Santo e regiões vizinhas**

UF	Região	Municípios	População (2000)	Incidência de pobreza (2003)	Incidência de Pobreza Subjetiva (2003)	Índice de Gini (2003)	PIB per capita (2007)
BA	Porto Seguro	19	33.352,2	50,2	56,5	0,4	7.329,8
	Região limítrofe	19	33.352,2	50,2	56,5	0,4	7.329,8
ES	Noroeste	17	22.776,7	39,3	40,7	0,4	10.059,3
	Litoral Norte	15	30.633,3	43,7	42,2	0,4	14.795,5
	Central	24	71.625,3	25,6	26,2	0,4	14.355,0
	sul	22	24.172,0	35,7	36,5	0,4	10.207,4
	Total	78	39.711,5	34,9	35,3	0,4	12.363,2
MG	Vale do Mucuri	23	16.651,1	51,5	52,9	0,4	4.418,5
	Vale do Rio Doce	102	15.050,7	39,9	39,9	0,4	5.611,3
	Zona da Mata	142	14.320,2	29,8	29,6	0,4	6.199,6
	Região limítrofe	267	14.800,1	35,5	35,5	0,4	5.821,4
RJ	Noroeste	13	22.910,5	33,7	31,8	0,4	8.850,2
	Norte	9	77.699,1	32,6	30,8	0,4	37.584,8
	Região limítrofe	22	45.324,0	33,2	31,4	0,4	20.605,2
<b>Média geral amostral</b>		<b>386</b>	<b>22.486,9</b>	<b>36,0</b>	<b>36,3</b>	<b>0,4</b>	<b>8.049,0</b>

Fonte: IJSN.

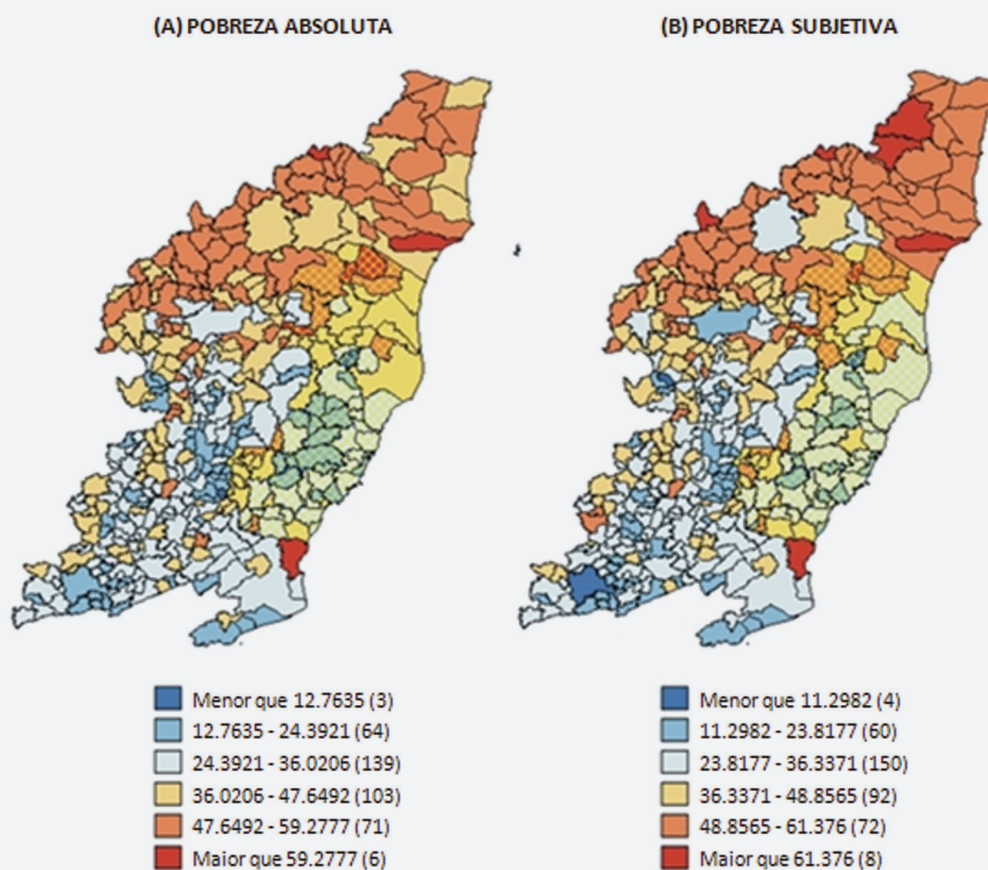
De fato, o Espírito Santo ainda possui regiões em situações de extrema pobreza, cujas localizações concentram-se principalmente nas regiões limítrofes do estado. A Figura 12.3 apresenta o mapa da incidência da pobreza, absoluta e subjetiva, para os municípios analisados. Observa-se que a maior concentração de pobreza encontra-se nos municípios que se localizam no extremo Sul da Bahia e no Noroeste de Minas Gerais. Em relação aos municípios do Espírito Santo, conforme IJSN (2011),

(...) percebe-se que a incidência da pobreza absoluta, de fato, se concentra em algumas regiões do estado. Nas porções Noroeste e Norte do Espírito Santo encontra-se a maior concentração de mu-

municípios com alta incidência de pobreza (Mantenedópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Ponto Belo, Montanha, Pinheiros e Pedro Canário), indicada pela cor azul mais escura. Esta situação também é observada em municípios da região Sudoeste (Brejetuba e Ibatiba), Sul (Apiracá) e Centro-Norte (Sooretama).

Observa-se que a região mais populosa foi a que contempla os municípios do Rio de Janeiro, e a menor, a de Minas Gerais. Já em relação à incidência de pobreza, assim como a de pobreza subjetiva, tem que os melhores resultados foram apresentados por Minas Gerais, enquanto os piores, pela Bahia.

**Figura 12.3 - Incidência da pobreza nos municípios do Espírito Santo e de sua vizinhança**



Fonte: IJSN.

O índice de Gini que, como dito anteriormente, mensura a desigualdade de renda e apresenta-se com resultados variando entre 0 e 1, indicando total desconcentração e concentração de renda, respectivamente, teve melhor resultado no estado de Minas Gerais e o pior no Rio de Janeiro. Para o PIB per capita, observa-se que os maiores resultados foram apresentados pelo Rio de Janeiro e os menores por Minas Gerais.

Além disso, já que o presente eixo temático trata das Alianças Estratégicas Regionais, nota-se que o ES 2025 deu pouca ênfase a possíveis alianças estratégicas para além das fronteiras limítrofes do estado.

Nesse sentido, é importante frisar que devem ser construídos mecanismos para monitorar e incentivar o Espírito Santo a firmar acordos e parcerias comerciais com outras regiões do país e do mundo. Tal situação poderia proporcionar ao estado, uma melhoria em sua imagem perante os demais e buscar uma proximidade com essas regiões.

O Espírito Santo apresenta proximidades culturais com outras localidades que poderiam ser mais bem exploradas, como é o caso da Alemanha e da Itália, dada a grande quantidade de descendentes de migrantes destes países. Além disso, no próprio estado há uma série de manifestações artísticas e culturais destes países, desenvolvidas por seus descendentes.

O estado também poderia buscar acordos e parcerias com as regiões consideradas potências econômicas do país, como São Paulo, e do mundo, Estados Unidos e China.

An aerial night view of a city with fireworks exploding in the sky. The city lights are visible in the background, and the fireworks are a bright orange and yellow color. The text "13 CONSIDERAÇÕES FINAIS" is overlaid in the center of the image.

# *13 CONSIDERAÇÕES FINAIS*



Como dito inicialmente, o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 (ES 2025) está completando cinco anos e, durante esse período, conseguiu firmar-se como instrumento de gestão e governança pública, bem como tornar-se um “mapa de navegação” para a sociedade capixaba. Por isso, o presente trabalho se destaca por atualizar o que foi pensado anteriormente, com base na situação atual do estado, além de já projetá-lo para um horizonte ainda maior, 2030.

Grande parte das conclusões desse trabalho se encontra nas próprias análises desenvolvidas ao longo de cada capítulo. Foi possível atualizar muitas informações sobre os mais variados aspectos da economia e da sociedade capixabas. As lacunas ainda existentes devem-se à inexistência de pesquisas básicas, especialmente aquelas referentes aos níveis municipais, que ainda não dispõem da quantidade e da qualidade das estatísticas apuradas em níveis estaduais e no âmbito nacional. Outra lacuna importante refere-se à apuração de dados sobre os setores econômicos, em particular aqueles que seriam necessários para uma análise mais apurada dos Arranjos Produtivos Locais, cada vez mais presentes nas metodologias de intervenções por meio de políticas públicas, mas muito carentes de informações básicas.

Como a publicação detalhada dos dados do censo demográfico de 2010 só se realizará nos próximos anos, algumas análises deste trabalho ficaram com certa defasagem temporal, ou mesmo, com pouco aprofundamento em relação às informações sobre demografia. E, como as informações contidas neste relatório trazem uma série de reflexões sobre a situação atual do Espírito Santo, diversos indicadores podem ser repensados ou mesmo recalculados a partir das informações publicadas pelo censo.

Além disso, este trabalho não deve ser interpretado como a finalização da atualização do ES 2025, já que para sua completa revisão, deve-se avaliar uma série de outras questões de forma mais aprofundada, como as condicionantes internas e externas, a visão de futuro, bem como a relação de projetos estruturantes, que devem complementar as análises aqui realizadas e que, também, podem levar à revisão de uma série de indicadores apresentados.

À medida que foi sendo analisado cada eixo estratégico, passou-se a identificar uma série de superposições entre eles, revelando uma quantidade excessiva de grandes temas, o que muitas vezes “engessou” as análises que poderiam ser mais bem apresentadas se fossem pensadas de forma conjunta. Por fim, deve-se destacar que a redefinição dos 11 eixos temáticos é algo que também pode ser discutido em outra oportunidade, na revisão da segunda parte do ES 2025.





*14 REFERÊNCIAS*



AEQUUS CONSULTORIA. **Finanças dos Municípios Capixabas**. 2010. Disponível em: <[http://www.financasdosmunicipios.com.br/anuarios/capixabas\\_2010/](http://www.financasdosmunicipios.com.br/anuarios/capixabas_2010/)>. Acesso em 20 dez. 2009.

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em 01 de set. 2011.

CENTRAL DE INTELLIGENCE AGENCY. **Distribution of family income - Gini index**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2172.html>>. Acesso em 07 ago. 2011.

DIÁLOGO FLORESTAL. **As diferentes Matas da Mata Atlântica**. Disponível em: <<http://www.dialogoflorestal.org.br/biomas/mata-atlantica/mapa-da-mata-atlantica/>>. Acesso em 04 ago. 2011.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Plano Estratégico de Logística e Transportes do Espírito Santo**. 2009.

ESPÍRITO SANTO. **Novo Pedagogia**. 2007. Disponível em: <<http://www.seag.es.gov.br/pedeag/index.html>>. Acesso em 13 jul. 2011.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025**. 2006. Disponível em: <[http://turismo.descubraoespiritosanto.com.br/\\_midias/pdf/736-4d08e6aaec654.pdf](http://turismo.descubraoespiritosanto.com.br/_midias/pdf/736-4d08e6aaec654.pdf)>. Acesso em 20 jul. 2011.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado do Espírito Santo**. 2010. Disponível em: <<http://www.espiritosanto2025.com.br/>>. Acesso em 10 jun. 2011.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estratégico 2011-2014**. 2011. Disponível em: <[http://www.planejamento.es.gov.br/Arquivos/PDF/plano\\_estrateg2011\\_2014.pdf](http://www.planejamento.es.gov.br/Arquivos/PDF/plano_estrateg2011_2014.pdf)>. Acesso em 25 ago. 2011.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9229431C90122A3B25FA534A2.htm>>. Acesso em 11 ago. 2011.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica: período 2008-2010**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE: São Paulo, 2011.

FUTURA. **Confiança nas Profissões**. 2010. Disponível em: <<http://www.futuranet.ws/xpesquisas.asp?tb=semanal&id=132>>. Acesso em 07 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário: 1970-2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>>. Acesso em 15 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico. 1940-2010**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 10 jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: microdados**. Rio de Janeiro, 2001-2009. 9 CD-ROM

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal - PAM:** 1995-2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=24&i=P>>. Acesso em 15 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Pecuária Municipal - PPM:** 1994-2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp?o=23&i=P>>. Acesso em 15 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Região de Influência das Cidades: 2007.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em 25 jul. 2011.

INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – IEMA. **Bacias hidrográficas do estado do Espírito Santo.** 2011. Disponível em: <<http://www.meioambiente.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em 31 ago. 2011.

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL. **Revista 200 maiores empresas do Espírito Santo.** Sistema Findes: Vitória, 2008.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Evolução dos indicadores de educação.** 2010. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/>>. Acesso em 10 ago. 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Investimentos previstos, 2009-2014.** Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/>>. Acesso em 19 jul. 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Investimentos anunciados, 2010-2015.** Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/>>. Acesso em 19 jul. 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Cenários Socioeconômicos e Desafios da Política de Desenvolvimento Urbano.** 2010. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=158&Itemid=110&limitstart=40](http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=158&Itemid=110&limitstart=40)>. Acesso em 15 ago. 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Dados Socioeconômicos.** 2011. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=469&Itemid=212](http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=469&Itemid=212)>. Acesso em 17 jul. 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Desigualdade de renda e classes sociais: indicadores socioeconômicos do Espírito Santo – PNAD 2009.** Nota técnica 17. 2011. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=673;pobreza-desigualdade-e-renda-pnad-2008&catid=290:renda-e-desigualdade&Itemid=251](http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=673;pobreza-desigualdade-e-renda-pnad-2008&catid=290:renda-e-desigualdade&Itemid=251)>. Acesso em 01 ago. 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Espírito Santo em mapas.** 2011. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=186](http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=186)>. Acesso em 01 jul. 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Evidências de transbordamento da pobreza e da**

**concentração de renda entre os municípios do Espírito Santo e seus vizinhos em outros estados.** Texto para discussão 25. 2011. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/854\\_ijsn\\_td25..pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/854_ijsn_td25..pdf)>. Acesso em 01 jul. 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Extrator de dados.** 2011. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=126](http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=126)>. Acesso em 13 ago. 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Juventude e vulnerabilidade social no Espírito Santo: explorando fatores explicativos.** Texto para discussão 27. 2011. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=967:td-27-juventude-e-vulnerabilidade-social-no-espirito-santo-explorando-fatores-explicativos&catid=270:estudos-sociais&Itemid=162](http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=967:td-27-juventude-e-vulnerabilidade-social-no-espirito-santo-explorando-fatores-explicativos&catid=270:estudos-sociais&Itemid=162)>. Acesso em 23 jun. 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo.** 2011. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1010:sintese-dos-indicadores&catid=394:livros&Itemid=408](http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1010:sintese-dos-indicadores&catid=394:livros&Itemid=408)>. Acesso em 15 jun. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Ipeadata.** 2002-2008. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 15 ago. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano.** 1991-2000. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 15 jun. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Medindo o bem-estar das populações.** 2009. Disponível em: <[http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=12980](http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=12980)>. Acesso em 15 jun. 2011.

LINO, Leandro de Souza. **Diferencial de rendimentos entre os empregados especializados e não-especializados na cultura da cana de açúcar no estado de São Paulo.** Piracicaba (SP), 2009. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2009

LLX. **Superporto do Açú.** Disponível em: <<http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=162&lng=br>>. Acesso em 30 jun. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Censo da Educação Superior.** 2009. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em 30 jun. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB: Nota técnica.** 2011. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_IDEB/o\\_que\\_e\\_o\\_IDEB/Nota\\_Tecnica\\_n1\\_concepcaoIDEB.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_IDEB/o_que_e_o_IDEB/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf)>. Acesso em 30 jun. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.** 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-IDEB/portal-IDEB>>. Acesso em 30 jun. 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Departamento de Informática do SUS - Datasus**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em 04 ago. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. **Estatísticas de comércio exterior – Depla**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sítio/interna/index.php?área=5>>. Acesso em 30 jul. 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Relação Anual de Informações Sociais - Rais**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>>. Acesso em 19 jul. 2011.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Plano Nacional de Logística e Transporte – PNLT**. Brasília, nov 2009.

SECRETÁRIA DE TURISMO DO ESPÍRITO SANTO - SETUR. **Plano de desenvolvimento sustentável do turismo do estado do Espírito Santo 2025**. 2010. Disponível em: <[http://www.setur.es.gov.br/index.php?id=/plano\\_de\\_turismo/plano\\_de\\_turismo\\_2025/index.php](http://www.setur.es.gov.br/index.php?id=/plano_de_turismo/plano_de_turismo_2025/index.php)>. Acesso em 04 ago. 2011.

SECRETÁRIA DE TURISMO DO ESPÍRITO SANTO - SETUR. **Anuário do Turismo do Espírito Santo**. 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.es.gov.br/\\_midias/pdf/664-4cd1849adf363.pdf](http://www.turismo.es.gov.br/_midias/pdf/664-4cd1849adf363.pdf)>. Acesso em 04 ago. 2011.

SCHULTZ, T.W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 250 p.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil**. Ministério da Justiça: São Paulo, 2011.

# ES 2030

## CONSELHO DO ES 2030

**Renato Casagrande**  
Governador do Estado do Espírito Santo

**Luiz Wagner Chieppe**  
Presidente do Espírito Santo em Ação

**José Luiz Marcusso**  
Gerente-Geral da Unidade de Negócios da Petrobras no Espírito Santo

## FÓRUM DE ENTIDADES E FEDERAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO

**Luiz Wagner Chieppe**  
Presidente do Espírito Santo em Ação

**Marcos Guerra**  
Presidente da Findes

**José Lino Sepulcri**  
Presidente da Fecomércio

**Júlio da Silva Rocha Junior**  
Presidente da Faes – Coordenador do FEF em 2013

**José Antonio Fiorot**  
Presidente da Fetransportes

## EQUIPE DO ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO

**Leonardo José Toscano Conde**  
Gerente de Projetos

**Gisele de Araújo Chagas**  
Gerente Administrativo Financeiro

**Wanessa Medeiros**  
Gerente de Comunicação

**Ana Paula Lamas dos Santos**  
Analista Financeiro

**Gustavo Oliveira de Muner**  
Analista de Projeto

**Sara Couto Cardoso**  
Analista Administrativo

**Nathalia Gomes Chaves**  
Analista de Comunicação

## COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO GERAL

**Robson Leite Nascimento**  
Secretário de Estado de Economia e Planejamento

**Guilherme Henrique Pereira**  
Presidente do Bandes

**Alexandre Nunes Theodoro**  
Coordenador do Projeto ES2030 – Espírito Santo em Ação

**Guido Bassoli**  
Gerente de Planejamento da Petrobras no Espírito Santo

## COORDENAÇÃO OPERACIONAL

**José Edil Benedito**  
Diretor-Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves

**Luciano Gollner de Oliveira**  
Secretário Executivo do Espírito Santo em Ação

**Durval Vieira de Freitas**  
Consultoria

**Orlando Caliman**  
Consultoria

**Marcelis Coelho Marques Pereira**  
Consultoria

## EQUIPE DE GOVERNO

### Secretaria de Estado de Economia e Planejamento

**Robson Leite Nascimento**  
Secretário de Estado de Economia e Planejamento

**Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi**  
Subsecretária de Planejamento e Projetos

**Raphael Marques**  
Assessoria de Comunicação

### Instituto Jones dos Santos Neves

**José Edil Benedito**  
Diretor-Presidente

**Pablo Silva Lira**  
Diretor de Estudos e Pesquisas

**Larissa Souza Linhalis**  
Assessoria de Comunicação

# ES 2030

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha  
Edna Morais Tresinari  
Gustavo Ribeiro  
Isabella Muniz Barbosa  
Latussa Laranja Monteiro  
Letícia Maria Gonçalves Furtado  
Luiza Leonardi Bricalli  
Marlon Neves Bertolani  
Pablo Medeiros Jabôr  
Silvia Buzzone de Souza Varejão  
Thiago de Carvalho Guadalupe  
Victor Nunes Toscano  
Equipe Técnica

## Superintendência Estadual de Comunicação Social

**Flávia Mignoni**  
Superintendente Estadual de Comunicação Social

**Kenia Amaral**  
Superintendente Adjunta de Comunicação Social

**Márcio Lobato**  
Gerente de *Marketing*

**Renata Belmiro**  
**Rhuana Ribeiro**  
Assessoria

## EQUIPE DA CONSULTORIA

**Líder de Projeto**  
Angela Maria Morandi

**Coordenação de Projeto**  
Marcelis Coelho Marques Pereira

**Consultores do Projeto**  
Alexandre Alden Fontana  
Jayro Márcio Fiares Távora  
Jonas Renato Lugon Júnior  
Leandro de Souza Lino  
Leonardo Carneiro  
Lilian Gazzoli Zanotelli  
Lucas Moreira Minete  
Marcos Aloízio França  
Marcos Vinícius Tabachi  
Michele Cabral Sant'Ana  
Ricardo Savacini Pandolfi  
Thiago Duarte Matias

**Apoio Técnico**  
Ediane Litg Kuster  
Gabriel Barcellos Crevelin  
Maxmiller Carvalho Pereira dos Santos  
Paulo Mendes

**Fotografia**  
Tadeu Bianconi

**Design Gráfico e Ilustrações**  
Gabriel Borém Machado  
Marcela Gasparini Rebello

**Assessoria de comunicação**  
Suzana Tatagiba

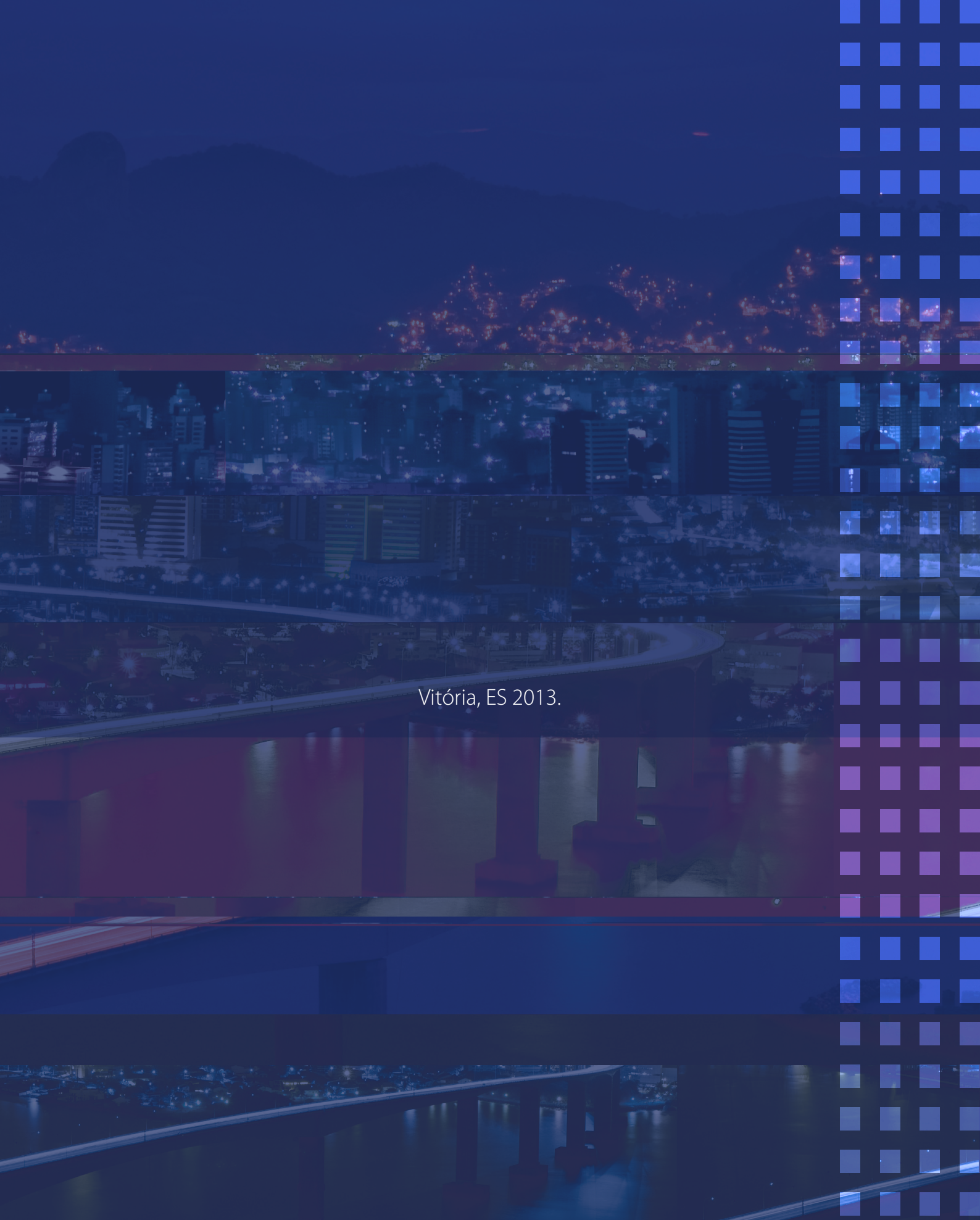
**Revisão**  
Aline Faé Stocco  
Artelírio Bolsanello  
Orlando Eller

## Especialistas

Adolfo Brás Sunderhus  
Alexandre Alden Fontana  
Alfredo Renault  
Ana Paula Sampaio  
Andrezza Rosalém  
Angela Maria Morandi  
Antônio Evaristo Lanzana  
Antônio Sérgio Ferreira Mendonça  
Aurélia Hermínia Castiglioni  
Benoni Antônio Santos  
Cesar Pereira Teixeira  
Danielle Nascimento  
Durval Viera de Freitas  
Edson Erial  
Erivelto Pires Martins  
Fabiana Gomes Ruas  
Fabricio Augusto de Oliveira  
Francisco Dias da Silva  
Geraldo Correa Queiroz  
Gustavo Debortoli  
Gutemberg Hespanha Brasil  
Jayro Márcio Fiares Távora  
João Anselmo Molino  
João Gualberto M. Vasconcelos  
José Braz Venturim  
José Edil Benedito  
José Nivaldo Campos Vieira  
Leandro de Souza Lino  
Leonardo Nunes  
Luciana Zamprogne  
Luciano Rodrigues de Oliveira  
Luiz Paulo Vellozo Lucas  
Luiza Maria de Castro Augusto Alvarenga  
Marcelis Coelho Marques Pereira  
Márcio Adonis Miranda Rocha  
Maxwel Assis de Souza  
Miguel Ângelo Aguiar  
Nélio R. Borges  
Orlando Caliman  
Pablo Lira  
Paulo Ruy Valim Carnelli  
Pierângeli Cristina Marim Aoki  
Rachel Quandt Dias  
Renata Morandi  
Rogério Queiroz  
Samuel Franco  
Simone Vermeuln Cardoso  
Solange Maria Loss Corradi  
Valdir Antonio Uliana  
Vanessa Alves Justino Borges







Vitória, ES 2013.

Consultoria:



Realização:

